

# REVISTA UNI-RN

Centro Universitário do Rio Grande do Norte



v. 16 n. 1 / 2 JANEIRO / JUNHO 2017 ISSN 2446-8142

EDUCAÇÃO EM NÍVEL SUPERIOR



# **REVISTA UNI-RN**

**Centro Universitário do Rio Grande do Norte**

---

v. 16 n. 1/2

janeiro / junho 2017  
ISSN 2446-8142

---

## LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE

### Presidente

Dr.<sup>o</sup>. Manoel de Medeiros Britto

## CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE – UNI-RN

### Reitor

Prof.<sup>o</sup>. Daladier Pessoa Cunha Lima

### Vice-Reitora

Prof.<sup>a</sup>. Ângela Maria Guerra Fonseca

### Pró-Reitora Acadêmica

Prof.<sup>a</sup>. Fátima Cristina de Lara M. Medeiros

### Pró-Reitora Administrativa

Prof.<sup>a</sup>. Alessandra Silva de Oliveira Martins

### Coordenador de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof.<sup>o</sup>. Aluísio Alberto Dantas

### Coordenadora do Núcleo de Extensão

Prof.<sup>a</sup>. Ana Maria da Silva Souza

### Coordenadora das Clínicas Integradas

Prof.<sup>a</sup>. Romeica Cunha Lima Rosado

### Coordenadora do Curso de Administração

Prof.<sup>a</sup>. Catarina da Silva Souza

### Coordenadora do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação

Prof.<sup>o</sup>. Alexandre Luiz Galvão Damasceno

### Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores

Prof.<sup>o</sup>. Alexandre Luiz Galvão Damasceno

### Coordenador do Curso de Ciências Contábeis

Prof.<sup>o</sup>. Domingos Carvalho de Souza

### Coordenadores do Curso de Direito

Prof.<sup>o</sup>. Walber Cunha Lima

Prof.<sup>a</sup>. Vânia Vaz Barbosa Cela

### Coordenadores dos Cursos de Bacharelado e de Licenciatura em Educação Física

Prof.<sup>a</sup>. Sonia Cristina Ferreira Maia

Prof.<sup>o</sup>. Paulo Sergio Santa Rosa Castim

### Coordenadora do Curso de Enfermagem

Prof.<sup>a</sup>. Rejane Medeiros Millions

### Coordenador do Curso de Fisioterapia

Prof.<sup>o</sup>. Robson Alves da Silva

### Coordenadora do Curso de Nutrição

Prof.<sup>a</sup>. Carina Leite de Araújo Oliveira

### Coordenadora do Curso de Psicologia

Prof.<sup>a</sup>. Rocelly Dayane Teotonio da Cunha Souza

## ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

### REVISTA UNI-RN

## UNI-RN CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

Rua Prefeita Eliane Barros, 2000 – Tirol – Natal/RN – CEP 59.014-540

Web Site: <http://www.unirn.edu.br/revistaunirn> - E-mail: [revistaunirn@unirn.edu.br](mailto:revistaunirn@unirn.edu.br)

## **CONSELHO EDITORIAL**

### **Presidente**

Ângela Maria Guerra Fonseca

### **Secretário**

Aluísio Alberto Dantas

### **Conselheiros**

Catarina da Silva Souza  
Patrícia Froes Meyer  
Rejane Medeiros Millions

### **Coordenação Editorial**

Vânia de Vasconcelos Gico

### **Bibliotecária**

Helena Maria da Silva Barroso

## **CONSELHO CIENTÍFICO**

### **Boaventura de Sousa Santos**

Universidade de Coimbra – Portugal

### **Edgar Morin**

Centre National de la Recherche Scientifique  
(CNRS) – França

### **Gustavo Just da Costa e Silva**

Universidade Federal do Pernambuco (UFPE)

### **José Alfredo Ferreira Costa**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

### **José Willington Germano**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

### **Maria da Conceição Xavier de Almeida**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

### **Paula Virginia de Vasconcelos Souza**

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

### **Paulo Bonavides**

Universidade Federal do Ceará (UFCE)

### **Tereza Neuma de Castro Dantas**

Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq)

## **Ilustração da Capa**

Levi Bulhões

## **Revisão em línguas estrangeiras**

Yazigy Internexus

## **Projeto Gráfico**

Waldelino Duarte Ribeiro

## **Normalização**

Biblioteca do UNI-RN

## **Editoração eletrônica da REVISTA UNI-RN – Disponível no**

site: <<http://www.unirn.edu.br/revistaunirn>> - E-mail: <[revistaunirn@unirn.edu.br](mailto:revistaunirn@unirn.edu.br)>

Prof<sup>a</sup>. Dra<sup>a</sup> Vânia de Vasconcelos Gico

Terceirize Projetos Gráficos e Editoriais

# **REVISTA UNI-RN**

## **Centro Universitário do Rio Grande do Norte**

---

v. 16 n. 1/2

janeiro / junho 2017  
ISSN 2446-8142

---



**Copyright:** Direitos desta edição reservados ao  
Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN

A REVISTA UNI-RN do Centro Universitário do Rio Grande do Norte é associada à



Associação Brasileira de Editores Científicos

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORES CIENTÍFICOS**



**FÓRUM DA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR NOS PAÍSES E  
REGIÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA – AFORGES**



**ASSOCIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA – AULP**

Versão Online da REVISTA UNI-RN (ISSN 2446-8142)

On-line access - <http://www.unirn.edu.br/revistaunirn>

E-mail: [revistaunirn@unirn.edu.br](mailto:revistaunirn@unirn.edu.br)

Catálogo na Publicação – Biblioteca UNI-RN  
Setor de Processos Técnicos

---

R 349 Revista da FARN / Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte – v.1 n.1 (jan./jun.2001) - . - Natal: FARN, 2001-

A partir de 2012 a Revista da FARN – Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte – passa a se intitular REVISTA UNI-RN – Centro Universitário do Rio Grande do Norte – para acompanhar a nova denominação da instituição.

Semestral

Descrição baseada em v. 16, n. 1/2 (jan. /jun. 2017).

ISSN Versão Online: 2446-8142

ISSN Versão Impressa: 2446-8134 (até o volume 11/2012)

1.Enfermagem. 2.Sexualidade - Reprodução. 4.Antioxidante. Atividade mitocondrial Chichá. 5.Marketing Strategies. 6.Ideology Disclosure. 7.Katy Perry. 8.Chained to the Rhythm. 9.Indignidade-Código Civil. 10.Projeto de Lei. 11.Gestão de Custos. 12.Controle de custo. 13.Alimentação Coletiva. 14.Técnicas eletroquímicas. 15. Proteção catódica - Concreto. 16.Terapia fotodinâmica. 17.Doença periodontal. 18.Tributação e cidadania. 19.Solidariedade Social. 20. Sistema Regressivo de Tributação. 21.Capacidade Contributiva. 22. Gestão Administrativa. 23.Planejamento e Ferramentas de Gestão. 24.Modelo de Gestão. 25.Sociologia Ecológica. 26.Capitalismo. 27.Alienação. 28.Justiça com as próprias mãos. 29.Linchamento. 30.Segurança Pública. 1. Centro Universitário do Rio Grande do Norte.

## SUMÁRIO

<b>EDITORIAL .....</b>	<b>11</b>
<i>Vânia de Vasconcelos Gico</i>	
<b>ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA: UM ENFOQUE LITERÁRIO.....</b>	<b>14</b>
<i>Maria Karoliny Alves Soares</i>	
<i>Herica Paiva Felismino</i>	
<b>AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIOXIDANTE E MITOCONDRIAL DO EXTRATO DAS SEMENTES DE CHICHÁ (<i>STERCULIA STRIATA</i> A. ST. HIL. &amp; <i>NAUDIN</i>) EM CELULAS 3T3 E HeLa.....</b>	<b>37</b>
<i>Erika Xavier da Silva; Sabrina Melo da Silva;</i>	
<i>Carla Maria Oliveira de Lima; Amanda Fernandes de Medeiros;</i>	
<i>Alexandre Coelho Serquiz</i>	
<b>AS ESTRATÉGIAS DE MARKETING PARA A DIVULGAÇÃO DA MÚSICA CHAINED TO THE RHYTHM E SUAS CRÍTICAS SOCIAIS IMPLÍCITAS .....</b>	<b>51</b>
<i>Larissa Clariane Sobral Pereira</i>	
<i>Carlos Alberto Pereira Leite Filho</i>	
<b>A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO INSTITUTO DA INDIGNIDADE ANTE AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2010 E SUAS ALTERAÇÕES.....</b>	<b>86</b>
<i>Arthur Leandro Pipolo</i>	
<i>Marcelo Henrique de Sousa Torres</i>	
<b>GESTÃO DE CUSTOS EM SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO COLETIVA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA .....</b>	<b>110</b>
<i>Edicarla Silva de Melo</i>	
<i>Dinara Leslye Macedo e Silva Calazans</i>	
<b>A QUEBRA DO PACTO SOCIAL E A JUSTIÇA COM AS PRÓPRIAS MÃOS: UMA REFLEXÃO SOCIOJURÍDICA PARA A ANÁLISE DOS LINCHAMENTOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL/RN.....</b>	<b>132</b>
<i>Evaltércio da Silva Souza</i>	
<i>Ana Mônica Medeiros Ferreira</i>	

**TÉCNICAS ELETROQUÍMICAS APLICÁVEIS EM ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO E PROTENDIDO: ESTADO DA ARTE.....157**

*Kleyton de Oliveira Lima*

*Fábio Sergio da Costa Pereira*

**TERAPIA FOTODINÂMICA: APLICAÇÕES E EFEITOS NA DOENÇA PERIODONTAL ..... 172**

*Ketsia Bezerra Medeiros*

*Ruthinéia Diógenes Alves Uchôa Lins*

*Janaína Cavalcante Lemos*

**TRIBUTAÇÃO, CIDADANIA E JUSTIÇA SOCIAL NO BRASIL..... 181**

*Lenice Silveira Moreira de Moura*

## **ESTUDO DE CASO**

**ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO PARA ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA ..... 237**

*Camilla Ferreira de Brito*

*Karina de Oliveira Costa Bezerra*

## **RELATÓRIO TÉCNICO**

**IMPLANTAÇÃO DA FERRAMENTA ZABBIX PARA MONITORAMENTO DE ATIVOS E SISTEMAS EM UMA COOPERATIVA MÉDICO-ODONTOLÓGICA.. 269**

*Jefferson Fragoso Gomes*

*Werneck Bezerra Costa*

## **RESUMO**

**NATUREZA, ALIENAÇÃO E CAPITALISMO EM MARX: UMA CRÍTICA DA SUSTENTABILIDADE ..... 289**

*Ronaldo Alencar dos Santos*

*Vânia de Vasconcelos Gico*

## CONTENTS

<b>EDITORIAL .....</b>	<b>11</b>
<i>Vânia de Vasconcelos Gico</i>	
<b>NURSING ASSISTANCE IN SEXUAL AND REPRODUCTIVE HEALTH: A LITERARY APPROACH .....</b>	<b>14</b>
<i>Maria Karoliny Alves Soares</i>	
<i>Herica Paiva Felismino</i>	
<b>EVALUATION OF THE ANTIOXIDANT AND MITOCHONDRIAL ACTIVITY OF THE CHICHÁ SEED EXTRACT (STERCULIA STRIATA A. ST. HIL. &amp; NAUDIN) IN 3T3 AND HeLa CELLS .....</b>	<b>37</b>
<i>Erika Xavier da Silva; Sabrina Melo da Silva;</i>	
<i>Carla Maria Oliveira de Lima; Amanda Fernandes de Medeiros;</i>	
<i>Alexandre Coelho Serquiz</i>	
<b>THE MARKETING STRATEGIES FOR THE DISSEMINATION OF THE SONG CHAINED TO THE RHYTHM AND ITS IMPLICIT SOCIAL CRITICISM....</b>	<b>51</b>
<i>Larissa Clariane Sobral Pereira</i>	
<i>Carlos Alberto Pereira Leite Filho</i>	
<b>THE HISTORICAL EVOLUTION OF THE INSTITUTION OF INDIGNITY PRIOR TO THE 2010 BILL N° 118 AND ITS CHANGES.....</b>	<b>86</b>
<i>Arthur Leandro Pipolo</i>	
<i>Marcelo Henrique de Sousa Torres</i>	
<b>COST MANAGEMENT IN COLLECTIVE FOOD SERVICES: A SYSTEMATIC REVIEW .....</b>	<b>110</b>
<i>Edicarla Silva de Melo</i>	
<i>Dinara Leslye Macedo e Silva Calazans</i>	
<b>THE BREAKING OF THE SOCIAL PACT AND JUSTICE WITH OUR HANDS: A SOCIO-JURIDICAL REFLECTION FOR THE ANALYSIS OF LINCHAMENTS IN THE METROPOLITAN REGION OF NATAL / RN .....</b>	<b>132</b>
<i>Evaltércio da Silva Souza</i>	
<i>Ana Mônica Medeiros Ferreira</i>	

**ELECTROCHEMICAL TECHNIQUES APPLICABLE IN REINFORCED AND PROTECTED CONCRETE STRUCTURES: STATE OF THE ART .....157**

*Kleyton de Oliveira Lima*

*Fábio Sergio da Costa Pereira*

**PHOTODYNAMIC THERAPY: APPLICATIONS AND EFFECTS ON PERIODONTAL DISEASE ..... 172**

*Ketsia Bezerra Medeiros*

*Ruthinéia Diógenes Alves Uchôa Lins*

*Janaína Cavalcante Lemos*

**TAXATION, CITIZENSHIP AND SOCIAL JUSTICE IN BRAZIL.....181**

*Lenice Silveira Moreira de Moura*

**CASE STUDY**

**ADOPTION OF GOOD MANAGEMENT PRACTICES FOR LAW FIRMS..237**

*Camilla Ferreira de Brito*

*Karina de Oliveira Costa Bezerra*

**TECHNICAL REPORT**

**IMPLEMENTATION OF THE ZABBIX TOOL FOR ASSET AND SYSTEMS MONITORING IN A MEDICAL-DENTAL COOPERATIVE.....269**

*Jefferson Fragoso Gomes*

*Werneck Bezerra Costa*

**ABSTRACT**

**NATURE, ALIENATION AND CAPITALISM IN MARX: A CRITICISM OF SUSTAINABILITY .....289**

*Ronaldo Alencar dos Santos*

*Vânia de Vasconcelos Gico*

## EDITORIAL

---

A cada volume da REVISTA UNI-RN renovam-se as esperanças do Centro Universitário do Rio Grande do Norte avançar em sua política de publicação científica na busca de uma formação integral, vez que, os trabalhos aqui expressos são resultantes de conhecimento obtido em pesquisas dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos em cursos, disciplinas, práticas acadêmicas, eventos e projetos de extensão.

Cada uma dessas produções, além de agregar habilidades e competências na área técnico-cognitiva, foi e será o celeiro para o desenvolvimento sócio-emocional e profissional dos envolvidos, induzindo-os às interrelações do conhecimento, à valorização das atividades em conjunto e a mediação pedagógica entre docentes e discentes, otimizando o aprendizado.

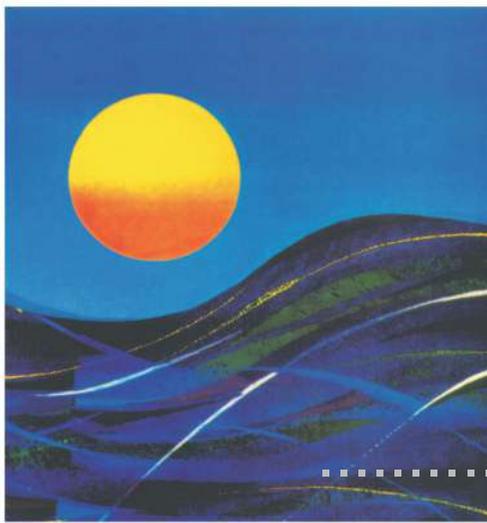
Além do mais ressalte-se, a elaboração de um trabalho para publicação, cria uma excelente oportunidade de intercâmbio com outros especialistas da área e afins, com outros centros de ensino e pesquisa, repertórios de fontes de pesquisa no país e no exterior, além do acesso a outros itinerários do pensamento hegemônico e contra-hegemônico, ampliando a visão de mundo do leitor, agora escritor.

É importante observar a valorização que o UNI-RN sempre primou, doravante toda a sua história, com relação aos repertórios documentais da sua biblioteca que dispõe de excelentes Bases de Dados de assuntos gerais como Atheneu Book; Proquest; Portal de Periódicos da CAPES; Scielo (Scientific Eletronic Library Online); BDTD (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações), e especializadas em Direito, por exemplo, como Magister Net; Interlegis; Lexml (<http://www.lexml.gov.br/>), com o objetivo de identificar o estado d'arte dos temas a serem pesquisados.

Nessa linha de valorização do trabalho intelectual, exalte-se, a postura intelectual dos professores/autores que têm seus Currículos Lattes atualizados, além de um corpo de orientandos provenientes de bolsas de Iniciação Científica do CNPq e bolsas institucionais, atividades de extensão e grupos de pesquisa, entre outros exercícios de produção científica.

Desse modo a elaboração de um trabalho científico torna-se uma grande oportunidade para o professor sedimentar e acrescentar seus conhecimentos na elaboração e redação da produção científica e para o aluno uma excelente oportunidade de adentrar-se na estruturação, redação e normalização do trabalho científico. O aluno que escreve e publica, não desperdiça a oportunidade da experiência e terá um diferencial para toda a vida pessoal e profissional, vez que saberá valer-se dessa experiência curricular, além de estudar e apresentar temas relevantes para a sociedade, adquirir o *habitus* do rigor das pesquisas científicas embasadas em fontes confiáveis, adentrando-se na construção de um pensamento crítico, social e reflexivo.

Vânia de Vasconcelos Gico  
*Coordenadora Editorial*  
*REVISTA UNI-RN*



## **ARTIGOS**

---

# ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA: UM ENFOQUE LITERÁRIO

*Maria Karoliny Alves Soares<sup>1</sup>  
Herica Paiva Felismino<sup>2</sup>*

## RESUMO

O cuidado é a prática fundamental para a Enfermagem, pois esta é formada com fundamento científico para trabalhar centrada nesse quesito. Desde a época de Florence Nightingale, que as enfermeiras estudam meios de se obter um cuidado cada vez mais satisfatório a necessidade exposta pelo paciente; é uma necessidade humana de grande essencialidade, pois é fundamental para a saúde e sobrevivência de qualquer indivíduo. A sexualidade, de acordo com Teorias de enfermagem, é vista como uma necessidade humana básica e que por isso necessita de cuidado quando este é procurado pelo usuário e comunidade, vendo o sistema do corpo como um todo interligado que precisa de apoio centrado na ciência baseada em evidencia e no humanismo em saúde, confluindo numa assistência totalmente holística promovida pela consulta de enfermagem, demonstrando a importância da assistência de enfermagem na saúde sexual e reprodutiva. Os resultados da pesquisa bibliográfica foram expostos em um quadro sinóptico, onde são representados os temas mais atuais e referentes ao tema do trabalho dando-se relevância aos artigos que falam sobre reprodução e sexualidade. Este trabalho de conclusão do curso chega à conclusão de estimular aos colegas enfermeiros que pesquisem e aprimorem o conteúdo “sexualidade e reprodução” no campo da atenção de saúde pelo enfermeiro a fim de estimular a produção científica e fundamentar a assistência em saúde sexual e reprodutiva.

**Palavras-chave:** Enfermagem. Sexualidade. Reprodução.

## NURSING ASSISTANCE IN SEXUAL AND REPRODUCTIVE HEALTH: A LITERARY APPROACH

### ABSTRACT

Care is the fundamental practice of nursing, because nursing is trained on a scientific basis for work focusing on this aspect. Ever since the days of Florence Nightingale, nurses have been studying ways to satisfactorily improve care for the patient's needs. It is a vitally important human need as it is fundamental to any individual's health and survival. According to nursing theories, sexuality is viewed as a basic human need and therefore requires care when sought by the user and the community, considering the body system as an interconnected whole that needs support based on scientific evidence and humanistic health,

- 
- 1 Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). E-mail: karolsoaresalves@gmail.com. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9595535766903747>.
  - 2 Docente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). Mestre em Enfermagem. E-mail: hericafelismino@yahoo.com. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1304685507207369>.

eventually converging in totally holistic care facilitated by consultation with a nurse, thus demonstrating the importance of nursing care in sexual and reproductive health. The results of the bibliographic research have been represented in a synoptic table, including the most current issues and themes related to work, with greater prominence given to articles on reproduction and sexuality. This task for the completion of the course concludes by encouraging nurses to research and enhance the “sexuality and reproduction” content in the field of health care in order to stimulate scientific production and to support sexual and reproductive health care.

**Keywords:**Nursing. Sexuality. Reproduction.

## 1 INTRODUÇÃO

O cuidado é a prática fundamental para a Enfermagem, pois esta é formada com fundamento científico para trabalhar centrada nesse quesito. Desde a época de Florence Nightingale, que as enfermeiras estudam meios de se obter um cuidado cada vez mais satisfatório a necessidade exposta pelo paciente. Desse modo, o cuidar em si é um fenômeno que abrange a universalidade promovendo influências nas formas pelas quais uma pessoa pensa, sente e se comporta em relação umas às outras (POTTER; PERRY, 2013).

O cuidado é uma necessidade humana de grande essencialidade, pois é fundamental para a saúde e sobrevivência de qualquer indivíduo. É preciso ter em mente que nenhum paciente ou usuário é igual ou semelhante ao outro, justamente por ter um fundo próprio e único de experiências, valores e visões culturais para um encontro de cuidados em saúde; e é nessa perspectiva que a assistência de saúde (com ênfase na assistência de enfermagem) deve ser realizada centrada na dimensão do ser que precisa de seus cuidados, contemplando não apenas os métodos convencionais de tratamentos, mas indo além, procurando por fontes mais profundas de cura interior visando proteger, melhorar e preservar a dignidade, humanidade, integridade e harmonia interior de uma pessoa. Esse cuidado facilita a capacidade de uma enfermeira (o): conhecer seu cliente de modo a lhe permitir o reconhecimento do seu problema ou queixa e encontre e execute soluções individualizadas (POTTER; PERRY, 2013).

Seguindo esse pensamento, a assistência de saúde no que diz respeito à sexualidade, deve ser pensado como forma de estabelecer, tratar, curar e manter uma necessidade humana básica, pois:

Esse corpo, humano e animal, que ganha uma ampla e inédita relevância epistemológica na filosofia ocidental, é um corpo com impulsos inconscientes, sendo o principal deles o impulso sexual. Este é o foco da coisa-em-si do mundo, a Vontade, ímpeto cego desejante que jamais encontra uma satisfação final. Corpo e sexualidade, assim, têm funções nevrálgicas no pensamento schopenhauereano, no sentido de justificar a sua pretensão de uma metafísica imanente, que enraíza o investigador no mundo por meio das vicissitudes de sua sensibilidade e sentimento, dos quais emerge um tipo de conhecimento acerca do núcleo dos corpos do mundo em analogia com o corpo do investigador, que revela, no núcleo de sua subjetividade, aquilo denominado pelo termo vontade (BARBOZA, 2007, p. 227).

Portanto, no “fundo, é o amor sexual que move a humanidade”. Mesmo porque, ele é o “foco” da coisa-em-si, a Vontade” (BARBOZA, 2007, p. 233); desse modo a sexualidade sendo fruto do amor e o amor também é uma necessidade humana básica, assim como a sexualidade, é preciso conhecer os meios que estes devem ser preservados de acordo com as dimensões humanas que concerne ao ser: Espiritual, Social, Físico e Subjetivo.

Pois além do corpo, a sexualidade envolve emoção, história vivencial, relações afetivas e a cultura do indivíduo. Sendo assim, é uma dimensão fundamental presente em todas as etapas da vida de homens e mulheres desde o nascimento até a morte, e abarca aspectos físicos, psicoemocionais e socioculturais. “De acordo com as definições da OMS, a sexualidade é vivida e expressa por meio de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos” (BRASIL, 2010, p. 39) Que quando insatisfeitos ou comprometidos causam desprazer e sentimentos negativos de autoimagem.

A sexualidade é um conjunto de características humanas de diferentes formas da expressão da energia vital, chamada por Freud de libido, que quer dizer a energia pela qual se manifesta a capacidade de se ligar as pessoas, a vida (BRASIL, 2010).

Quando se diz que saúde é o “completo bem-estar físico, mental e social” (OMS, 1947 apud POTTER; PERRY, 2013) é compreensível que a sexualidade deve ser cuidada com o fim de proporcionar este bem estar perante si mesmo e o entorno. Ou ainda quando se diz que saúde é:

[...] a atualização do potencial humano inerente e adquirido por meio de comportamento direcionado por metas, autocuidado competente e relacionamentos satisfatórios com outros, enquanto são realizados ajustes conforme necessário para manter a integridade estrutural e a harmonia com o ambiente. (PENDER; MURDAUGH; PARSONS, 2011 apud POTTER; PERRY, 2013, p. 70).

O que expõe a necessidade da assistência profissional em saúde para realizar e manter essa atualização segundo seu atual estado de saúde. Sendo assim, a Consulta de Enfermagem é uma ferramenta valiosa para disponibilizar este tipo de assistência, sendo necessário conhecer a comunidade assistida, para construir planos de cuidados que visem o indivíduo em todas as suas vertentes.

Sendo assim, esse trabalho é de suma importância, pois irá coletar, visualizar e avaliar dados literários, referentes a sexualidade humana na saúde sexual e reprodutiva; com esses dados poder-se-á aprofundar o conhecimento específico da enfermagem e tornar seus cuidados ainda mais específicos e holísticos.

O motivo em discorrer sobre o tema foi à vontade de escrever sobre sexualidade humana e mostrar que a educação sexual começa na escola, nas séries iniciais onde a criança começa a entender o seu corpo e suas emoções sexuais; e também levantar questões sobre este cuidado em Enfermagem.

Desse modo, esse estudo parte da seguinte questão norteadora: Como é desenvolvida a assistência de enfermagem na saúde sexual e reprodutiva? Para responder a esta indagação, este estudo tem como objetivo evidenciar a assistência de enfermagem na saúde sexual e reprodutiva.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Para um melhor entendimento sobre a temática em estudo, faz-se necessário uma breve explanação sobre a assistência de enfermagem no contexto de suas principais teorias e o vínculo destes com a saúde sexual e reprodutiva. Isto com o intuito de demonstrar o quanto é importante o aprimoramento dos conhecimentos do enfermeiro nesta área, saúde sexual e reprodutiva.

### **2.1 O QUE É ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM**

Na visão fenomenológica, descreve-se a ação do enfermeiro na assistência de enfermagem como um processo fundamentado na motivação, razões e objetivos, guiados por antecipações, na forma de seu planejamento e projeções desse profissional. Na assistência de enfermagem, a ação do enfermeiro pode ser vista como um ato de cuidar humanizado, pois quem pratica o cuidado zela, preocupa-se, observa, analisa e cria. O profissional de enfermagem, em sua assistência, deve considerar a consciência pessoal e o pensamento como sensíveis e mutáveis, o que se compara a uma corrente de pensamento, corrente de experiência ou cogitações, corrente de vida pessoal consciente (CHRIZOSTIMO, et al, 2015).

Neste âmbito, percebe-se que a experiência individual do enfermeiro está pautada ao vivido desse profissional, assim, à medida que ele vive,

centra-se nos objetos dessa experiência e perde de vista os atos da experiência subjetiva em si. Para que esses atos sejam revelados, deve-se modificar a atitude ingênua com a qual ele se dirige aos objetos e para o qual volta sua própria experiência, na busca do caminho peculiar de reflexão. No entanto, para revelar a visão que se chega à intencionalidade da consciência, por meio da ponderação, necessita-se apontar o caráter básico das cogitações, que é o fato de ser consciente de algo. Desta maneira, a ação no mundo da vida está voltada para o desenvolvimento de uma teoria subjetiva, em que ela é vista como um processo de motivação. Desse modo, observa-se que o enfermeiro precisa utilizar a escuta e o diálogo como estratégias do cuidar para adequar sua ação às necessidades do cliente, compreendido como um ser singular. No que se refere à ação junto à equipe de enfermagem, as razões e os objetivos do enfermeiro permitem a educação permanente em saúde, que, atualmente, é considerada uma tática importante na orientação e capacitação dos profissionais dessa área (CHRIZOSTIMO, et al, 2015).

No contexto da enfermagem como ciência, surgem as teorias que embasam esta profissão. A seguir serão melhor descritos as principais teorias que norteiam o campo assistencial de enfermagem, fazendo um vínculo com a saúde sexual e reprodutiva.

## 2.2 TEORIAS DE ENFERMAGEM

### 2.2.1 Teoria Ambientalista de Florence Nightingale

A organização dos serviços de Enfermagem começou em meados do século XIX pelo comando de Florence Nightingale (1989), tendo suas bases no humanismo e o seu foco central baseado no cuidado de enfermagem ao ser humano em sua inter-relação com o meio ambiente. Vocacionada a cuidar dos doentes e necessitados, os serviços assistenciais nightingalianos abrangiam o ser humano a partir de uma visão holística contempladora de diferentes fatores que envolviam, naquela época, os seres humanos - guerra, miséria, desnutrição, fome, condições sanitárias insalubres (OLIVEIRA, 2013).

Sumariamente, a Teoria Ambientalista de Nightingale constitui-se de uma interação entre os ambientes físico, psicológico, social e espiritual, os quais associados à ação do enfermeiro levam a identificação de fatores

determinantes do processo saúde/doença. Por fim, a essência desta teoria baseia-se num ambiente positivo, límpido, transparente e clínico ao viver de seres humanos que necessitam de ajuda e de cuidados (OLIVEIRA, 2013).

### **2.2.2 Teroria do autocuidado de Orem**

O entendimento dos objetivos dessa teoria está diretamente conexo com a compreensão dos conceitos de autocuidado, ação de autocuidado, fatores condicionantes básicos e demanda terapêutica de autocuidado. *Orem* define que autocuidado é o desempenho ou a prática de atividades que os indivíduos realizam em seu benefício para manter a vida, a saúde e o bem-estar. Quando o autocuidado é efetivamente realizado, ajuda a manter a integridade estrutural e o funcionamento humano, contribuindo para o seu desenvolvimento. Tal capacidade de cuidar de si mesmo é afetada por fatores condicionantes básicos, como a idade, sexo, estado de desenvolvimento, estado de saúde, orientação sociocultural, modalidade de diagnósticos e de tratamentos, sistema familiar, padrões de vida, fatores ambientais, adequação e disponibilidade de recursos. *Orem* vincula o autocuidado a três categorias de requisitos, que são: Universal; desenvolvimento; desvio de saúde. Os requisitos universais do autocuidado, preconizados por *Orem*, estão relacionados, de uma maneira geral, com as atividades de vida diária do indivíduo a ser assistido (TEIXEIRA, 1996).

### **2.2.3 Teoria das Necessidades Humanas Básicas**

A teoria das Necessidades Humanas Básicas de HORTA apresenta uma proposta para a enfermagem com a colocação de filosofia, proposições, conceitos, definições e princípios. Os testes de teorias devem validar ou refutar estas propostas, o que pode ser feito progressivamente com cada um de seus componentes (PAGLIUCA, 1993).

As necessidades são comuns a todos os indivíduos, contudo varia de um para outro, através da sua forma de se manifestar. Diversos fatores interferem na manifestação e atendimento como por exemplo: individualidade, idade, sexo, cultura, escolaridade, fatores econômicos, ambiente físico. Enfermagem é a ciência e a arte de assistir o ser humano no atendimento de

suas necessidades básicas, de torná-lo independente desta assistência, quando possível, pelo ensino do autocuidado; de recuperar, manter e promover a saúde e colaboração com outros profissionais. A enfermagem respeita a autenticidade e individualidade do ser humano. É prestada ao ser humano e não à sua doença ou desequilíbrio. Todo cuidado de enfermagem é preventivo, curativo e de reabilitação. A enfermagem reconhece o ser humano como elemento participante ativo no seu autocuidado. A enfermagem reconhece o ser humano como membro de uma família e de uma comunidade (SILVA, 2008).

### 2.3 A ENFERMAGEM E A SAUDE SEXUAL E REPRODUTIVA

Além do corpo, a sexualidade envolve emoção, história vivencial, relações afetivas e a cultura do indivíduo. Sendo assim, é uma dimensão fundamental presente em todas as etapas da vida de homens e mulheres desde o nascimento até a morte, e abarca aspectos físicos, psicoemocionais e socioculturais. “De acordo com as definições da OMS, a sexualidade é vivida e expressa por meio de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos” (BRASIL, 2010, p. 39); quando insatisfeitos ou comprometidos causam desprazer e sentimentos negativos de autoimagem.

A sexualidade diz respeito a um conjunto de características humanas que se traduz nas diferentes formas de expressar a energia vital, chamada por Freud de libido, que quer dizer energia pela qual se manifesta a capacidade de se ligar às pessoas, ao prazer/ desprazer, aos desejos, às necessidades, à vida (BRASIL, 2010, p. 39).

Quando se diz que saúde é o “completo bem-estar físico, mental e social” (OMS, 1947 apud POTTER; PERRY, 2013) é compreensível que a sexualidade deve ser cuidada com o fim de proporcionar este bem estar perante si mesmo e o entorno. Ou ainda quando se diz que saúde é:

[...] a atualização do potencial humano inerente e adquirido por meio de comportamento direcionado por metas, autocuidado competente e relacionamentos satisfatórios com outros, enquanto são realizados ajustes conforme necessário para manter a integridade estrutural e a harmonia com o ambiente (PENDER; MURDAUGH; PARSONS, 2011 apud POTTER; PERRY, 2013, p. 70).

O que expõe a necessidade da assistência profissional em saúde para realizar e manter essa atualização segundo seu atual estado de saúde, enfoca-se a saúde sexual. Portanto, é preciso entender que a sexualidade humana é presente desde tenra idade e por isso adequar sua atuação de acordo com o Desenvolvimento e Crescimento Humano.

Desde muito cedo a criança aprende a explorar seu corpo percebendo que em certas partes pode obter algum prazer. Tal aspecto é fundamental para o desenvolvimento saudável da sexualidade. Freud, na construção dos fundamentos da Psicanálise, identificou que o desenvolvimento da sexualidade se dá em cinco fases, cujo conjunto irá repercutir na formação da sexualidade do adulto, as quais nomeou: *Fase Oral* (nascimento -12 a 18 meses) onde a sucção é a inicial fonte de prazer e satisfação em descobrir por meio da boca o ambiente – pois tudo leva a boca – e tem o seio da mãe como forma de prover nutrição e afeto. Na *Fase Anal* (12 a 18 meses- 3 anos) tem-se o início do controle dos esfíncteres e por isso gera autonomia a criança quando começa ter o controle de suas eliminações fisiológicas; o foco de prazer muda da boca para a região anal. É nessa fase também que as crianças tornam-se cada vez mais conscientes das sensações prazerosas do corpo. A *Fase Fálica* (3-6 anos) é onde se dá a descoberta dos genitais como área de prazer (BRASIL, 2010; POTTER; PERRY, 2013).

Esta fase representa o momento em que, na organização subjetiva da criança, se reconhece como pessoa em diferenciação as demais. Nesta fase também há o conflito mental onde a criança procura identificação com o progenitor do mesmo sexo, como meio de conseguir reconhecimento e aceitação – Complexo de Édipo ou Elektra. Na *Fase de Latência* (6-12 anos) os desejos sexuais do estágio edipiano anterior reprimem-se sendo canalizados a outras atividades socialmente aceitáveis e produtivas; tem-se então grande interesse pelo aprendizado da leitura e escrita (BRASIL, 2010; POTTER; PERRY, 2013).

No que diz respeito à *Fase Genital* (puberdade até a idade adulta) a sexualidade é direcionada para fora do eixo familiar, sendo que seu desenvolvimento dependerá da combinação de elementos biológico, psicológico, socioambiental e cultural; então, a interação desses elementos nos diferentes momentos do desenvolvimento irá responder na identidade sexual e de gênero masculino ou feminino (BRASIL, 2010; POTTER; PERRY, 2013).

Nesta perspectiva é de suma importância entender o desenvolvimento sexual do indivíduo no momento em que for preciso uma assistência

de saúde sexual. É mais comum, distúrbios sexuais na fase genital do que nas demais, porém, não justifica dizer que possam ser fruto de fases incompletas ou reprimidas pelo entorno do indivíduo. No entanto, é nesta fase que aparecem queixas nos consultórios dos profissionais da saúde.

Portanto, é preciso o profissional da enfermagem tenha uma assistência que contemple sua dimensão humana e não apenas os conceitos morfológicos e/ou biológicos para a resolução de um problema sexual. Sendo assim, é preciso uma “Abordagem centrada na pessoa” e não apenas na doença, isto significa buscar a compreensão do ser considerando família, trabalho, crenças, dificuldades e potencialidades (BRASIL, 2012).

As autoras Garcia e Lisboa (2012, p. 709), enfatizam que o estudo da sexualidade humana no currículo de enfermagem é uma problemática ainda presente desde as décadas de 70 e 80:

[...] as dificuldades apontadas àquela época, persistem no contexto atual. Somente em 2000 vamos encontrar, na bibliografia norte-americana, o livro denominado “Saúde Sexual – Fundamentos para prática”, no qual as autoras, duas enfermeiras, reconhecem que o conhecimento da sexualidade humana se constitui em um elemento-chave para o cuidado de enfermagem e a assistência à saúde.

As autoras destacam ainda que no novo currículo do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) há o estudo interdisciplinar sobre Corpo, Gênero e Sexualidade que demonstra seu pioneirismo no ensino desta assistência no Brasil. Porém, salienta ainda que nos cursos de pós-graduação o interesse por este estudo vem do profissional, sendo assim com poucos profissionais capacitados para esta prática especializada. Desse modo:

[...] os profissionais ainda estão longe de uma preparação para discutir esse tema com as clientes. Inseguros para trabalhar com a sexualidade das mesmas privam-nas de cuidados adequados, incorrendo, inclusive, em ação iatrogênica. “Entre as iatrogênicassexológicas no atendimento à mulher encontra-se: menosprezo e reforço da dificuldade sexual feminina; fornecimento de informações sem bases científicas; sugestão de separação ou de relacionamento extraconjugal; uso de placebo; uso de androgênios sem critérios; sugestão de colpoperineoplastia para melhora do desempenho sexual e relacionamento pessoal com a paciente” (GARCIA; LISBOA, 2012 p. 710).

Nesse contexto é preciso a concordância entre matéria e mente para a totalidade do ser poder ser compreendida. Em saúde, é preciso ver o holismo como um grande sistema que envolve o físico, o psicológico, o social e o cultural, sendo estes todos interdependentes. Sendo assim surge neste novo redimensionamento um novo assistir dos profissionais de saúde, provocando uma aproximação com abordagens não ortodoxas dos saberes de saúde; e nesta valorização do corpo como sendo um sistema em constante dinamismo, as abordagens bioenergéticas é um bom exemplo assistencial (TEIXEIRA, 1996)

Assim, a consulta de enfermagem possui divergências que distanciam a enfermagem da sexologia, e por isso um holismo longe de acontecer, pois é levada questões de diagnósticos de cunho orgânico; o atendimento não é necessariamente do casal; o foco não é a disfunção, e sim, aquilo que é relatado como problema pela cliente (GARCIA; LISBOA, 2012).

A sexualidade, de acordo com Teorias de enfermagem, é vista como uma necessidade humana básica e que por isso necessita de cuidado quando este é procurado pelo usuário e comunidade, vendo o sistema do corpo como um todo interligado que precisa de apoio centrado na ciência baseada em evidência e no humanismo em saúde, confluindo numa assistência totalmente holística promovida pela consulta de enfermagem.

### **3 METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa caracterizada como modos de procurar informações de maneira sistemática; costuma ser descrita como holística e naturalista, sem qualquer limitação ou controle imposto ao pesquisador. Não depende fortemente de análise estatística para suas inferências, ou de instrumentos fechados para a coleta de dados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

O estudo foi realizado por meio de pesquisa eletrônica, cuja base de dados foi a BVS - BIREME e SCIELO onde foi feito a filtragem com país “Brasil”, idioma “Português”, ano de 2013, 2014, 2015 e 2016; o operador booleano “and” e os descritores foram: Enfermagem, sexualidade e reprodução. Foram encontrados 77 artigos sendo apenas 09 de uso relevante para o tema abordado, onde os critérios de exclusão e inclusão se

deram quando os artigos foram na íntegra, em português e direcionados a saúde sexual e reprodutiva. A coleta de dados ocorreu entre os meses de outubro de 2016 a abril do ano de 2017 e para que ocorra a inclusão desses artigos encontrados nas bases de dados online na pesquisa, foi realizado repetidas vezes a leitura na íntegra dos títulos e contextos, para real verificação dos dados que respondam as questões norteadoras do trabalho. Foram excluídos os artigos que não atendiam aos objetivos propostos, que foram publicados em outros períodos, em outras bases de dados e em outras línguas.

A exposição dos dados foi apresentada na forma de um quadros sinóptico, contendo: título, autores, delineamento do estudo e conclusões, com a finalidade de um melhor entendimento e comparação dos dados analisados.

A apresentação dos resultados deu-se de forma a possibilitar que o leitor avalie a aplicabilidade da revisão bibliográfica aplicada, seguindo as seguintes etapas da leitura analítica: Análise textual, realizada com a leitura dos artigos, obtendo-se uma visão mais abrangente dos dados; análise temática, buscando esclarecimentos a respeito do tema abordado; e análise interpretativa, na qual se desenrolou a problematização dos achados, e que assim fosse atingido o objetivo do presente estudo, provocando reflexões acerca de quais artigos envolvem a literatura já publicada sobre sexualidade e reprodução.

#### **4 RESULTADOS E DISCURSÃO**

Os resultados da pesquisa bibliográfica foram expostos em um quadro sinóptico, onde são representados os temas mais atuais e referentes a temática do trabalho sendo de maior relevância os artigos que falam sobre reprodução e sexualidade.

**Quadro 01-Sexualidade e reprodução.**

<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Tipo de pesquisa</b>	<b>Resultados</b>	<b>Conclusão</b>
01: Saúde sexual e reprodutiva e Enfermagem: um pouco de história na Bahia.	SILVA Joise Magarão Queiroz, MARQUES, Patrícia Figueiredo, PAIVA, Mirian Santos.	Analisar a inclusão dos conceitos de saúde sexual e reprodutiva nos currículos da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, de 1972 a 2006.	Utilizou a abordagem qualitativa, a pesquisa documental e a entrevista semiestruturada com docentes em regime de dedicação exclusiva	Revelaram que, inicialmente, as disciplinas eram exclusivamente voltadas aos aspectos biológicos da saúde da mulher, enfocando apenas a condição materna.	Ocorreu uma evolução nos currículos com a introdução desses conceitos, principalmente a partir da década de 1990.
02: Violência sexual contra adolescentes em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.	JUSTINO, Lucyana Conceição Lemes; et al.	Analisar a situação da violência sexual contra adolescentes.	Estudo transversal com análise espacial	Descrição do perfil de vítimas de violência sexual.	Apesar da subnotificação de casos de violência sexual, a frequência e as consequências individuais e coletivas desta são suficientemente graves para torná-la uma questão de saúde pública.
03: Blogs escolares sobre sexualidade: estudo exploratório documental.	VALLI, Gabriela Petró, COGO, Ana Luísa Petersen.	Analisar a estrutura e a utilização do blog escolar por adolescentes, ao abordarem a temática da Sexualidade.	Pesquisa de abordagem quantitativa do tipo exploratória documental.	Analisado 11 Blogs sobre sexualidade feitos por estudantes.	Os resultados deste estudo sinalizam a importância de haver a participação de profissionais da área da saúde.
04: Diversidade sexual e homofobia: o conhecimento de enfermeiros da estratégia saúde da família.	SILVA, Glauber Weder dos Santos; et al.	Objetiva-se analisar o conhecimento de enfermeiros da Estratégia Saúde da Família no tocante à diversidade sexual e à homofobia.	Investigação exploratória, qualitativa	Os enfermeiros relatam a diversidade sexual como sistema de orientação sexual e sexo biológico. Sobre homofobia, atribuíram significados coerentes	Faz-se urgente a promoção da saúde através do reconhecimento das determinantes sociais,

05: Direitos sexuais e reprodutivos na atenção básica: educação em saúde grupal sob a ótica da enfermeira.	SOUZA, Maria das Dores de; TYRRELL Maria Antonieta Rubio.	Apresentar os resultados da tese de doutoramento cuja proposta foi conhecer e analisar o desempenho dos enfermeiros nos grupos educacionais dos direitos sexuais e reprodutivos; mostram correlações com o quadro teórico e contextual cobrindo-o.	Estudo qualitativo.	As variações foram identificadas em relação à organização desses grupos; direção educacional tradicional; falta de formação; centralidade das ações de recursos e procedimentos para prevenir a reprodução humana; limitações e dificuldades devido à falta de recursos e serviços.	A garantia do exercício destes direitos depende da expansão das estratégias de ensino; redesenho de serviços e equipamentos; investimento na formação de profissionais na dimensão da pedagogia dialógica;
06: Jovens universitários e o conhecimento acerca das doenças sexualmente transmissíveis – contribuição para cuidar em enfermagem.	DANTAS, Karla Temístocles de Brito, et al.	Analisar o conhecimento dos graduandos de enfermagem acerca das doenças sexualmente transmissíveis, identificar as práticas que os jovens adotam para prevenção de DSTs.	Estudo descritivo, quantitativo	Os estudantes reconhecem a importância do uso do preservativo para a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, mas não o utilizam de maneira contínua.	Os jovens investigados apresentam déficit de informações acerca das doenças sexualmente transmissíveis e das medidas preventivas
07: Produção científica sobre a sexualidade de mulheres no climatério: revisão integrativa.	ALVES, Estela Rodrigues Paiva, et al.	Analisar a produção científica publicada sobre a sexualidade de mulheres no climatério.	Revisão integrativa de abordagem bibliométrica.	O país com maior número de autores foi o Brasil. O tema mais abordado foi a função sexual. A maioria das publicações era quantitativa, e ocorreram em 2008, e foram publicados no idioma português brasileiro.	Observou-se a necessidade de mais pesquisas qualitativas, principalmente na área de enfermagem.

08: Diagnóstico de enfermagem disfunção sexual em Gestantes: uma análise de acurácia.	QUEIROZ, Cláudia Natássia Silva Assunção; SOUSA, Vanessa Emille Carvalho de; LOPES, Marcos Venícios de Oliveira.	Verificar a acurácia dos indicadores do diagnóstico de enfermagem Disfunção sexual em gestantes.	Estudo transversal.	A característica limitações percebidas/ reais impostas pela gravidez se mostrou sensível, enquanto alterações em alcançar o papel sexual percebido, incapacidade de alcançar a satisfação desejada, mudança do interesse por outras pessoas e verbalização do problema foram específicas.	Importância de enfocar tal diagnóstico durante o pré-natal e de conhecer a acurácia dos indicadores para um diagnóstico preciso.
09: Causas predisponentes à gestação entre adolescentes.	FERREIRA, Emanuela Batista, et al.	O objetivo deste estudo foi descrever as causas predisponentes à gestação entre adolescentes e seu conhecimento sobre os métodos de prevenção.	Pesquisa exploratória, descritiva e quantitativa	Os achados evidenciam que a maioria das adolescentes tinha cerca de 16 anos, era parda, alfabetizada e católica, morava com seu parceiro e apresentava baixo nível socioeconômico	Constatou-se a necessidade de investir em estratégias de orientação a essas adolescentes, de modo que as práticas contraceptivas e o exercício responsável da sexualidade passem a ser percebidos como comportamentos positivos e regulares

**Fonte** - dados empíricos da pesquisa

Os artigos analisados enfocam a importância da enfermagem na assistência sexual e reprodutiva demonstrando como o profissional deve agir diante das situações que envolvam questões de gênero, sexualidade, saúde e bem estar.

Os métodos utilizados foram abordagem qualitativa, revisão integrativa, estudo transversal e pesquisa exploratória onde os dados foram analisados conforme pede cada tipo de pesquisa.

No primeiro artigo este diz respeito a mudança da disciplina que concerne à saúde da mulher e reprodução, onde é mostrado que essa disciplina na Escola de Enfermagem mudou nas ementas, metodologia e nos conteúdos mostrando que o conhecimento desse conteúdo para os universitários é de suma importância para a formação de todo profissional da área da saúde, pois o preparam para lidar com diversas situações e questões sociais, culturais e de gênero. O curso se organiza em uma estrutura disciplinar que necessita da participação de docentes e discentes para que isso seja realizado com sucesso (SILVA; RODRIGUES, 2008).

Já no segundo artigo foi feito um estudo sobre a violência sexual por meio de um estudo transversal espacial. Quando se fala em sexualidade inevitavelmente se fala de violência sexual que vem se tornando um caso de saúde pública que cresce; conhecer o perfil das vítimas é de suma importância para os profissionais da saúde uma vez que terá de atendê-las nas Unidades de Pronto Atendimento. No estudo verificou-se que os adolescentes em situação de violência foram em sua maioria meninas e de cor branca, predominou a violência intrafamiliar e com perpetrador tendo como consequência em 8,7% a gravidez. Os casos tiveram distribuição homogênea no município sem padrão espacial preferencial e sem distinção de estrato social.

A violência sexual é problema de saúde pública global e ações têm sido implementadas para estimular estudos no tema, a fim de propor intervenções de prevenção e atendimento adequado (FACURI et al, 2013), porém ainda existem questões onde os gestores de saúde precisam fazer refletir, tais como a cobertura e continuidade dos serviços de atenção e capacitação permanente dos profissionais, bem como o atendimento para a interrupção da gravidez, prevista em lei (LIMA, DESLANDES, 2014).

Quanto ao terceiro artigo, foi analisada uma ferramenta virtual de disseminação do conhecimento, os *Blogs*, que foram criados por estudante no intuito de divulgar o conhecimento sobre a sexualidade. Esta mediação tecnológica estabelece uma relação entre os adolescentes que são mais susceptíveis a negligência sexual estabelecer uma relação entre si sobre o tema diminuindo assim os sentimentos de dúvida, isolamento e timidez; sendo esse conteúdo dinamizados através de imagens e de vídeos que facilitem o seu entendimento além de possuir uma linguagem simples e adequada à realidade dos adolescentes.

No quarto artigo a sexualidade é atrelada a diversidade e a promoção da saúde sexual e reprodutiva, pois essa perspectiva gera abordagens positivas sobre a sexualidade humana promovendo uma vivência saudável e satisfatória não sendo esta limitada às questões reprodutivas e de prevenção as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST); esses aspectos assumem importante relevância nas intervenções de saúde sexual e reprodutiva. Nesta pesquisa os enfermeiros que foram entrevistados mostraram pouco ou nenhum conhecimento sobre a diversidade sexual, para o profissional enfermeiro é necessário ter um conhecimento com a temática para melhor abordagem social e individual de cada paciente assistido, para isso é preciso estudos direcionados a temática.

Vale salientar que a Constituição após anos de tramites judiciais chegou-se à conclusão que os direitos sexuais e reprodutivos devem ser seguidos para trazer saúde e bem estar ao indivíduo, esta lei diz que: há o direito das pessoas decidirem, de forma livre e responsável, se querem ou não ter filhos, quantos filhos desejam ter e em que momento de suas vidas; tem o direito de acesso a informações, meios, métodos e técnicas para ter ou não ter filhos; tem ainda o direito de exercer a sexualidade e a reprodução livre de discriminação, imposição e violência (BRASIL, 2013).

Já o artigo quinto traz a promoção da saúde sexual e reprodutiva, que significa que os indivíduos devem ter uma vida **sexual** prazerosa e segura, através de informações sobre a **sexualidade** e prevenção de IST/AIDS e a liberdade para decidirem se querem ter filhos, quando e com que frequência irá tê-los, através do acesso à informação e aos métodos contraceptivos (SOUZA; TYRRELL, 2016). Deve ser promovida pelos profissionais de saúde, em especial pelo enfermeiro. Porém, na análise feita com enfermeiros foram expostas as dificuldades para a educação em saúde sexual como a presença de crianças nos grupos de educação em saúde. Quanto aos temas abordados nos grupos, está presente o controle de reprodução enfocando os métodos mais difundidos e como ter acesso a eles, mostra ainda que é necessário aumentar o número de pesquisas sobre a temática como também a capacitação desses profissionais que atuam na promoção de saúde sexual e reprodutiva.

A Constituição Federal inclui no Título VII da Ordem Social, em seu Capítulo VII, art. 226, § 7º, a responsabilidade do Estado no que se refere ao

planejamento familiar, nos termos: “Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas” (BRASIL, 2005a).

No artigo sexto é evidenciado que o conhecimento sobre as ISTs pelos adolescentes é muito precário, uma vez que nos resultados está presente o não conhecimento sobre as maneiras de como se prevenir de sua aquisição. Porém, é do conhecimento de todos que o uso de preservativo é importante, no entanto, não é utilizado. Diante disso, o papel do enfermeiro como educador é imprescindível para mudar esse panorama mostrado no artigo. Pela sua magnitude, transcendência, vulnerabilidade e factibilidade de controle, as DST devem ser priorizadas enquanto agravos em saúde pública.

A assistência às IST deve ser realizada de forma integrada pelo Programa de Saúde da Família, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e serviços de referência regionalizados. O Programa Saúde da família pode facilitar o acesso ao cuidado e a busca de parceiros sexuais, enquanto as UBS e os últimos devem exercer um papel fundamental no tratamento adequado e seguimento clínico (BRASIL, 2005b).

Em relação ao artigo sétimo é possível visualizar que as publicações mais encontradas são brasileiras e em idioma português, porém as maiores pesquisas foi realizado por um médico o que elucida a necessidade de pesquisas realizadas por enfermeiras sobre o tema, pois durante o climatério a enfermeira pode atuar na educação sexual abolindo medos e tabus que possam existir para com essas pessoas, elucidando o direito sexual e reprodutivo no climatério (BRASIL, 2005b).

Quanto ao artigo oitavo este é um estudo que demonstra que a sexualidade é uma necessidade básica que ao mesmo tempo é um fenômeno complexo que pode interferir na saúde física e mental do ser humano. Os resultados da pesquisa tem implicação no pré – natal dos enfermeiros, pois é necessário reconhecer as alterações no padrão sexual feminino decorrentes do período gestacional; o enfermeiro deve respeitar as diferenças de cada paciente identificando e individualizando as alterações de saúde concernentes a sexualidade.

Na gestação o ato sexual não é necessariamente interrompido a não ser que haja intercorrências gestacionais como placenta previa ou ameaça de abortamento (MONTENEGRO; REZENDE; 2013); sendo

assim, ao enfermeiro é desejável ter em seu conhecimento científico, a literatura sobre o tema em discussão.

O artigo nono evidencia que as meninas grávidas tinham em média 16 anos de idade e que a gestação era por vontade própria. É mostrado que a educação por parte do enfermeiro é primordial para demonstrar que uma vida sexual responsável é possível e que deve ser feita de maneira regular para sempre se ter satisfação.

Desse modo, a anticoncepção deve ser esclarecida e evidenciado os meios pelos quais elas podem usufruir, o acesso gratuito aos métodos anticoncepcionais é condição fundamental para que a escolha do método se realize livremente, sem restrições. Isso é particularmente extraordinário considerando-se que grande parte da população não tem condição de pagar pelo método (BASIL, 2002).

## 5 CONCLUSÃO

Saúde sexual e reprodutiva diz respeito a liberdade de ter uma vida sexual saudável e segura e poder escolher quantos filhos quer ter livre de preconceitos e repressão. As teorias de enfermagem auxiliam no cuidado para que esses direitos sejam garantidos diante da sociedade de maneira holística e condizente com a constituição dos direitos humanos.

A partir dos artigos analisados, foi possível identificar que a sexualidade e a saúde reprodutiva na assistência de enfermagem é uma das temáticas mais cobradas pelo ministério da saúde, uma vez que o enfermeiro é responsável pelas ações de educação em saúde e na assistência do planejamento familiar e pré-natal.

Desse modo é preciso ver que a sexualidade está em todas as fases da vida, desde a satisfação do recém-nascido ao se alimentar ao idoso pela atenção e afeto; e diz respeito também às dimensões psicológicas e culturais como podemos ver em alguns dos artigos analisados anteriormente.

Foi possível evidenciar também que o conteúdo curricular estudantil que se refere a sexualidade e reprodução teve mudanças em ementas e no conteúdo, tudo isso para que o profissional enfermeiro possa estar melhor qualificado para atender as necessidades do paciente com algum problema ou dúvida, uma grande preocupação na parte de quem estuda e quem qualifica.

A pesquisa realizada demonstra ainda a falta de estudos na área, principalmente em português. Neste caso este artigo torna-se de grande relevância para a comunidade acadêmica, não só da enfermagem, mas também de todos os profissionais que lidam com a temática da saúde sexual e reprodutiva. Sendo assim, cabe aos enfermeiros pesquisar e aprimorar os conhecimentos no contexto da “sexualidade e reprodução”.

Além dos profissionais da saúde, este estudo também é de relevância para o público em geral, visto a relevância do tema na vida da humanidade, de uma forma geral. Desta maneira, espera-se que este venha a contribuir com a formação de sujeitos críticos e reflexivos que busquem melhorar o contexto do cuidar, exigindo condições eficazes e dignas de assistência.

## 6 REFERÊNCIAS

ALVES, Estela Rodrigues Paiva, et al. Produção científica sobre a sexualidade de mulheres no climatério: revisão integrativa. **Journal of Research Fundamental Care**. Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 2537-2549, abr./jun., 2015. Online. ISSN: 2175-5361.

BARBOZA, J. Teoria do amor sexual: uma reflexão em torno de Platão, Schopenhauer e Freud. **Rev. Filos.**, v. 19, n. 25, p. 225-236, jul./dez. 2007

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: uma prioridade do governo**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde, 2005a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Atenção ao pré-natal de baixo risco** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde sexual e saúde reprodutiva** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2010; 2013. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 26).

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Assistência em Planejamento Familiar: Manual Técnico**/Secretaria de Políticas de Saúde, Área Técnica de Saúde da Mulher. 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Manual de Bolso das Doenças Sexualmente Transmissíveis** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST e Aids. Brasília: Ministério da Saúde. 2005b.

CHRIZOSTIMO, Miriam Marinho, et al. A formação profissional do enfermeiro: 'estado da arte'. **Enfermeria Global**-Revista eletrônica trimestral de Enfermagem, Rio de Janeiro, n.40, oct., 2015. ISSN: 1695-6141.

DANTAS, Karla Temístocles de Brito, et al. Jovens universitários e o conhecimento acerca das doenças sexualmente transmissíveis: contribuição para cuidar em enfermagem. **Journal of Research Fundamental Care**. Rio de Janeiro, v.7, n.3, p.3020-3036, jul./set., 2015. Online. ISSN: 2175-5361.

FACURI, Cláudia de Oliveira, et al. Violência sexual: estudo descritivo sobre as vítimas e o atendimento em um serviço universitário de referência no Estado de São Paulo. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.29, n.5, p.889-898, maio, 2013.

FERREIRA, Emanuela Batista, et al. Causas predisponentes à gestação entre adolescentes. **Journal of Research Fundamental Care**. Rio de Janeiro, v.6, n.4, p.1571-1579, 2014. Online. ISSN: 2175-5361.

GARCIA, Olga Regina Zigelli; LISBOA, Laura Cristina da Silva. Consulta de enfermagem em sexualidade: um instrumento para assistência de enfermagem à saúde da mulher, em nível de atenção primária. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, jul./set., 2012.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

JUSTINO, Lucyana Conceição Lemes, et al. Violência sexual contra adolescentes em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. **Rev Gaúcha Enferm.**, n.36(esp), p.239-246, 2015.

LIMA, Claudia Araújo de; DESLANDES, Suely Ferreira. Violência sexual contra mulheres no Brasil: conquistas e desafios do setor saúde na década de 2000. **Saúde Soc**. São Paulo, v.23, n.3, p.787-800, 2014.

MONTENEGRO, Carlos de Antonio Barbosa; REZENDE, Jorge de Rezende Filho. **Obstetrícia**. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

OLIVEIRA, A.; LOPES, S.; LUZ, V. D. **O paradigma biomédico e holístico face aos cuidados de enfermagem**. Monografia apresentada à Universidade do Mindelo; Orientada pela Professora Mestre Odete Pereira, 2013.

PAGLIUCA, Lorita Marlene Freitag. Os princípios da teoria das necessidades humanas básicas e sua aplicabilidade para o paciente com indicação de transplante de córnea. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília. v.46, n.1, p. 21-31, jan./mar., 1993. ISSN 0034-7167

POTTER, P. A.; PERRY, A. G. **Fundamentos de Enfermagem**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

QUEIROZ, Cláudia Natássia Silva Assunção; SOUSA, Vanessa Emille Carvalho de; LOPES, Marcos Venícios de Oliveira. Diagnóstico de enfermagem e disfunção sexual em Gestantes: uma análise de acurácia. **Rev. Enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, v. 21, n.2 (esp), p.705-710, dez., 2013.

SILVA, Joise Magarão Queiroz; MARQUES, Patrícia Figueiredo; PAIVA, Mirian Santos. Saúde sexual e reprodutiva e Enfermagem: um pouco de história na Bahia. **Rev.Bras. Enferm.**, Brasília, v.66, n.4,p.501-507,jul.-ago, 2013.

SILVA, Rosiele Pinho Gonzaga da; RODRIGUES, Rosa Maria. Mudança curricular: desafio de um curso de graduação em enfermagem. **Rev. Bras. Enferm**, Brasília, v. 61, n.2, p.233-238, mar./abr, 2008.

SILVA, Glauber Weder dos Santos, et al. Diversidade sexual e homofobia: o conhecimento de enfermeiros da estratégia saúde da família. **Journal of Research Fundamental Care**. Rio de Janeiro. v.8, n.1, p.3725-3739, jan./mar, 2016. Online. ISSN: 2175-5361.

SOUZA, Maria das Dores de; TYRRELL Maria Antonieta Rubio. Direitos sexuais e reprodutivos na atenção básica: educação em saúde grupal sob a ótica da enfermeira. **Revista Iberoamericana de Educación e Investigación em Enfermeira**. 2016

TEIXEIRA, E. Reflexões sobre o paradigma holístico e holismo e saúde. **Rev. Esc. Enf. USP**, v.30, n.2, p. 286-90, ago. 1996.

VALLI, Gabriela Petró; COGO, Ana Luísa Petersen. Blogs escolares sobre sexualidade: estudo exploratório documental. **Rev Gaúcha Enferm**, Porto Alegre, v.34, n.3, p.31-37, 2013.

# AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIOXIDANTE E MITOCONDRIAL DO EXTRATO DAS SEMENTES DE CHICHÁ (*STERCULIA STRIATA* A. ST. HIL. & NAUDIN) EM CELULAS 3T3 E HeLa

Erika Xavier da Silva<sup>1</sup>  
Sabrina Melo da Silva<sup>2</sup>  
Carla Maria Oliveira de Lima<sup>3</sup>  
Amanda Fernandes de Medeiros<sup>4</sup>  
Alexandre Coelho Serquiz<sup>5</sup>

## RESUMO

Constituintes bioativos de alimentos, principalmente os de origem vegetal, veem sendo alvo de pesquisas contra doenças, como o câncer. Compostos antioxidantes são relatados como potencial anticancerígeno. Assim, estudou-se extratos aquosos da semente de chicha (*Sterculia Striata* A. St. Hil. & Naudin), semente proveniente do cerrado, com intuito de verificar composição de fenólicos totais, Capacidade Antioxidante Total (CAT) e da Atividade mitocondrial de extratos aquosos da semente de chicha (*Sterculia Striata* A. St. Hil. & Naudin) em linhagem de células normais e tumorais, por meio dos ensaios de MTT, complexo de fosfomolibdênio e ensaio com células normais (3T3) e tumorais (HeLa), respectivamente. A determinação de fenólicos totais os resultou em  $435 \mu\text{g/mL} \pm 21 \mu\text{g/mL}$  Equivalente de Ácido Gálico (EAG); Capacidade Antioxidante Total (CAT)  $24 \text{mg/mg} \pm 1,3 \text{mg/mg}$  Equivalente de ácido ascórbico (EAA); a toxicidade mostrou-se baixa frente as células 3T3, já em células HeLa o extrato mostrou-se alto potencial redutor, inibido cerca de 40% da proliferação celular. Os resultados possibilitam uso da chicha em novos caminhos de investigações sobre um possível caráter funcional.

**Palavras-chave:** Antioxidante. Atividade mitocondrial. Chichá.

- 1 Nutricionista. E-mail: erikax16@hotmail.com. Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/6253609720358266>.
- 2 Nutricionista. E-mail: bynamelo20@hotmail.com. Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/3744574332482707>.
- 3 Discente do Curso de Nutrição do Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN. E-mail: carlalima09.cl@gmail.com. Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/3744574332482707>.
- 4 Mestranda do Departamento de Bioquímica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN E-mail: amandanut@hotmail.com. Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/9221417221401426>.
- 5 Doutorando do programa de pós graduação em ciências da saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN E-mail: alexandreserquiz@gmail.com. Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/2028938895696193>

## EVALUATION OF THE ANTIOXIDANT AND MITOCHONDRIAL ACTIVITY OF THE CHICHÁ SEED EXTRACT (*STERCULIA STRIATA* A. ST. HIL. & NAUDIN) IN 3T3 AND HeLa CELLS

### ABSTRACT

Bioactive constituents of foods, especially those of vegetal origin, have been targeted by research against diseases such as cancer. Antioxidant compounds have been reported to have anticancer potential. Thus, aqueous extracts of chicha seeds (*SterculiaStriata* A. St. Hil. &Naudin) from the "cerrado" were studied in order to verify the composition of total phenolics, Total Antioxidant Capacity (TAC) and Mitochondrial Activity of aqueous extracts of chicha seeds (*SterculiaStriata* A. St. Hil. &Naudin) in normal and tumor cell lines by means of the MTT, phosphomolybdenum complex, and normal (3T3) and tumor (HeLa) assays, respectively. The determination of total phenolics was produced in 435 µg/mL + 21 µg/mL, the equivalent of Gallic Acid (EGA); Total Antioxidant Capacity (TAC) 24 mg/mg + 1.3 mg/mg, the equivalent of ascorbic acid (EAA); the toxicity was shown to be low against 3T3 cells, whereas in HeLa cells the extract showed high reduction potential, inhibiting about 40% of cell proliferation. The results open up new ways of researching the use of Chichá in a possible functional character.

**Keywords:** Antioxidant; Mitochondrial activity; Chichá.

## 1 INTRODUÇÃO

Alimentos com constituintes bioativos veem sendo alvo de pesquisas e de procura pela população. São alimentos, principalmente de origem vegetal, caracterizados por terem propriedades biologicamente ativas (COSTA; JORGE, 2011).

Muitas das propriedades benéficas descritas nos alimentos de origem vegetal estão associadas, principalmente, a atividade antioxidante (MARTÍNEZ-VALVERDE; PERIAGO; ROS, 2000). São importantes para redução e/ou inibição de efeitos provocados pelos radicais livre, no combate aos processos oxidativos, como menores danos ao DNA e às macromoléculas, amenizando assim os danos cumulativos que podem desencadear doenças como cardiopatias, cataratas e câncer (SANTOS et al, 2008).

O câncer é uma doença em que células com expressão gênica alterada se proliferam de forma desordenada acarretando perda de função e pode vir a invadir outros tecidos, que é chamado de metástase (FENECH, 2002). Considerado um problema de saúde pública global, devido alta incidência e mortalidade, principalmente nos países em desenvolvimento, busca-se formas alternativas para superar este problema (HUSSAIN; KUMAR; GHOSH, 2016). Dentre essas formas, há três áreas de prevenção do câncer: a primeira é mencionada como manutenção de estilo de vida saudável, a segunda está relacionada com medidas de triagem para identificar câncer precoce e o terceiro, em que na verdade é controle do câncer, com cuidados para redução do risco de recorrência e metástase (SANDERS et al, 2016).

Na perspectiva da primeira área de prevenção do câncer, diversos alimentos são estudados em fases pré-clínicas e clínicas, com potencial anticancerígeno (HUSSAIN; KUMAR; GHOSH, 2016). A busca por novas substâncias com atividade antitumoral tem surgido com uma expectativa de se atingir eficácia terapêutica. Cerca de 80% das drogas aprovadas pela Administração de Alimentos e Medicamentos dos Estados Unidos, nos últimos 30 anos, para o tratamento do câncer são provenientes, direta ou indiretamente, de fontes naturais, como plantas, micro-organismos, organismos marinhos, além de alimentos como castanhas, nozes e amêndoas (MANN, 2002; BISHAYEE; SETHI, 2016; DANDAWATE et al, 2016; SINHA et al, 2016).

Assim, a nutrição e padrões dietéticos têm sido apresentados como alternativa para impactar diretamente na saúde da população, por meio dos

benefícios atribuídos à redução do estresse oxidativo pela normal ou excessiva produção de radicais livres (BERGER, 2005).

Sabendo que muitas castanhas, amêndoas e sementes do cerrado brasileiro apresentam escassez de estudos que comprovem a sua eficácia como alimentos funcionais, estudou-se o chichazeiro (*Sterculia striata* St. Hil. et Naudin). Pertencente a família *Sterculiaceae*, é conhecido popularmente como chichazeiro-do-cerrado, mendubi-guaçu, aracha-chá, chechá-do-norte e castanha-de-macaco; A espécie tem potencial madeireiro, paisagístico e alimentar, pois seus frutos e sementes (nozes) podem ser consumidos *in natura* (LORENZI, 2002).

Os efeitos benéficos do consumo de castanhas são atribuídos à ação sinérgica de seus ácidos graxos e conteúdo de compostos bioativos. As castanhas são descritas como ricas fontes de substâncias antioxidantes, como compostos fenólicos, flavonoides, tocotrienol, luteolina, terpenos, isoflavonas e outros (KRIS-ETHERTON et al, 1999).

O objetivo deste trabalho foi de determinar compostos fenólicos totais, avaliar a Capacidade Antioxidante Total (CAT) e Avaliação da Atividade mitocondrial de extratos aquosos da semente de chicha (*Sterculia striata* A. St. Hil. & Naudin) em linhagem de células normais e tumorais.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 MATERIAL

As amostras da chichá (*Sterculia striata* A. St. Hil & Naudin) foram obtidas no comércio da cidade de Natal-RN. As amêndoas apresentavam suas características organolépticas normais. Após aquisição, as sementes foram lavadas em água corrente, higienizadas em solução de hipoclorito a 2,5% por 15 minutos, novamente lavadas em água corrente e armazenadas à - 80°C até o momento do ensaio.

Os experimentos foram conduzidos no Laboratório de Química em Função de Proteínas Bioativas (LQFPB) e no Laboratório de Cultura de Células do Departamento de Bioquímica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

## 2.2 MÉTODOS

### 2.1.1 Preparo do extrato aquoso

As sementes de Chichá foram descascadas manualmente, separando a casca da amêndoa. As amêndoas foram aliquotadas e solubilizadas em água destilada, na proporção 1:1, então foram trituradas no liquidificador por 3 minutos à temperatura ambiente. Após essa etapa, os extratos foram centrifugados, a 8000g por 30 minutos à 4°C, filtrados em funil com papel filtro. Após a filtração, os extratos aquosos foram liofilizados.

### 2.1.2 Determinação de fenólicos totais

A determinação do conteúdo de compostos fenólicos foi feita conforme descrito por Melo-Silveira e col. (2014), sendo usada uma curva analítica de diferentes titulações de ácido gálico como referencial de equivalência. Os resultados foram expressos em µg de fenólicos totais em Equivalente de Ácido Gálico (EAG) por mL do extrato.

### 2.1.3 Capacidade Antioxidante Total (CAT)

O princípio do teste consiste na redução do Molibdênio<sup>+6</sup> a Molibdênio<sup>+5</sup>, com a formação de um complexo esverdeado Fosfato/Molibdênio<sup>+5</sup> em pH ácido. Os extratos aquosos e as soluções reagentes (ácido sulfúrico 0,6 M, fosfato de sódio 28 mM e 4 mM de molibdato de amônio) foram incubados a 95 °C durante 90 min. Após este período, as capacidades absorventes de cada extrato foram medidas a 695 nm contra o branco. A CAT foi expressa em equivalente de ácido ascórbico/grama de extrato da chicha (PRIETO; PINEDA; AGUILAR, 1999).

### 2.1.4 Mitochondrial activityevaluation

A viabilidade da HeLa (célula tumoral do colo uterino humano) e 3T3 (células de fibroblastos de ratos) essas linhagens celulares foram diluídas em extratos aquosos de chichá nas concentrações de 125, 250 e 500 µg e foi

avaliado a redução da enzima 3-(4,5-dimethylthiazol-2-yl)-2,5-diphenyltetrazolium bromide (MTT, Sigma).

## 2.2 ANÁLISE ESTATÍSTICA

Todos os dados do experimento realizados foram expressos como média  $\pm$  desvio padrão. Para testar diferenças entre as amostras, foi utilizado o teste de análise paramétrica de análise de variância (ANOVA), usado o GraphPadInStat. O teste de Student-Newman-Keuls foi aplicado para se comprovar algumas similaridades encontradas pela ANOVA.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 3.1 COMPOSTOS FENÓLICOS TOTAIS

As quantidades de compostos fenólicos existentes nos extratos aquosos da semente de Chichá em estudo estão apresentadas na tabela 1.

**Tabela 1** – Compostos fenólicos totais de extrato aquoso de Chicha, expresso em Equivalentes de Ácido Gálico (EAG) g/ mL

	CFT (EAG) g/ mL $\pm$ DP)
Chichá ( <i>Sterculia Striata</i> A. St. Hil&Naudin)	435 $\pm$ 2,1

**Fonte:** própria do autor, Natal-RN, 2017.

A quantidade de compostos fenólicos encontrado na semente de chichá, foi menor do que aquelas encontradas em estudo com castanhas portuguesas realizado por Vasconcelos et al. (2007), mostrando assim um teor inferior de compostos fenólicos quando comparados a castanha Portuguesa. Por outro lado o extrato aquoso da semente de Chichá apresenta valor superior àqueles encontrados em extratos de frutas consumidas mundialmente como: maçã (339,0  $\mu$ g EAG/mL), abacaxi (358,0  $\mu$ g EAG/mL)(GARDNER et al, 2000). Indicando o potencial desta semente como alimento funcional, já que compostos fenólicos são tidos como seus principais compostos antioxidantes (LOPEZ-VELEZ; MARTINEZ-MARTINEZ; DEL VALLE-RIBES, 2003).

A indústria de alimentos vem demonstrando grande interesse em extratos de plantas ricos em compostos fenólicos, pois estes compostos retardam a degradação de vários nutrientes encontrados em alimentos industrializados, aumentando assim a qualidade e o valor nutricional destes alimentos (PAN et al, 2010).

### 3.2 CAPACIDADE ANTIOXIDANTE TOTAL (CAT)

Conforme Wang e lin (2000), nem sempre a atividade antioxidante está correlacionada com a grande quantidade de compostos fenólicos. Porém, alguns autores encontraram correlações positivas entre a quantidade total de compostos fenólicos e a atividade antioxidante. No entanto, a partir dos compostos fenólicos encontrados nos extratos da amêndoa estudada, foi realizada a avaliação do potencial antioxidante do mesmo através da Capacidade Antioxidante Total (CAT).

Esse teste avalia a capacidade de uma amostra doar elétrons em um ambiente fracamente ácido, neutralizando espécies reativas de oxigênio, por exemplo. Os resultados obtidos nesse trabalho estão apresentados na tabela 02.

**Tabela 2** – Capacidade Antioxidante Total do extrato aquoso de chicha, expresso em equivalentes de ácido Ascórbico (EAA) mg/ mg.

	CAT (mg de EAA/ g extrato seco ± DP)
Chichá ( <i>Sterculia Striata</i> A. St. Hil&Naudin)	24 ± 1,3

**Fonte:** própria do autor, Natal-RN, 2017.

Em estudo realizado por Oliveira et al (2009), em que foi avaliada a capacidade antioxidante da castanha de caju, a mesma se revelou um alimento com uma excelente capacidade antioxidante, podendo ser um importante alimento da dieta, por seu efeito positivo para saúde. Estudo com romã, erva-mate, menta e chá verde, foi observado que os quatro extratos apresentavam alto teor de polifenóis totais e exibiam alta capacidade antioxidante (SOUSA et al, 2007).

Morgado et al, (2010), em estudo com goiabas colhidas em estágio não maduro, apresentaram a maior vida útil, maiores teores de sólidos

solúveis e de acidez titulável, bem como maiores teores de polifenóis extraíveis totais, atividade antioxidante total e teores de ácido ascórbico do que as frutas maduras.

Atividade antioxidante dos extratos metanólicos das hortaliças orgânicas e convencionais através do ensaio do DPPH foram analisados. Os melhores resultados das atividades antioxidantes e o teor de fenóis totais foram superiores nos vegetais orgânicos em relação aos convencionais. O sistema de produção convencional, baseia-se na utilização intensiva de insumos químicos (agrotóxicos), mecanização pesada e melhoramento genético voltado para a produtividade física (ARBOS et al, 2010).

Diversos fatores podem interferir na capacidade antioxidante, como: época de colheita, idade e desenvolvimento da plantas e método de preparo dos extratos. Sendo assim, podem levar a variação no conteúdo de metabólitos secundários, possibilitando o direcionamento de estudos que priorizem fatores e viabilize concentrações desejáveis de princípios ativos (GOBBO-NETO; LOPES, 2007).

A quantidade de compostos fenólicos e os valores de CAT dos extratos podem ter correlações, uma vez que os compostos fenólicos encontrados são tidos como principais compostos antioxidantes, reforçando o potencial desta semente como alimento funcional.

### 3.3 ATIVIDADE MITOCONDRIAL

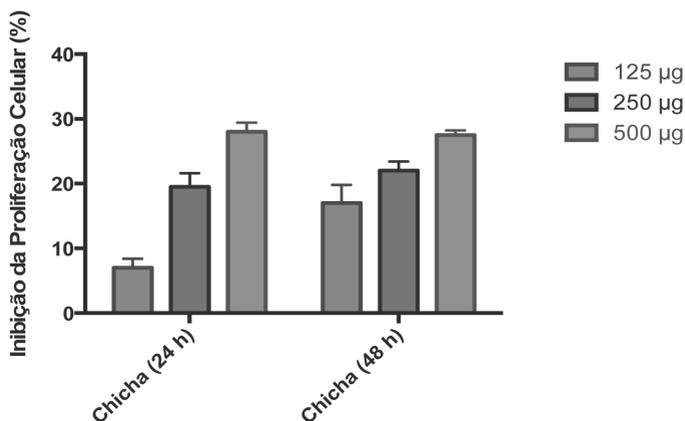
Nos diversos tipos de câncer, o processo normal de apoptose responsável por eliminar células indesejáveis ou que apresentem alterações genéticas, é desregulado, levando ao crescimento descontrolado de células mutadas que são resistentes a tratamentos convencionais como quimioterapia e radioterapia (CALL; ECKHARDT; CAMIDGE, 2008; HE et al, 2012). Por isso, a busca por novos agentes terapêuticos que atuem induzindo o processo apoptótico de células danificadas têm sido alvo de várias pesquisas. Assim extratos vegetais, bem como substâncias puras isoladas de plantas têm sido analisados nesse aspecto.

A atividade mitocondrial do extrato aquoso da semente de chichá foi verificada com duas linhagens de células: HeLa (célula tumoral do colo uterino humano) e 3T3 (células de fibroblastos de ratos) por 24h e 48h,

utilizando-se o método MTT. Este ensaio é uma técnica simples e confiável, que mede a atividade metabólica de células viáveis e tem sido amplamente utilizado para quantificar proliferação celular (MOSMANN, 1983).

As células 3T3 são comumente utilizadas para se avaliar a toxicidade de compostos frente a células normais. Os dados mostraram que os extratos apresentaram baixa toxicidade frente a essas células. Os extratos interferiram muito pouco na proliferação das células 3T3. A inibição da proliferação variou, aproximadamente, de 8 a 30% nas máximas concentrações utilizadas, nas primeiras 24h. Essa taxa de inibição não obteve mudança significativa após as 48h, como mostra a figura 1.

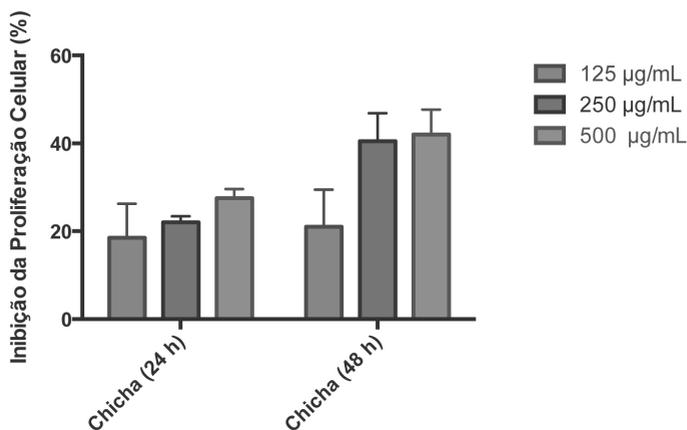
**Figura 1** – Atividade mitocondrial de extrato aquoso de chichá com células 3T3. Os dados são expressos como média desvio padrão. Análise estatística foi realizada separadamente em 24 e 48 horas, utilizando-se ANOVA seguida pelo teste de Student-Newman-Keuls ( $p < 0,05$ )



Fonte: Pesquisa experimental, Natal-RN 2017.

Avaliou-se ainda, o efeito do extrato frente a células tumorais HeLa. Os resultados obtidos são mostrados na figura 2. Nas condições testadas o extrato apresentou atividade mitocondrial em todas as concentrações, porém as mais expressivas foram para as concentrações: (250 g/mL, 48h e 500 g/mL, 48h), apresentando cerca de 40% de inibição celular.

**Figura 2** –Atividade mitocondrial de extrato chichá com células HeLa. Os dados são expressos como média desvio padrão. Análise estatística foi realizada separadamente em 24 e 48 horas, utilizando-se ANOVA seguida pelo teste de Student-Newman-Keuls ( $p < 0,05$ )



Fonte: Pesquisa experimental, Natal-RN 2017.

Atividade antiproliferativa das castanhas e nozes foi evidenciada em pesquisa com dez tipos de oleaginosas. Entre os extratos solúveis analisados, os extraídos das nozes comuns, nozes Pecã, amendoim e amêndoas mostraram atividades antiproliferativas relativamente elevadas tanto para as sulfotransferases de células de fígado humano (HepG2) quanto para as células de carcinoma do cólon (Caco-2), enquanto os extratos de castanhas de caju e macadâmia evidenciaram uma fraca atividade antiproliferativa para as células HepG2 (YANG; LIU; HALIM, 2009).

Em estudo feito com extrato da fruta *Terminalia chebulae* células de próstata humana (PC-3) mostraram que este extrato apresenta atividade antiproliferativa de forma dose dependente, chegando ao máximo em torno de 0.4 mg/mL. Os dados também mostraram que havia uma correlação positiva entre a atividade antiproliferativa e o teor de compostos fenólicos, o que levou os autores a sugerirem que estes seriam responsáveis pela atividade antiproliferativa dos extratos (SALEEM et al, 2002)

Estudos com extratos de folhas de *Croton lechleri* (Euphorbiaceae) mostraram uma taxa de 30% na indução do apoptose inicial em células HeLa (ALONSO-CASTRO et al, 2012). Sendo assim, os resultados apresentados aqui mostram que a espécie Chichá (*sterculia striata* a. *St. Hil.*

*&naudin*), apresenta potencial na busca por novos compostos que possuam ação terapêutica, tendo em vista que seus extratos apresentaram bons resultados de compostos fenólicos, antioxidantes e de inibição de células cancerígenas. Porém, pesquisas adicionais são necessárias para investigar quais os mecanismos e estruturas químicas que proporcionam uma melhor capacidade antiproliferativa de células tumorais.

#### 4 REFERÊNCIAS

ALONSO-CASTRO, A. J. et al. Antitumor effect of *Croton lechleri* Mull. Arg. (Euphorbiaceae). **Journal of Ethnopharmacology**, v. 140, n. 2, p. 438-442, 2012.

ARBOS, K. A. et al. Atividade antioxidante e teor de fenólicos totais em hortaliças orgânicas e convencionais. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**, v. 30, n. 2, p. 501-506, 2010.

BERGER, M. M. Can oxidative damage be treated nutritionally?. **Clinical Nutrition**, v. 24, n. 2, p. 172-183, 2005.

BISHAYEE, A.; SETHI, G. Bioactive natural products in cancer prevention and therapy: Progress and promise. **Seminars in Cancer Biology**, v. 40-41, p. 1-3, 2016.

CALL, J. A.; ECKHARDT, S. G.; CAMIDGE, D. R. Targeted manipulation of apoptosis in cancer treatment. **The Lancet Oncology**, v. 9, n. 10, p. 1002-1011, 2008.

COSTA, T.; JORGE, N. Compostos Bioativos Benéficos Presentes em Castanhas e Nozes. **Ciência Biológica e da Saúde**, v. 13, n. 3, p. 195-203, 2011.

DANDAWATE, P. R. et al. Targeting cancer stem cells and signaling pathways by phytochemicals: Novel approach for breast cancer therapy. **Seminars in Cancer Biology**, v. 40-41, p. 192-208, 2016.

FENECH, M. Chromosomal biomarkers of genomic instability relevant to cancer. **Drug Discovery Today**, v. 7, n. 22, p. 1128-1137, 2002.

GARDNER, P. T. et al. The relative contributions of vitamin C, carotenoids and phenolics to the antioxidant potential of fruit juices. **Food Chemistry**, v. 68, n. 4, p. 471-474, 2000.

GOBBO-NETO, L.; LOPES, N. P. Plantas medicinais: Fatores de influência no conteúdo de metabólitos secundários. **Quimica Nova**, v. 30, n. 2, p. 374-381, 2007.

HE, N.-W. et al. Antioxidant, antiproliferative, and pro-apoptotic activities of a saponin extract derived from the roots of *Panax notoginseng* (Burk.) F.H. Chen. **Journal of medicinal food**, v. 15, n. 4, p. 350-359, 2012.

HUSSAIN, S. S.; KUMAR, A. P.; GHOSH, R. Food-based natural products for cancer management: Is the whole greater than the sum of the parts?. **Seminars in Cancer Biology**, v. 40-41, p. 233-246, 2016.

KRIS-ETHERTON, P. M. et al. Nuts and their bioactive constituents: effects on serum lipids and other factors that affect disease risk. **The American Journal of Clinical Nutrition**, v. 70, n. 3, p. 504S-511S, 1999.

LOPEZ-VELEZ, M.; MARTINEZ-MARTINEZ, F.; DEL VALLE-RIBES, C. The study of phenolic compounds as natural antioxidants in wine. **Critical Reviews in Food Science and Nutrition**, v. 43, n. 3, p. 233-244, 2003.

LORENZI, H.; MATOS, F. J. A. Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas. **Nova Odessa: Plantarum**, v. 2, p. 368-342, 2002.

MANN, J. Natural products in cancer chemotherapy: past, present and future. **Nature Reviews Cancer**, v. 2, p. 143-148, 2002.

MARTÍNEZ-VALVERDE, I.; PERIAGO, M. J.; ROS, G. Significado nutricional de los compuestos fenólicos de la dieta. **Archivos Latinoamericanos de Nutricion**, v. 50, n. 1, p. 5-18, 2000.

MELO-SILVERIA, R. F. M. Xilanas de sabugo de milho como agnete antioxidante, citotóxico, anticoagulante e imunomodulador. 137 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Bioquímica, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.

MORGADO, C. M. A. et al. Conservação pós-colheita de goiabas “Kumagai”: efeito do estágio de maturação e da temperatura de armazenamento. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v. 32, n. 4, p. 1001-1008, 2010.

MOSMANN, T. Rapid colorimetric assay for cellular growth and survival: Application to proliferation and cytotoxicity assays. **Journal of Immunological Methods**, v. 65, n. 1-2, p. 55-63, 1983.

OLIVEIRA, M. S. . et al. Composição lipídica, teor de fenóis e atividade antioxidante da castanha de caju (*anacardium occidentale* l.) Dos clones CP 06 e 76. Congresso Brasileiro de Química. **Anais...**Porto Alegre, 2009.

PAN, Y. et al. Antioxidant activity of microwave-assisted extract of *Buddleia officinalis* and its major active component. **Food Chemistry**, v. 121, n. 2, p. 497-502, 2010.

PRIETO, P.; PINEDA, M.; AGUILAR, M. Spectrophotometric Quantitation of Antioxidant Capacity through the Formation of a Phosphomolybdenum Complex: Specific Application to the Determination of Vitamin E. **Analytical Biochemistry**, v. 269, n. 2, p. 337-341, 1999.

SALEEM, A. et al. Inhibition of cancer cell growth by crude extract and the phenolics of *Terminalia chebula* retz. fruit. **Journal of ethnopharmacology**, v. 81, n. 3, p. 327-336, 2002.

SANDERS, K. et al. Natural Products for cancer prevention: clinical update 2016. **Seminars in Oncology Nursing**, v. 32, n. 3, p. 215-240, 2016.

SANTOS, G. M. dos et al. Correlação entre atividade antioxidante e compostos bioativos de polpas comerciais de açaí (*Euterpe oleracea* Mart). **Archivos Latinoamericanos de Nutrición**, v. 58, n. 2, p. 187-192, 2008.

SINHA, D. et al. Resveratrol for breast cancer prevention and therapy: Preclinical evidence and molecular mechanisms. **Seminars in Cancer Biology**, v. 40-41, p. 209-232, 2016.

SOUSA, C. M. D. M. et al. Fenóis totais e atividade antioxidante de cinco plantas medicinais. **Química Nova**, v. 30, n. 2, p. 351-355, 2007.

VASCONCELOS, M. D. C. B. M. et al. Primary and secondary metabolite composition of kernels from three cultivars of Portuguese chestnut (*Castanea sativa* Mill.) at different stages of industrial transformation. **Journal of Agricultural and Food Chemistry**, v. 55, n. 9, p. 3508-3516, 2007.

WANG, S. Y.; LIN, H. S. Antioxidant activity in fruits and leaves of blackberry, raspberry, and strawberry varies with cultivar and developmental stage. **Journal of Agricultural and Food Chemistry**, v. 48, n. 2, p. 140-146, 2000.

YANG, J.; LIU, R. H.; HALIM, L. Antioxidant and antiproliferative activities of common edible nut seeds. **LWT - Food Science and Technology**, v. 42, n. 1, p. 1-8, 2009.

# AS ESTRATÉGIAS DE MARKETING PARA A DIVULGAÇÃO DA MÚSICA CHAINED TO THE RHYTHM E SUAS CRÍTICAS SOCIAIS IMPLÍCITAS

*Larissa Clariane Sobral Pereira<sup>1</sup>*  
*Carlos Alberto Pereira Leite Filho<sup>2</sup>*

## RESUMO

Discutem-se as estratégias de comunicação e marketing utilizadas para divulgar a música Chained to the Rhythm da artista pop Katy Perry e analisa a relação das estratégias com o conteúdo da mesma, partindo do princípio de que tudo está interligado. Apontam-se as críticas sociais e políticas implícitas no Lyric Vídeo, no clipe, nas apresentações e na própria letra da música em questão. Depois disso, expõe o histórico artístico e público da cantora Katy Perry, incluindo o seu ativismo político, até a criação do seu recente single, para tornar mais nítida a vertente política de Chained to the Rhythm. Conceituam-se as estratégias utilizadas, partindo da observação ampla de todos os elementos citados acima. Tal discussão é importante para entender um pouco mais sobre marketing, planejamento de marketing e estratégias de divulgação de um produto comercial e ideológico.

**Palavras-chave:** Estratégias de marketing. Divulgação de ideologia. Katy Perry. Chained to the rhythm.

## THE MARKETING STRATEGIES FOR THE DISSEMINATION OF THE SONG CHAINED TO THE RHYTHM AND ITS IMPLICIT SOCIAL CRITICISM

### ABSTRACT

The communication and marketing strategies used to publicize Chained to the Rhythm by pop artist Katy Perry are discussed along with an analysis of the relationship between the strategies and the content, assuming that everything is interconnected. To do so, it points out the social and political criticism implicit in the Lyric Video, in the videoclip, in the presentations, and in the actual lyrics of the song in question. After that, Katy Perry's artistic and public record is unveiled, including her political activism, up to the creation of her most recent single, to highlight the political side of Chained to the Rhythm. Lastly, this paper conceptualizes the strategies used, starting from a broad observation of all the elements mentioned above. Such a discussion is important to understand a little more about marketing, marketing planning, and the strategies used to publicize a commercial and ideological product.

**Keywords:** Marketing Strategies. Ideology Disclosure. Katy Perry. Chained to the Rhythm.

- 
- 1 Docente do MBA em Marketing Estratégico do Centro de Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). E-mail: posgraduacao@unirn.edu.br. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/2991600384299709>.
  - 2 Mestre em Administração. Docente do Centro de Universitário do Rio Grande do Norte (UNIRN). E-mail: posgraduacao@unirn.edu.br. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4353863846951274>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa as estratégias de marketing utilizadas para divulgar a música *Chained to the Rhythm*, da artista norte-americana Katy Perry em parceria com o rapper Skip Marley, cujas críticas sociais são pertinentes ao contexto social, político e econômico atual. Expõe as reações provocadas nas autoridades e no público no geral. Discute a importância de um produto da indústria cultural, uma música, fazer críticas à própria indústria e aos integrantes da mesma, com o objetivo de comunicar e de alertar sobre os assuntos importantes que permeiam a nossa sociedade.

A música utiliza-se do conceito de *Agenda Setting*<sup>3</sup>, proposta pelos estudiosos de teorias da comunicação Maxwell McCombs e Donald Shaw (1972 apud HOHLFELDT, 1997) para expor temas importantes e que devem ser pautados pela sociedade. Esse conceito afirma que a mídia determina o que vai ser assunto no meio - ofuscando ou destacando certos temas em detrimento de outros. Nesse caso, a própria exerce esse papel.

Em 10 fevereiro de 2017, quando foi oficialmente lançada, juntamente com o lyric vídeo, Donald Trump já havia tomado posse como o 45º Presidente dos Estados Unidos – a data da posse foi em 20 de janeiro do mesmo ano. A eleição foi árdua e Trump conquistou o colégio eleitoral, enquanto sua adversária Hilary Clinton obteve a maioria dos votos populares. Nessa época, o presidente eleito ganhou apenas com 40% de popularidade, a menor de um presidente em décadas, segundo o Portal Eletrônico da Revista Veja.

Durante toda a sua campanha, Trump prometeu medidas anti-imigrantes, como a construção do muro entre o México e os Estados Unidos, envolveu-se em discussões polêmicas acerca da emissão de poluentes, apresentou comentários racistas e homofóbicos, e recebeu acusações de assédio sexual e de fraudes em seus empreendimentos. Com tamanha instabilidade e insatisfação envolvendo o seu nome e os seus pronunciamentos, artistas como Stevie Wonder, Jennifer Lopez, Jay Z, Jon Bon Jovi e Katy Perry, geralmente engajados com causas humanitárias, LGBTs e afins, não só apoiaram como subiram aos palcos da campanha de Hilary Clinton.

A preocupação da Katy Perry, especialmente, artista que defende a liberdade e a diversidade de gênero, com o futuro do país nas mãos do seu novo

presidente transformou-se em uma das principais músicas contra-Trump do ano e um dos seus trabalhos mais politizados. Além dessa grande crítica, veremos neste trabalho e na análise do seu single, a sua preocupação com os testes nucleares realizados pela Coreia do Norte e a Rússia neste ano, com o grande consumo de petróleo e com a tecnologia que está alienando e que torna a população mais egocêntrica.

As estratégias de marketing para divulgação dessa música propriamente dita transcenderam o comercial, o musical. Elas passaram a expor ideologia, um novo modo de ver as transformações da sociedade, a própria crítica da cantora. Afinal, as estratégias precisavam estar alinhadas com o teor de criatividade, a ironia e a indignação presentes em *Chained to the Rhythm*.

Veremos a seguir um pouco mais sobre a Katy Perry artista e ativista político, a leitura da música com outros olhos e as estratégias de marketing que foram capazes de chamar a atenção da população para os problemas da sociedade.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Observar como as estratégias de marketing podem ser usadas para divulgar produtos culturais e, ao mesmo tempo, sociais/políticos/econômicos. O que elas podem transmitir, além do entretenimento.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Observar como as estratégias de marketing podem ser usadas para divulgar um projeto complexo: comercial, musical, social e político, que transcende o alcance dos fãs e se torna um alerta para a sociedade como todo, no caso da música *Chained to the Rhythm*;
- Apontar as estratégias utilizadas pela cantora Katy Perry para divulgar sua nova música;
- Analisar a contribuição e a repercussão dessas ações na mídia e na sociedade.

### 3 JUSTIFICATIVA

Em um cenário onde os produtos culturais e artísticos – da Indústria Cultural, como a música, o teatro e a própria arte são apresentados à sociedade apenas com a finalidade de entreter e divertir, conseguir estabelecer uma discussão e uma reflexão, utilizando esses produtos é mérito do indivíduo/empresa e das estratégias de comunicação e marketing utilizadas com essa finalidade.

No caso especificamente dos produtos criados para *Chained To The Rhythm*, a própria letra, o lyric vídeo, o clipe e todas as estratégias de divulgação elencadas para divulgá-los, mensagens importantes conseguiram ser camufladas em elementos estratégicos e foram contadas em forma de storytelling, contando uma única história de forma fragmentada e contínua, em todos os meios (storytelling transmídia). Aos olhos daqueles que não estão atentos aos jornais e noticiários internacionais, os alertas dados pela cantora podem passar despercebidamente. Por isso, merecem a devida atenção.

### 4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Alguns assuntos e conceitos são pertinentes a este trabalho, como: transmídia storytelling (DEL POZUELO, 2012; ALVES, 2006) e Indústria Cultural, de Max Horkheimer (1895-1973) e Theodor Adorno (1903-1969), explicitamente citados.

Além desses estudiosos, para realizar as análises das estratégias de comunicação e marketing utilizadas por Katy Perry para divulgação do single *Chained to the Rhythm* foi levada em consideração a proposição de Philip Kotler (1975), estudioso o qual defende a utilização do planejamento estratégico: “O Planejamento Estratégico é uma metodologia gerencial que permite estabelecer a direção a ser seguida pela Organização, visando maior grau de interação com o ambiente”.

Nesse caso, a Organização seria a “empresa/marca” Katy Perry, que pensou/planejou previamente como criar críticas politico-sociais em uma música e difundí-las em todos os meios e estratégias de comunicação, para vender não só o single (produto), mas também uma ideologia.

Esse grau de interação, tendo em vista as estratégias que foram utilizadas, as quais veremos a seguir, foi tão positivo que não só interagiu com

o ambiente/público como criou uma conectividade/ligação entre música, lyric video e apresentações.

A última fundamentação para este trabalho, foi também um dos pontos abordados no livro *A Estratégia do Oceano Azul*, de W.Chan Kim e Renée Mauborgne (2016): a importância das estratégias seguirem um passo a passo. E isso realmente foi feito, cada estratégia foi divulgada no tempo certo, das disco balls ao lançamento da música, do lyric vídeo ao lançamento do clipe e do clipe às apresentações.

Por fim, no período que Katy Perry lançou a sua música, ela foi a primeira artista do pop a criticar veementemente a política e o descaso social em resposta ao resultado da eleição dos Estados Unidos. Ou seja, ela e sua equipe encontraram no mercado um caminho, um oceano azul ainda não explorado no ramo musical pop naquele momento: a oportunidade de fazer críticas ideológicas dentro de uma música altamente dançante e passar uma mensagem para o seu público.

## **5 METODOLOGIA**

Este trabalho será caracterizado pelo emprego das metodologias de observação e estudo de caso, estudadas por Lakatos e Marconi (2003), uma vez que o intuito é observar a repercussão das críticas sociais e políticas empregadas em uma música, produto da indústria cultural, e o storytelling transmídia utilizando tanto em sua composição como em sua divulgação. O estudo de caso aprofunda o assunto na ótica da música *Chained to the Rhythm*, da artista Katy Perry.

## **6 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

### **6.1 KATY PERRY: artista e ativista político**

Katheryn Elizabeth Hudson nasceu no dia 25 de outubro de 1984 em Goleta no condado de Santa Bárbara, Califórnia nos Estados Unidos da América. Ela é filha de pais pastores evangélicos, e possui dois irmãos.

Quando pequena cantava músicas evangélicas, mas depois da adolescência preferiu ganhar o mundo cantando o que realmente te inspirava:

o pop rock. Para isso, Katy mudou seu nome artístico para Katy Perry, pois não queria ser confundida com a atriz Kate Hudson e Perry era o sobrenome da sua mãe quando solteira.

Já em uma gravadora, foi lançado um Extended Play Digital chamado UrSo Gay para introduzir a cantora na mídia e após Madonna falar em uma entrevista que UrSo Gay era sua música favorita na época, Katy ganhou muito mais o foco de todos.

A artista Katy Perry foi ganhando seu espaço em Hollywood com o estilo inspirado em uma pinup dos anos 50 e suas músicas mais “cabeça aberta”, explorando suas experiências e quebrando preconceitos de gênero, com músicas como “Hot N Cold” e “I Kissed a Girl”, do primeiro álbum *One of the Boys*.

Ao longo do tempo, lançou vários outros trabalhos. Em 2012, foi o segundo álbum “*Teenage Dream: The Complete Confection*”. Em 2013, lançou o álbum “*Prism*” e em 2014 iniciou a turnê intitulada “*Prismatic World Tour*”. Em 2014 lançou *Acoustic Sessions* e em 2017 lançou o quarto álbum *Witness*, cujo principal single será discutido aqui. No ranking Hot 100 da parada Billboard, Katy Perry se destacou como a primeira mulher da história a ter cinco músicas entre as primeiras colocações. São elas: *Last Friday Night, California Gurls, The One that Got Away, E.T. e Firework*.

No que se refere ao estilo, permeou caipira, o retrô, e usou roupas *candys* – consideradas “fofas e divertidas” – até chegar a mega produção que é hoje, a qual facilmente se adequa aos temas de suas músicas.

Até 2015, a artista era apenas uma artista pop no clímax da sua carreira. Entretanto, com as eleições americanas de 2016, a cantora se posicionou como ativista política, expondo um lado pessoal importante em meio à sua carreira e o seu favoritismo pela candidata Hilary Clinton.

Nas suas redes sociais, Katy Perry frequentemente demonstra o seu apoio às instituições não governamentais, incentivando doações e já estampou campanhas da Unicef, incluindo a *Fight Unfair*, para gerar visibilidade às consequências dos problemas climáticos em crianças pobres do mundo inteiro (Figura 1).

Figura 1 – Campanha UNICEF



Fonte: Instagran... (2017).

Além dessa vertente humanitária, desde outubro de 2015 até os dias de hoje, de forma mais discreta, Katy Perry expôs o seu apoio à Hilary Clinton de diversas formas. Foram fotos com a candidata, reposts no perfil oficial da candidatura, fotos com camisas especiais demonstrando apoio e declarações abertas de apoio e admiração, incluindo até mesmo felicitações de aniversário (Figuras 2, 3 e 4 abaixo). Também participou de diversos eventos e shows em prol da candidata.

Figura 2 – Repost da Katy Perry: demonstração de apoio



Fonte: Instagran... (2017).

**Figura 3 – Felicitação de aniversário**



Fonte: Instagan... (2017).

**Figura 4 – Engajamento com a campanha**



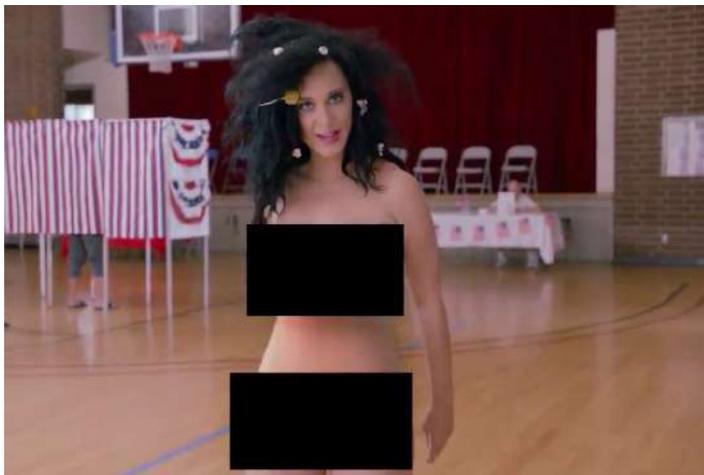
Fonte: Instagan... (2017).

A relação entre ambas foi ficando cada vez mais próxima e pessoal à medida que o ano passou e a eleição se aproximou. A parceria da cantora com Hilary ganhou outra abordagem, ainda mais criativa, no tradicional Halloween dos Estados Unidos em 2016. Katy Perry e seu acompanhante se fantasiaram de Hilary Clinton e Bill Clinton (Figura 5) como uma forma de manter o nome dela em pauta e reafirmar, mais uma vez, o seu lado nas eleições americanas.



Ainda nesse período, Katy Perry divulgou um vídeo estimulando as pessoas comuns a votarem no dia 8 de novembro (Figura 7). O vídeo mostra que é possível votar de pijama e que ela mesma votaria até nua se fosse preciso (ação ilegal no país), uma vez que o voto nos Estados Unidos não é obrigatório. Ao divulgá-lo no twitter, brincou: “Estou utilizando o meu corpo como isca para mudar o mundo”.

**Figura 7** – Captura de tela do vídeo de estímulo à votação



**Fonte:** Google drive, 2017: Disponível em: <<https://www.google.com/drive/>>

A abordagem da cantora atraiu os olhares do mundo e outros artistas, assim como ela, demonstraram o seu apoio à Hilary. Madonna, por exemplo, publicou uma foto insinuando nudez em seu twitter e declarou na postagem: “Estou votando nua com Katy Perry! Vote por Hillary. Ela é o melhor que temos! Votando nua, Série 1”.

Infelizmente, todas essas táticas não deram certo e restou à Katy Perry demonstrar sua insatisfação e preocupação com o futuro do país nas mãos de Donald Trump (Figura 8). Como se não bastasse, encontrou na música a melhor forma de abrir os olhos da população com os rumos do país.

Figura 8 – A Vitória de Trump



Fonte: Instagran... (2017).

## 6.2 O CASE CHAINED TO THE RHYTHM E AS CRÍTICAS SOCIAIS

No dia 10 de fevereiro de 2017, a cantora norte-americana Katy Perry disponibilizou nos serviços de streamin o áudio single Chained to the Rhythm e liberou o lyric vídeo da música no Youtube. A canção foi uma parceria da Katy com a cantora australiana Sia, tem a produção de Max Martin e a colaboração do rapper Skip Marley. Mais À frente, em 21 de fevereiro, o clipe oficial foi lançado ao grande público no Youtube, como o grande carro-chefe do álbum Witness que ela lançou neste ano.

O conteúdo da música surpreendeu os fãs: a cantora provou ser capaz de criar um Hit com cunho político e social, muito além daqueles com objetivo de entreter e levar o público para as pistas de dança. Dessa vez, o engajamento político da pessoa Katy Perry, que apareceu na época da eleição presidencial dos Estados Unidos, alcançou o seu lado profissional como cantora e deu origem a uma música repleta de mensagens, a um lyric video muito além da apresentação da letra e a um clipe lúdico, cheio de efeitos visuais e com uma crítica social e política atual. Então, o que se pode esperar do álbum completo? Muito mais.

### 6.3 O QUE ESTÁ IMPLÍCITO NA LETRA?

Há mensagens implícitas e explícitas em *Chained to the Rhythm*, as quais identificaremos a seguir, em uma análise detalhada do título até a colaboração do rapper Skip Marley, onde a crítica política fica mais visível. Para isso, vamos antes conhecer a letra e sua tradução\* (Imagem 9).

**Imagem 9** – Chained to the Rhythm

Chained To The Rhythm (Feat. Skip Marley)	Acorrentados ao Ritmo
Are we crazy?	Será que estamos loucos?
Living our lives through a lens	Vivendo a vida através de lentes
Trapped in our white picket fence	Presos dentro de nossas cercas brancas
Like ornaments	Como decorações
So comfortable, we're living in a bubble, a bubble	Tão confortáveis, vivendo dentro de uma bolha, bolha
So comfortable, we cannot see the trouble, the trouble	Tão confortáveis, não conseguimos ver o problema
Aren't you lonely	Não está se sentido solitário
Up there in utopia?	Preso aí nessa utopia
Where nothing will ever be enough	Onde nada nunca será o suficiente
Happily numb	Amortecidos sem perceber
So comfortable, we're living in a bubble, a bubble	Tão confortáveis, vivendo dentro de uma bolha, bolha
So comfortable, we cannot see the trouble, the trouble	Tão confortáveis, não conseguimos ver o problema
So put	Então coloque
Your rose colored glasses on, and party on	Seus óculos de lentes rosadas, e comece a festa
Turn it up, it's your favorite song	Aumente o som, é sua música favorita
Dance, dance, dance to the distortion	Dance, dance, dance junto com a distorção
Turn it up, keep it on repeat	Aumente o som, e deixe no repeat
Stumbling around like a wasted zombie	Cambaleando como um zumbi bêbado
Yeah, we think we're free	Sim, achamos que estamos livres
Drink, this one is on me	Beba, essa é por minha conta
We're all chained to the rhythm	Estamos todos acorrentados ao ritmo
To the rhythm, to the rhythm	Ao ritmo, ao ritmo
Turn it up, it's your favorite song	Aumente o som, é sua música favorita
Dance, dance, dance to the distortion	Dance, dance, dance junto com a distorção
Turn it up, keep it on repeat	Aumente o som, e deixe no repeat
Stumbling around like a wasted zombie	Cambaleando como um zumbi bêbado
Yeah, we think we're free	Sim, achamos que estamos livres
Drink, this one is on me	Beba, essa é por minha conta
We're all chained to the rhythm	Estamos todos acorrentados ao ritmo
To the rhythm, to the rhythm	Ao ritmo, ao ritmo
Are we tone deaf?	Será que não estamos mais ouvindo direito?
Keep sweeping it under the mat	Ficamos varrendo tudo para debaixo do tapete
Thought we can do better than that	Acho que podemos fazer melhor
I hope we can	Espero que possamos
So comfortable, we're living in a bubble, a bubble	Tão confortáveis, vivendo dentro de uma bolha, bolha
So comfortable, we cannot see the trouble, the trouble	Tão confortáveis, não conseguimos ver o problema

Chained To The Rhythm (Feat. Skip Marley)	Acorrentados ao Ritmo
Are we crazy?	Será que estamos loucos?
Living our lives through a lens	Vivendo a vida através de lentes
Trapped in our white picket fence	Presos dentro de nossas cercas brancas
Like ornaments	Como decorações
So comfortable, we're living in a bubble, a bubble	Tão confortáveis, vivendo dentro de uma bolha, bolha
So comfortable, we cannot see the trouble, the trouble	Tão confortáveis, não conseguimos ver o problema
Aren't you lonely	Não está se sentido solitário
Up there in utopia?	Preso aí nessa utopia
Where nothing will ever be enough	Onde nada nunca será o suficiente
Happily numb	Amortecidos sem perceber
So comfortable, we're living in a bubble, a bubble	Tão confortáveis, vivendo dentro de uma bolha, bolha
So comfortable, we cannot see the trouble, the trouble	Tão confortáveis, não conseguimos ver o problema
So put	Então coloque
Your rose colored glasses on, and party on	Seus óculos de lentes rosadas, e comece a festa
Turn it up, it's your favorite song	Aumente o som, é sua música favorita
Dance, dance, dance to the distortion	Dance, dance, dance junto com a distorção
Turn it up, keep it on repeat	Aumente o som, e deixe no repeat
Stumbling around like a wasted zombie	Cambaleando como um zumbi bêbado
Yeah, we think we're free	Sim, achamos que estamos livres
Drink, this one is on me	Beba, essa é por minha conta
We're all chained to the rhythm	Estamos todos acorrentados ao ritmo
To the rhythm, to the rhythm	Ao ritmo, ao ritmo
Turn it up, it's your favorite song	Aumente o som, é sua música favorita
Dance, dance, dance to the distortion	Dance, dance, dance junto com a distorção
Turn it up, keep it on repeat	Aumente o som, e deixe no repeat
Stumbling around like a wasted zombie	Cambaleando como um zumbi bêbado
Yeah, we think we're free	Sim, achamos que estamos livres
Drink, this one is on me	Beba, essa é por minha conta
We're all chained to the rhythm	Estamos todos acorrentados ao ritmo
To the rhythm, to the rhythm	Ao ritmo, ao ritmo
Are we tone deaf?	Será que não estamos mais ouvindo direito?
Keep sweeping it under the mat	Ficamos varrendo tudo para debaixo do tapete
Thought we can do better than that	Acho que podemos fazer melhor
I hope we can	Espero que possamos
So comfortable, we're living in a bubble, a bubble	Tão confortáveis, vivendo dentro de uma bolha, bolha
So comfortable, we cannot see the trouble, the trouble	Tão confortáveis, não conseguimos ver o problema

So put Your rose colored glasses on, and party on	Então coloque Seus óculos de lentes rosadas, e comece a festa
Turn it up, it's your favorite song Dance, dance, dance to the distortion Turn it up, keep it on repeat Stumbling around like a wasted zombie Yeah, we think we're free Drink, this one is on me We're all chained to the rhythm To the rhythm, to the rhythm	Aumente o som, é sua música favorita Dance, dance, dance junto com a distorção Aumente o som, e deixe no repeat Cambaleando como um zumbi bêbado Sim, achamos que estamos livres Beba, essa é por minha conta Estamos todos acorrentados ao ritmo Ao ritmo, ao ritmo
Turn it up, it's your favorite song Dance, dance, dance to the distortion Turn it up, keep it on repeat Stumbling around like a wasted zombie Yeah, we think we're free Drink, this one is on me We're all chained to the rhythm To the rhythm, to the rhythm	Aumente o som, é sua música favorita Dance, dance, dance junto com a distorção Aumente o som, e deixe no repeat Cambaleando como um zumbi bêbado Sim, achamos que estamos livres Beba, essa é por minha conta Estamos todos acorrentados ao ritmo Ao ritmo, ao ritmo
It is my desire Break down the walls To connect, inspire, yeah Up in your high place, liars Time is ticking for the empire The truth they feed is feeble As so many times before They greed over the people They're stumbling, fumbling And we about to riot They woke up, they woke up the lions	É o meu desejo Derrubar as paredes Para conectar, inspirar, sim Lá em cima em seus postos, mentirosos O tempo está acabando para este império A verdade que eles alimentam é vazia Como tantas vezes antes Eles colocam a cobiça sobre as pessoas Eles estão desabando, atrapalhados E nós estamos prestes a nos revoltar Eles acordaram, acordaram os leões
Turn it up, it's your favorite song Dance, dance, dance to the distortion Turn it up, keep it on repeat Stumbling around like a wasted zombie Yeah, we think we're free Drink, this one is on me We're all chained to the rhythm To the rhythm, to the rhythm	Aumente o som, é sua música favorita Dance, dance, dance junto com a distorção Aumente o som, e deixe no repeat Cambaleando como um zumbi bêbado Sim, achamos que estamos livres Beba, essa é por minha conta Estamos todos acorrentados ao ritmo Ao ritmo, ao ritmo
Turn it up Turn it up On and on and on On and on and on 'Cause we're all chained to the rhythm	Aumente o som Aumente o som De novo, e de novo, e de novo De novo, e de novo, e de novo Pois todos estamos acorrentados ao ritmo

**Fonte:** Vagalume (2017).

O nome da música Chained To The Rhythm, em português, “acorrentados ao ritmo”, sugere discretamente um aprisionamento, uma dependência do ritmo, uma escravidão, que será confirmada no clipe por meio do andar cadenciado e metódico dos personagens em uma mesma direção: um caminho imposto pela própria sociedade. Esse caminho vislumbra, acima

de tudo, o bem estar próprio do indivíduo acima das deformidades do mundo, o egoísmo que prevalece entre os problemas sociais, a ganância que passa por cima dos valores e do meio ambiente. Metaforicamente, a sociedade está tão capitalista que marcha na mesma sintonia (ritmo) em que a produção em escala da Indústria Cultural produz seus bens, visando sempre a repetição e, mais uma vez, o “ritmo” acelerado do lucro rápido. Estamos em uma festa sem saída.

A passividade do consumidor dessa Indústria, que segundo a escola de Frankfurt, “aceita” produtos culturais que àquela cria e massifica, é retratada várias vezes no decorrer da música com frases como: “vivemos em bolhas tão confortáveis que nos fazem esquecer o problema”, “estamos vivendo a vida através de lentes” e “ficamos varrendo tudo para debaixo do tapete”. Está claro que a comodidade, o conforto e o individualismo intrínseco na sociedade atual diminuem a capacidade de percepção dos fenômenos que estão acontecendo em todas as esferas da vida. Acomodados em nossos mundos particulares, satisfeitos com a realização de desejos individuais e sem questionar o que está acontecendo à nossa volta, somos sujeitos à mingua da alienação, da aceitação sem limites, distantes do coletivo social e que escondem os problemas para usufruir dos prazeres imediatos.

Tendo o refrão como referência, percebe-se que a cantora convida todos para uma “festa”, uma metáfora que remete à entrega do sujeito à ilusão de mundo perfeito, de que tudo é festa, só felicidade. Nessa festa, todos “dançaremos como zumbis bêbados”, nos nossos próprios mundos, em uma felicidade efêmera, com nenhum reflexo e tempo para reação. Logo, nota-se a ironia: a festa, na verdade, é a alienação, a falsa ideia de que tudo está ótimo e de que todos precisam mesmo de diversão. A sociedade exibindo o egocentrismo de uma sociedade pós moderna, tão bem analisada por Gilles Lipovetsky.

Na música, Katy desempenha o papel da sociedade alienada. Por outro lado, Skip Marley é a voz dos acordados, dos esperançosos e dos revoltados, não acomodados. Ele deseja “derrubar as paredes” (os muros da desigualdade e da separação dos povos – uma crítica direta ao Muro de Trump), “conectar as pessoas e inspirar”, além de denunciar que os empoderados que estão nos cargos mais importantes da sociedade são mentirosos e responsáveis pela cobiça, ganância e alienação das pessoas. É por meio da participação dele que a crítica política fica tão explícita.

São os políticos, grandes empresários e pessoas influentes que tomam as decisões coletivas mais importantes e representam seus eleitores, seus consumidores e seu público. No caso dos políticos, a situação é ainda mais grave: por competência do cargo, devem ser responsáveis pelo progresso, por políticas de inclusão, pelo respeito e o bem-estar político, econômico e social de todos, mas muitas vezes apenas põem em prática a política de Pão e Circo, a diversão acima da necessidade básica. Alguns também utilizam o seu poder para segregar, propagar o preconceito, a intolerância e o descaso com o próprio povo que o elegeu. Tudo ao contrário do que deveria ser feito.

A letra torna-se ainda mais carregada de significado em conjunto com o clipe, onde imagens recriam críticas específicas, encaixadas tanto no estilo de vida americano, como na política e nas tendências globais e nos avanços tecnológicos. Mas antes, vamos observar como o lyric vídeo de Chained to the Rhythm, lançado no dia 9 de fevereiro, interliga-se muito bem a letra com o clipe.

#### 6.4 LYRIC VIDEO: quem é o Mr. Parsons

Lyrics Vídeos são vídeos criados para divulgarem letras de músicas assim que são lançadas por seus artistas, com o objetivo de facilitar a memorização. O site Meio Desligado os define como: “quase uma evolução da lógica do karaokê aplicada ao marketing digital”, e ainda observa o avanço das apresentações das letras, que agora contam também com elementos visuais que as ilustrem. É esse novo conceito que podemos enxergar no Lyric Video de Chained To The Rhythm: um vídeo muito além da apresentação da música. Afinal, Katy Perry não deixaria passar mais uma oportunidade de expor a sua crítica.

Nele, acompanhamos a rotina de um hamster que vive em uma casa de bonecas e é alimentado frequentemente por uma mão humana, enquanto assiste na televisão outro hamster correr em uma roda, representando o trabalho e o ciclo vicioso da vida. Essa narrativa corrobora com a crítica sobre a comodidade, a bolha e a saciedade dos prazeres individuais/alienação tão presentes na letra.

A figura do hamster, animal utilizado em experiências científicas por se assemelhar ao humano, representa o próprio indivíduo da nossa sociedade. Ele ganhou ainda mais significado quando a própria cantora publicou o seu nome nas redes sociais: Mr. Parsons, também nome do personagem do livro de George Orwell, “1984”. Segundo o site Portal It Pop, o Mr. Parsons “tem

como principal característica sua alienada e inabalável fidelidade ao governo autoritário do *Grande Irmão*, que observa a sociedade vinte e quatro horas por dia e os desinforma por meio de números e notícias falsas”. Coincidência? Não é coincidência quando estamos falando de uma música cuja letra faz referência a ninguém menos do que o presidente dos Estados Unidos.

Metaforicamente, poderosos como Donald Trump são a mão humana que alimentam a sociedade de falsas promessas e a ludibria com espetáculos para desviar a atenção dos problemas. A comida, assim como a televisão, representa os pontos fracos da sociedade: alimentação e a diversão. Os dois também podem ser interpretados como a predominância da gula e da preguiça.

## 6.5 BEM-VINDO À OBLIVIA!

Lançado em 21 de fevereiro de 2017, o clipe da cantora Katy Perry, *Chained to The Rhythm* foi dirigido por Mathew Cullen, produzido por Danny Lockwood, Rob Newman, Ben Leiser e Javier e conta com a participação do rapper Skip Marley, que exerce um papel muito importante nele, conforme veremos a seguir.

No início do clipe somos apresentados à OBLIVIA (Figura 10), um parque de diversões dos sonhos, repleto de atrações com significados reais. As cores claras, os corações, a fofura (animais fofos) e o estilo “candy”, marcas registrada da cantora continuam presentes no clipe, mas, dessa vez, com o objetivo de tornar a crítica mais amena, em alguns casos até implícita.

**Figura 10** – Captura de tela do clipe *Chained to The Rhythm*



**Fonte:** Youtube (2017).

O nome Oblivia deriva-se da palavra “Oblivion”, cujo significado em português é “em estado de esquecimento”. Analogicamente, os participantes que o visitam esquecem dos seus papéis na sociedade para se divertir. Outra observação importante é que na marca do Oblivia, é percebida a figura do hamster Mr. Parsons, animal parecido com o humano, o qual vive preso em laboratório para a realização de testes. A presença dele explicita a coerência entre todos os produtos criados pela cantora, uma narrativa Storytelling – a mesma história contada desde a letra, até o clipe, passando pela apresentação do personagem no Lyric Video.

A primeira atração do parque é a Melhor Roda Do Universo. A divulgação da atração (Figura 11) remete à imagem vista na televisão do Mr. Parsons. Nessa atração, as pessoas podem “brincar” de correr como se não houvesse fim. Essa é a segunda vez que vemos o ciclo vicioso e rotineiro da vida retratado, dessa vez com humanos correndo no lugar de hamsters.

**Figura 11** – Captura de tela do clipe Chained to The Rhythm



**Fonte:** Youtube (2017).

Mais à frente, mulheres com smartphones andam de forma sincronizada com seus dispositivos móveis, tirando selfies e sorrindo (Figura 12). Essa é uma crítica ao estilo de vida totalmente conectado e egocêntrico. O sincronismo significa que a sociedade está ficando igual no que se refere à hábitos, vícios e comportamentos. A tecnologia também pode alienar.

**Figura 12** – Captura de tela do clipe Chained to The Rhythm



**Fonte:** Youtube (2017).

O algodão doce (Figura 13), guloseima típica de parques de diversão, ganhou um novo formato no clipe: o da destruição ocasionada por uma bomba atômica. Nada mais pertinente em um cenário de testes atômicos realizados pela Rússia e, principalmente, a Coreia do Norte. Porém, a crítica também se estende aos Estados Unidos, que por mais que seja discreto, é o principal investidor em armas químicas do mundo, segundo a Revista Eletrônica Super Interessante.

**Figura 13** – Comparação do algodão doce com uma bomba atômica.



**Fonte:** Google drive, 2017: Disponível em: <<https://www.google.com/drive/>>

**Legenda:** Captura de tela do clipe Chained to The Rhythm e Imagem do acervo do Google.

Aos 32 segundos do clipe, mais uma atração do parque é revelada: A Queda do Sonho Americano (Figura 14). Casais jovens são os mais interessados pela atração, um brinquedo giratório cujas cabines são casas e

que representa o sonho de se estabelecer e formar uma família nos Estados Unidos. Entretanto, ao longo do vídeo, o brinquedo apresenta uma espécie de falha e destrói as casas e os sonhos americanos. Também é uma forma de representar a crise imobiliária que quebrou financeiramente várias famílias.

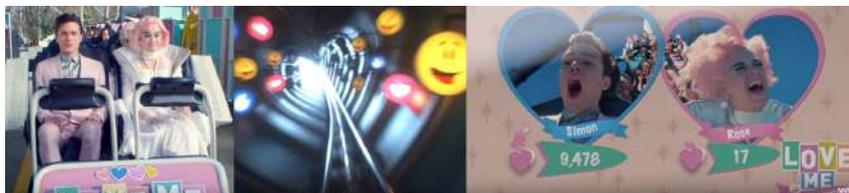
**Figura 14** – A Queda do Sonho Americano.



**Fonte:** Youtube (2017).

A montanha-russa Love Me é carregada de significado (Figura 15). Primeiramente, os assentos da esquerda têm corações azuis e os da direita assentos com corações rosa. Eles representam segregação de gênero, como normas invisíveis da sociedade. Homens e mulheres não se misturam e um gênero só pode viver com o gênero oposto. Eis aqui uma crítica à falta de igualdade entre os sexos e à falta de entendimento, percepção e aceitação sobre identidade de gênero e orientação sexual.

**Figura 15** – Montanha-russa Love Me



**Fonte:** Youtube (2017).

**Legenda:** Captura de tela do clipe Chained to The Rhythm

Depois, a montanha-russa passa por um túnel cheio de reações positivas do facebook (love, like e smile), uma espécie de validação e aprovação dos casais nas mídias sociais. O amor precisa ser compartilhado com todos e deve receber a devida atenção por parte do público.

Por fim, o brinquedo tem uma finalidade: dar notas a cada gênero de acordo com suas fotos no brinquedo. Nesse caso, Simon recebe nota maior que Rose (personagem de Katy Perry) e mostra que os homens continuam sendo bem mais recompensados do que as mulheres, ainda que desempenhem a mesma tarefa.

O contexto Love Me assemelha-se à história do episódio 1 da terceira temporada de Black Mirror, denominado Nosedive (Figura 16). Nele, a protagonista Lacie Pound (Bryce Dallas Howard) vive em uma sociedade onde as pessoas são julgadas e rotuladas pelas suas avaliações nas redes sociais. Elas devem ter uma boa imagem e postar conteúdos interessantes nessas redes para serem avaliadas positivamente e, de acordo com a nota que atingem, conseguem crescer na vida e usufruir benefícios sociais e econômicos. Mais uma vez, a aprovação e a validação da personalidade individual de uma pessoa é realizada por um coletivo virtual.

**Figura 16** - Episódio Nosedive, da Netflix



**Fonte:** Google imagens (2017)

**Legenda:** Imagens do acervo do Google.

As referências de outros produtos culturais não param por aí. Quando os visitantes do parque andam de forma sincronizada em fila, passam por uma placa sinal de “Wait Time” mostrando “1984 HR”, uma clara referência

ao filme 1984, baseado no bestseller “1984”, de George Orwell (Figura 17). O filme conta a história de Winston Smith (John Hurt), um funcionário público que perde sua identidade vivendo sob um regime repressivo. Ele tem como função manipular informações para colocar os líderes sob uma ótica positiva perante a população.

**Figura 17** – Montagem de Capturas de Tela do clipe e Poster do filme 1984



**Fonte:** Google drive, 2017: Disponível em: <<https://www.google.com/drive/>>

Essa referência não foi em vão, principalmente pelo seu teor político. Katy Perry, que sempre criticou duramente os posicionamentos e os discursos de Trump, questionou diversas vezes em público sobre como os americanos esquecem a xenofobia, as políticas de exclusão e a perpetuação de ódio por parte do atual presidente dos Estados Unidos, em detrimento de uma ilusão de que somente um empresário bem sucedido pode recuperar a economia e o sonho americano. Para ela, essa falsa ideia de superioridade e sucesso é uma forma que ele descobriu para alienar e conseguir os votos necessários dos delegados e da população para ganhar a eleição.

Outra referência importante, também de cunho político, aparece no 1min40s do clipe (Figura 18). Rose observa uma pessoa ser arremessada por um brinquedo na frente de uma cerca/muro onde tem escrito “Safe Trip Home”, em tradução para o português “Viagem Segura para Casa”. Trata-se do brinquedo “No PlaceLike Home” (Não há lugar melhor do que nossa casa), o qual arremessa ironicamente pessoas para além do muro do parque, para além das fronteiras dos EUA. Vale ressaltar que essas pessoas são negras ou com traços latinos.

**Figura 18** – Montagem de capturas de telas do clipe Chained to The Rhythm



**Fonte:** Youtube (2017).

A crítica ao Muro de Trump é explícita. O muro foi proposto por Donald Trump durante a campanha, para frear a entrada de imigrantes no seu país. Segundo o próprio presidente, a ideia inicial era construir esse muro na fronteira com o México (país responsável pelo maior índice de imigrações para os Estados Unidos), com recursos dos dois países. Entretanto, a proposta foi criticada duramente pelo presidente mexicano, que se recusou a pagar pela segregação entre ambos, e ganhou repercussão negativa mundial. Apesar disso, Trump reafirma a construção do Muro, assim como luta para deportar imigrantes e para estabelecer critérios mais rígidos para a entrada no país (julgando por etnia e religião, por exemplo).

A corrida nuclear é outro tema abordado no clipe. A atração “Bombs Away” (Figura 19) representa os testes de artefatos nucleares realizados por países como Coreia do Norte e Rússia e Estados Unidos nessa área, países já citados anteriormente nesta pesquisa. Segundo o portal BBC Brasil (publicação de 9 de setembro de 2016), a Coreia do Norte “alega ter realizado cinco testes nucleares de sucesso desde 2006. Só em 2016 realizou dois”. Já a Rússia, segundo a mesma fonte (publicação de 23 de fevereiro de 2017), explodiu quase 500 bombas atômicas no campo de testes soviético durante a guerra fria. Os Estados Unidos, por sua vez, segundo o portal Último Segundo (publicação de 20 de março de 2017), realizou mais de mil testes nucleares na pós-Segunda Guerra Mundial. Hoje, mesmo após os resultados catastróficos das guerras, todos eles continuam investindo em armas nucleares.

**Figura 19** – Atracção Bombs Away! – Captura de tela do clipe Chained to The Rhythm



**Fonte:** Youtube (2017).

Mais à frente, o muro “Enjoy Fire Water” (Figura 20), cuja tradução é “Aproveite a água de fogo”, é uma ironia muito clara ao fato do petróleo ser consumido como água atualmente, ou seja, demasiadamente e com várias utilidades. Essa ideia é reforçada quando um dos visitantes do parque bebe a água (o combustível) e logo após passa mal (Figura 21).

**Figura 20** – O muro Enjoy Fire Water



**Fonte:** Youtube (2017).

**Legenda:** Captura de tela do clipe Chained to The Rhythm.

**Figura 21** – Homem bebe a água de fogo



**Fonte:** Youtube (2017).

**Legenda:** Captura de tela do clipe Chained to The Rhythm.

O muro citado acima rodeia o Posto de Combustível Inferno H2O (Figura 22), sendo o posto uma referência ao petróleo como combustível não sustentável e o seu nome uma alusão às consequências negativas de se viver com o consumo exagerado dessa substância: os malefícios à saúde do ser humano e à saúde do planeta. Esse tema não foi abordado coincidentemente no clipe. Mais uma vez o assunto é pertinente para os Estados Unidos, que explora petróleo nos países árabes desde o início dos anos dois mil.

**Figura 22** – Posto Inferno H2O



**Fonte:** Youtube (2017).

**Legenda:** Captura de tela do clipe Chained to The Rhythm.

É importante ressaltar também que, além de referências externas, o clipe *Chained to The Rhythm* conecta-se com a própria interpretação da letra da música. Pode-se perceber os personagens realmente acorrentados à música (Figura 23), sincronizados no modo de andar e destinados a percorrer um único caminho. É uma forma de simbolizar as fases da vida: do nascimento à morte, passando pelos ritos de cada fase (escola, faculdade, trabalho, aposentadoria, etc).

**Figura 23** – Sigam-me....



**Fonte:** Youtube (2017).

**Legenda:** Captura de tela do clipe *Chained to The Rhythm*.

O clímax do clipe inicia-se com uma apresentação em 3D do programa televisivo “*A Família Nuclear*” (*Nuclear Family* – Figura 24), a tradicional família da era nuclear, que também está prester a eclodir. Enquanto a televisão inicia a exibição, espectadores sentados colocam mecanicamente seus óculos 3Ds e uma família tradicional composta por um pai que lê jornal, uma mãe que passa a roupa e uma filha que desenha sentada no chão, todas as pessoas de época, estão à frente da televisão desempenhando seu papel de família tradicional americana.

**Figura24** – Nuclear Family. Capturas de telas do clipe Chained to The Rhythm



**Fonte:** Youtube (2017).

**Legenda:** Captura de tela do clipe Chained to The Rhythm.

Nessa fase do clipe, percebe-se que a personagem Rose, interpretada por Katy Perry, já está receosa e não usa mais roupas candy colors (roupas claras e felizes). Ela está mais sombria, acordando aos poucos para a realidade.

A televisão reproduz o programa do hamster no seu círculo, mas aos poucos o rapper Skip Marley vai surgindo cantando o trecho da música que fala sobre derrubar as paredes e conectar as pessoas, conseguindo acordar por completo Rose. Na medida em que ela se levanta, ele sai da tela e vai a sua direção. Skip, nesse caso, estabelece o papel importante da voz da consciência da personagem que permaneceu calada enquanto a diversão era o suficiente, mas que precisou acordá-la diante dos problemas que estavam acontecendo.

Assim, Rose deixa de ser alienada como os demais e tenta cantar para acordar as outras pessoas que dançam sincronizadamente perto dela. Como ela não obtém êxito, a última cena do clipe é Katy Perry olhando com sentimento de súplica e medo para quem está assistindo o clipe (Figura 25), o espectador. A partir de agora, ele tem a missão de acordar também para o que está acontecendo à sua volta.

**Figura 25** – O Acordar



**Fonte:** Youtube (2017).

**Legenda:** Captura de tela do clipe Chained to The Rhythm.

## 6.6 ESTRATÉGIAS DE MARKETING: divulgação da ideologia e dos produtos chained to the rhytm

Como já foi exposto aqui, a artista Katy Perry lançou uma gama de produtos para a divulgação do seu novo trabalho: a música, o *lyric vídeo* e o clipe. Mas, para que ambos anunciassem o seu novo álbum e as características dele, lançou mão de estratégias de divulgação pelo mundo.

O grande início da divulgação foi em 7 de fevereiro deste ano. Katy Perry publicou em suas redes sociais um vídeo (Figura 26) que a mostra acorrentada em uma bola de discoteca, para anunciar que lançaria seu primeiro single no dia 10.

Figura 26 – Filme de Expectativa



Fonte: Google drive, 2017: Disponível em: <<https://www.google.com/drive/>>

Em 8 de fevereiro de 2017, Perry divulgou uma página contendo um mapa (Figura 27) onde estavam espalhadas bolas de discoteca (*disco balls*) nada comuns, as quais foram caçadas por fãs e tiveram seu tesouro compartilhado, como parte de um novo impulso promocional.

As bolas de discoteca foram distribuídas por várias partes do mundo e aqui no Brasil uma delas foi encontrada no Rio de Janeiro, na Praia do Arpoador, no dia 9 de fevereiro (Figura 28). Ela acompanhava um fone de ouvido e tocava a nova música, *Chained to the Rhythm*. Para como usá-la, a artista também postou um vídeo em suas redes sociais.

Figura 27 – Mapa Disco Balls



Fonte: Google drive, 2017: Disponível em: <<https://www.google.com/drive/>>

Figura 28 – Disco Ball no Rio de Janeiro.



Foto: Gustavo Bresciani/ Universal Music/ Divulgação.

Fonte: Google drive, 2017: Disponível em: <<https://www.google.com/drive/>>

Essa ação foi uma espécie de “teaser”, uma ação de expectativa, para o lançamento oficial e comercial da música, que ocorreu à meia noite do dia 10 de fevereiro, nos serviços de *streaming*, como *Spotify*, *Deezer* e outros.

A primeira performance ao vivo de “Chained to the Rhythm” ocorreu nos *Grammy Awards* de 2017 e continuou enfatizando o viés político da cantora. Katy se apresentou em um cenário imitando uma casa, cujos cercados cresciam e parecia eclodir. A performance terminou com Perry e SkipMarley em frente à constituição dos Estados Unidos, com a frase “*Sem ódio*” (“*No hate*”) sendo iluminada.

A segunda apresentação da dupla aconteceu no *BritAwards* de 2017 e a crítica política foi mais direta, até mesmo afrontosa. No palco, duas caveiras enormes passam entre várias casinhas. Os esqueletos representavam Donald Trump e Theresa May (ver comparação na Figura 29), primeira-ministra britânica, os quais recentemente anunciaram um estreitamento na cooperação militar e econômica entre os Estados Unidos e o Reino Unido. Nesse cenário, as casinhas são onde as pessoas assistem a tudo isso, passivamente.

**Figura 29** – Comparação: apresentação no *BritAwards* 2017.



**Fonte:** Google drive, 2017: Disponível em: <<https://www.google.com/drive/>>

A divulgação da música em premiações continuou, com a apresentação de Katy Perry e Skip Marley no iHeartRadio Music Awards de 2017, em 5 de março desse ano. Dessa vez, a artista aliou críticas sociais explícitas e políticas no palco. Focou realmente nas conseqüências das atitudes/ações políticas na vida do povo. Trouxe novamente o hamster Mr. Parsons, do lyric vídeo e do clipe, ainda que gigante e encheu o palco de crianças operárias.

Katy, mais uma vez, mostrou estar atenta a tudo o que acontece em seu país e utiliza as suas apresentações para passar mensagens aos espectadores, que também são cidadãos do seu país.

Do ponto de vista do marketing, pode-se perceber que, somando às divulgações, as apresentações e os produtos Chained to the Rhythm (música, lyric vídeo e clipe), há uma história sendo contada de forma seqüencial e totalmente interligada. A Disco Ball das festas, distribuídas pelo mundo é a alienação que acorrenta as pessoas, a mesma do clipe, e é ela também o meio pelo qual a cantora encontrou de divulgar a sua música, que é um alerta para a alienação/ futilidade da vida.

O Mr. Parsons do Grande Irmão foi ganhando cada vez mais significado do lyric vídeo até a apresentação no iHeart. Ele deixou de ser apenas um hamster para ser a população como um todo.

A preferência por Hilary Clinton nas eleições americanas transcendeu a própria eleição e foi explicada em todas as mídias. Donald Trump, para Katy Perry, agora é o presidente que pouco importa com os imigrantes, com a própria população, com o clima e que nega tudo isso em detrimento de acordos comerciais.

Logo, vê-se que a desilusão política da cantora impulsionou uma nova fase profissional com a música Chained to the Rhythm, repleta de planejamento e estratégias de marketing. A contação de história em todas as mídias é a principal estratégia: o Transmídia Storytelling enquanto “um processo de transmissão de mensagens, temas ou linhas de história para o grande público através do uso engenhoso e bem planejado de múltiplas plataformas de mídia” (DEL POZUELO, 2012; ALVES, 2006). É ao mesmo tempo uma técnica e uma filosofia da comunicação e extensão de marca que enriquece e amplia o ciclo de vida de conteúdos criativos.

Para Del Pozuelo (2012, p.17),[...] é possível afirmar que talvez nunca tenhamos observado, como no momento atual, tão intenso fluxo de conte-

údos que atravessam diferentes mídias e que são reinventados a partir de cada uma delas, integrando assim o que passou a ser chamado de narrativa transmídia ou transmediastorytelling.

Enfim, as estratégias de divulgação foram tão importantes quanto às mensagens transmitidas em todos os meios. Elas permitiram tanto à visibilidade quanto a discussão dos temas na sociedade.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um cenário onde os produtos culturais e artísticos - da Indústria Cultural, como a música, o teatro e a própria arte são apresentados à sociedade apenas com a finalidade de entreter e divertir, conseguir estabelecer uma discussão e uma reflexão, utilizando esses produtos é mérito do indivíduo/empresa e das estratégias de comunicação e marketing utilizadas com essa finalidade.

Esta pesquisa propunha exatamente isso: observar o papel do marketing em uma problemática diferente: em como ele pode contribuir não só para impulsionar as vendas, como para difundir uma ideologia, de uma forma coesa e transmidiática, entre todas as estratégias.

No caso especificamente dos produtos criados para Chained To The Rhythm, a própria letra, o lyric vídeo, o clipe e todas as estratégias de divulgação elencadas para divulgá-los, mensagens importantes conseguiram ser camufladas em elementos estratégicos e foram contadas em forma de storytelling, uma única história de forma fragmentada e contínua, em todos os meios.

Aos olhos daqueles que não estão atentos aos jornais e noticiários internacionais, os alertas dados pela cantora podem passar despercebidamente. Por isso, merecem a devida atenção.

## 8 REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Paola da Silva. **Contribuições da arquitetura para a indústria cultural de THEODOR Adorno e Max Horkheimer**. 2006. 152f. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em:<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/VCSA-6W9FL4>. Acesso em: 10 jun. 2017.

APRESENTAÇÃO KATY PERRY. Disponível em: <<https://vimeo.com/204100486>>. Acesso em: 22 maio. 2017.

AS CELEBRIDADES QUE APOIAM HILLARY CLINTON NAS ELEIÇÕES AMERICANAS. Disponível em: <<http://prosalivre.com/as-celebridades-que-apoiam-hillary-clinton-nas-eleicoes-americanas/>>. Acesso em: 7 maio. 2017.

DONALD TRUMP É ELEITO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/mundo/donald-trump-e-eleito-presidente-dos-estados-unidos/>. Acesso em: 03/06/2017.

FORMIGA, Fábio de Oliveira Nobre. **A evolução da hipótese de agenda-setting**. 2006. 93 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2257/3/Formiga,%20F.%20A.p.f.>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

GLOBO ESPELHADO DE KATY PERRY É ENCONTRADO NO RIO E FÃS COMEMORAM. Disponível em: <<http://ego.globo.com/musica/noticia/2017/02/globo-espelhado-de-katy-perry-e-encontrado-no-rio-e-fas-comemoram.html>>. Acesso em: 14 maio. 2017.

GRAMMY 2017: com skip Marley, Katy Perry faz primeira performance de chained to the rhythm. Disponível em: <<http://www.hugogloss.com/index.php/premiacoes-2/grammy-2017-com-skip-marley-katy-perry-faz-primeira-performance-de-chained-rhythm/>>. Acesso em: 28 maio. 2017.

HOHLFELDT, Antônio. Os estudos sobre a hipótese de agendamento. **Famecos**, Porto Alegre, n. 7, p. 42-51, nov. 1997. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/2983/2265>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

INSTAGRAM KATY PERRY. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/9UkYtjP-fM/>>. Acesso em: 2 jun. 2017.

KATY PERRY DIVULGA PREVIA DE NOVO SINGLE ACORRENTADA A UMA DISCO BALL. Disponível em: <<https://www.uai.com.br/app/noticia/musica/2017/02/08/noticias-musica,201497/katy-perry-divulga-previa-de-novo-single-acorrentada-a-uma-disco-ball.shtml>>. Acesso em: 14 maio. 2017.

KATY PERRY ANUNCIA WITNESS QUARTO DISCO DA CARREIRA. Disponível em: <<http://rollingstone.uol.com.br/noticia/katy-perry-anuncia-witness-quarto-disco-carreira/#imagem0>>. Acesso em: 22 maio. 2017.

KATY PERRY BIOGRAFIA. Disponível em: <<http://portalkatyperry.com.br/katy-perry/biografia/>>. Acesso em: 15 maio. 2017.

KATY PERRY CHAINED TO THE RHYTHM GRAMMYS 2017. Disponível em: <<https://www.billboard.com/articles/news/grammys/7686314/katy-perry-chained-to-the-rhythm-grammys-2017>>. Acesso em: 28 maio. 2017.

KATY PERRY DIZ QUE VAI VOTAR NUA PARA ATRAIR ELEITORES PARA HILLARY CLINTON. Disponível em: <<http://revistamonet.globo.com/Celebridades/noticia/2016/09/katy-perry-diz-que-vai-votar-nua-para-atrair-eleitores-para-hillary-clinton.html>>. Acesso em: 13/1/2017.

KATY PERRY FAZ PERFORMANCE AFRONTOSA DE CHAINED TO THE RHYTHM. Disponível em: <<http://www.hugogloss.com/index.php/premiacoes-2/brit-2017-katy-perry-faz-performance-afrentosa-de-chained-rhythm/>>. Acesso em: 28 maio. 2017.

KATY PERRY LANÇA SEU NOVO SINGLE CHAINED TO THE RHYTHM. Disponível em: <<https://www.uai.com.br/app/noticia/musica/2017/02/10/noticias-musica,201623/katy-perry-lanca-seu-novo-single-chained-to-the-rhythm.shtml>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

KATY PERRY TRAZ CHAINED TO THE RHYTHM AO PALCO DO BRIT AWARDS 2017. Disponível em: <<http://www.papelpop.com/2017/02/katy-perry-traz-chained-to-the-rhythm-ao-palco-do-brit-awards-2017/>>. Acesso em: 28 maio. 2017.

KATY PERRY USA FANTASIA PATRIOTA AO VOTAR E CELEBRAR ANIVERSÁRIO DE 32 ANOS. Disponível em: <<http://g1.globo.com/musica/noticia/2016/10/katy-perry-usa-fantasia-patriotica-ao-votar-e-celebrar-aniversario-de-32-anos.html>>. Acesso em: 14 maio. 2017.

KIM, W. Chan; MAUBORGNE, Renée. A Estratégia do Oceano Azul - Como Criar Novos Mercados e Tornar A Concorrência Irrelevante. 2. ed. Campus, 2016.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**. São Paulo: Atlas, 1975.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MADONNA E KATY PERRY FICAM NUAS PARA APOIAR HILLARY CLINTON. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2016/noticia/2016/09/madonna-e-katy-perry-ficam-nuas-para-apoiar-hillary-clinton.html>>. Acesso em: 13 maio. 2017.

MUNDO REAGE A ELEIÇÃO DE DONALD TRUMP. Disponível em: <[https://www.rtp.pt/noticias/presidenciais-eua/mundo-reage-a-eleicao-de-donald-trump\\_n960685](https://www.rtp.pt/noticias/presidenciais-eua/mundo-reage-a-eleicao-de-donald-trump_n960685)>. Acesso em: 3 jun. 2017.

NA RETA FINAL ARTISTAS ADEREM A CAMPANHA DE HILLARY. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/blogs/eua-2016/na-reta-final-artistas-aderem-a-campanha-de-hillary/>>. Acesso em: 13 out. 2017.

DEL POZUELO, Natália Gómez. **Storytellings de la mano de Steve Jobs**. Publicada na Amazon.com-eBook Kindle, 2012. ASIN: B007JCNDOM.

TÓPICOS CURIOSOS SOBRE A CARREIRA DE KATY PERRY. Disponível em: <<http://www.maiscuriosidade.com.br/18-topicos-curiosos-sobre-a-carreira-de-katy-perry/>>. Acesso em: 22 maio. 2017.

# A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO INSTITUTO DA INDIGNIDADE ANTE AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2010 E SUAS ALTERAÇÕES

*Arthur Leandro Pipolo  
Marcelo Henrique de Sousa Torres*

## RESUMO

O Código Civil de 1916 trouxe ao ordenamento jurídico brasileiro a figura do indigno e serviu de referência para que fosse contemplado também pelo Código de 2002, aonde o legislador deixou de perceber a evolução social, tecnológica e cultural da sociedade atual. Portanto, o trabalho procurou discutir, no que tange à indignidade do herdeiro sucessor, o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2010 que altera os Capítulos V e X do Livro V do Título I do Código Civil, a fim de dar novo tratamento aos institutos da exclusão da herança, relativamente à indignidade sucessória e à deserdação, trazendo algumas conclusões e recomendações sobre os artigos 1.814 e 1.815 do Código Civil que trazem o rol de atos que se pode realizar para se tornar indigno, bem como os procedimentos jurídicos para tornar indigno alguém que cometeu atos contra o autor da herança, utilizando o método dialético, descritivo e documental para a elaboração do mesmo.

**Palavras-chave:** Indignidade. Código Civil. Projeto de Lei 118/2010.

## THE HISTORICAL EVOLUTION OF THE INSTITUTION OF INDIGNITY PRIOR TO THE 2010 BILL Nº 118 AND ITS CHANGES

### ABSTRACT

The Civil Code of 1916 brought to the Brazilian legal system the figure of indignity, which also served as a reference for it to be contemplated in the Code of 2002, where the legislator failed to perceive the social, technological, and cultural evolution of current society. This paper therefore seeks to discuss, as regards the indignity of the heir or successor, Senate Bill nº 118, 2010, which amends Chapters V and X of Book V, Title I of the Civil Code, in order to deal differently with inheritance indignity, disinheritance, and desertion, reaching some conclusions and making recommendations on articles 1.814 and 1.815 of the Civil Code that include a list of acts that can be performed to become unworthy, as well as the legal procedures to render unworthy someone who has committed acts against the testator, using the dialectical, descriptive and documentary method to draw it up.

**Keywords:** Indignity or unworthiness to inherit. Civil Code. Bill Project nº 118/2010.

## 1 INTRODUÇÃO

O direito sucessório é um instrumento do ordenamento jurídico brasileiro inserido no Código Civil brasileiro (BRASIL, 2002) que confere aos herdeiros, seja na sucessão legítima ou testamentária, a condição de absorver o conjunto de direitos e deveres deixados pelo *de cuius*. Esse conjunto de direitos e obrigações deixado por aquele que faleceu é chamado de espólio, e para ter legitimidade de fazer parte do espólio é necessário que os sucessores, enquanto vivo fosse o autor da herança e até mesmo após sua morte, mantenham a moralidade e a ética, pois aquele que agir contra a vida ou a honra daquele que se abriu o espólio poderá alcançar a exclusão na sucessão, tornando indigno ou deserdado, sendo essa a temática macro do presente artigo.

Portanto, numa visão micro do artigo, visa-se abarcar os artigos 1.814 e 1.815 do Código Civil brasileiro (BRASIL, 2002) que trata sobre indignidade da sucessão. O primeiro artigo traz o rol dos crimes que farão com que o herdeiro ou legatário seja transformado em indignos. Já o segundo traz o modo legal e o prazo que os interessados na sucessão têm de transformar aquele herdeiro ou legatário que realizou ato contra a vida ou a honra do *de cuius* em indigno.

Desta forma, ao se estudar sobre a temática da indignidade sucessória de maneira perfunctória, vislumbrou-se algumas lacunas na legislação vigente e, diante disso, houve uma persecução sobre a questão do indigno, onde se descobriu que já há um procedimento no campo do Legislativo, o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2010 (SENADO, 2010), visando preencher esses espaços existentes desde o Código Civil de 1916 (BRASIL, 1916).

O que ocorre é que o legislador conferiu aos artigos supracitados os mesmos preceitos daquele diploma de 1916 e não refletiu sobre a evolução social, tecnológica e cultural dos tempos atuais. E, portanto, visa-se com este trabalho analisar o entorno da indignidade do sucessor através do campo ético e moral, a sua evolução histórica e analisar o que poderá trazer de novo ao instituto a reformulação dos artigos 1.814 e 1.815 do PLS nº 118, de 2010 (SENADO, 2010). Mas, para que se discorra sobre indignidade, primeiramente se faz mister que se inicie conceituando sobre ética e moral, termos que confundem em demasiado o senso comum.

## 2 QUEBRA DA CONCEPÇÃO ÉTICA E MORAL DO INDIGNO

A ética e a moral podem parecer que caminham juntas, lado a lado, mas na verdade têm conceitos distintos que merece a apreciação neste momento. No que concerne à moral, Sánchez Vázquez inicia com a distinção entre essa e moralidade, estando ambas indicadas entre o campo do normativo e do fatural. Com isso, mesmo preferindo empregar somente o termo moral, ele continua a situá-lo no campo do normativo e do prático.

A moral efetiva compreende, portanto, não só normas ou regras de ação, assim também – como conduta devida – os atos que se ajustam a elas. Ou seja, tanto o conjunto de princípios, valores e prescrições que os homens, em uma dada comunidade, consideram válidos como os atos reais em que aqueles são refletidos ou encarnados (VÁZQUEZ, 1984, p.63)<sup>1</sup>.

Ainda segundo Vázquez, sobre os problemas morais e éticos, há situações que ocorrem no dia-a-dia com todos os indivíduos de maneira real e efetiva onde eles se deparam com problemas que aparecem por decisões e ações tomadas e que viram objeto de julgamento pelas demais pessoas que estão a sua volta. Ou seja, estes problemas não afetariam apenas o indivíduo que tomou determinada decisão e realizou a ação que culminou em julgamento pelos demais, podendo, inclusive, afetar a comunidade de maneira geral. Nessas situações, as pessoas regulam seu comportamento de acordo com normas que julgariam serem mais adequadas a realizar naquele momento para aquele determinado problema, e é desta forma que se vê quando o homem age moralmente, mesmo que não de maneira espontânea, mas por uma decisão refletida por ele.

A diferença dos problemas práticos-morais, os éticos se caracterizam por sua generalidade. Se ao indivíduo concreto se planeja na via real uma dada situação, o problema de como atuar de maneira que sua ação possa ser boa, ou seja, valiosa moralmente, terá que resolvê-lo por si mesmo com ajuda de uma norma que ele reconhece e aceita intimamente (VÁZQUEZ, 1984, p.19)<sup>2</sup>.

---

1 La moral efectiva comprende, portanto, no sólo normas o reglas de acción, sino también - como conducta debida - los actos que se ajustan a ellas. O sea, tanto el conjunto de principios, valores y prescripciones que los hombres, en una comunidad dada, consideran válidos como los actos reales en que aquéllos se plasman o encarnan (VÁZQUEZ, 1984, p.63)

2 A diferencia de los problemas prácticos-morales, los éticos se caracterizan por su generalidad. Si al individuo concreto se le plantea en la via real una situación dada, el problema de cómo actuar de manera que su acción pueda ser buena, o sea, valiosa moralmente, tendrá que resolverlo por sí mismo con ayuda de una norma que él reconoce y acepta íntimamente. (VÁZQUEZ, 1984, p.19).

Ou seja, para Vázquez, será inútil recorrer à ética com a esperança de encontrar nela o que se deve fazer em cada situação concreta. A ética poderá dizer, de maneira geral, o que é uma conduta sujeita a normas, ou em que consiste aquele que persegue a conduta moral, dentro da qual entra a ética de um indivíduo concreto, ou a de todos da comunidade. É o que Rousseau, em outras palavras, descreveu ao falar sobre como a ação de um indivíduo pode corromper quem está inserido no mesmo meio.

Diante disso, para Rousseau, o homem, influenciado pelos preconceitos da sua época, faz com que seus desregramentos, em virtude dos delírios da sua razão e das suas paixões que o cerca, faça-o corromper-se e, da mesma forma, corrompa quem se insere em seu convívio.

Tudo está bem quando sai das mãos do autor das coisas, tudo degenera entre as mãos do homem. Ele força uma terra a alimentar as produções de outra, uma árvore a carregar os frutos de outra. Mistura e confundem os climas, os elementos, as estações. Mutila seu cão, seu cavalo, seu escravo. Perturba tudo, desfigura tudo, ama a deformidade e os monstros. Não quer nada da maneira como a natureza o fez, nem mesmo o homem; é preciso que seja domado por ele, como um cavalo adestrado; é preciso apará-lo à sua maneira, como uma árvore de seu jardim. (ROUSSEAU, J.-J. *Emílio: ou da educação*. 1999, p. 07).

Já para Kant, a ética está centrada na noção do dever. Para ele, as pessoas racionais, movidas pelo dever, escolheriam livremente os princípios que regeriam seus atos sem contaminações emocionais onde, desta forma, derivariam a justiça e a equidade. Para ele o homem não tem um preço, mas sim uma dignidade, o que chamou de imperativo prático, dando outra formulação ao seu imperativo categórico, deixando, portanto, a noção de que “o homem age de tal modo que possa usar a humanidade, tanto em tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre como um fim ao mesmo tempo e nunca somente como um meio” (KANT, 1997).

Portanto, assim como para Rousseau, Kant fala que a fonte dos valores do homem advém da consciência, pois não se trataria aqui de uma consciência sentimental e instintiva, mas sim que a consciência moral é sua própria razão, desta forma, tratar-se-ia de uma moral racional.

Dessa forma, após vislumbrar alguns pensamentos clássicos e contemporâneos sobre este tema, poder-se-ia diferenciar, para um melhor

entendimento sobre a indignidade do herdeiro sucessor ou legatário, a falta de ética e moral do herdeiro ou legatário. Assim, a ética, de uma maneira mais generalista, seria o respeito às normas culturais, sociais e até mesmo religiosas inseridas em determinada sociedade onde os indivíduos, durante toda sua vida, estariam sendo bombardeados diariamente com uma ideologia que discerne entre a conduta correta e a errada nesta sociedade. Enfim, seriam os valores sociais que faz com que cada homem esteja inserido na sociedade em que vive.

Já a moral, seria justamente a prática dessas normas, a conduta social de cada indivíduo, onde a quebra desse comportamento por um procedimento antagônico geraria uma crise moral do indivíduo e uma reação negativa da sociedade, vislumbrando-se a falta de moral.

*Reside o fundamento ético da indignidade em que repugna à ordem jurídica, como à moral, venha alguém extrair vantagem ao patrimônio de pessoa a quem ofendeu, além de constituir motivo que previne e pune o ilícito do herdeiro (PEREIRA, 2010, p.32 apud CICU; 1992).*

Ou seja, o excluído da herança por indignidade teria o conceito ético construído durante sua vida em sociedade e inculcado em seu ser, mas por algum motivo o fez quebrar esses valores sociais desfazendo-se da sua moral ao atentar contra a vida ou a honra do herdeiro sucessor.

No que tange à sucessão hereditária, Carlos Roberto Gonçalves alude que ela se assenta em uma razão de ordem ética: a feição real ou presumida do defunto ao herdeiro ou legatário (GONÇALVES, 2014). Mas vê-se a quebra desse paradigma quando um desses legitimados a receber a herança rompe o modelo e os valores sociais e comete atos que ofendem a vida ou a honra do autor da herança. Visualiza-se, portanto, a materialização da quebra da moral do herdeiro ou do legatário que acarretaria, por sua vez, na indignidade dos mesmos na sucessão legítima ou testamentária.

### **3 EVOLUÇÃO DO ORDENAMENTO PARA CONSIDERAR O INDIGNO**

Segundo Caio Mário da Silva Pereira, a indignidade - instituto da exclusão do herdeiro e sua incapacidade sucessória - no Direito romano era admitida quando houvesse falta de alta gravidade contra o autor da herança

onde se admitia que a herança fosse retirada do herdeiro. Esse princípio sobreviveu através dos tempos até chegar ao ordenamento jurídico pátrio, onde, no sistema atual brasileiro, é reconhecido pela falta de legitimação para suceder levando o nome de *indignidade* desde o Código Civil de 1916 (BRASIL, 1916) até o atual Código de 2002 (BRASIL, 2002), onde este manteve, em linhas gerais, a disciplina da lei anterior (PEREIRA, 2012), com algumas alterações mais adiante vistas.

O Código (*Civil brasileiro* – grifo nosso) de 1916 delimitou a exclusão do herdeiro estabelecendo com rigor os seus requisitos, erigida ela em impedimento ou obstáculo a que o herdeiro receba a herança. Ela opera como se fosse uma deserdação tácita, pronunciada pela Justiça, em casos previamente estabelecidos (PEREIRA, 2012, p. 31).

José Reinaldo de Lima Lopes (2008) fala que em 1855 o Governo brasileiro, vivendo ainda o esplendor do período Imperial, contratou um notável jurista, Augusto Teixeira de Freitas, para elaborar uma consolidação das leis civis, que foi finalizado três anos depois com 1.333 artigos escritos. Nesta já se encontrava recepcionada a indignidade sucessória que serviria como instrumento jurídico de exclusão do procedimento sucessório, onde considerava a incapacidade de herdar. Nesta Consolidação, declarava o artigo 982 que não poderia suceder sem testamento os que por força ou engano estorvavam o falecido de dispor livremente de seus bens em testamento; os herdeiros que forem omissos e negligentes em procurar o restabelecimento da saúde de seus ascendentes em alienação mental; os herdeiros que se escusaram de assumir a tutela do parente falecido (BRASIL, 1876, p. 583, *online*).

Após o Estado romper contrato com Augusto Teixeira e falecer seu sucessor, José Thomaz Nabuco de Araújo, o Senador Joaquim Felício dos Santos apresentou seus apontamentos ao Governo e obteve a negativa da comissão provisória - comissão que o Imperador instituiu para estudar a Consolidação anterior. Posteriormente a converteu em comissão permanente e o senador ficou com dever de coordenar o aperfeiçoamento do seu projeto com o prazo para a entrega do mesmo em definitivo em 1882, destaca Pontes de Miranda (1981). Este projeto, que foi impedido de entrar em vigor pelo fato da Proclamação da República em 1889 (POLETTTO, 2013), inseria a incapacidade para suceder no artigo 1.417, trazendo como causa para isso a pessoa que impediu

ou obrigou o autor da herança a testar, a alterar ou revogar seu testamento; aquele que suprimir, ocultar ou inutiliza o testamento do autor da herança; aquele que de maneira voluntária for cúmplice da morte do autor da herança.

De acordo com Grinberg (2002), após promulgação da República, o Senador Antônio Coelho Rodrigues, contratado pelo Governo, foi o escolhido para redigir o projeto do Código Civil sendo concluído e entregue em 1893. O projeto trazia em seu artigo 2.397 várias hipóteses de indignidade sucessória. Essas possibilidades incidiam sob o herdeiro que: voluntariamente houvesse matado ou tentou matar o *de cuius*; acusou o *de cuius* de um crime que, provado, sujeitá-lo-ia à prisão preventiva, se a acusação não tivesse sido julgada caluniosa; obrigou o *de cuius* a fazer testamento ou revogar o que tinha feito ou o impediu de fazer testamento. Fora isso, podia ainda ser indigno o pai ou a mãe que: expusesse o *de cuius*, ou negasse-lhe o dote ou alimentos devidos, ou somente os tivesse compelido por sentença; contestasse a filiação do *de cuius*, reconhecido judicialmente e contenciosamente, ou tivesse sido privado do poder familiar. O instituto da indignidade recairia ainda sobre: o descendente que devesse alimentos ao *de cuius* recusasse a prestá-los, ou somente o tivesse quando compelido por sentença; o filho ou filha menor que se casasse contra a vontade do pai ou da mãe, quanto à herança daquele ou daquela que se opusesse ao casamento.

Após outra tentativa de codificação em 1899, agora pelo Presidente Campos Salles, que nomeara o professor pernambucano Clóvis Beviláqua para a realização do projeto onde finalizou no mesmo ano, trazendo os excluídos da sucessão como indignos em seu artigo 1.762 (DINIZ, 2013). O referido artigo previa a aplicação desse instituto àquele que: voluntariamente houvesse matado ou tentado matar o autor da herança; tivesse caluniosamente o acusado de crime inafiançável; que, enquanto pai ou mãe, tivesse exposto o autor da herança, que lhe houvesse negado os alimentos, ou contestado a sua filiação; que tivesse o pai ou a mãe sido privado do pátrio poder que exercia sobre o autor da herança, por ter incorrido em crime contra a honra do mesmo; tivesse impedido, por violência ou fraude, o finado de fazer o testamento ou revogá-lo (BEVILÁQUA, 1900, *online*). De fato, já há de se verificar uma substancial alteração quanto ao texto anterior, onde nesse nota-se que há uma junção e adequação de alguns requisitos do texto de 1893.

Já no governo do Presidente Wenceslau Brás foi sancionado em 01 de janeiro de 1916 o Código Civil após vagarosa apreciação - assim acontece até hoje no Brasil - e posterior aprovação em 1912 pelo parlamento brasileiro. Nesse código a exclusão por indignidade teria que atingir os requisitos trazidos pelo artigo 1.595:

Art. 1.595. São excluídos da sucessão (arts. 1.708, n. IV, e 1.741 a 1.745), os herdeiros, ou legatários:

I - Que houverem sido autores ou cúmplices em crime de homicídio voluntário, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar.

II - Que a acusaram caluniosamente em juízo, ou incorreram em crime contra a sua honra.

III - Que, por violência ou fraude, a inibiram de livremente dispor dos seus bens em testamento ou codicilo, ou lhe obstaram a execução dos atos de última vontade (BRASIL, 1916, *online*).

É importante anotar que o Código Civil de 1916 (BRASIL, 1916) não utiliza a nomenclatura “indignidade” em seu Capítulo V para designar aqueles que seriam os excluídos da sucessão, mas sim “dos que não podem suceder”, substituindo os dizeres “dos indignos de suceder” que advém da codificação romana e que perdurou no ordenamento jurídico brasileiro nas legislações que lhe antecederam.

No Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002), que continuou no Capítulo V, adotou o título “dos excluídos da sucessão” e trouxe em seu artigo 1.814 os requisitos para a exclusão dos herdeiros ou legatários, aumentando a quantidade de pessoas que podem ser atingidas por atos dos indignos, além de continuar com o rol taxativo para se verificar a indignidade, que se verá mais a frente com mais detalhes.

Já tramita no Congresso Nacional do Brasil o projeto de lei nº 118 de 2010, que sugere a modificação de alguns artigos do Código Civil que versam sobre os herdeiros indignos, principalmente o que constar no art. 1.814 e 1.815, onde a exclusão automática da sucessão do herdeiro indigno se concretizaria com a “[...] declaração por sentença, salvo quando houver anterior pronunciamento judicial definitivo, cível ou criminal, que já tenha expressamente reconhecido a prática da conduta indigna, bastando, nesses casos, a sua juntada aos autos do inventário” (PROJETO de lei do Senado, nº 118, 2010, p.2). Além disso, o rol taxativo de atos praticados pelos herdeiros foi ampliado no artigo 1814, como será possível ver mais adiante.

## 4 A INDIGNIDADE E SUAS NUANCES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

O ordenamento jurídico civil brasileiro traz em seu escopo algumas maneiras que os herdeiros têm de trazer para si os bens que eram do falecido. Vale ressaltar que unicamente pela morte ocorrerá a transmissão da herança. Portanto, somente sendo operada por força de lei é realizada a sucessão, sendo esta dividida em sucessão legítima ou por ato unilateral realizado, quando ainda vivo, por disposição exclusiva do testador, mais conhecida como sucessão testamentária.

Nessa linha, é importante demonstrar que assim como há dois tipos de sucessão, há também dois tipos de exclusão do herdeiro sucessor, nomeadas de indignidade e deserdação. Mas, primeiramente, faz-se mister a apreciação quanto a diferença entre estes dois institutos do direito civil brasileiro, deserdação e indignidade, pois, como será visto, distinguem-se em sua essência, o que muitas vezes traz confusão quando da utilização dos mesmos.

### 4.1 DESERDAÇÃO X INDIGNIDADE

No que concerne à indignidade, o herdeiro ou legatário poderão ser privados de suceder ao praticar atos que estejam no rol taxativo no Código Civil (BRASIL, 2002, *online*), como orienta Gonçalves, “não é qualquer ato ofensivo, entretanto, que a lei considera capaz de acarretar tal exclusão, mas somente os consignados no art.1814, que podem ser assim resumidos: atentado contra a vida, contra a honra e contra a liberdade de testar do *de cuius*” (GONÇALVES, 2014, grifo do autor). A indignidade, inserida no artigo 1.814 do CC, traz em seu texto que:

Art. 1.814. São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários:  
I - que houverem sido autores, coautores ou partícipes de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente;  
II - que houverem acusado caluniosamente em juízo o autor da herança ou incorrerem em crime contra a sua honra, ou de seu cônjuge ou companheiro;  
III - que, por violência ou meios fraudulentos, inibirem ou obstarem o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade (BRASIL, 2002 *online*)”.

No que consiste sobre a deserdação, o Código Civil brasileiro de 2002 traz três artigos que o conceitua. Primeiro, no artigo 1.961, aduz que “os herdeiros necessários podem ser privados de sua legítima, ou deserdados, em todos os casos em que podem ser excluídos da sucessão” (BRASIL, 2002, *online*) e, posteriormente os artigos 1.962, 1.963, além do artigo supracitado 1.814, trazem os seus requisitos:

Art. 1.962. Além das causas mencionadas no art. 1.814, autorizam a deserdação dos descendentes por seus ascendentes:

- I - ofensa física;
- II - injúria grave;
- III - relações ilícitas com a madrasta ou com o padrasto;
- IV - desamparo do ascendente em alienação mental ou grave enfermidade (BRASIL, 2002, *online*).

Art. 1.963. Além das causas enumeradas no art. 1.814, autorizam a deserdação dos ascendentes pelos descendentes:

- I - ofensa física;
- II - injúria grave;
- III - relações ilícitas com a mulher ou companheira do filho ou a do neto, ou com o marido ou companheiro da filha ou o da neta;
- IV - desamparo do filho ou neto com deficiência mental ou grave enfermidade (BRASIL, 2002, *online*).

Como se pode notar, a deserdação é menos abrangente do que a indignidade do herdeiro sucessor, pois, como visto, a indignidade além de recair sobre aqueles legitimados a sofrer o peso de ser deserdados, que neste caso são somente os herdeiros necessários - ascendente e descendente - ainda há outros dois legitimados que são os herdeiros facultativos e os legatários.

Mas observe-se: quando o ato praticado pelo herdeiro (descendente ou ascendente) for causa, simultaneamente, de exclusão e de deserdação, e ainda que o *de cuius* não tivesse promovido a deserdação por testamento, esta situação não conduz à hipótese de perdão, de tal sorte que os interessados na sucessão poderão ajuizar a respectiva ação de exclusão de herdeiro, salvo se, por documento autêntico (ou testamento), o *de cuius* o houver perdoado (CAHALI e HIRONAKA, 2012, grifo do autor).

Desta maneira, é possível apontar as principais diferenças entre a deserdação e a indignidade, como, por exemplo, o suporte fático, onde na deserdação os fatos são sempre anteriores à morte do autor da herança, só alcançando os herdeiros necessários (ascendentes e descendentes), sendo feita por meio de testamento pelo próprio testador com declaração expressa da causa, ou seja, priva de uma vocação legítima e é ordenada por meio da vontade imperial do testador. Enquanto que na indignidade nem sempre os fatos são anteriores à morte do autor da herança, alcançando os herdeiros legítimos (necessários ou facultativos) e os testamentários, sendo pedido por terceiros interessados e obtida mediante sentença judicial, resolvendo, assim, uma vocação hereditária existente no momento da abertura da sucessão. Outra característica que diferencia plenamente os dois institutos é que nem todos os motivos da deserdação configuram a indignidade, mas os motivos, ou seja, o rol dos crimes que ensejam a indignidade – e que os veremos mais aprofundadamente a seguir – são válidos para a deserdação.

#### 4.2 SOBRE O ROL DOS CRIMES COMETIDOS PELOS INDIGNOS

O Código Civil de 2012 traz no artigo 1.814 as formas com que o herdeiro ou legatário se tornará indigno, quais os atos cometidos por eles que serão considerados uma ofensa à figura do autor da herança. Nesse ensejo, poderemos dizer que a indignidade é “a privação do direito hereditário imposta pela lei a quem cometeu certos atos ofensivos à pessoa, à honra e aos interesses do hereditando” (OLIVEIRA, 1987).

O inciso I trata daqueles que, como autor, coautor ou partícipe, praticaram homicídio contra o autor da herança, seus herdeiros necessários ou companheiro. Já o inciso II dispõe acerca daquele que acusar de maneira caluniosa o *de cuius*, cônjuge ou companheira, em juízo ou incorrerem em crime contra a sua honra. Desta maneira, recai sobre o artigo 339 do Código Penal a pertinência do caso de denúncia caluniosa, essa que é a instauração de investigação criminal realizada pela polícia ou em vias judiciais de investigação administrativa contra uma pessoa que se sabia de sua inocência. Da mesma forma, será indigno aquele sucessor que praticar ato contra a honra do autor da herança, inclusive se já estiver morto, estando o ato previsto nos artigos 138, 139 e 140 do Código Penal, onde se versam sobre

os crimes de calúnia, difamação e injúria, respectivamente. O primeiro se refere àquele que acusa alguém lhe imputando falsamente algum fato definido como crime. O segundo aponta para aquele que atribuir fato ofensivo à reputação de outrem. E o terceiro, quando o autor ofende a dignidade ou o decoro de outra pessoa. Como visto, o crime contra honra também pode alcançar, através de ofensas, àquele que já estiver morto. Portanto, não seria necessária a condenação do herdeiro, pois contanto que haja realizado provocação em ação penal contra o autor da herança já é causa de exclusão da sucessão por indignidade.

O terceiro e último inciso do artigo 1.814 reproduz o crime cometido pelo herdeiro ou legatário que através de violência ou meios fraudulentos, impeça que o autor da herança, unilateralmente e de última vontade, dispoña seus bens. Portanto, o Código Civil (BRASIL, 2002) tratou de defender o ato de liberdade exclusiva do autor da herança e ao mesmo tempo punir aquele que tentar de alguma forma fraudar de maneira dolosa ou coativa o ato unilateral do *de cuius*, omitindo, falsificando, inutilizando, corrompendo, ocultando ou alterando. Aqui se faz necessária a colocação de que o legislador não cuidou de perceber que incumbiria uma interpretação no sentido de abarcar no artigo 1.814 do CC outras possibilidades de condutas criminosas que atentassem contra a vida daquele que deixaria herança como, por exemplo, incitação ou auxílio ao suicídio, estupro, pedofilia, infanticídio e seu induzimento.

Elenca a lei as ações que autorizam a declaração de indignidade do herdeiro. É uníssona a doutrina em reconhecer como **taxativa** a enumeração legal, constituindo *numerus clausus*, de modo a não ser possível identificar fatos outros como indigno (DIAS, 2013, p.308, grifos do autor).

A jurisprudência corrobora com o entendimento doutrinário em afirmar que o rol do artigo 1.814 do Código Civil brasileiro é taxativo, conforme pode se verificar no julgamento de 09/02/2010 do Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE EXCLUSÃO DE HERANÇA - SENTENÇA - ARGUIÇÃO DE NULIDADE - DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA ENQUANTO SUSPENSO O TRÂMITE PROCESSUAL - CIRCUNSTÂNCIA NÃO VERIFICADA, NA ESPÉCIE - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - INDEFERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVA TESTEMUNHAL - POSSIBILIDADE - CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA NÃO CARACTERIZADO

- INDIGNIDADE - DISCUSSÕES FAMILIARES - EXCLUSÃO DO HERDEIRO - INADMISSIBILIDADE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - CONDENAÇÃO EM QUANTIA CERTA - CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL - DATA DA DECISÃO JUDICIAL QUE OS FIXOU - RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

1. Inexiste nulidade na sentença que, ao contrário do que afirma a parte ora recorrente, não é proferida durante o período em que o trâmite processual encontrava-se suspenso.

2. Não há falar em cerceamento do direito de defesa quando o magistrado, destinatário final das provas, dispensa a produção daquelas que julga impertinentes, formando sua convicção com aquelas já constantes nos autos e, nesta medida, julga antecipadamente a lide, como sucede na hipótese sub examine.

**3. A indignidade tem como finalidade impedir que aquele que atente contra os princípios basilares de justiça e da moral, nas hipóteses taxativamente previstas em lei, venha receber determinado acervo patrimonial, circunstâncias não verificadas na espécie.**

4. A abertura desta Instância especial exige o prévio prequestionamento da matéria na Corte de origem, requisito não verificado quanto ao termo inicial da correção monetária do valor da verba honorária (Súmula n. 211/STJ).

5. Recurso especial improvido. (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2010, *online*, grifo nosso).

Importante a anotação de que o entendimento para que o rol do supracitado artigo seja taxativo é o fato de que as condutas contidas nele serem tipificadas no direito penal, como explica Maria Berenice Dias, “o fundamento para esta interpretação restritiva é o fato de que as condutas que levam à exclusão do direito sucessor são tipificadas no âmbito do direito penal, onde vigora o princípio de proibição da analogia *in malam partem*, ou seja, contra o autor do delito” (DIAS, 2013, p. 308, grifo nosso), essa característica da normatização brasileira não se diferencia de alguns instrumentos jurídicos em outros países, por exemplo o português e o italiano. Por outro lado, o sistema brasileiro difere de outros no que se refere à condenação do indigno. Por exemplo, em países como França, Bélgica e Portugal há a imposição de uma prévia condenação no âmbito criminal do herdeiro sucessor ou do legatário como requisito de sanção dos mesmos, enquanto no Brasil a prova pode também ser produzida na seara cível, desde que ainda não tenha sido julgado criminalmente. Estas questões podem ser encontradas nos artigos 935 e 1.815 do CC:

Art. 935. A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal (BRASIL, 2002).

Art. 1.815. A exclusão do herdeiro ou legatário, em qualquer desses casos de indignidade, será declarada por sentença.

Parágrafo único. O direito de demandar a exclusão do herdeiro ou legatário extingue-se em quatro anos, contados da abertura da sucessão (BRASIL, 2002).

No Brasil a condenação, com prazo decadencial de 4 anos a contar da abertura da sucessão, poderá ocorrer de duas maneiras, a primeira delas é que sabendo do ato que gere indignidade, qualquer interessado que tenha legítimo interesse, pois “a lei não declina quem dispõe de legitimidade para propor a ação” (DIAS, 2013), ajuizará ação de indignidade no juizado criminal ao mesmo tempo, de forma optativa, peticionando medida cautelar junto ao juiz cível que trata da sucessão pedindo a suspensão do processo enquanto o processo criminal não transite em julgado, é o que alude Leite (2009), “se o processo foi iniciado antes ou durante o curso do civil, este suspende-se e aguarda-se, quanto ao fato, a decisão da justiça penal”. Já a segunda maneira consiste no interessado poder provar, diante do próprio juízo cível, a conduta que gera a indignidade, mas havendo a absolvição diante de excludente de ilicitude impedirá o um posterior questionamento no polo criminal. Isso porque, segundo o artigo 935 do CC: “A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal” (BRASIL, 2002, *online*), e, portanto, também em caso de sentença que absolva no polo cível não há o que se reclamar mais no polo criminal.

Por outro lado, sana a questão Eduardo de Oliveira Leite (2009) ao dizer que o princípio da independência da responsabilidade civil em relação a pena faz com que não se possa mais questionar sobre a existência do fato ou quem seja seu autor, quando já estiverem elucidadas no crime, pois a extinção da pena no juízo criminal não elide a exclusão por indignidade.

Em assim sendo, enquanto o juízo criminal não tiver formado convicção sobre tais questões, os processos correrão independente e autonomamente, e ambas as responsabilidades (civil e penal) poderão ser investigadas. Sendo dispensada a

condenação no juízo criminal, pode a prova da indignidade ser levada a efeito na ação própria para tal finalidade. Mas, se a responsabilidade já foi apurada em sede penal, inclina-se ante esse veredicto o magistrado civil: não abre novo debate sobre o ato delituoso e sua autoria ou cumplicidade (LEITE, 2009, p.200 e 201).

No entanto, há doutrinadores entendendo que essa possibilidade não deveria ser cabida pelo simples fato da impossibilidade de se estender analogamente a outros atos delituosos, como fala Giselda Hironaka (2009), “se é impossível a extensão analógica para abarcar outras condutas como configuradoras do delito, no âmbito civil tal prática também é descabida”.

Porém, levando em consideração que havendo o transito em julgado na seara penal sem mais possibilidade de recurso, o autor da ação terá que levar a decisão ao juiz cível para que esse declare o herdeiro em indigno. Vale salientar que o ordenamento nesse ponto pecou quanto ao princípio constitucional da celeridade processual, pois apesar de haver independência processual na seara civil e penal deveria haver mecanismos que fizessem com que a decisão penal, ao ser apreciada com maior celeridade e já declarada na inicial que corre ação de exclusão de herdeiro sucessor na seara civil, fosse de pronto enviada pelo próprio órgão judiciário ao juiz cível que analisa o processo sobre a indignidade do herdeiro sucessor, desafogando o Poder Judiciário de burocracias desnecessárias. Mas é compreensível que apesar do Código Civil ser recente e, além disso, ser muito dinâmico e cotidiano com as urgências da vida moderna no mundo atual, a chamada realidade fática do dia-a-dia, já se possa perceber algumas lacunas no referido diploma as quais alguns projetos de lei tentam solucioná-los.

## **5 DA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 118 DE 2010, SUAS MUDANÇAS, MELHORIAS E FALHAS**

Para tentar acabar com as lacunas que se referem à questão da indignidade, tramita no Senado e na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei do Senado nº 118 de 2010, onde seu texto final já foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Congresso Nacional (CCJ). Ele foi inspirado pela dissertação de mestrado em Direito Civil Comparado do Prof. Carlos

Eduardo Minozzo Poletto, defendida perante a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) em 27 de janeiro de 2010, sugerido como Projeto de Lei pela Senadora Maria do Carmo Alves e visa alterar o “Capítulo V do Título I e o Capítulo X do Título III, ambos do Livro V da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dar novo tratamento aos institutos da exclusão da herança, relativamente à indignidade sucessória e à deserção.” (SENADO, 2010). Já o presente artigo científico ater-se-á aos artigos 1.814 e 1.815 modificados pelo Projeto de Lei do Senado nº 118, pois, como bem fala Maria Berenice Dias “talvez seja nos capítulos da indignidade e da deserção onde se flagra com mais nitidez a despreocupação do legislador em amoldar a lei à realidade da vida” (DIAS, 2013, p. 31). Diante disso, já é possível notar as modificações trazidas nas anotações do PLS nº 118 a partir do título do Capítulo V que agora trata sobre “dos Impedidos de Suceder por Indignidade”, onde antes era nomeado de “dos excluídos da sucessão”.

No que se refere ao artigo 1.814, nota-se que além das alterações no seu caput e incisos I, II e III, foram criados o inciso IV e o Parágrafo único que também acrescentam ao rol de crimes cometidos por herdeiros ou legatários a torná-los indignos:

Art. 1.814. Fica impedido de suceder, direta ou indiretamente, por indignidade, aquele que:

I – na condição de autor, coautor ou partícipe, tenha praticado ou tentado praticar, dolosamente, qualquer ato que importe em ofensa à vida ou à dignidade sexual do autor da herança ou de seu cônjuge, companheiro ou parente, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau;

II – na condição de autor, coautor ou partícipe, tenha praticado ou tentado praticar, dolosamente, qualquer ato que importe em ofensa à honra, à integridade física, à liberdade ou ao patrimônio do autor da herança;

III – sem justa causa, tenha abandonado ou desamparado o autor da herança, especialmente aquele que, tendo conhecimento da paternidade ou maternidade do filho, não a tenha reconhecido voluntariamente durante a menoridade civil;

IV – por violência ou qualquer meio fraudulento, inibir ou obstar o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade, furtar, roubar, destruir, ocultar, falsificar ou alterar o testamento ou codicilo do falecido, incorrendo na mesma pena aquele que, mesmo não tendo sido

o autor direto ou indireto de qualquer desses atos, fizer uso consciente do documento viciado.

Parágrafo único. Para efeito do disposto nos incisos I e II do caput deste artigo, incluem-se entre os atos suscetíveis de gerar declaração de indignidade quaisquer delitos dos quais tenham resultado a morte ou a restrição à liberdade do autor da herança ou de seu cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão” (NR).

Diante do exposto, nota-se que no *caput* do referido artigo há uma alteração substancial no que se refere a sua interpretação, pois a alteração trazida faz com que se amplie a abrangência do instituto a que ele se refere, a indignidade do sucessor. É o que se destaca no trecho do Parecer do Senador Demóstenes Torres, Relator da CCJ:

Nos termos da norma *in faciendo*, o *caput* do artigo passa a falar, genericamente, em *impedimento para suceder*, buscando, com isso, ampliar o alcance do instituto da indignidade sucessória. A alteração é relevante porque, conforme recorda o Prof. Carlos Eduardo Minozzo Poletto, conquanto os casos levados aos tribunais tratem, maciçamente, de herdeiros ou legatários indignos, *não há como se olvidar que mesmo aquelas pessoas não legitimadas como sucessoras do de cujus podem e devem ser sujeitas de tal sanção privada* (CC, 2014).

Já se vislumbra no inciso primeiro, que foi modificado de maneira radical, o alargamento dos indivíduos impedidos de suceder em comparação ao que discursa a normatização vigente, pois a partir da entrada em vigor do novo dispositivo não apenas aqueles que são autores, coautores ou partícipes de homicídios serão penalizados com a indignidade da sucessão, mas também, todos esses que cometerem atos de ofensa à vida ou à dignidade sexual contra o autor da herança ou de seu cônjuge, companheiro ou parente, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau. Assim sendo, ressalta-se que o rol dos sujeitos que sofrerem tais atos também foram ampliados, neste caso, além do autor da herança, seu cônjuge ou companheiro, agora, onde antes se lia *ascendente ou descendente*, fora substituído por *parente, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau*. Destaca-se o seguinte trecho do Parecer do Senador Demóstenes Torres, Relator da CCJ:

Reputo conveniente, ademais, transpor, para o texto do inciso I do art. 1.814, os delitos contra a dignidade sexual (capazes de ensejar, na forma do inciso II do mesmo art. 1.814 do CC, a declaração de indignidade), por sua natureza mais gravosa. Ademais, cumpre esclarecer que se preserva, no dispositivo, a possibilidade de que outras condutas criminosas das quais resultem a morte (como o latrocínio, a lesão corporal seguida de morte, o infanticídio) também acarretem a declaração de indignidade do agente.

O inciso II também traz modificações nos tipos de condutas que tornam indignos aqueles que no atual CC acusavam caluniosamente ou atentavam contra a honra do autor da herança, seu cônjuge ou companheiro. A nova redação visa alarguecer essas condutas, mas agora só caberão se realizadas contra o autor da herança, seja na forma praticada ou tentada, desde que dolosamente e que ofenda não apenas a sua honra, mas também a sua integridade física, sua liberdade ou atos contra o seu patrimônio. O trecho do Parecer do Senador Demóstenes Torres, Relator da CCJ, que corroboram para o alarguecimento do rol de crimes do indigno a suceder:

A redação conferida ao inciso II do art. 1.814 parece auspiciosa. Realmente, existem atos muito mais graves do que a calúnia, a difamação ou a injúria, como as lesões corporais e certos crimes contra o patrimônio, que merecem tenaz reprimenda do Estado não somente na seara penal, mas também no âmbito do direito privado. Emendo o dispositivo para, como adianto, transferir os delitos contra a “dignidade sexual” para o inciso I do mesmo artigo. Ademais, entendo que, na hipótese em apreço, a indignidade somente deve ter lugar se a violação tiver sido perpetrada contra o autor da herança (CCJ, 2014).

O inciso III, que não tem referência com qualquer inciso do artigo 1.814 vigente no CC, será visto através das modificações trazidas pelo Senador Demóstenes Torres ao texto final do PL. É o mais digno a ser imposto para a indignidade de sucessão àqueles que sem justificativa tenha abandonado ou desamparado, ou não tenha reconhecido a paternidade ou a maternidade quando o autor da herança ainda estiver em menoridade civil e, desta maneira, acrescenta o Senador Demóstenes Torres, Relator da CCJ:

Impende, contudo, aproveitar a oportunidade para aprimorar o texto da norma, de modo a permitir a aplicação da sanção de indignidade também nas hipóteses em que o autor

da herança, abandonado ou desamparado, não apresente “deficiência, alienação mental ou grave enfermidade”. Trata-se de providência destinada a evitar injustiças, como a que decorre da possibilidade de um pai que, tendo abandonado o filho (seja o abandono econômico ou afetivo), venha, anos depois, a sucedê-lo, herdando-lhe os bens (CC), 2014).

A crítica ao referido dispositivo fica a cargo do não reconhecimento voluntário de paternidade ou maternidade, visto que ao reconhecer, mesmo não sendo de maneira voluntária o pai ou a mãe, com o tempo, pode ter criado afeto ao rebento. Dessa forma, analisando um caso hipotético onde um ex-companheiro duvidando da sua condição de pai, após um longo litígio judicial aonde foi finalmente comprovada sua paternidade, com o passar do tempo criou amor paternal com aquele outrora rejeitado, diante disso, como impor indignidade a esse pai que nutriu afeto, no caso em que ocorra a morte do filho e sua ex-companheira provar em juízo que o mesmo só reconheceu o filho através de ação judicial?

O inciso IV do artigo 1.814 da PL nº118, ao que tange o inciso III do atual artigo 1.814 do CC, acrescenta que também caberá indignidade àquele que, além de agir “por violência ou meios fraudulentos, inibirem ou obstarem o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade” (BRASIL, 2002), também “furtar, roubar, destruir, ocultar, falsificar ou alterar o testamento ou codicilo do falecido, incorrendo na mesma pena aquele que, mesmo não tendo sido o autor direto ou indireto de qualquer desses atos, fizer uso consciente do documento viciado” (CC), 2014).

Enfim, tem-se no Parágrafo Único mais uma inovação ao que trará uma nova roupagem para a questão da indignidade no CC, pois a esse não há também referência no texto do atual artigo 1.814 do CC. Ele traz mais alguns casos que gerará indignidade, são eles: qualquer delito que tenha resultado a morte ou a restrição à liberdade do autor da herança, do cônjuge ou companheiro, do ascendente, do descendente ou do irmão do autor da herança.

No que concerne ao novo artigo 1.815, este traz consigo a inovação no que se refere à legitimidade da demanda do Ministério Público, agora expresso em lei; o prazo decadencial que passará de 4 anos para apenas 2 anos, contados da abertura da sucessão; e, agora sim, obedecendo ao princípio da celeridade processual, o primeiro pronunciamento judicial

definitivo bastará, seja da seara civil ou penal, para a declaração da indignidade do herdeiro. Mas, ainda resta crítica quanto à necessidade da juntada da decisão pelo autor da ação aos autos do inventário. Por outro lado, a prática de conduta indigna poderá ser reconhecida e aplicada de duas maneiras, a primeira através de sentença declaratória proferida no processo de inventário; a segunda através de trânsito em julgado na seara penal e cível, mas somente com a juntada do pronunciamento judicial aos autos do processo de sucessão. Nestes contextos, o Parecer do Senador Demóstenes Torres, Relator da CCJ, salienta as mudanças:

O § 1º do dispositivo, ao tratar da legitimidade para arguição da indignidade – atribuindo-a a quem tenha legítimo interesse, econômico ou moral, além do Ministério Público –, supre lacuna indesejável do ordenamento jurídico, sendo, nesse sentido, muito bem-vindo. O § 2º, de igual modo, acerta ao considerar a descoberta da autoria do comportamento indigno – ao lado da abertura da sucessão – como fato capaz de desencadear o início da contagem do prazo decadencial.

Portanto, é importante felicitar aos autores dos artigos estudados, professor Carlos Eduardo Minozzo Poletto e a Senadora Maria do Carmo Alves, propostos pelo Projeto de Lei nº 118 de 2010, pelas lacunas preenchidas através da nova leitura dada a esse que brevemente deverão ser inseridos no Código Civil brasileiro.

## 6 CONCLUSÃO

A reflexão do presente artigo foi motivada a partir das aulas sobre direito sucessório ministradas pela professora Luciana Flávia Nunes Casimiro quando da sua indagação sobre o porquê da não inserção, já no Código Civil de 2002, da instigação, auxílio ou induzimento ao suicídio e infanticídio no rol dos indignos na sucessão.

Na presente pesquisa, desta forma, buscou-se uma reflexão mais abrangente sobre o tema, trazendo outras indagações às lacunas no ordenamento jurídico desde o Código Civil de 1916, que continuou no Código Civil de 2002 e que ainda permanecem com Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2010. Por isso, vale frisar a importância de se contextualizar os novos pensamentos normativos de acordo com os avanços sociais, tecnológicos e

educacionais contemporâneos, pois estes pressupostos trazem uma dinâmica social diferente daquela do ano de 1916 e até mesmo ao de 2002, e com isso as normas devem se adequar ao novo momento vivido pela sociedade. Portanto, o atual Código Civil de 2002 já deveria ter trazidos novas ideias e com as devidas lacunas expostas do diploma de 1916 já sanadas. E foi a partir desse contexto que o presente artigo tentou trazer, expondo que a atual composição dos artigos 1.814 e 1.815 do CC que tratam da indignidade do sucessor continuam referendando os preceitos trazidos pelo Código Civil de 1916 (BRASIL, 1916).

Com o Projeto de Lei nº 118 de 2010 do Senado, haverá um avanço fabuloso no que concernem às demandas de exclusão do herdeiro sucessor por indignidade, pois as mudanças trazidas corroborarão para que aquele que se sente prejudicado por quem realizou atos que estão dentro rol de crimes trazidos no dispositivo busque com mais facilidade o direito de tornar esse em indigno de receber herança. E como visto, os princípios éticos e morais devem sempre basear a interpretação do CC, pois tendo o aporte deles dará ao sistema a ideia de uma justiça reta que, se aplicada corretamente, trará certeza para aquele que busca o direito, bem como para a sociedade.

Pelo fato de nada na vida ser perfeito, enfim, resta deixar algumas críticas ao novo dispositivo que em breve entrará em vigor no ordenamento jurídico brasileiro. A primeira quanto ao legislador não abarcar no rol de atos que geram indignidade à instigação, auxílio ou induzimento ao suicídio; e o infanticídio, que correspondem, respectivamente, aos artigos 122, inc. III e 123 do Código Penal. Já a segunda, quanto à necessidade da juntada da decisão pelo autor da ação aos autos do inventário. A terceira fica a cargo do não reconhecimento voluntário de paternidade ou maternidade. A quarta e derradeiro, ao não se vislumbrar os crimes culposos contra a vida por meio da imprudência, imperícia ou negligência.

## 7 REFERÊNCIAS

ALTAVILA, Jayme. **Origem dos direitos e dos povos**. São Paulo: Ícone, 2001.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Código civil dos Estados Unidos do Brasil**: edição histórica. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1977.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Original do Projecto do Codigo Civil Brasileiro.**

Rio de Janeiro, 1900. Disponível em: <<http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/handle/123456789/196>>. Acesso em: 04 set. 2016.

BRAGA, Kennedy de Oliveira. **Direito das sucessões:** sucessão legítima. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 1996.

BRASIL. Código Penal. **Decreto-Lei nº 2848**, de 7 de dezembro de 1940. Vade mecum. São Paulo: Saraiva, 2015.

\_\_\_\_\_. **Consolidação das Leis Civis.** Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1876. Disponível em: <<http://ia600505.us.archive.org/1/items/ConsolidaoDasLeisCivis/CLC.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 867**, apresentado em 04 de abril de 2011. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=496851>>. Acesso em: 04 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 118**, apresentado em 04 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=77011&tp=1>>. Acesso em: 04 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 118**, aprovado em 22 de março de 2011. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=87798&tp=1>>. Acesso em: 04 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 3.071**, de 1º de janeiro de 1916. Código civil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Rio de Janeiro, RJ, 01 jan. 1916. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm)>. Acesso em: 04 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Código civil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Rio de Janeiro, RJ, 10 jan. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 04 set. 2016.

\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. 3ª Turma. **Recurso Especial 1.102.360 / RJ**. Relator Ministro Massami Uyeda. Data do julgamento: 09 fev. 2010. Data de publicação: 01/02/2010. Disponível em: <<http://dj.stj.jus.br/20101203.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2016.

\_\_\_\_. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Parecer em caráter terminativo, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2010**, da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera os Capítulos V e X do Livro V do Título I do Código Civil, a fim de dar novo tratamento aos institutos da exclusão da herança, relativamente à indignidade sucessória e à deserdação. Parecer normativo, n. 6, de 23 de março de 1984. Relator: Senador Demóstenes Torres. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/84427.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2016.

CAHALI, Francisco José; HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **Direito das sucessões**. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

DIAS, Maria Berenice. **Manual das sucessões**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

\_\_\_\_. **Manual das sucessões**. 3. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2013.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito das sucessões**. São Paulo: Saraiva, 2010. v.6

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: direito das sucessões**: 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 7.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1995.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **O Direito na História: lições introdutórias**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MENDES, Marisa Smith Siqueira; GARCIA, Denise Smith Siqueira. **A sucessão legítima dos cônjuges no ordenamento jurídico brasileiro**. Disponível em: < <http://egov.ufsc.br/portal/conteudo/sucessão-legítima-dos-cônjuges-no-ordenamento-jurídico-brasileiro>>. Acesso em: 07 nov. 2015.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de direito civil: direito das sucessões**. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v.6

OLIVEIRA, Arthtur Vasco Itabaiana de. **Tratado de direito das sucessões**. 5 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1987.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: direito das sucessões**. Atual. Carlos Roberto Barbosa Moreira. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

POLETTTO, Carlos Eduardo Minozzo. **Indignidade sucessória e deserdação**. São Paulo: Saraiva, 2013.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Fontes e evolução do direito civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1989.

\_\_\_\_\_. **Emílio: ou da educação**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Barcelona: Ed. Crítica, 1984.

# GESTÃO DE CUSTOS EM SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO COLETIVA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

*Edicarla Silva de Melo<sup>1</sup>  
Dinara Leslye Macedo e Silva Calazans<sup>2</sup>*

## RESUMO

A alimentação fora do lar atualmente favoreceu o crescimento dos segmentos de mercado que oferecem esse serviço, sendo que, muitos não se preocupam com questões administrativas importantes como controle de custos. Logo, o objetivo do estudo foi avaliar a importância do controle e análise dos custos em UANs e trazer uma reflexão quanto às estratégias de gestão a partir de uma revisão sistemática que permita a síntese do conhecimento teórico e aplicabilidade dos resultados na prática. Concluiu-se que a gestão dos custos é fundamental, enfatizando a necessidade de processos contínuos de planejamento e controle, permitindo aumentar significativamente as chances de sucesso e continuidade no mercado cada dia mais competitivo. Sendo assim, o controle dos desperdícios ao longo da cadeia produtiva é um dos principais fatores, de grande relevância, pois está diretamente ligado aos custos do estabelecimento, podendo assim, representar perdas significativas dos recursos investidos.

**Palavras-chave:** Gestão de Custos. Controle de custo. Alimentação Coletiva.

## COST MANAGEMENT IN COLLECTIVE FOOD SERVICES: A SYSTEMATIC REVIEW

### ABSTRACT

Out-of-home eating currently favors the growth of market segments that offer this service, and many pay no attention to important administrative issues such as cost control. The purpose of this study was to evaluate the importance of controlling and analyzing costs in UANs and to reflect upon management strategies from a systematic review that enables a synthesis of the theoretical knowledge involved and the applicability of its results in practice. It was concluded that cost management is fundamental, emphasizing the need for continuous planning and control processes, making it possible to significantly increase the chances of success and continuity in a market which is becoming increasingly competitive on a daily basis. Thus, waste control throughout the productive chain is one of the most relevant factors since it is directly related to establishment costs and can therefore represent significant losses of the resources invested.

**Keywords:** Cost Management. Cost control. Collective Food.

- 
- 1 Discente do Curso de Especialização em Gestão da Qualidade na Produção de Alimentos do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNIRN). E-mail: edicarlamelo@hotmail.com.
  - 2 Nutricionista. Doutora em Administração. Mestre em Ciências da Engenharia de Produção. Especialista em Gestão da Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho e Vigilância Sanitária. Docente do Curso de Especialização em Gestão da Qualidade na Produção de Alimentos do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNIRN). E-mail: dinaraleslye@yahoo.com.br. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5716461725901505>.

## 1 INTRODUÇÃO

A alimentação constitui uma das atividades mais importantes do ser humano, tanto por fatores nutricionais e biológicos evidentes, quanto pelos aspectos sociais, psicológicos e culturais que envolvem todo o ato de se alimentar. Sendo assim, esse fato engloba várias questões que vão desde a aquisição dos alimentos até a transformação dos mesmos em refeições e posterior disponibilização e distribuição às pessoas.

A intensa urbanização e industrialização ocorridas a partir da segunda metade do século XX estimularam o crescimento e o desenvolvimento do segmento de mercado que oferece refeições fora do lar (ESPERANÇA; MARCHIONI, 2011).

Em 2011, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou uma Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 – Análise do Consumo Alimentar Pessoal no Brasil (POF) (IBGE, 2010). Seu objetivo foi compreender o perfil do consumo alimentar dos brasileiros, onde foram coletadas informações sobre a ingestão individual dos moradores, dos domicílios selecionados, com 10 ou mais anos de idade. Os resultados desse estudo mostraram que cerca de 40% das pessoas comem fora de casa, diariamente (IBGE, 2010).

Com o aumento do número de pessoas que passaram a realizar suas refeições fora de casa, os segmentos de mercado que oferecem esse tipo de serviço, conseqüentemente, também apresentaram aumento de sua procura e também de suas receitas financeiras.

Segundo dados da Associação Brasileira das Empresas de Refeições Coletivas a dimensão e a importância do setor na economia nacional podem ser medidas a partir dos números gerados pelo segmento no ano de 2016 – onde o mercado de refeições coletivas como um todo forneceu 11 milhões de refeições/dia, movimentou uma cifra de 16,9 bilhões de reais por ano, ofereceu 180 mil empregos diretos, consumiu diariamente um volume de 5,8 mil toneladas de alimentos e representou para os governos uma receita de 2 bilhões de reais anuais entre impostos e contribuições (ABERC, 2016).

Contudo, mesmo oferecendo um grande número de refeições, a maioria das empresas do ramo não se preocupa com várias questões administrativas importantes, colocando em risco sua sobrevivência (ABRANCHES; LUCIA, 2014), pois muitas das decisões são tomadas com base no

conhecimento, por exemplo, dos custos de produção. Entre as questões negligenciadas em relação a isso, estão o cálculo e o controle dos custos tais como: quais os principais custos controlados? Quais as principais formas de controle utilizadas pelas UANs? Quais as principais fontes de despesas e ou desperdícios que impactam no custo do produto final?

Logo, percebe-se que o controle dos custos é um dos principais desafios de gestão, onde as atividades administrativas e gerenciais das empresas dependem de um fluxo sistemático e contínuo de informações sobre custos, entre outras, que subsidiem a tomada de decisões para atingir seus objetivos e em decorrência disso, sua permanência no mercado com vantagens competitivas.

O controle dos custos tem sido um instrumento utilizado para manter empresas competitivas diante da concorrência e melhorar sua relação com consumidores por meio de preços mais atrativos. O gestor ou gerente é o profissional que tem a responsabilidade de maximizar a satisfação das partes envolvidas nos negócios, otimizando a utilização de recursos na produção de serviços e/ou produtos que negocia. Em uma Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN), o Nutricionista tem dentre suas responsabilidades o importante papel de participar do planejamento e gestão dos recursos econômico-financeiros da UAN (PAYNE-PALACIO, 2015).

Diante do que foi mencionado a questão que norteia este artigo é qual a importância do controle e análise dos custos em UANs? E trazer uma reflexão quanto às estratégias de gestão dos custos a partir de uma revisão sistemática que permita a síntese do conhecimento teórico e aplicabilidade dos resultados na prática. Para poder responder a principal questão do presente artigo, traçou-se como objetivos específicos: definir a gestão de custos nos serviços de alimentação coletiva; analisar os diferentes tipos de custos que envolvem a produção de refeições; verificar os principais custos controlados e suas formas de controle pelos serviços; e averiguar as principais fontes de desperdício com impacto no custo.

Segundo Vaz (2006), levantar os itens que compõem os custos de produção é o primeiro passo para um controle efetivo das atividades em uma unidade de alimentação e nutrição. Também Avegliano e Cyrillo (2001) acrescentam que, embora a análise de custos em uma UAN seja importante, para identificar as ineficiências, os estudos desses custos são relativamente raros na literatura. O assunto se torna ainda mais relevante em se tratando de alimentação coletiva, uma

vez que os custos com matéria prima nesses locais são bastante significativos (VAZ, 2006). Dessa forma, se as empresas do ramo de alimentação coletiva mantiverem seus lucros por meio de um maior controle dos custos, indiretamente garantirá também sua sobrevivência em um mercado cada dia mais competitivo, além da manutenção do emprego de seus colaboradores já que isso também está diretamente ligado a manutenção dos lucros.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

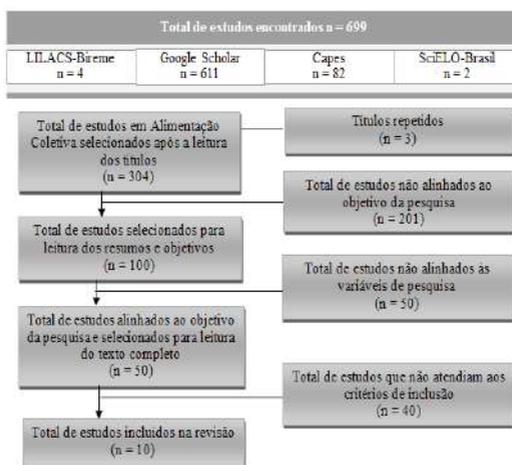
A metodologia utilizada para a realização desse estudo foi a de revisão sistemática, a qual se representa como um tipo de investigação científica, que é considerada um estudo observacional retrospectivo ou estudo experimental de recuperação e análise crítica da literatura (SAMPAIO; MANCINI, 2007).

Perante a necessidade de assegurar uma prática embasada em evidências científicas, a revisão sistemática, segundo Sampaio e Mancini (2007) tem sido apontada como uma ferramenta ímpar, pois sintetiza as pesquisas disponíveis sobre determinada temática e direciona a prática fundamentando-se em conhecimento científico onde a condução da revisão, a partir da inclusão de uma sistemática abordagem do processo, possibilita a abordagem de diferentes resultados de pesquisas metodológicas, sendo o seu produto final o estado atual do conhecimento do tema, a possibilidade de implementação de intervenções efetivas, bem como a identificação de lacunas que direcionam para o desenvolvimento de futuras pesquisas.

Para dar suporte teórico-prático para a classificação e identificação dos artigos publicados sobre gestão de custos em serviços de alimentação coletiva, partiu-se do pressuposto que os serviços de alimentação possuem função precípua em avaliar a relação entre gastos econômicos e sociais da atenção/promoção à saúde, em qualquer que seja sua área de atuação no mercado formal, prezando pela qualidade do produto final e satisfação do cliente, implicando em uma relação favorável entre os resultados obtidos e os custos dos recursos empregados; os recursos geridos eficientemente geram o máximo de ganho possível em termos de saúde/benefício ao cliente por unidade de custo. Deste modo, considerando-se o contingente do estudo, serviços de alimentação, selecionou-se as palavras-chaves de interesse com base nos descritores da Saúde (DeSC): Custos; controle de custos; análise de custos; gestão; custo direto de serviços e redução de custos.

Foi realizada uma busca retrospectiva selecionando-se o corte temporal de 2012 a 2017 de artigos publicados no Brasil nas seguintes bases de dados electrónicas: LILACS-Bireme (Biblioteca Virtual em Saúde), Google Scholar; Periódicos Capes e SciELO-Brasil. A busca foi realizada com todas as palavras-chave em português. Os artigos encontrados na busca eletrônica foram selecionados primeiramente por critérios de inclusão (com abordagem, desenvolvidos ou que envolvessem serviços de alimentação coletiva, de qualquer tipo ou natureza e que tratassem da temática de gestão de custos na produção de refeições) e exclusão (quando não relacionados à serviços de alimentação coletiva) após a leitura de seus títulos, resumo e assunto, conforme proposto por Sackett et al (2000) para revisão sistemática. Foram excluídos os estudos em duplicata. Quando um estudo não pode ser incluído ou rejeitado com certeza, o texto completo foi analisado secundariamente. Posteriormente, foi realizada uma síntese narrativa dos estudos selecionados, apresentados segundo as variáveis da pesquisa, definidas *a priori*: 1) importância da gestão de custos, 2) tipos de custos, 3) principais custos controlados e suas formas de controle, e 4) principais fontes de desperdício com impacto no custo encontrado. A figura 1 ilustra o fluxograma utilizado para coleta dos dados.

**Figura 1**–Fluxograma da pesquisa nas bases de dados científicas, 2017



**Fonte:** Elaboração própria (2017).

Foram identificadas 699 publicações a partir dos descritores utilizados mediante a busca por palavras-chave nos bancos de dados. Foram selecionados 304 artigos alinhados ao tema após a leitura dos títulos, depois permaneceram 100 para a leitura dos resumos e objetivos, finalmente 50 artigos foram selecionados para leitura do texto completo. Ao final, a revisão foi composta por 10 artigos válidos para análise. Os mesmos estão dispostos na Tabela 01, classificados por autor/ano de publicação, tipo de serviço/natureza orçamentária e abordagem das variáveis de pesquisa.

**Tabela 1-** Artigos incluídos na revisão de acordo com a maior abordagem sobre gestão de custos em serviços de alimentação coletiva segundo as variáveis da pesquisa, 2012-2017.

Autor/ano	Tipo de serviço/ Natureza orçamentária	Importância da gestão de custos	Tipos de custos	Principais custos controlados e suas formas de controle	Principais fontes de desperdício com impacto no custo
Costa et al. (2017)	Restaurante Universitário da Universidade Federal do Acre/ Institucional	X			X
Laignier; Souza; Mansur (2017)	UAN de um centro de assistência à saúde de Caratinga/ Institucional			X	
Silva et al. (2016)	UAN da zona Oeste da cidade de São Paulo/ Comercial			X	X
Pereira; Vieira; Fonseca (2016)	Restaurantes self- service do município de Santo Antônio de Jesus(BA)/ Comerciais			X	
Staevie; Antunes; Souza (2015)	Restaurantes em uma Universidade de Porto Alegre/ Comercial		X		

Alves; Ueno (2015)	UAN do município de Taubaté (SP)/ Comercial				X
Paiva et al. (2015)	UAN de um hospital oncológico do município de Muriaé (MG)/ Institucional			X	
Carneiro (2014)	Restaurante/ Institucional				X
Cabral; Morais; Carvalho (2013)	Restaurantes por peso em Goiânia (GO)/ Comercial	X		X	
Mascarenhas; Torres (2012)	UAN de um órgão público do DF/ Institucional		X		

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Para apresentação dos dados encontrados, agrupou-se juntamente às variáveis da pesquisa informações relativas ao autor/ano de publicação e tipo de serviço/natureza orçamentária, conforme classificação de Texeira (2007) e Proença et al. (2008) para o mercado de Alimentação Coletiva no Brasil: Comercial - Quando os serviços de alimentação são a principal fonte da receita, tais como, bares, lanchonetes, *fast food*, padarias, restaurantes, refeições industriais, pizzarias, hotéis confeitarias, sorveterias, *catering e vending*; e Institucional (ou não comercial) – Quando os serviços de alimentação são parte importante dos serviços e da receita – diferencial competitivo, tais como, hotéis, escolas, universidades, academias, hospitais; institucional governo.

Em seguida foram selecionados os principais resultados e conclusões dos artigos separados pela pesquisa, onde também foram agrupados e apresentados concomitantemente aos seus respectivos títulos e objetivos. Após essa etapa, os resultados foram discutidos segundo às variáveis da pesquisa.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Abreu, Spinelli e Pinto (2011) custo é a soma dos valores de bens e serviços consumidos para a obtenção de novos bens ou serviços.

O acompanhamento diário dos custos a fim de se garantir seu controle e racionalização é um item importante à sobrevivência e prosperidade do serviço. Costa et al (2017) e Cabral, Moraes e Carvalho (2013) concluíram com maior ênfase sobre a importância da gestão de custos nos serviços de alimentação coletiva, em seus estudos. Em relação aos custos, ainda podemos classificá-los como contábeis (divididos em custos diretos ou controláveis e indiretos), econômicos (divididos em custos fixos e variáveis, de acordo com a quantidade de matéria-prima produzida), de origem (divididos em custos rateados, comuns e padrão) e de natureza (divididos em custos de produção, comercial e administrativo) (ABREU; SPINELLI; PINTO, 2011).

Em serviços de alimentação, de um modo geral, os mais utilizados são os custos contábeis: diretos, aqueles que são facilmente identificados e que se é possível relacioná-los diretamente aos itens produzidos e serviços aplicados à produção como por exemplo: produtos alimentícios, de limpeza, descartáveis e mão de obra; e, os custos indiretos, que não é possível relacioná-los diretamente ao produto e necessitam de um critério de rateio, como aluguel, telefone, energia, água, EPIs etc.

Alguns estudos identificados nesta revisão, realizaram a análise dos diferentes tipos de custos que envolvem a produção de refeições, tanto Staeve, Antunes e Souza (2015), como Mascarenhas e Torres (2012), abordaram o tema concordando com a definição trazida por Abreu, Spinelli e Pinto (2011).

Em uma UAN há vários tipos de controles que podem ser realizados visando à manutenção do padrão de qualidade, desde a recepção da matéria-prima até a distribuição dos alimentos, incluindo o controle de custos, quantidade, qualidade, níveis de estoque, prazos, características dos produtos e serviços, higiene, entre outros. Entre as informações necessárias para o efetivo controle e avaliação do desempenho, a mensuração das perdas é uma das mais importantes. Por meio da identificação dessas perdas, é possível detectar práticas que geram o aumento dos gastos e, em contrapartida, propor mecanismos que levem ao cumprimento das metas estipuladas de acordo com a realidade de cada UAN (ABREU; SPINELLI; PINTO, 2011; PAYNE-PALACIO, 2015).

A necessidade de controlar os custos na produção nasce da exigência de comparar os custos obtidos com o custo orçado e em relação a esse controle, deve-se observar uma série de aspectos, como a organização do espaço físico e a determinação dos fluxos de produção com o objetivo de

racionalizar a produção; o estabelecimento adequado do serviço de mão de obra (quantidade, cargos e qualificação) e de sistemas de recrutamento, seleção, treinamento e motivação pessoal, resultando em uma menor rotatividade da mão de obra e melhoria na qualidade de serviços; planejamento de cardápios, de compras e controle de estoque visando a qualidade do produto e evitando desperdícios dos gêneros e da mão de obra e energia; estabelecimento de critérios técnicos na escolha, dimensionamento, compra e manutenção de equipamentos visando o aumento da produtividade e diminuição de mão de obra e energia; controle do recebimento, manipulação e distribuição de gêneros para garantir a qualidade e evitar os desperdícios; e o planejamento da produção (estabelecimento de *per capita* e controle do número de refeições e acompanhamento da aceitação do cardápio a fim de evitar sobras e restos), de acordo com Abreu, Spinelli e Pinto (2011).

Em relação aos principais custos controlados e suas formas de controle pelos serviços, Pereira, Vieira e Fonseca (2016), fizeram uma abordagem bem detalhada a respeito do assunto e verificaram que a falta de um responsável técnico e a não realização do controle de perdas devem ser revistos e melhor trabalhados; Laignier, Souza e Mansur (2017), apontaram a FTP como uma importante ferramenta nesse sentido; Cabral, Morais e Carvalho (2013), identificaram os índices de rendimento IR e também fizeram menção a importância da FTP; Silva et al (2016), falou sobre a importância de uma intervenção educativa no controle de restos, assim como também Paiva et al. (2015) que verificou uma redução do percentual de resto após uma intervenção educativa realizada e relatou sobre a importância das campanhas de conscientização, apontando a redução de custos no serviço.

No gerenciamento de uma UAN, o desperdício é um fator de grande relevância, uma vez que está diretamente ligado aos custos do estabelecimento. Então, aprimorar a eficiência do sistema alimentar, visando à prevenção, à diminuição ou até mesmo à eliminação das perdas é primordial para garantir a sobrevivência das empresas no mercado atual (PEREIRA; VIEIRA; FONSECA, 2016). Os desperdícios ao longo de toda a cadeia produtiva representam uma significativa perda de recursos investidos na produção de alimentos.

A preocupação com o desperdício segundo Abreu, Spinelli e Pinto (2011), não se restringe apenas ao alimento em si, mas também a todos os outros fatores que envolvem sua produção direta ou indiretamente como

água, energia, materiais descartáveis, materiais de higiene, materiais de escritório, telefone, tempo, excesso de mão de obra entre outros.

Em relação aos alimentos existem três fontes de desperdício predominantes (ABREU; SPINELLI; PINTO, 2011): o fator de correção, que está relacionado às perdas em relação ao peso inicial, representadas pela remoção de partes não comestíveis do alimento; as sobras, representados pelos alimentos produzidos e não distribuídos; e, os restos, os alimentos que foram distribuídos, mas não foram consumidos.

Em se tratando das principais fontes de desperdício com impacto nos custos, a maioria dos artigos tratou de alguma forma sobre o assunto, sendo que, Costa et al (2017); Silva et al (2016); Alves e Ueno (2015) e Carneiro (2014), fizeram uma maior abordagem em relação ao tema, o que deve ser ressaltado devido ao impacto social e ambiental que o mesmo representa.

Na tabela 2 estão dispostos os principais resultados e conclusões dos trabalhos analisados.

**Tabela 2** – Artigos incluídos na revisão sistemática por autor/ano, título, objetivo do estudo e, principais resultados e conclusões, 2012-2017

Autor/ano	Título	Objetivo do estudo	Principais Resultados e Conclusões
Costa et al (2017)	Análise do custo do resto-ingestão do restaurante universitário da Universidade Federal do Acre	Avaliar o custo do desperdício (resto ingesta) referente ao almoço	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O custo do resto-ingestão do almoço totalizou R\$ 5.725,92 em 10 dias. A média diária de resto em reais foi de R\$ 572,59;</li> <li>- Durante o total dos 10 dias foram desperdiçados 804,4 kg de comida, e essa quantidade daria para alimentar 1435 pessoas;</li> <li>- Foi observado que a campanha de conscientização não causou o impacto esperado.</li> </ul>
Laignier; Souza; Mansur (2017)	Proposta de um Planejamento Operacional da Unidade de Alimentação e Nutrição de um Centro de Assistência à Saúde de Caratinga/MG	Propor um Planejamento Operacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O número total de refeições diárias, como número de refeições por turno, influenciam diretamente no dimensionamento dos setores da UAN;</li> <li>- Quanto maior o número de refeições, maior o volume de alimentos manipulados;</li> <li>- Foi observado que a falta de FTP na UAN pode acarretar grandes erros de planejamento;</li> <li>- As fichas técnicas de preparo das refeições foram idealizadas e seus custos foram apontados.</li> </ul>

<p>Silva et al. (2016)</p>	<p>Intervenção educativa no controle de restos em Unidade de Alimentação e Nutrição</p>	<p>Quantificar os restos e avaliar a redução do desperdício de alimentos distribuídos aos clientes após intervenção educativa na Semana de Prevenção de Acidentes de Trabalho</p>	<p>- Antes da intervenção a média de resto foi de 61,3g e após a campanha passou a ser 53,4g por pessoa, uma diferença de 12,9%. Para pratos proteicos a média foi de 10,6g para 7,9g, com redução de 40,5%;</p> <p>- Estimando uma previsão para um mês de 22 dias úteis, equivaleriam, em média, a aproximadamente 778 Kg de alimentos, dos quais 135 Kg seriam de preparações proteicas, equivalendo a 1768 refeições desperdiçadas no período pré intervenção, e no período pós intervenção 684 Kg de alimentos e 1554 refeições desperdiçadas.</p>
<p>Pereira; Vieira; Fonseca (2016)</p>	<p>Características administrativas dos restaurantes <i>self-service</i> de Santo Antônio de Jesus – Bahia</p>	<p>Caracterizar os restaurantes comerciais do tipo <i>self-service</i>, a partir dos seus critérios administrativos</p>	<p>- Foi constatado que o número de funcionários dos restaurantes, foi capaz de atender adequadamente as demandas de produção dos serviços;</p> <p>- Verificou-se que a maioria dos restaurantes atua há pouco tempo no município e constantemente surgem novas unidades de alimentação do tipo <i>self service</i>, mas poucas conseguem sobreviver às exigências do mercado;</p> <p>- A realização de planejamentos internos, a exemplo do orçamento de vendas e custos vem repercutindo positivamente na gestão dos restaurantes do tipo <i>self service</i> de Santo Antônio de Jesus;</p> <p>- Em relação ao absentismo, percebeu-se que os funcionários faltam poucas vezes ao trabalho e que falta pode representar um alerta sobre o sistema de gerenciamento adotado, a institucionalização dos direitos e deveres dos funcionários e a verificação sobre a satisfação da equipe.</p>
<p>Staevie; Antunes; Souza (2015)</p>	<p>Análise de custos e resultado em um restaurante comercial</p>	<p>Mensurar os custos de um restaurante comercial</p>	<p>- Identificou-se que os custos variáveis têm maior participação na estrutura de custos totais do restaurante.</p>

Alves; Ueno (2015)	Identificação de fontes de geração de resíduos sólidos em uma Unidade de Alimentação e Nutrição	Identificar e quantificar os resíduos sólidos orgânicos e recicláveis gerados na produção e distribuição de refeições e propor ações à redução da geração de resíduos sólidos e destino desses para aterros sanitários	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A área do estoque apresentou menor geração de resíduos sólidos;</li> <li>- Já a área de processamento de alimentos foi a que apresentou a maior geração de resíduos;</li> <li>- A devolução contou com 31,9% do total de resíduos sólidos, dentre os resultados, o mais expressivo foi o resto ingestão com 27,8%;</li> <li>- O total de resíduos sólidos foram gerados principalmente na área de pré-preparo de frutas e hortaliças, resto ingestão e sobras de alimentos;</li> <li>- Do total de resíduos gerados, 85% eram orgânicos, e 15% eram resíduos sólidos recicláveis e não recicláveis.</li> </ul>
Paiva et al. (2015)	Avaliação do índice de resto-ingestão em uma Unidade de Alimentação e Nutrição de um Hospital Oncológico após alteração no sistema de distribuição e controle de sobras	Avaliar o índice de resto-ingestão das refeições do almoço e jantar, comparando o antes e o depois de uma alteração no sistema de distribuição concomitante a uma campanha de conscientização contra o desperdício	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ao analisar os resultados referentes ao período anterior e posterior à campanha, verificou-se diminuição dos índices de resto-ingestão quantificados;</li> <li>- Os meses anteriores obtiveram uma taxa de resto-ingestão variando mensalmente entre 2,60% e 3,18% antes da implantação da campanha, após a mesma, os resultados ficaram entre 1,04% e 1,65%;</li> <li>- Verificou-se uma redução importante do percentual após intervenção (por método de pesagem individual dos pratos no momento da devolução);</li> <li>- A campanha de conscientização contra o desperdício trouxe benefícios à instituição, reduzindo os custos do serviço de nutrição e dietética e consequentemente do hospital.</li> </ul>
Carneiro (2014)	Gerenciamento integrado de resíduos sólidos e sua aplicabilidade em produção de refeições: um diálogo interdisciplinar	Propor a construção de etapas que facilitarão a implantação de um plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e o diálogo interdisciplinar com a Ciência da Nutrição	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os principais pontos de desperdícios identificados foram em três setores: a produção, a devolução e almoxarifado;</li> <li>- Observou-se que para cerca de 9.974,90 kg de resíduos úmido (orgânico) e 1.366,43 kg de seco (inorgânico), os per capita diários foram de 0,22 kg/comensal/dia e 0,03 kg/comensal/dia, respectivamente;</li> <li>- A maioria de 87% dos resíduos gerados eram úmidos (orgânicos);</li> <li>- Margeando os custos diretos de produção foi desperdiçado em gêneros alimentícios um total de 18.381,86 reais para os 21 dias.</li> </ul>

Cabral; Morais; Carvalho (2013)	Composição nutricional e custo de preparações de restaurantes por peso	Analisar a composição nutricional e o custo de matéria-prima de preparações	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A FTP não era utilizada em nenhum dos três restaurantes da pesquisa;</li> <li>- Os resultados dos índices de rendimento (IR) dos três restaurantes foram diferentes e alguns apresentaram valor menor do que o indicado na literatura;</li> <li>- O custo de produção foi diferente entre os dias analisados em um mesmo restaurante. Na avaliação do custo do prato proteico, também se observou diferença ao longo dos dias em um mesmo restaurante.</li> </ul>
Mascarenhas; Torres (2012)	Estrutura de custos de uma refeição em uma Unidade de Alimentação e Nutrição do DF	Calcular os custos variáveis, fixos, diretos e indiretos do cardápio de um dia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Após o levantamento dos preços de todos os itens que compuseram o custo total, foi realizada a classificação dos itens entre os tipos de custo e por fim calculado o montante de cada um;</li> <li>- Custos diretos, indiretos, fixos e variáveis foram encontrados e percebeu-se que, na unidade de alimentação e nutrição estudada, que os custos diretos foram maiores do que os custos indiretos e os custos variáveis maiores do que os custos fixos.</li> </ul>

**Fonte:** Dados da pesquisa (2017).

### 3.1 IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE CUSTOS NOS SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO COLETIVA

Os serviços de alimentação coletiva necessitam se diferenciar cada vez mais rapidamente devido a competitividade constante no setor e exigência mais qualificada do consumidor final. A definição de preços de produtos, margem de lucros e de um bom gerenciamento de materiais e suprimentos dependem de uma gestão de custos eficaz e redução do desperdício.

Cabral, Morais e Carvalho (2013), afirmaram que as diferenças nos custos de produção podem interferir nas questões financeiras e no lucro obtido pela empresa ao longo do tempo, indicando falhas na gestão que podem resultar em possíveis prejuízos.

O estudo realizado por Costa et al (2017), em um Restaurante Universitário estimou uma perda de R\$ 123.679,93 anual com desperdício de restos nas bandejas. O mesmo observou que isso possivelmente ocorria

porque os cardápios eram suscetíveis a mudanças de emergência, ocasionando a oferta de preparações repetidas, isso em decorrência de problemas de fornecimento dos insumos, e também acrescentou, que a utilização dos “bandeijões” pode ser considerada uma das variáveis responsáveis pelo desperdício de alimentos. Também foi percebido a falta de preocupação com a redução dos desperdícios por parte dos clientes, o que gera altos prejuízos para a instituição.

Este estudo sugeriu que, diante da monotonia do cardápio fosse realizado um melhor controle da variedade, e também a realização de ações periódicas como campanhas de conscientização, e também a realização de avaliações sobre o perfil dos comensais, dando ênfase às preferências alimentares, e a um planejamento das refeições para evitar repetições, porém, é necessário reconhecer que apenas um planejamento não é suficiente para a redução dos custos, sendo de extrema importância que haja o cumprimento das atividades dos fornecedores para que o cardápio seja fielmente executado (COSTA et al, 2017).

### 3.2 TIPOS DE CUSTOS QUE ENVOLVEM A PRODUÇÃO DE REFEIÇÕES

O estudo realizado por Mascarenhas e Torres (2012) classificou os custos como diretos e indiretos. Percebeu que, na unidade de alimentação e nutrição estudada, os custos diretos (71,11%) foram maiores do que os custos indiretos (28,89%) e os custos variáveis (mais de 80%) maiores do que os custos fixos (pouco mais do que 19,3%). Também foi observado um alto valor em relação aos custos com matérias-primas que representam mais de 60% dos custos totais, a mão de obra correspondeu a 18,06% do total dos custos diários. Foi acrescentado que esses custos deveriam ser controlados para garantir ou aumentar a lucratividade da empresa, e que ações como registros de consumo, sobras e perdas, treinamentos e sensibilização dos funcionários que manipulam a matéria-prima na produção das refeições, poderiam ser implantadas para reduzir principalmente os desperdícios e consequentemente os custos com matéria-prima.

Ainda afirmou que o abastecimento e armazenamento de matérias-primas constituem outro ponto importante para o controle de custos e que outras ações como garantir melhores preços e menores perdas durante a estocagem

de matéria-prima, e um controle efetivo da saída de materiais por serviço e posterior cálculo dos custos diários contribuiria com a redução dos custos, pois o preço de compra e as condições de armazenamento impactam diretamente nos custos de matéria-prima (MASCARENHAS; TORRES, 2012).

No estudo realizado por Staevie, Antunes e Souza (2015), os custos foram classificados em fixos e variáveis, onde os custos variáveis tiveram maior participação na estrutura dos custos totais, representando 65,91% destes, enquanto os custos fixos representam 34,09%. Os principais custos do restaurante foram com matéria prima (25,92%), folha de pagamento (18,71%), bebidas (13,50%), produtos industrializados (9,09%) e impostos (9,05%), visto que juntos absorveram mais de 70% da receita.

Os estudos também acrescentam que, como há divergências na literatura quanto à classificação dos custos, é importante que seja analisado a realidade de cada restaurante, pois é fundamental dentro da gestão de custos, para fins de determinação do ponto de equilíbrio das vendas e da margem de segurança operacional.

### 3.3 PRINCIPAIS CUSTOS CONTROLADOS E SUAS FORMAS DE CONTROLE

A pesquisa realizada por Laignier, Souza e Mansur (2017), observou que a falta de ficha técnica de preparação (FTP) na UAN pode acarretar grandes erros de planejamento, devido a informações importantes pertinentes as mesmas que auxiliam no planejamento das compras evitando desperdícios, o que no gerenciamento de uma UAN é de grande relevância. Acrescentou ainda que as FTP são ferramentas fiéis para se trabalhar dentro de uma unidade produtiva, considerando o custo baseado na quantidade produzida, podendo evitar o desperdício, beneficia no planejamento de compras e assegura o planejamento financeiro da empresa, fazendo com que os colaboradores tenham melhores condições de trabalho.

Outro estudo realizado por Pereira, Vieira e Fonseca (2016), realizado em 15 restaurantes, constatou algumas características de gestão; 93,33% dos locais realizavam pesquisa de preço no mercado, 80% faziam uso de computador no estabelecimento, 80% realizavam treinamento dos seus funcionários, 73,33% incluíam custos indiretos no preço das refeições, 73,33% faziam controle interno de estoque de matéria-prima, 73,33% faziam controle de

estoque de bebidas, 60% faziam controle de pessoal 53,33% faziam controle do custo de produção, 53,33% faziam custo de administração, 46,67% faziam controle do custo de comercialização, 40% faziam controle de bens, equipamentos e instalações 33,33% faziam uso de planilhas de custos. Apenas 33,33% dos restaurantes faziam controle de perdas e na maioria dos restaurantes avaliados por Pereira, Vieira e Fonseca (2016), não existia a atuação de um responsável técnico, ou seja apenas 20%. Ainda observou que aspectos como a falta de um responsável técnico e a não realização de controle de perdas devem ser revistos para que a gestão das respectivas UANs não pereça, conseguindo atender as exigências do mercado.

Cabral, Morais e Carvalho (2013), analisaram os índices de rendimento (IR) em três restaurantes e observou que não houve padronização, foi constatado que a ausência de padronização das preparações resultou em alterações nos custos de produção das preparações avaliadas nos restaurantes, e que essa, por meio das FTPs, é recomendada para restaurantes como uma das ferramentas de gestão do processo produtivo que podem auxiliar no controle de custos, pois proporcionam a vantagem de dinamizar o trabalho, apurar o gasto real com matéria prima, avaliar o rendimento de cada preparação e as possíveis perdas pelas aparas retiradas das matérias-primas, além de diminuir o desperdício de alimentos.

Paiva et al (2015), verificou uma redução importante do percentual após intervenção por campanha de conscientização de redução ao desperdício, mesmo o valor anterior sendo contemplado na literatura, o que deve ser ressaltado devido ao impacto social e ambiental que representa. A campanha trouxe benefícios à instituição, reduzindo os custos do serviço de nutrição e dietética e consequentemente do hospital utilizando uma metodologia rápida, prática e não dispendiosa, o que demonstrou que com simples ações podem-se reduzir custos sem alterar a qualidade das refeições servindo como incentivo e subsídio a outros, que visam implantar medidas de redução de desperdício através da conscientização e educação dos clientes e colaboradores. Silva et al (2016), em seu estudo também ressaltou a importância de campanhas educacionais como elementos de sensibilização dos clientes, porém sendo necessário que a unidade avalie continuamente a satisfação em relação ao cardápio, bem como seus processos para identificar possíveis falhas que gerem uma maior quantidade de restos.

Campanhas dessa natureza devem ser contínuas e sempre estar em consonância com a filosofia ambiental da empresa, para não serem encaradas pelo cliente como uma forma de restrição econômica à custa da redução dos alimentos servidos de acordo com Abreu, Spinelli e Pinto (2011); afirmando ainda que o resto (sobras) deve tender ao zero, caso os processos sejam controlados e haja uma interação positiva com o cliente.

### 3.4 PRINCIPAIS FONTES DE DESPERDÍCIO COM IMPACTO NO CUSTO

O estudo realizado por Costa et al (2017), encontrou uma quantidade de 804,4 kg de comida desperdiçados diariamente no restaurante. O custo do resto-ingestão do almoço totalizou R\$ 5.725,92 em 10 dias e média diária de resto em reais foi de R\$ 572,59.

Alves e Ueno (2015), verificaram que a área do estoque apresentou menor geração de resíduos sólidos, 10,1%, sendo que, desse valor 3,3% ocorreu a partir do descarte de alimentos que estavam armazenados no estoque ou que foram recebidos de maneira inadequada e 2,6% de amostras de alimentos; já a área de processamento de alimentos foi a que apresentou a maior geração de resíduos 58,0% (pré-preparo de hortaliças e frutas 28,5%, pré preparo de carnes comporão 1,8 % e as sobras de alimentos prontos que não foram consumidos representaram 20,9%). A devolução contou com 31,9% do total de resíduos sólidos, dentre os resultados, o mais expressivo foi o resto-ingestão com 27,8%.

O total de resíduos sólidos foi gerado, principalmente, na área de pré-preparo de frutas e hortaliças (28,5%), resto-ingestão (27,8%) e sobras de alimentos (20,9). Do total de resíduos gerados, 85% eram orgânicos, e 15% eram resíduos sólidos recicláveis e não recicláveis, sendo constituídos de plásticos (6,9%), papel/papelão (4,3%), papel toalha e guardanapos engordurados (3,0%) e lata (0,8%). A UAN apresentou uma quantidade de resíduos sólidos *per capita* inferior aos valores apontados na literatura de referência, mas foi observado que os 3 locais que mais geraram resíduos, coincidem com os que a literatura descreve como os que mais geram desperdícios de alimentos em UANs associados a resíduos orgânicos (ALVES; UENO, 2015).

Outro estudo realizado por Carneiro (2014), observou que as principais fontes de desperdícios identificados em sua pesquisa foram em três setores: a produção (cozinha) com 75%, a devolução (copa de bandejas e pratos) com

22% de resíduos gerados e armazenado com 3%. A maioria (87%) dos resíduos gerados eram úmidos (orgânicos) e que margeando os custos diretos de produção para os 21 dias (mês) foram desperdiçados em gêneros alimentícios, representando um total de 18.381,86 reais. Em sua pesquisa os funcionários da UAN pesquisada consideraram que as maiores dificuldades eram: a conscientização (16%), a prática operacional de separação dos resíduos (9%), Educação (9%) e disposição (9%) (CARNEIRO, 2014).

O estudo realizado por Silva et al (2016), ressaltou que antes da intervenção a média de resto foi de 61,3g e após a campanha passou a ser 53,4g por pessoa, uma diferença de 12,9%. Também acrescentou que o controle dos restos em UANs deve ser um instrumento utilizado tanto para controlar os desperdícios quanto a qualidade da refeição servida, como também o custo e que para ações contra o desperdício é necessário definir o perfil de clientela atendida e trabalhar em conjunto para obter resultados satisfatórios, promovendo interação na tentativa de evitar que os mesmos se sirvam de uma quantidade maior do que a que vai ser realmente consumida e ou de costume. Sugeriu-se, que a unidade possibilite ao cliente, se servir novamente, uma vez que essa atitude não é permitida, o que faz com que esse se sirva de grandes quantidades gerando um maior desperdício.

A seleção de artigos desta revisão, em consonância com o descrito por Carneiro (2014), infere que, em função do expressivo volume de resíduos produzidos na UAN, pode-se afirmar que existe uma cultura de desperdício, onde a produção, consumo e disposição de alimentos está sendo gerado além do que é socialmente necessário ou ambientalmente sustentável, contribuindo assim para o aumento da geração de resíduos sólidos de produtos e de alimentos.

O desperdício foi identificado como principal gerador de custos em UAN, deste modo, deve-se efetuar a monitoração adequada de cortes, aparas, modo de preparo e recebimento de gêneros na cozinha, permitindo melhoria no controle de custos, assim como integração de metas de produção aos objetivos sustentáveis e à estratégia da empresa.

## 5 CONCLUSÃO

Para o desenvolvimento deste estudo, a escolha pela revisão da literatura se deu devido a diversos fatores, visto destacar a relevância do tema, sobre a

importância da gestão de custos em unidades de alimentação e nutrição no contexto atual, onde a demanda em alimentação fora do lar vem crescendo a cada dia, na qual foi possível observar a relação do tema em discussão com a sustentação e a sobrevivência das empresas junto ao mercado cada dia mais competitivo. Além de nortear sobre os diversos tipos de custos apresentados nos resultados deste trabalho, como também o levantamento de itens que compõem os custos na produção e distribuição das refeições. Contudo, como há diferenças em relação à classificação dos custos, é importante analisar a realidade de cada unidade de alimentação, pois cada uma apresenta suas peculiaridades.

Também foi possível observar que ações que enfatizem a necessidade de um processo contínuo de planejamento e controle de custos, podem ser executadas para se obter o controle das perdas e dos desperdícios em toda a cadeia produtiva com o uso até mesmo de metodologia rápida, prática e não dispendiosa como as campanhas de conscientização contra os desperdícios, dentre outras. No gerenciamento de uma UAN, o desperdício é um fator de grande relevância, uma vez que está ligado diretamente aos custos do estabelecimento. Sendo assim, aprimorar a eficiência do sistema alimentar, visando à prevenção, à diminuição ou até mesmo à eliminação das perdas é de extrema importância. Este aspecto deve ser avaliado não somente pelo lado econômico, mas também pela responsabilidade social e os impactos ambientais provocados pela produção de refeições coletivas, observando os expressivos números de resíduos sólidos gerados por empresas desse segmento, representando significativas perdas de recursos investidos.

Dessa forma, é importante que os gestores dessas unidades sejam profissionais capacitados e especializados e que saibam identificar os custos, visto que essa classificação é de fundamental importância para fins de determinação do ponto de equilíbrio das vendas e da margem de segurança operacional e lucrativa da empresa, além da redução das perdas e, colaboração para o fornecimento de refeições de qualidade, sob todos os aspectos, uma vez que, esse profissional atua baseando-se nas exigências das normas que regem todo o setor de alimentação coletiva. Muitas das causas do insucesso nesse setor são motivadas pela falta de planejamento em relação a esses custos e suas formas de controle.

Esse trabalho serve de incentivo a outras instituições, na quantificação de seus desperdícios, objetivando redução de gastos e melhoria no

controle do orçamento. Frente a isso, faz-se necessário dar continuidade a trabalhos como esse, tendo em vista seus resultados satisfatórios e indicação da escassez de dados na literatura, de modo a subsidiar, comparativamente, novos estudos.

## 6 REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Monise Viana; LUCIA, Ceres Mattos Della. **Introdução ao Controle de Custos em UAN**. Viçosa: AS Sistemas, 2014.

Disponível em: <[https://play.google.com/books/reader?id=CLjFAwAAQBAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt\\_BR&pg=GBS.PT1](https://play.google.com/books/reader?id=CLjFAwAAQBAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt_BR&pg=GBS.PT1)>. Acesso em: 1 mar. 2018.

ABREU, Edeli Simioni de; SPINELLI, Mônica Glória Neumann; PINTO, Ana Maria de Souza. **Gestão de unidades de alimentação e nutrição: um modo de fazer**. São Paulo: Metha, 2011.

ALVES, Mariana; UENO, Mariko. Identificação de fontes de geração de resíduos sólidos em uma unidade de alimentação e nutrição. **Ambiente e Água-An Interdisciplinary Journal of Applied Science**, v. 10, n. 4, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BARES E RESTAURANTES (ABERC).

**Mercado real da Alimentação Coletiva em 2016**. Disponível em: <[www.aberc.com.br](http://www.aberc.com.br)>. Acesso em: 20 nov. 2017.

AVEGLIANO, Roseane Pagliaro; CYRILLO, Denise Cavallini. Influência do tamanho das plantas de produção nos custos de refeições das unidades de alimentação e nutrição da divisão de alimentação COSEAS/USP. **Revista de Nutrição**, 2001.

CABRAL, Hélia Cristina do Couto; MORAIS, Mariana Patrício de; CARVALHO, Ana Clara Martins e Silva. Composição nutricional e custo de preparações de restaurantes por peso. **Demetra: alimentação, nutrição e saúde**, v. 8, n. 1, p. 23-38, 2013.

CARNEIRO, Cláudia Leite. Gerenciamento integrado de resíduos sólidos e sua aplicabilidade em produção de refeições: um diálogo interdisciplinar. **HOLOS**, v. 30, n. 1, p. 68, 2014.

COSTA, Nathalia Almeida et al. Análise do custo do resto ingestão do restaurante universitário da universidade federal do Acre. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, v. 4, n. 1, 2017.

ESPERANÇA, L. C.; MARCHIONI, D. M. L. Qualidade na produção de refeições em restaurantes comerciais na região de Cerqueira César, São Paulo. **Nutrire: rev. Soc. Bras. Alim. Nutr.**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 71-83, abr. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de orçamentos familiares 2008/2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LAIGNIER, Brunela Demoner Rossoni; SOUZA, Paola Santana; MANSUR, Sávia Franklin. Proposta de um planejamento operacional da unidade de alimentação e nutrição de um centro de assistência à saúde de Caratinga/MG. **Revista e-saúdecasu**, v. 1, n. 1, 2017.

MASCARENHAS, Mônica Cristina Karl; TORRES, Inácio Alves. Estrutura de custos de uma refeição em uma unidade de alimentação e nutrição institucional do DF. **Universitas: Gestão e TI**, v. 2, n. 1, 2012.

PAIVA, Derlyane Simão de et al. Avaliação do índice de resto-ingestão em uma unidade de alimentação e nutrição de um hospital oncológico após alteração no sistema de distribuição e controle de sobras. **Revista Científica da Faminas**, p. 45, 2015.

PAYNE-PALACIO, June; THEIS, Monica. **Gestão de negócios em alimentação: princípios e práticas**. Barueri: Manole, 2015.

PEREIRA, Jozimare dos Santos; VIEIRA, Rafael Bittencourt; FONSECA, Karina Zanoti. Características administrativas dos restaurantes self service de Santo Antônio de Jesus–Bahia. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v. 8, n. 4, p. 36-51, 2016.

PROENÇA, Rosana Pacheco da Costa et al. **Qualidade nutricional e sensorial da produção de refeições**. 3. ed. Florianópolis: EDUFSC, 2008.

SACKETT, D. L. et al. **Evidence-based medicine: how to practice and teach EBM**. 2 ed. London: Churchill Livingstone; 2000.

SAMPAIO, R. F; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Rev. bras. fisioter.**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.

SILVA, Ana Paula Santos et al. Intervenção educativa no controle de restos em unidade de alimentação e nutrição. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 14, n. 2, p. 319-327, 2016.

STAEVIE, Eduardo; ANTUNES, Maria Terezinha; SOUZA, Marcos Antonio de. Análise de custos e resultado em um restaurante comercial. **Revista Caderno Pedagógico**, v. 12, n. 1, 2015.

TEXEIRA, S. M. F. G. et al. **Administração aplicada às unidades de alimentação e nutrição**. São Paulo: Atheneu, 2007.

VAZ, C. S. **Restaurantes: controlando custos e aumentando lucros**. Brasília: LGE, 2006.

VIERA, M. N. C. M; JAPUR, C. C. **Gestão da qualidade na produção de refeições**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

# A QUEBRA DO PACTO SOCIAL E A JUSTIÇA COM AS PRÓPRIAS MÃOS: UMA REFLEXÃO SOCIOJURÍDICA PARA A ANÁLISE DOS LINCHAMENTOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL/RN

*Evaltércio da Silva Souza<sup>1</sup>*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira<sup>2</sup>*

## RESUMO

Com a escassez da segurança pública e a impunidade em alta, parte da população brasileira está preferindo praticar a justiça com as próprias mãos, por acreditar que dessa forma os problemas serão resolvidos. Diante desse cenário, o presente estudo busca discutir acerca da justiça privada e seus aspectos sociojurídicos a partir da análise do ordenamento jurídico brasileiro. Para tanto, trata do seguinte problema de pesquisa: como está a situação dos casos de Linchamento na Região Metropolitana de Natal no Rio Grande do Norte e o que pode ser feito para combater esse tipo de conduta criminosa? A partir disso o estudo tem como escopo investigar a situação dos linchamentos, visando identificar, quais motivos estariam levando a população a agir com esse tipo de prática. Nesta pesquisa, além da abordagem teórica, foi realizado um levantamento em 10 (dez) municípios que integram a Região Metropolitana de Natal/RN, que são eles, Ceará-Mirim, Extremoz, Macaíba, Monte Alegre, Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, São José do Mipibu e Vera Cruz, para identificar se houve algum caso de linchamento nessa região.

**Palavras-chave:** Justiça com as próprias mãos. Linchamento. Segurança Pública.

## **THE BREAKING OF THE SOCIAL PACT AND JUSTICE WITH OUR HANDS: A SOCIO-JURIDICAL REFLECTION FOR THE ANALYSIS OF LINCHMENTS IN THE METROPOLITAN REGION OF NATAL/RN**

## ABSTRACT

Faced with inadequate public security and with impunity on the rise, part of the Brazilian population is choosing to take justice into their own hands, believing that this will provide a solution to the problem. Given such a scenario, this study seeks to discuss private justice and its socio-juridical aspects based on an analysis of the Brazilian legal system. To do so, it addresses the following research problem: what is the current situation of cases of lynching in

- 
- 1 Discente do Curso de Direito do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). E-mail: evaltercio@gmail.com. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1004899076205548>.
  - 2 Docente/Pesquisadora do Curso de Direito do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). E-mail: [anamonicamf@gmail.com](mailto:anamonicamf@gmail.com). Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3944618998177992>.

the Metropolitan Region of Natal in Rio Grande do Norte and what can be done to combat this type of criminal conduct? Based on this, the scope of the study is to investigate certain cases of lynching to identify the reasons leading the population to act this way. Besides the theoretical approach, a survey was carried out for this research in 10 (ten) municipalities that make up the Metropolitan Region of Natal / RN, namely, Ceará-Mirim, Extremoz, Macaíba, Monte Alegre, Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, São José do Mipibu and Vera Cruz, to identify whether there have been any cases of lynching in this region.

**Keywords:** Taking justice into one's own hands. Lynching. Public Safety.

## 1 INTRODUÇÃO

O tema linchamento está cada vez mais frequente no dia a dia dos brasileiros, na televisão, redes sociais, jornais e na vizinhança. A prática antes ínfima é hoje pungente no cotidiano do país. Os linchamentos se baseiam em julgamentos inesperados, onde o acusado não tem oportunidade de se defender, pois os acusadores na maioria das vezes anônimos, se sentem dispensados da necessidade de apresentação de provas que fundamentem as suas suspeitas, em que a vítima não tem prazo para provar a sua inocência.

Trata-se de julgamentos sem a participação de um terceiro, isento e neutro, o juiz, que julga segundo critérios objetivos e impessoais, segundo a razão e não pela paixão. Sobretudo, trata-se de julgamentos sem que se guarde qualquer respeito às normas instituídas, sejam procedimentais, sejam ainda os direitos e garantias fundamentais conquistados ao longo de séculos de lutas sociais.

Os linchamentos vão da perseguição ao apedrejamento, ao espancamento, a mutilação do linchado e, não raro, ao seu extermínio pelo fogo, estando ainda vivo. É uma espécie de condenação a alguém, sem qualquer julgamento, por este ter, supostamente, cometido um erro grave. É a justiça da rua disputando autoridade com a justiça dos tribunais. Esse tipo de ação representa a crise da ordem social, quando a população não acredita mais na legislação do país e tenta resolver as coisas do seu jeito. A crueldade da multidão é regulada e marcada por valores arcaicos, que nos remetem a normas e critérios da inquisição e das Ordenações Filipinas.

Diante do exposto esta pesquisa intenta a responder ao seguinte problema: Como está a situação dos casos de Linchamento em 10 (dez) municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Natal no Rio Grande do Norte e o que pode ser feito para combater esse tipo de conduta criminosa?

A resposta para esta questão de pesquisa poderá contribuir para um maior esclarecimento a sociedade potiguar a respeito desse tipo de violência que assola o Brasil. A partir disso, busca-se fazer uma reflexão sociojurídica para melhor compreender sobre esse tipo de prática que preocupa toda a sociedade.

Portanto, o presente estudo objetiva investigar a situação dos linchamentos em 10 (dez) municípios da Região Metropolitana de Natal/RN,

visando identificar, quais motivos estariam levando a população a agir com esse tipo de conduta.

Observa-se que a prática do linchamento representa uma grave ameaça à sociedade brasileira, uma vez que o Estado Democrático de Direito é revogado, o direito legislativo abandonado e ressuscitada à lei do talião, “olho por olho, dente por dente”. As pessoas decepcionadas com as medidas tomadas pelo o Estado acabam perdendo a confiança na lei e partindo para resolver o problema da sua forma, gerando um grande ciclo de violência.

Muitos ainda atentam a alegar não acreditar mais na justiça do tribunal, por ser morosa, ineficaz e incongruente, buscando a execução e aplicação da justiça de rua por acreditar que dessa forma estarão fazendo valer a justiça. Sobre isso é mister declarar que a lei fundamental brasileira – proíbe o tratamento desumano ou degradante, torna defesa a pena de morte e elenca inúmeras proteções ao processo, em especial, o criminal, assegurando o direito de julgamento por um juiz natural, com possibilidade de exercer o contraditório e ampla defesa, entre outros, todos eles considerados direitos fundamentais a ser assegurados pelo o Estado e que serão posteriormente tratados no presente trabalho.

O linchamento não simplesmente é uma mera manifestação de desordem, mas de questionamento da desordem. Ao mesmo tempo é questionamento do poder e das instituições que justamente em nome da impessoalidade da lei, deveriam assegurar a manutenção dos valores e dos códigos. Nesse contexto, torna-se importante este estudo para toda a comunidade científica, estudantes em direito, como também para toda a sociedade potiguar. Reitera-se a importância do estudo do fenômeno de grande repercussão na sociedade atual, o linchamento.

## **2 JUSTIÇA PRIVADA COMO QUEBRA DO PACTO SOCIAL**

### **2.1 O PACTO SOCIAL**

O pacto social representa a soma de esforços da coletividade em busca de uma sociedade organizada e com melhores condições de vida, deixando para trás o estado de natureza, terra sem lei, onde todos brigavam pela manutenção do seu direito a vida, vivendo em uma realidade de constante

medo e insegurança. Diante desse cenário lastimável os homens dessa época se uniram e pensaram o que fazer para acabar com esse clima de guerra e insegurança e viver numa maneira menos violenta e mais agradável?

Dessa ideia nasceu o Contrato Social com o objetivo de organizar e melhorar o convívio entre as pessoas, onde cada ser humano vai transferir seu direito natural, direito do uso da força e soberania individual ao Estado que vai surgir com a missão de garantir a segurança.

Para vencer os obstáculos, os homens não criaram novas forças, cada indivíduo não pode criar novas forças do nada. O que os indivíduos fizeram foi unir e orientar as forças já existentes, agregar um conjunto de forças que superasse os obstáculos da natureza. Daí nasce o pacto social, da necessidade de cooperação entre os homens contra as forças da natureza.

Todos decidiram perder a sua liberdade em prol da sociedade, em prol de melhorar, pois no estado de natureza, não existiam leis, regras, ordem, era o estado do salva-se quem poder, todos contra todos.

Para Rousseau todo o cidadão deveria se comprometer individualmente, mediante renúncia de sua liberdade individual em prol de todos os associados que garantirão dignidade, igualdade jurídica e moral e a tão sonhada liberdade civil (apud MONTEAGUDO, 2010).

No contrato social é fundamental que a união preserve cada indivíduo e seus respectivos bens, obedecendo a si próprio e livre como antes. Apesar das cláusulas do contrato social não serem escritas, são reconhecidamente iguais em todos os lugares. Tais cláusulas são de tal modo determinadas pela natureza do ato que qualquer alteração o anula e, infringindo o pacto social, os indivíduos voltam ao estado de natureza de forma automática e perdem a liberdade contratada.

## 2.2 A JUSTIÇA PRIVADA

O Estado detém o poder de punir. No entanto, ocorrem diversos casos de punições dadas por pessoas comuns a particulares acusados de algum crime, sendo que essas constituem a justiça privada. Sempre que isso acontece há um retrocesso social, onde o pacto entre sociedade e Estado é quebrado e a lei do talião entra em vigor de forma automática (MARTINS, 2015).

Nesse contexto Hobbes (1997), fala na sua obra “LEVIATAN”, que o homem é “o lobo do próprio homem”. Isso quer dizer que ele é totalmente movido pelas suas paixões e instintos, influenciado pelos instintos. Nas palavras de Hobbes (1997), “se dois homens desejam a mesma coisa [...] eles se tornam inimigos”. A igualdade é o fator que contribui para a guerra de todos contra todos, levando-os a lutar pelo interesse individual em detrimento do interesse comum. Logo, a liberdade segundo Hobbes (1997), seria prejudicial à relação entre os indivíduos, pois na falta de “freios”, todos podem tudo, contra todos.

Daí surgiu à ideia do contrato social, que é fundamentado em um pacto convencional, por meio do qual os cidadãos, em condições justas, abrem mão de seus direitos individuais e consentem com o poder de uma autoridade na qual depositam confiança. A manutenção da ordem pública e da segurança, sem dúvida, são pressupostos indispensáveis para que este pacto social seja realizado, uma vez que somente com a conservação da liberdade coletiva, se obtém uma legítima justificativa para a própria existência do Estado, (SANTOS, 2011).

Nesse contexto é importante evidenciar que o Estado tem a obrigação de garantir a vida e proteger os cidadãos que saem do seu estado de natureza e passa a viver sobre regras, pois ele é o responsável por todo o controle. Além disso, é responsável pela guarda dos direitos fundamentais, assim considerada sua função de proteger a população, assegurando-lhe a efetividade dos direitos postos juridicamente.

A desconstrução da justiça acontece quando as pessoas desrespeitam as regras constitucionais, querendo extirpar os poderes do Estado para resolver seus problemas de acordo com o seu bel prazer, gerando ilegalidades e inconstitucionalidades, ou seja se opondo ao que permite o nosso ordenamento jurídico. Quem pratica o linchamento não respeita preceitos como: o acusado possui o direito à ampla defesa e ao contraditório (art. 5º, LV, da Constituição Federal de 1988); ele só será considerado culpado quando houver uma sentença transitada em julgado (art. 5º, LVII, da CF).

### **3 O LINCHAMENTO**

A palavra “linchamento” surgiu da Lei de Lynch (1837), usada por Charles Lynch para perseguir índios e negros durante a Revolução

Americana mediante organizações privadas chamadas “comitês de vigilância”, que posteriormente deram origem ao KuKluxKlan. A história aponta que os Estados Unidos foi o primeiro país a abarcar o fenômeno do linchamento, sendo, contudo, sua motivação quase totalmente baseada em ódio racial (OLIVEIRA, 2011).

Linchamento é a ação praticada por uma multidão de pessoas movidas por sentimentos de raiva, ódio, desrespeito contra um ou mais indivíduos, buscando a punição por supostos crimes com suas próprias mãos, espancando, chutando, amarrando, apedrejando até tirar a sua vida.

Os linchadores, em muitos casos, ainda que não em todos, são movidos pela emoção de assumir o ponto de vista da vítima de um dano irreparável, diante do qual se tornou ou é impotente: num extremo, o assassinato e o estupro, por exemplo, (MARTINS, 2015).

Eduardo Martins (2015), estima que, em 60 anos, 1 milhão de brasileiros tenham participado de linchamentos, o que nos tornaria um dos países líderes da prática. As causas mais comuns à origem dos linchamentos atualmente no Brasil são ligadas a roubo, homicídio e estupro e atentado violento ao pudor de crianças. O linchamento volta a entrar no repertório popular de resolução de conflitos. Esse tipo de violência só aumenta nos estados brasileiros, pois a população não acredita mais na resolução do litígio pelo o Estado.

### 3.1 MODALIDADES DO LINCHAMENTO

São duas as modalidades de práticas de linchamento: Uma chamada *moblynching*, em que são praticados linchamentos por grupos não organizados que se unem espontaneamente para “justiçar” uma pessoa; a outra é conhecida como *vigilantism*, realizada por “grupos de vigilantes” que se organizam para fazer a ação, os conhecidos justiceiros. No Brasil, predomina ainda a modalidade conhecida como *moblynching* (MARTINS, 2015), sendo fato, contudo, que crescem os números de grupos de justiceiros no país, os quais tomam as vezes dos “heróis” da ficção e acreditam combater o “mal”.

Apesar de acreditarem ser pessoas de “bem” que ajudam a sociedade batendo em criminosos e entregando-os à polícia, a justiça que acreditam praticar é excessiva e desnecessária, uma vez que podiam se limitar a entregar o possível delinquente à autoridade policial.

O suplício contra o corpo dos condenados era visto como o meio mais eficaz de punição. Havia todo um ritual, que chegava até ser considerado como um 'grande espetáculo', onde o corpo era o objeto de punição e a massa popular eram as testemunhas da vitória do soberano contra o criminoso. Sua aplicação variava de acordo com a gravidade do delito, variando de pessoa para pessoa. O réu seria torturado diariamente, em praça pública até que seu corpo seja atado por quatro cavalos e por fim seja despedaçado. (FOUCAULT, 1987, p.11-12)

Quem lincha está se equiparando ao criminoso ou seja praticando delitos, lesões corporais, homicídio e tortura. Os linchadores não entendem se incluir no grupo de pessoas que desrespeita as leis criminais, o que subsidia o aumento do número de envolvidos participando desses atos, pois não seriam errados ou *contra legem*.

### 3.2 A FALTA DO TIPO PENAL PARA O LINCHAMENTO

Diante desse aludido tema é fundamental dizer que não existe um tipo penal para o linchamento no ordenamento jurídico brasileiro, a falta desse tipo penal, permite que os linchadores possam aumentar ainda mais essa tipo de prática que desrespeita as leis brasileiras e privilegiam a desconstrução do sistema jurídico em vigor.

Analisando essa perspectiva, dá impressão de que o Estado não tem interesse em repudiar esse tipo de movimento, seja porque não tem interesse ou capacidade de resolver esse problema social de calamidade pública na segurança.

Essa situação reflete na impunidade, permitindo a reincidência, uma vez que não tem como enquadrar o linchamento em nenhum artigo do Código Penal Brasileiro. Senão vejamos: Art.288 **CP**- Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes.

Com relação ao artigo acima é evidente que não dá para ser classificado como linchamento, uma vez que nesse tipo de prática não há uma organização, associação, o que há são grito de pega ladrão, onde ocorre uma mobilização coletiva repentina a execução do suposto criminoso. Por este mesmo motivo também não se enquadra no§1º, do art. 1º, da Lei n. 12.850/2013, que fala sobre as organizações criminosas.

Nesse contexto fica difícil punir os linchadores, pois eles se espalham entre a população e depois desaparecem e quando são encontrados respondem por lesões corporais ou homicídio, isso quando tem investigação por parte da polícia, pois com o fato consumado o que impera é a “lei do silêncio” e por medo de algum tipo de retaliação as pessoas não denunciam.

## 4 DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS ACERCA DO LINCHAMENTO

### 4.1 DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Os direitos e as garantias fundamentais estão previstos na nossa carta magna de 1988, são indispensáveis para a manutenção da vida em sociedade. Se dirigem a criar e manter os pressupostos elementares de uma vida na liberdade e na dignidade humana.

Na atualidade já se fala em cinco gerações de direitos fundamentais, que visa dividir os direitos conquistados de acordo com a demanda de cada época, baseando-se também no processo natural de concessão deles à população. Nesse trabalho será tratado apenas as três primeiras gerações, base necessária ao desenvolvimento do tema abordado.

Os direitos de primeira geração têm por titular o indivíduo, referem-se à resistência e oposição perante o Estado, valorizam o homem singular e traduzem-se em faculdades ou atributos da pessoa, além de ostentarem uma subjetividade. Os direitos fundamentais de segunda geração são os direitos sociais, econômicos e culturais.

Os **direitos de terceira geração** são ligados ao valor da fraternidade ou solidariedade, são os relacionados ao desenvolvimento ou progresso, ao meio ambiente, à autodeterminação dos povos, bem como ao direito de propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade e ao direito de comunicação. Como conclui Manoel Gonçalves Ferreira Filho, “ a primeira geração seria a dos direitos de liberdade, a segunda, dos direitos de igualdade, a terceira, assim, complementar o lema da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade.

## 4.2 O DIREITO FUNDAMENTAL A SEGURANÇA

O direito fundamental a segurança é solicitado ao Estado pela a população diante da realidade insensata do aumento da violência, as pessoas se sentem abandonadas, amedrontadas e desprotegidas. Esse cenário abre espaço para pessoas anônimas fazerem justiça com as próprias mãos, a justiça privada, pois devido a ingerência e a falta de capacidade do Estado em resolver os problemas, muitos enxergam como a única forma de fazer justiça.

Não há, pois, exatidão na classificação do direito à segurança, pois ele está intrinsecamente ligado em todas as gerações do direito (MENDES; BRANCO, 2014).

Em primeira análise, é direito oponível contra o Estado, vinculado à liberdade, inclusive, inserido no *caput* do art. 5º da Constituição Federal, junto aos consagrados direitos fundamentais de primeira dimensão: vida, liberdade, igualdade e propriedade. Por outro lado, é indiscutível a necessidade de atuação do poder público para que se faça eficaz, adentrando nessa característica dominante da segunda geração, além de estar também positivado nos “direitos sociais” da Lei Maior. Por fim, é direito defensável mediante ações coletivas, não sendo detido individualmente pelos cidadãos, mas, sim, pela população como um todo, mostrando sua faceta de direito de terceira geração (FELIX, 2015).

Nesse contexto é necessário a aplicação integral dos direitos e garantias fundamentais, uma vez que se não há um ambiente favorável de segurança na sociedade há uma lesão aos direitos previstos na Constituição Federal de 1988. A falta desse direito gera consequências no direito à vida, a liberdade e a dignidade da pessoa humana.

Dessa forma o direito fundamental à segurança é obrigação do Estado, o qual deve respeitar o direito à proteção que detêm os cidadãos e fazer efetivar os direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal, cujo próprio texto prevê terem aplicabilidade imediata. É nítido também que, quando se fala em Estado, há uma obrigação de todos os poderes contribuir para a realização desses direitos. O Poder Executivo detém a verba e pratica as políticas públicas voltadas à segurança pública; o Legislativo elabora normas e pode determinar forma e limites mínimos para o Executivo investir e pô-los em prática; o Judiciário, por sua vez, detém o poder de intervir e fazer assegurar o mínimo social a que a população faz jus.

### 4.3 O CRESCIMENTO DA INJUSTIÇA DIANTE DA OMISSÃO DO ESTADO

Mesmo com o aumento do número de casos de linchamento no Brasil, sabe-se que, apesar da omissão estatal, não é dado ao cidadão comum assumir a função de punir do Estado, pois não é investido legal para tanto. Sobre a imprescindibilidade de um terceiro imparcial para “dizer o direito”, ensina Canotilho (2003a). No Estado de direito democrático cabe aos magistrados judiciais dizer o direito em nome do povo. O apelo ao juiz pode revestir várias formas de processo-queixa, ação, recurso, querela, mas a mensagem subjacente a este apelo parte sempre da ideia de que é necessário um terceiro independente, um árbitro imparcial, para fazer justiça através de uma decisão judicial.

Além de não respeitar a legislação vigente, a prática de linchamento afasta os direitos e garantias dos cidadãos, a exemplo da vida e integridade corporal, devido processo legal e julgamento por um juiz imparcial, impedindo a ampla defesa e retrocedendo na proibição de pena de morte, de tratamento desumano ou degradante, entre tantos outros.

O procedimento comum do linchamento (RODRIGUES, 2013), é basicamente a comunicação do delito por populares, aos gritos, os quais dizem “pega ladrão, pega ladrão” ou algo congênere; depois, algumas pessoas conseguem deter o suposto criminoso, forma-se um grupo, as pessoas iniciam agressões físicas e verbais – as primeiras iniciam com tapas e chutes, que se intensificam até chegar a pauladas, castração, queima de suspeito; as segundas têm o viés de humilhar a vítima, mostrando que é um ser do mal, que não merece estar naquela sociedade.

A ampla defesa no processo penal é uma proteção de que faz uso o acusado em razão de sua hipossuficiência e fragilidade perante o Estado e órgãos acusador e investigador. Nesse sentido, Mendes e Branco (2014), explicam que, por razões óbvias, não pode haver condenações sem defesa no processo legal. Ora, se um julgamento legal, por órgãos constitucionalmente instituídos, cuja pena máxima a ser cumprida será de 30 anos de prisão, faz-se necessária a ampla defesa, o que dizer de um julgamento sumário com possibilidade de morte do “condenado”?

O devido processo legal, que inclui o direito à ampla defesa, estabelece garantias e regras. São impostos limites à atuação da justiça criminal, uma forma de controlar seu poder e evitar abusos. Para tudo há regras, formas e formalidades.

Não existe processo, legal quando se fala do: 1) direito ao contraditório e ampla defesa; 2) direito ao juiz natural; 3) direito a não ser processado e condenado com base em prova ilícita; 4) direito a não ser preso, senão pela autoridade competente e na forma estabelecida pela ordem jurídica (MENDES; BRANCO, 2014).

O linchado não possui qualquer desses direitos assegurados, uma vez que seu julgamento e execução de pena são sumários. Um exemplo disso é a falta de um juiz natural, cujo postulado reveste-se, em sua projeção político-jurídica, de dupla função instrumental, que conforma a atividade legislativa do Estado e condiciona o desempenho pelo poder público das funções de caráter persecutório em juízo, conforme ensina o ministro Celso de Mello (apud MENDES; BRANCO, 2014).

O art. 5º, inciso III, da Constituição Federal assegura que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, direito fundamental que possui vínculo direto com o princípio da dignidade da pessoa humana. Trata-se de direito negativo que exige que os poderes públicos e particulares abstenham-se de praticar condutas violadoras da dignidade do ser humano. Mas basta um ligeiro olhar para as fotos ou vídeos de linchamentos no Brasil para que se perceba não haver limites ao tratamento empregado pelos linchadores contra suas vítimas. Quando se trata de crimes comuns, não hediondos, praticados sem violência, a exemplo dos furtos ou roubos com ameaça, geralmente se abusa das humilhações públicas, mediante xingamentos e agressões, cujo fim também é ofender a dignidade da vítima, como tapas na cara e pisadas no rosto, além de desnudar e deixar amarrados os linchados e postes, entre outros (FELIX, 2015).

Nos crimes mais violentos, como homicídios e estupros, veem-se a castração da vítima e outras lesões mais graves, como o apedrejamento, as quais, muitas vezes, terminam em morte. Não é possível visualizar razoabilidade por parte da multidão que lincha, circunstância que deve causar grande preocupação aos juristas e a sociedade, uma vez que não há adequação entre a pena e o crime cometido. Pelo contrário, está cada vez mais comum a imprensa noticiar casos de furto (crime contra a propriedade cometido sem que haja violência ou grave ameaça), nos quais o linchado é quase morto. Nesses casos, em virtude de um delito contra a propriedade, muitas vezes se priva o linchado de seu bem mais precioso: a vida<sup>3</sup>.

---

3 Como exemplo, cita-se caso narrado em entrevista, no qual ocorreram o linchamento e morte por pauladas de um morador de rua que furtou um frasco de xampu (TOMAZELA, 2014).

As penas cruéis são proibidas no Brasil, assim como a pena de morte, salvo em caso de guerra declarada (art. 5º, inciso XLVII, alíneas “a” e “e” da Carta Magna). Contudo, tratando-se das penas de morte impostas pela população, tem-se observado o crescimento alarmante do número desses casos no Brasil. Não que a morte tenha sido autorizada, mas a barbárie e violência e impõem como punição para os supostos criminosos detidos e linchados pela população. No sentido de que é necessário o respeito aos direitos já assegurados, especialmente quando se fala em processo penal, Canotilho(2003b, apud FELIX, 2015, p.251), arremata que:

Ninguém hoje admitiria discutir em tribunal os seus direitos sem a garantia de um juiz legal, independente. Ninguém se submeterá voluntariamente a um qualquer processo penal sem ver reconhecido o direito de ser ouvido, o princípio da igualdade processual das partes ou princípio da fundamentação dos atos judiciais. E lá onde o império do direito atinge o grau mais coactivo por se tratar da ‘última razão’ do Estado de direito – o direito e o processo penal – todos concordarão que haverá um retrocesso grave no Estado de direito se se postergarem princípios e direitos tão importantes como os da garantia de audiência do arguido, a proibição de tribunais de exceção, a proibida da dupla incriminação, o princípio de defesa através do contraditório, o direito de escolher defensor, a assistência obrigatória de advogado em certas fases do processo penal.

Dessa forma é importante extinguir esse tipo de prática, pois o linchamento causa um verdadeiro declínio na evolução social, o qual deve ser ferozmente combatido para evitar a volta do obsoleto, da barbárie.

#### 4.4 O DESRESPEITO A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

A dignidade da pessoa humana aparece no texto constitucional de 1988 no art. 1º, inciso III, como fundamento da República Federativa do Brasil, configurando-se como um núcleo essencial, pois é a partir dela que surge os direitos fundamentais que norteiam e limitam a vida em sociedade.

Dessa forma é importante evidenciar sobre 03 (três) conteúdos que nos ajudam a entender melhor esse super princípio. O primeiro deles é o valor intrínseco das pessoas, pois todas as pessoas nascem com esse direito próprio, que no plano jurídico se identifica com o direito à vida, igualdade,

integridade física e moral. O segundo conteúdo é a ideia de autonomia, o que significa que todas as pessoas tem auto determinação, portanto o direito de fazer as suas escolhas essenciais na vida e de ser respeitadas pelas escolhas que fizeram. No plano jurídico se identifica com os direitos individuais e as liberdades públicas ou autonomia publica de participação política.

O terceiro e mais complexo conteúdo da ideia de dignidade da pessoa humana é o valor social ou comunitário, que analisa como o homem está vivendo em sociedade, a partir desta ideia é que surge 03 (três) sub-conceitos: o valor comunitário da dignidade da pessoa humana significa que o estado pode interferir na autonomia de indivíduo para o protegê-lo contra si próprio; O Estado pode interferir para proteger os direitos fundamentais de terceiro e por último a dignidade envolve também a imposição de certos valores sociais que limitam a autonomia.

A Constituição Federal ainda cuida da dignidade da pessoa humana em outros títulos, capítulos e artigos. No Título VII, que trata da Ordem Econômica e Financeira, especificamente em seu capítulo primeiro, determina no art. 170, caput, que a ordem econômica tem por finalidade assegurar a todos a existência digna. No Título VIII que disciplina a Ordem Social, dentro do capítulo VII nomeadamente no art. 226, § 7º expressa que o planejamento familiar é fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, garantindo também no art. 227, caput, que a criança, o adolescente e o jovem, têm direito à dignidade. Por fim, no art. 230 encontra-se expresso que tanto a família, como a sociedade e o Estado devem amparar os idosos, defendendo a sua dignidade.

O Constituinte se preocupou em conferir proteção e respeito à dignidade da pessoa humana, o que, contudo, não garante na prática que esta seja observada, sendo necessário que se estabeleçam meios para sua proteção. O fato da dignidade da pessoa humana estar reconhecida constitucionalmente como fundamento da República certamente representa um progresso.

Apesar do princípio da dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais estarem previstos na carta magna de 1988, muita gente ainda busca por justiça através da autotutela que não é legítima, isso porque se ferem diversos princípios basilares do Estado de Direito, dentre eles podem-se citar: o devido processo legal e a dignidade da pessoa humana, que não podem ser sacrificados, pois um verdadeiro Estado de Direito é aquele

que utiliza o direito penal e processual penal em *ultima ratio*, apenas como meio de limitar a atuação estatal. O Direito penal não é solução de problemas, ele é mínimo.

Não se pode reunir com ações privadas, vinganças e linchamentos em nome de uma falsa “justiça”. Trata-se aqui de um contrassenso, na medida em que o Estado passa a tolerar que seus cidadãos saiam às ruas para bater, prender e até matar outros cidadãos, entra-se no que se denomina anarquia. E é evidente que um Estado anárquico, tende de forma mais célere, a se tornar autoritário e, por fim, totalitário.

Verdadeiramente o Estado de Direito é aquele que se pauta no respeito para com seus cidadãos, na ética, na inserção dos valores da dignidade da pessoa humana, da não violência e da propagação de valores sociais e morais condizentes com a vida em sociedade. Afirmar que a justiça realizada por meio de ações marginalizadas e com o apoio maciço da imprensa são legítimas e buscam a plenitude da justiça é insensato e quebra com o pacto para um Estado Democrático.

O princípio da dignidade humana deve ser compreendido de uma forma ampla, justamente para se garantir e assegurar a integridade da pessoa humana, protegendo-a do próprio homem. Visa a especificamente garantir o homem como o fim, o fundamento de todo o sistema jurídico, seja na esfera interna ou na internacional.

A entronização do princípio da dignidade da pessoa humana nos sistemas constitucionais positivos com o sentido que é inicialmente concebido e com a amplitude que ganhou nos últimos anos (e que ultrapassa a individualidade, estendendo-se a espécie humana) é, pois, recente e tem como fundamentos a integridade, a intangibilidade e a inviolabilidade da pessoa humana pensada em sua dimensão superior, quer dizer, muito além da mera contingência física. A fonte imediata desta opção é a reação contra os inaceitáveis excessos da ideologia nazista, que cunhou o raciocínio de categorias diferenciadas de homens, com direitos e condições absolutamente distintas, e muitas delas destinando-se tão somente às trevas dos guetos, às sombras dos muros em madrugadas furtivas e o medo do fim indigno a fazer-se possível a qualquer momento (ROCHA, 2004, p.35).

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo, Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum.

## 5 LINCHAMENTOS NO RIO GRANDE DO NORTE

**O Rio Grande do Norte, é um dos estados brasileiros que compõe a região nordeste do Brasil, atualmente** tem uma população de 3.507.003 habitantes de acordo com as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017). Apesar de ser um dos menores Estados do Brasil com relação ao número de habitantes e de área geográfica, vem apresentando diversos problemas com relação a falta de segurança e políticas públicas no combate da criminalidade que vem avançando em todo o Estado. Essa falta de capacidade no combate a violência, faz com que a população crie outras alternativas para se proteger da criminalidade, medida essa que desprestigia todo o sistema jurídico em vigor no país. A prática do linchamento tem sido a medida mais utilizada por parte da população, que está desacreditada das leis brasileiras.

De acordo com Jose de Souza Martins (2015), esse problema do linchamento reflete **pelo descrédito da população na polícia e no Judiciário e inflamada por setores da imprensa**. A Carta Magna de 1988 protege a liberdade de imprensa, contudo quando essa liberdade fomenta e apoia um delito, constitui-se apologia ao crime, uma vez que ela estimula a prática do linchamento. Por esse norte, a pesquisadora Ariadna Natal (2013), ressalva que essa demonstração de apoio ao linchamento enseja a ocorrências de outros: “fazer comentários de apoio é dizer que isso é aceitável, que aquele que lincha tem o respaldo da comunidade para agir. Se não tivesse respaldo, o linchador não estaria em praça pública cometendo uma agressão”.

**No Rio Grande do Norte, diariamente são noticiados nos jornais impressos e nas TVs vários casos de linchamento na capital ou**

**no interior do Estado.** Não se tem números exatos a respeito dos casos de linchamento, mas só basta, fazer uma pesquisa rápida na internet, que vão aparecer diversos casos. Infelizmente, essa é uma prática presente em todo o Brasil, onde as pessoas, não estão mais acreditando na justiça, como também no Estado na resolução dos conflitos. De acordo com Jose de Souza Martins (2015), a justiça formal e oficial deixou de aplicar a pena de morte, ainda no império, abolida por lei, mas o povo continuou a adotá-la em sua mesma forma antiga através do linchamento. Trágica expressão do divórcio entre o poder e o povo, entre o estado e a sociedade.<sup>4</sup>

## 5.1 ANÁLISES DOS LINCHAMENTOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL/RN

A Região Metropolitana de Natal, atualmente é composta por 14 (quatorze) municípios, que são eles: Arês, Ceará-Mirim, Extremoz, Goianinha, Ielmo Marinho, Macaíba, Maxaranguape, Monte Alegre, Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, São José do Mipibu e Vera Cruz.

Para este estudo foi realizado um levantamento sobre a quantidade de linchamentos em 10 (dez) desses municípios que integram a Região Metropolitana de Natal, que são eles Ceará-Mirim, Extremoz, Macaíba, Monte Alegre, Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, São José do Mipibu e Vera Cruz, através da Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais (COINE), órgão interno da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED), através de entrevistas com o coordenador, senhor Kleber Maciel e o senhor Hélio Souza administrador do banco de dados. A liberação dos dados foi concedida, após envio de ofício assinado pelo o Reitor do Centro Universitário. A entrevista foi realizada no mês de agosto de 2016.

Através das informações repassadas da COINE foi possível analisar a situação dos linchamentos nesses municípios que integram a Região Metropolitana de Natal.

---

<sup>4</sup> **Um dos casos mais antigos que se tem notícia, foi em 1993 em Areia Branca** em consequência ao estupro e esquartejamento de uma criança de 13 anos de idade. O crime alcançou comoção das populações de muitas cidades próximas ao que o fato ocorreu, mas em nosso estudo destacamos em especial as cidades de Grossos e Areia Branca, por tornarem-se o cenário do linchamento dos suspeitos deste crime. O caso do estupro da menina em Areia Branca logo após os dias festivos do carnaval comoveu os leitores, telespectadores e ouvintes dos mais variados meios de comunicação que cobriram o caso. A ocorrência do crime reverteu o clima festivo e de confraternizações carnavalescas tão tradicionais naquelas cidades, promovendo um sentimento de revolta e vingança.

A prática de linchar simboliza um retrocesso muito grande, vai na contramão do que se espera de uma sociedade civilizada e plena, essa medida de fazer justiça com as próprias mãos tem crescido de forma progressiva e acelerada, principalmente depois de 2013, isso conforme pesquisas realizadas por alguns sociólogos que se basearam em notas jornalísticas (GOMES, 2014).

Dessa forma é importante frisar que o exercício da autotutela é proibida no Brasil, sendo permitida em algumas exceções:

Art. 345 CP

Fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permitir:

- Pena detenção, de quinze dias a um mês, ou multa, além da pena correspondente à violência (BRASIL, 1940).

No artigo 23, inciso II do Código Penal, pela legítima defesa, onde a pessoa que pratica um crime objetivando defender a si ou outras pessoas de um crime, não lhe é imputado a pena por sua ação delituosa, no entanto, é analisado se não houve excesso na defesa, caso contrário, responderá criminalmente. Ainda sobre o artigo anterior é importante apresentar o art. 1.210 do Código Civil de 2002 que trata sobre a hipótese da turbação, esbulho e justo receio de ameaça.

Art. 1.210 CC. O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado.

*§ 1o O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou Restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo; os atos de defesa, ou de desforço, não podem ir além do indispensável à manutenção, ou restituição da posse.*

*§ 2o Não obsta à manutenção ou reintegração na posse a alegação de propriedade, ou de outro direito sobre a coisa (BRASIL, 2002).*

Nos 10 (dez) municípios que integram a Região Metropolitana de Natal/RN, também foi constatada um avanço referente a prática de linchamento por particulares, de acordo com informações passadas pela Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais (COINE), entre os períodos de 2013 a 2016 foram contabilizados via ligações para o 190 (cento e noventa) mais de 140 (cento e quarenta) casos, acredita-se ter apurado um número muito maior, pois muitas vezes a população não denuncia por

apoiar esse tipo de prática. Em outros casos prevalece a lei do silêncio, as pessoas da comunidade tem medo de denunciar os agressores.

Também há muita dificuldade na contagem dos casos, pois como o linchamento não é um tipo penal, os mesmos são distribuídos entre registros como agressões, tentativas de homicídio e homicídio. A população lincha porque não acredita mais na resolução do conflito por parte do Estado, mas sobretudo para indicar seu desacordo com alternativas de mudança social que violam concepções, valores e normas de conduta tradicionais, relativas a uma certa concepção do humano.

É sem dúvidas uma questão social muito grave, de falta de organização, legislação e de omissão do Estado, que tem o dever de proteger a sociedade.

Art. 144 da Constituição Federal - A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: [...] § 5º - Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil (BRASIL. 1988).

Sobre os Linchamentos na Região Metropolitana de Natal no Rio Grande do Norte, foram obtidas as seguintes informações no setor de estatística da SESED.

**Quadro 1** - Linchamentos na Região Metropolitana de Natal, (Ceará-Mirim, Extremoz, Macaíba, Monte Alegre, Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, São José do Mipibu e Vera Cruz) no Rio Grande do Norte.

Finalizações ocorrências Linchamento	1º semestre 2013	1º semestre 2014	1º semestre 2015	1º semestre 2016
Encaminhado a família	0	3	4	1
Pessoa Detida	15	20	9	22
Encaminhado ao órgão responsável	5	2	7	6
Encaminhado ao Hospital	11	9	14	15
<b>TOTAL</b>	<b>31</b>	<b>34</b>	<b>34</b>	<b>44</b>

Fonte: SESED (2016).

De acordo com a tabela acima fica evidente o crescimento da prática do linchamento entre os municípios que integram a Região Metropolitana de Natal, onde no 1º semestre de 2016 foram registrados 44 casos, fora os casos que não foram contabilizados pela coordenadoria. Como a população não vê a elucidação dos crimes por parte do Estado, preferem usurpar o poder Estatal e fazer a justiça com as próprias mãos.

Diante dessa realidade de aumento dos linchamentos, onde no 1º semestre de 2013 foram contabilizados 31 casos e no 1º semestre de 2016 foram registrados 44 casos, cabe uma reflexão a ser feita por toda a sociedade para que possa eliminar e resolver esse problema social.

Observa-se que, na maioria das vezes, o governo é omissivo na luta contra o linchamento, seja porque é conivente, seja simplesmente pela dificuldade de combatê-lo. Ambas as hipóteses são preocupantes – a primeira por que o Brasil estaria implicitamente autorizando a prática delitativa e a justiça privada; a segunda porque se mostra ainda mais incompetente o Estado, que, se não consegue diminuir sua taxa de criminalidade, sequer pode impedir que sua população caminhe para um estado de barbárie e animalização. Enquanto o Estado não se organizar na questão da segurança, maiores serão os índices de Linchamento.

Outra questão relevante é com relação à finalização da ocorrência dos Linchamentos, o que acontece com a pessoa linchada e com o agressor quando há a interferência policial? Na maioria das vezes os agressores acabam se misturando com a população e não acontece nada com eles. De acordo com os dados coletados na COINE entre o 1º semestre de 2013 e o 1º semestre de 2016, 66 (sessenta e seis) pessoas ficaram presas, o que representa 46% do total dessas de linchamentos registrados nesse período. Muito preocupante esse percentual, tendo em vista que nem metade dos linchadores ficam presos. O que representa a certeza da impunidade e autorização implícita da prática de linchamento.

Sobre esse fato é importante destacar a falta de policiamento no Estado, que agrava mais ainda a situação da segurança, pois sem polícia não tem combate a marginalidade, o que significa dizer que os criminosos não serão presos. Nesse sentido fica difícil haver investigação e prisão dos delinquentes.

Dos 143 (cento e quarenta e três) casos de linchamentos registrados nesse período, foi registrada a participação de 28 (vinte e oito) jovens menores de

18 anos, sendo acusados de efetuarem crimes, neste caso eles ficaram sujeitos às medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), legislação que regula atualmente. Desse total 08 (oito) foram devolvidos a sua família e 20 (vinte) foram encaminhados ao CEDUC (CENTRO DE EDUCAÇÃO) por terem cometido crimes mais graves.

Ainda sobre a tabela, é possível verificar a quantidade de pessoas linchadas e agredidas por populares que vão direto para o hospital depois da ocorrência policial, após terem sido completamente pisoteadas, enforcadas e espancadas pela a população. Através dos dados foi verificado que durante os semestres solicitados 49 (quarenta e nove) pessoas foram encaminhadas ao hospital.<sup>5</sup>

Muitas vezes os linchamentos acabam sendo percebidos pela sociedade como uma reação legítima da população, raramente aqueles que os cometem são identificados ou punidos. As pessoas desanimadas com a crise da segurança pública e influenciadas pela mídia, através de seus apresentadores que apoiam e da repetida exposição de casos, acabam vendo o linchamento como um ato heroico e justo, chegando até mesmo a aplaudirem os agressores. É preciso fazer um trabalho de combate a esse tipo de prática, com a união de todas as instituições sociais para informar a população que este cenário gera bastante risco uma vez que pessoas inocentes podem pagar por tais crimes.

Outro fator acerca do linchamento é o espetáculo do horror que acontece durante a prática dessa conduta, sem dúvida é o show da mortificação pública, onde o condenado chega até a ser amarrado ao poste e espancado até a morte, quando não é jogado ainda vivo de cima da ponte, situação deplorável e humilhante que vem se repetindo no dia-a-dia da sociedade.

Diante desta realidade absurda, urge tratar acerca do justicamento, que claramente não é uma forma de resolução de conflitos, e sim demonstra ser atualmente mais uma problemática social. Por fim, não se controla o crime cometendo um; não se pune um infrator tornando-se um criminoso; não se faz justiça agindo arbitrariamente; não se muda uma realidade cruel criando mais um problema social; não se condena sem o devido processo legal.

---

5 Em 2014, o professor de história André Luiz Ribeiro foi confundido com um ladrão em São Paulo, espancado e só conseguiu escapar depois de dar uma aula sobre Revolução Francesa a um dos bombeiros que o resgataram; **um adolescente foi espancado e preso nu a um poste na Rua Rui Barbosa, no Flamengo, no Rio de Janeiro. A foto dele foi postada** em redes sociais e também capa da revista "Veja". Já a dona-de-casa Fabiane Maria de Jesus não teve tanta sorte: foi morta no Guarujá, em São Paulo (D'AGOSTINO, 2014). A inocência de muitas vítimas de linchamentos, muitas vezes só atestada depois do fato já ocorrido, é um fator fundamental na proposta contra a prática da "justiça com as próprias mãos". Casos de agressões coletivas à atores interpretando criminosos em encenações de novelas e até mesmo às próprias vítimas de crimes, mostram que a rapidez da "justiça do povo" muitas vezes provoca mais injustiças.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo trouxe uma discussão sobre o linchamento enquanto prática da justiça privada e verificou casos em 10 (dez) municípios da Região Metropolitana de Natal no Rio Grande do Norte, buscando refletir sobre o que pode ser feito para combater esse tipo de conduta criminosa.

Para tanto foi preciso fazer uma pesquisa sobre diversos temas correspondentes a este trabalho. No item 2 (dois) foi estudado sobre a justiça privada como quebra do pacto social, em relação ao pacto social e a justiça privada. No item 3 (três) foi abordado o tema linchamento, onde foi apresentado o conceito, como também as modalidades e a falta do tipo penal. No item 4 (quatro) foi discorrido sobre os aspectos constitucionais acerca do linchamento foi aludido sobre os direitos e garantias fundamentais, o direito fundamental a segurança, o crescimento da injustiça diante da omissão do Estado e o desrespeito a dignidade da pessoa humana. No item 5 (cinco) foi versado a respeito do linchamento no Rio Grande do Norte, analisando os casos nos 10 (dez) municípios que integram a região metropolitana de Natal/RN.

Observou-se que a descrença nas instituições públicas é apontada como uma das razões para explicar o motivo do aumento dos casos, mas não é o único. Para uma parte ainda significativa da sociedade, o linchamento continua a ser visto como uma solução plausível. Pois a sociedade não se sente segura com a aplicação das normas jurídicas, já que essas não satisfazem os atuais anseios e valores axiológicos da população, necessitando-se do exercício da autodefesa.

Os linchamentos são reflexos de uma sociedade desordenada e insatisfeita com as normas vigentes, que não correspondem aos atuais anseios sociais. Gera-se, portanto, um sentimento de revolta que favorece os comportamentos ilegais, almejando-se a retomada da ordem perdida.

A principal consequência desse tipo de conduta sem dúvida é o retrocesso social, simbolizando a decadência da sociedade. Vê-se que as justificativas para a ocorrência de linchamentos de supostos criminosos dão-se em virtude da ausência de um Estado organizado, com instituições em funcionamento que previnam os crimes e que penalizem os culpados, recolhendo-os das ruas, julgando-os e impedindo a impunidade que se verifica tanto na ausência de resposta das organizações públicas quanto na sua demora. Noutro

bordo, se a omissão estatal é causa para a insatisfação e revolta popular e gera a onda de violência e intolerância que culmina nos linchamentos, a falta de reprimenda à prática da represália privada serve de estímulo ao seu alastramento. O governo é omissor na luta contra o linchamento, seja porque é conivente, seja simplesmente pela dificuldade de combatê-lo.

Ambas as hipóteses são preocupantes – a primeira porque o Brasil estaria implicitamente autorizando a prática delitiva e a justiça privada; a segunda porque se mostra ainda mais ineficiente o Estado, que, se não consegue diminuir sua taxa de criminalidade, sequer pode impedir que sua população caminhe para um estado de barbárie e animalização.

Por fim, justifica-se a necessidade de um trabalho de conscientização entre o governo e a sociedade para informar a população que este cenário gera bastante risco uma vez que pessoas inocentes podem pagar por tais crimes, como também um maior investimento na área da segurança para que o Estado mantenha o controle e por último uma atualização no sistema de justiça para que possa ser mais ágil e eficaz na resolução do conflito.

## 7 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**: Código Penal Brasileiro. Brasília: Senado, 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)>. Acesso em: 17 nov. 2015.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002: Código Civil Brasileiro**. Brasília: Senado, 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)> Acesso em: 17 nov. 2015.

BRASIL. **Lei n.12.850, de 2 de agosto de 2013**: Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei no 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Disponível

em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm)>. Acesso em: 25 jul. 2017.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Estado de direito**. Lisboa: Gradiva, 2003a.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003b.

FELIX, Sarah Ludmilla do Nascimento. Linchamento: o crescimento da (in) justiça coletiva diante da omissão do Estado. **Revista Direito e Liberdade**, Natal, v. 17, n. 3, p. 223-259, set./dez. 2015. Quadrimestral.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 23 ed., Petrópolis, Vozes, 1987.

GOMES, Luiz Flávio. **Licença para matar: mais de 50 linchamentos em 2014 – O Progresso Mato Grosso do Sul, 2014**. Disponível em: <<http://www.progresso.com.br/opiniao/licencaparamatarmaisde50linchamento-sem2014>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em : 10 jan. 2017.

MARTINS, José de Souza. **Linchamentos: justiça popular no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MONTEAGUDO, R. **Contrato, moral e política em Rousseau**. Marília: Editora da UNESP, 2010.

NATAL, Ariadna. **30 anos de linchamentos na região metropolitana de São Paulo 1980-2009**. São Paulo: [s.n.], 2013.

OLIVEIRA, Danielle Rodrigues de. Quando “pessoas de bem” matam: um estudo sociológico sobre linchamentos. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35., 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: [s.n.], 2011.

RODRIGUES, Danielle. O círculo da punição: o linchamento como cena de acusação e denúncia criminal. **DILEMAS: Revista de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, 2013.

ROLLAND, R. **O Pensamento vivo de Rousseau**. Trad. J. Cruz Costa. São Paulo: Ed. da USP, 1975.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes (Coord.). **O direito à vida digna**. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

SANTOS, Roberto Mizuki Dias dos. **A segurança pública integrada ao mínimo existencial no direito brasileiro enquanto medida necessária para sua efetivação pelo poder judiciário**. Salvador: [s.n.], 2011.

TOMAZELA, José Maria. Morador de rua é agredido após furtar xampu em Sorocaba. **Estadão**, Notícias, fev. 2014. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,morador-de-rua-e-agredido-apos-furtar-xampu-em-sorocaba,1135382,0.htm>>. Acesso em: 16 mar. 2014.

# TÉCNICAS ELETROQUÍMICAS APLICÁVEIS EM ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO E PROTENDIDO: ESTADO DA ARTE

*Kleyton de Oliveira Lima<sup>1</sup>  
Fábio Sergio da Costa Pereira<sup>2</sup>*

## RESUMO

A preocupação com a corrosão é relevante quando se fala em proteção de armaduras em estruturas de concreto armado ou protendido. O objetivo deste artigo é apresentar os tipos e o funcionamento das técnicas eletroquímicas, bem como suas aplicações em estruturas no Rio Grande do Norte –Brasil, e no exterior. As técnicas eletroquímicas são as mais recomendadas para este fim, tanto para evitar a corrosão prematura como para diminuir um processo corrosivo em curso. Tais técnicas são classificadas em proteção catódica, corrente impressa, realcalinização do concreto e extração de cloretos. As aplicações dessas técnicas já são uma realidade no que diz respeito às proteções em áreas náuticas e condutos para transporte de fluidos, no entanto na área da construção civil não se tem a cultura de execução destas técnicas. Mesmo edificações novas já deveriam contemplar em seus projetos esse tipo de prevenção, uma vez que o custo-benefício a longo prazo é muito mais vantajoso. Esse tipo de proteção garante um tempo de vida útil muito maior em relação àquelas estruturas que não a utilizam e a aplicação das técnicas de proteção são bem mais utilizadas. O custo final será um pouco mais caro, mas não tão discrepante dos preços adotados pelo mercado.

**Palavras-chave:** Técnicas eletroquímicas. Proteção catódica. Concreto.

## ELECTROCHEMICAL TECHNIQUES APPLICABLE IN REINFORCED AND PROTECTED CONCRETE STRUCTURES: STATE OF THE ART

### ABSTRACT

Concern with corrosion is relevant when it comes to the protection of iron frames in reinforced concrete structures. This article aims at presenting the types and operation of electrochemical techniques as well as their applications in structures in Rio Grande do Norte –Brazil, and abroad. Electrochemical techniques are the most highly recommended for this purpose, both to prevent premature corrosion and to reduce ongoing corrosive processes. Such techniques are classified as cathodic protection, printed current, realkalization of

- 
- 1 Discente do curso de Engenharia Civil do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN), kleyton\_lima@outlook.com.br. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5514782913417573>.
  - 2 DocentePHd. do Curso de Engenharia Civil do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN), engecal.fabio@gmail.com. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6695109770318583>

the concrete, and extraction of chlorides. Applications of these techniques already exist for protection in nautical areas and conduits for fluid transportation. However, the use of these techniques has not permeated the building culture in civil construction. New buildings should already have this type of prevention included in their projects as cost benefit in the long term is far more advantageous. Such prevention ensures a longer useful life when compared to structures that do not use it. The final cost will be slightly higher, though less discrepant than prices adopted by the market.

**Keywords:** Electrochemical techniques. Cathodic protection. Concrete.

## 1 INTRODUÇÃO

A técnica de proteção catódica é mais utilizada em estruturas metálicas, submersas e enterradas sendo bastante utilizada para construção de cascos de navio e de tubulações enterradas, por serem ambientes muito agressivos, mas há algum tempo ela passou a ser utilizada como reabilitação de estruturas de concreto deteriorada, e devido sua eficácia está passando a serem adotadas como método de prevenção em estruturas novas, tais usos podem ser em estruturas parciais ou totais enterradas ou em estruturas atmosféricas, sendo de concreto armado ou protendido e estruturas antigas durante os serviços de recuperação e reforço estrutural (ARAÚJO; PANOSSIAN; LOURENÇO, 2014)

## 2 PROTEÇÃO CATÓDICA

A proteção catódica é uma técnica utilizada para controlar a corrosão de uma superfície metálica tomando-a o cátodo de uma célula eletroquímica. Um método simples de proteção aonde se conecta o metal a ser protegido a um “metal de sacrifício” mais facilmente corrosível para atuar como anodo. O metal de sacrifício então é corroído no lugar do metal protegido.

## 3 TÉCNICAS ELETROQUÍMICAS

### 3.1 PROTEÇÃO CATÓDICA GALVÂNICA

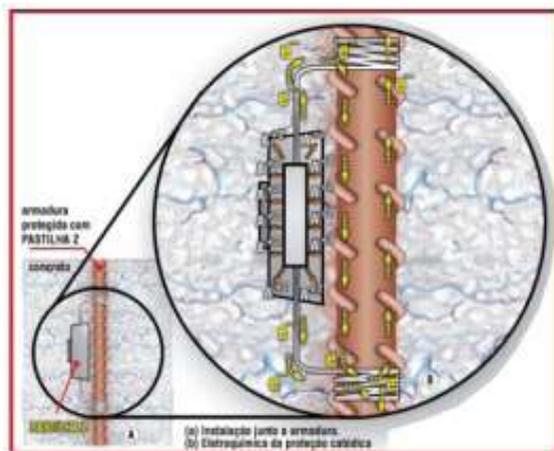
Os anodos galvânicos, ou anodos de sacrifício, **são normalmente** os escolhidos quando se precisa de pouca quantidade de corrente para proteger a estrutura (revestimento de boa qualidade e estruturas de pequenas dimensões) e quando o solo possui baixa resistividade elétrica.

#### 3.1.1 Pastilha

A forma mais comum do anodo de sacrifício é a pastilha. Ela é composta por uma “bolacha” de zinco, alumínio e índio ou só de zinco ou só de alumínio, ligada a dois fios para fixação no aço da estrutura e revestida

por uma matriz cimentícia iônica condutiva. Para sua instalação é necessário apenas retirar a carepa de corrosão do aço através de limpeza com escova de aço ou com lixa de ferro número 100, analisando se o aço perdeu ou não 10% de sua seção; caso tenha perdido, será necessário fazer um reforço com nova(s) barra(s) com o mesmo diâmetro da barra inicial. O importante é fazer excelente limpeza nos pontos onde as pastilhas serão ligadas a armadura, pois se necessita de um perfeito contato metálico para possibilitar as passagens de elétrons. Uma vez interligada, ocorrerá o processo de oxi-redução, onde a pastilha será o anodo e o aço o catodo (ANDRADE, 2014). (Figura1)

**Figura 1** – Esquema da armadura protegida por pastilha



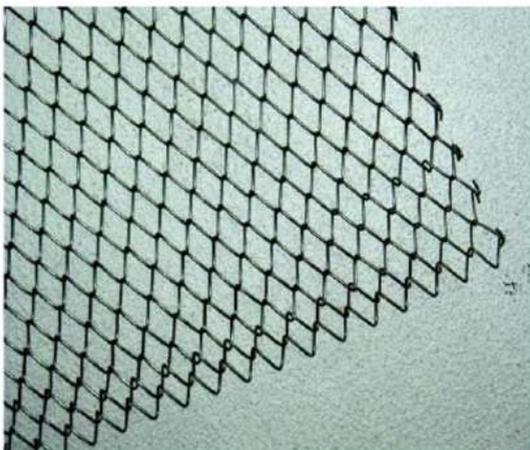
**Fonte:** SA Soluções de Engenharias, 2014

### 3.1.2 Tela Galvânica

A melhor solução contra a corrosão de armaduras em grandes áreas de estruturas de concreto armado ou protendido é a tela galvânica (Figura 2). É uma proteção catódica por corrente galvânica que lhe dá o melhor custo-benefício em uma obra de recuperação motivada por corrosão. Garante um tempo superior a dez anos contra qualquer processo de corrosão. Com uma semi-pilha comum faz-se teste dos potenciais de corrosão antes da instalação da tela e os potenciais de proteção (zona de imunidade) após sua

instalação. O uso do ativador eletroquímico ativa a argamassa ou concreto de recuperação a ser aplicado sobre ela, favorecendo uma troca galvânica entre a tela e a armadura, de forma constante e ininterrupta, impedindo o aço de corroer (ROGERTEC, 2017)

**Figura 2** – Tela Galvânica

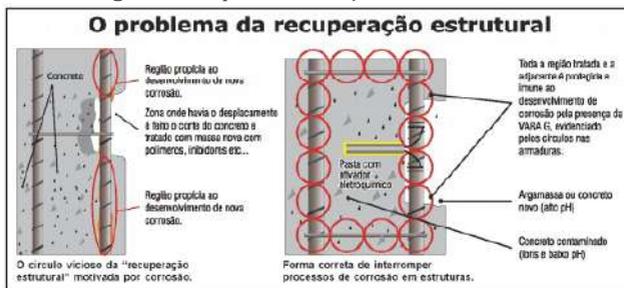


**Fonte:** ROGERTEC

### **3.1.3 Vara Galvânica**

A técnica de Vara Galvânica é utilizada quando ao realizar a medição de corrosão do aço com semi-pilha de cobre e sulfato de cobre e fazendo a ligação da linha equipotencial, na qual podendo ver pontos do concreto que está em estado de corrosão, mas ainda não entrou em processo de deterioração. Na qual o processo para aplicação é perfurar o concreto de forma inclinada vertendo-o dentro com pasta de cimento contendo ativador eletroquímico para baixar a resistividade e facilitar a troca iônica com o aço estrutural para o anodo, inserindo a vara no concreto fazendo a amarração na armação, e com essa técnica (Figura 3) estará prevenindo que o concreto entre em estado de ruína, pois mesmo que tenha iniciado o processo de corrosão mais não ao ponto de expandir suficiente para danificar o concreto, evitando deste modo, que exista a necessidade de recuperação de estrutura.

Figura 3 – Esquema de atuação da Vara Galvânica



Fonte: ROGERTEC

### 3.1.4 Zinco Termo Projetado (ZTP)

O ZTP consiste na projeção térmica de zinco puro sobre a superfície do concreto em direção as armaduras (Figura 4) que necessitam de proteção contra a corrosão. Todo o serviço de recuperação da estrutura estará simplificado porque após a remoção do concreto deteriorado, e execução do reforço estrutural (se necessário), faz-se uma limpeza da área a ser recuperada e logo após aplica-se o zinco termo projetado com um gerador/retificador e uma pistola especial que provoca a fusão de dois fios de puro zinco ao mesmo tempo em que um jato de ar comprimido projeta o zinco derretido sobre a superfície do concreto. Então o zinco, funciona como anodo de sacrifício garantindo a proteção das armaduras.

Figura 4 – Aplicação de película de ZTP



Fonte: ROCHA, 2000, p.15

### 3.2 PROTEÇÃO CATÓDICA POR CORRENTE IMPRESSA

O sistema de proteção catódica por corrente impressa é aquele que utiliza uma força eletromotriz, proveniente de uma fonte de corrente contínua, para imprimir a corrente necessária à proteção da estrutura considerada. Esta força eletromotriz pode provir de baterias convencionais, baterias solares, termogeradores, conjuntos motor-gerador ou retificadores de corrente. Os retificadores constituem a fonte mais frequentemente utilizada, e através deles retifica-se uma corrente alternada, obtendo-se uma corrente contínua que é injetada no circuito de proteção.

Como a diferença de potência de saída da fonte pode ser estipulada em valores baixos ou elevados, a proteção catódica por corrente impressa aplica-se a estruturas situadas em eletrólitos de baixa, média e alta resistividade. Também ela é aplicada onde se exige maiores correntes, portanto, em estruturas de média para grande porte o que não impede o seu uso em estruturas pequenas, quando houver conveniência.

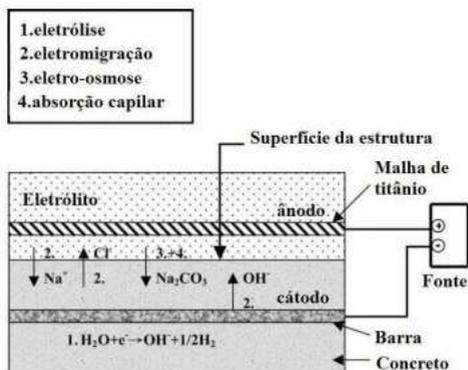
Os equipamentos e materiais comumente empregados nos sistemas por corrente impressa são:

- Os retificadores, que podem ser de silício ou selênio, refrigeradores a ar ou a óleo, com alimentação monofásica ou trifásica;
- Como alternativas aos retificadores, podem ser usadas baterias solares, termogeradores, baterias convencionais, empregada onde não haja energia elétrica em corrente alternada. Esses geradores, em geral, são de baixa potência, sendo, portanto restritos a locais de pouca exigência de corrente.
- Os ânodos mais empregados são os de grafite, ferro-silício, ferro-silício-cromo, chumbo-antimônio-prata, titânio platinizado, nióbio platinizado e magnetita. Os ânodos de grafite, ferro-silício e magnetita são geralmente usados em solos e os demais usados em água do mar.
- Os cabos para interligação dos ânodos e ligação na estrutura devem ser cabos de cobre com capacidade de condução adequada ao sistema e com isolamento de boa qualidade, em geral de polietileno de alta densidade e alto peso molecular (TRABALHO..., 2017).

## 4 REALCALINIZAÇÃO DE CONCRETO

É um método não destrutivo que tem por objetivo permitir que concreto carbonatado readquira uma condição suficientemente alcalina para que o restabelecimento e manutenção da camada passivadora de óxido de ferro sobre a superfície das armaduras sem que com isso seja necessário a remoção do concreto. E sua aplicação consiste de um campo elétrico entre a armadura da estrutura e um ânodo externo na presença de uma solução alcalina (Figura 5), com o objetivo de restabelecer a alcalinidade do concreto perdida com o processo de carbonatação, apresentando as vantagens de ser um processo temporário e não destrutivo, visto que não há necessidade de romper estruturalmente o concreto velho (REUS, et al, 2015).

**Figura 5** – Esquema de atuação da técnica de realcalinização de concreto



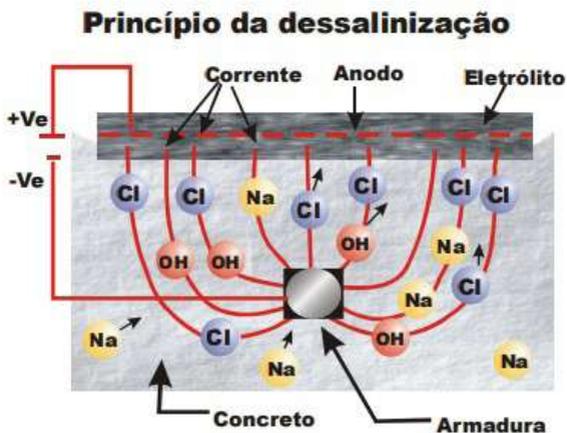
**Fonte:** (YEIH; CHANG, 2005) com adaptação de (REUS, et al, 2015).

## 5 EXTRAÇÃO DE CLORETO

A remoção eletroquímica de cloretos ou extração de cloreto objetiva remover os íons cloreto do interior do concreto é um método com processo simples (Figura 6), em que os íons de cloreto são transportados para fora da peça por migração. Durante o tratamento ocorre: a migração de cátions para as armaduras, migração de ânions para um eletrodo externo (malha metálica) e produção de íons hidroxila nas superfícies das armaduras como consequência da reação catódica.

O tratamento é efetuado pela aplicação de um campo elétrico entre as armaduras no interior do concreto e um eletrodo constituído por uma malha metálica fixada externamente à superfície do concreto (Figura 7) e colocada no interior de um reservatório eletrolítico (POLITO, 2016).

Figura 6 – Princípio da dessalinização



Fonte: POLITO, 2016

Figura 7- Detalhe da fixação do anodo (tela externa) e dos



Fonte: POLITO, 2016

## 6 APLICAÇÕES

### 6.1 NO CRISTO REDENTOR

Para garantir a melhor conservação, foi utilizada a tecnologia que é utilizada na extração de petróleo e na construção de navios e levá-la para o monumento. Uma tela de titânio — doada pela empresa norte-americana Corrpro Inc. — revestiu todo o interior da estátua. Trata-se da proteção catódica, fundamental para a conservação do monumento, pois combate um poderoso inimigo: o sal.

A argamassa que forma o Cristo é uma eficiente mistura de areia, açúcar e óleo de baleia. Comum à época da sua construção, a composição carrega também um componente muito agressivo: o cloreto de sódio. Ao longo dos anos, o sal da argamassa estava oxidando a estrutura metálica que sustenta o concreto.

A proteção catódica entra em ação quando a tela é eletrificada. Ela ganha carga positiva e atrai as partículas de cloreto de sódio — isto é, o sal — que são negativas. Dessa forma, a estrutura metálica que sustenta a estátua fica livre da ação desse agente corrosivo, que passa a se alojar em torno da proteção catódica (MUNDO DA CONSTRUÇÃO).

**Figura 8** – Cristo Redentor



**Fonte:** Visit Rio de Janeiro City (MUNDO...).

## 6.2 NO EXTERIOR

A aplicação das técnicas de proteção são bem mais utilizadas como no caso da ponte san Leandro na california (Figura 9), que foi realizada uma recuperação das colunas, assim como foi utilizada no velódromo San Cristobal (Figura 10), aplicando anodos galvânicos embutidos para reparação de concreto. Outra aplicação nos EUA foi a ponte de Long Island (Figura 11) na qual foi utilizado o sistema de protenção galvânica para pilares de concreto em ambiente marinho e em Portugal no porto Aveiro foi instalado a proteção (Figura 12) nas zonas de maré e de respingos da viga frontal do cais, considerada de maior risco de corrosão devido a proximidade com a água.

**Figura 9** – Recuperação de Colunas da Ponte San Leandro, Califórnia



Fonte: WHITMORE (2017)

**Figura 10** – J J Velodrome San Cristobal, Venezuela



Fonte: GALVASHIELD, 2017

**Figura 11** – Robert Moses Causeway Long Island, NY



Fonte: GALVASHIELD, 2017

**Figura 12** – Instalação das fitas (A) e concretagem (B)



Fonte: ARAUJO, 2014

### 6.3 APLICAÇÕES NO RN

A sua aplicação em estruturas de concreto armado no Rio Grande do Norte foi mais uma vez pioneira no Brasil. O caso onde foi aplicada a proteção catódica através do ZTP foi um reservatório apoiado com capacidade de 1.700 m<sup>3</sup> e constituído de duas câmaras iguais, de propriedade da CAERN - Companhia de Águas e Esgotos do RN. O reservatório fica localizado na cidade de Macau-RN,

que tem como característica estar situada numa região litorânea produtora de sal e, conseqüentemente, com alto grau de salinidade no meio ambiente. Internamente a agressividade na estrutura de cobertura era ainda mais intensa em decorrência da evaporação de ar com alto teor de cloretos proveniente do tratamento d'água por cloração diretamente no reservatório. Embora a proposição inicial da ENGECAL, fosse a recuperação pelo processo tradicional de hidrojetamento e aplicação de concreto projetado, houve posterior opção para, executar os serviços com a aplicação de uma película de zinco termo projetado, seguida da aplicação de uma pintura protetora de epóxi, devido a agressividade do ambiente citada anteriormente. Após a sua aplicação foi feita uma análise do concreto projetado tradicional que estava sendo realizado nas marquises do estádio João Machado na mesma época e o zinco termo projetado.

**Figura 13**– Aplicação da tecnica de ZTP no reservatorio de água



**Fonte:** Elaborado pelos autores

**Figura 14**–Equipamento para aplicação da tecnica de ZTP



**Fonte:** Elaborado pelos Autores

Podendo concluir que as aplicações em estrutura de concreto armado e protendido são em sua maioria galvânica e ZPT, as aplicações de corrente impressa, remoção de cloreto e realcalinação de concreto inexistem no Brasil.

## 7 CONCLUSÕES

As técnicas eletroquímicas, como podemos perceber pelos exemplos descritos, são perfeitamente aplicáveis em obras de construções civil, atuando como forma de proteção e prevenção para evitar a deterioração prematura e prolongar o tempo de vida útil de estruturas de concreto armado e protendido, e em serviços de recuperação e reforço estrutural que necessitam de um aumento da durabilidade de seus componentes estruturais principalmente em locais como as classes de agressividades Três e Quatro prescritas na NBR 6118. Tornando extremamente vantajoso economicamente os seus usos, obtendo um maior custo benefício em longo prazo. Infelizmente no Brasil estas técnicas ainda não são vistas pela comunidade da construção civil como solução disseminada, já que ela inicialmente gera um custo adicional no orçamento da obra em execução ou de recuperação/ reforço estrutural, fator este erroneamente aplicado no Brasil pelas empresas e órgãos públicos.

## 9 REFERÊNCIAS

ANDRADE S. **Você realmente sabe como atua a proteção catódica no concreto armado/protendido?** São Paulo, IPT, 2014.

ARAÚJO, A.; PANOSSIAN Z.; LOURENÇO Z. **Proteção catódica de estruturas de concreto.** Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Laboratórios de corrosão e Proteção. São Paulo, 2014.

GALVASHIELD: unidades galvânicas de ânodo embutidos ..... Disponível em: <http://www.parchem.com.au/public/pdfs/data-sheets/Galvashield-XP-Range-TDS.pdf>. Acesso em: 10 maio 2017.

MUNDO DA CONSTRUÇÃO: Cristo Redentor. Disponível em: <http://www.visitriodejaneiro.city/pt-br/>; <http://mundodaconstrucao.blogspot.com.br/2019/8/cristo-redentor.html>. com . Acesso em: 13 maio 2017.

POLITO, G. **Corrosão em estruturas de concreto armado**: causas, mecanismos, prevenção e recuperação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte , 2016.

REUS, G. C. et al. [BECKER, A. C. C.; RAISDORFER, J.; SOUZA, D. J.; CEZARIO, H. C.; LENCZUK, B. S. T.; NIKKEL, S.; RODRIGUES, D. S.; MEDEIROS, M. H. F.]. **Aplicação de soluções alcalinas para realcalinização de concretos carbonatados**: uma alternativa para pontes de concreto armado. Foz do Iguaçu, 2015.

ROCHA filme. **Película de segurança**. Disponível em: <http://www.rochafilm.com.br/>. Acesso em: mar.2017.

ROGERTEC. Tela Galvanica G. Rio de Janeiro, 2017.

TRABALHO Experimental: Proteção Catódica. Disponível em: [www.dfq.pucminas.br/apostilas/eng\\_quimica/quimica\\_pratica15.doc](http://www.dfq.pucminas.br/apostilas/eng_quimica/quimica_pratica15.doc) com. Acesso em: 10 maio 2017.

WHITMORE: CSW Industrials Company. Disponível: <https://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=http://www.whitmores.com/&prev=search>. Acesso em: 10 maio 2017.

# TERAPIA FOTODINÂMICA: APLICAÇÕES E EFEITOS NA DOENÇA PERIODONTAL

*Ketsia Bezerra Medeiros<sup>1</sup>*  
*Ruthinéia Diógenes Alves Uchôa Lins<sup>2</sup>*  
*Janáina Cavalcante Lemos<sup>3</sup>*

## RESUMO

As abordagens classicamente utilizadas no tratamento da doença periodontal incluem eliminação e controle do biofilme dental, remoção do cálculo por meio de raspagem e alisamento radicular, remoção de fatores adicionais de retenção, e tratamento das bolsas periodontais com auxílio ou não de antibioticoterapia local ou sistêmica. Mais recentemente tem sido proposta a utilização da terapia fotodinâmica como coadjuvante ao tratamento da doença periodontal convencional, pela facilidade de execução e baixo custo. A técnica consiste na associação de um corante fotoativado, o qual ocasiona produção de espécies reativas de oxigênio, causando a morte bacteriana. O presente trabalho pretende revisar as aplicações e os efeitos da terapia fotodinâmica na doença periodontal. A terapia fotodinâmica pode ser um novo caminho, uma vez que não promove resistência microbiana como a antibioticoterapia convencional, tem baixo custo, é indolor e não apresenta outros efeitos no organismo.

**Palavras-chave:** Terapia fotodinâmica. Doença periodontal

## PHOTODYNAMIC THERAPY: APPLICATIONS AND EFFECTS ON PERIODONTAL DISEASE

### ABSTRACT

Approaches classically used in the treatment of periodontal disease include the elimination and control of dental biofilm, calculus removal by scaling and root planning, the removal of additional retention factors, and the treatment of periodontal pockets with or without the assistance of local or systemic antibiotic therapy. More recently, the use of photodynamic therapy has been proposed as an adjuvant to the conventional treatment of periodontal disease because of its easy implementation and low cost. The technique consists of associating a photo-activated pigment which produces reactive oxygen species which kill bacteria. This paper aims to review the applications and effects of photodynamic therapy on periodontal disease. Photodynamic therapy offers a new option since it does not promote microbial resistance in the way conventional antibiotic therapy does, it is inexpensive, it is painless, and it has no other effect on the organism.

**Keywords:** Photochemotherapy. Periodontal disease.

- 1 Professora Assistente do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNIRN). E-mail: kbmedeiros@hotmail.com. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9507668974396478>
- 2 Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: aruthineia@gmail.com. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4462076152744400>.
- 3 Professora Adjunta da Universidade Potiguar (UnP). E-mail: nainalemos@gmail.com. REndereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6756263467790240>

## 1 INTRODUÇÃO

A doença periodontal possui etiologia multifatorial e está associada a inflamação gengival, a formação de bolsas e a perda dos tecidos de suporte, com consequente perda de elementos dentários quando em estágios mais avançados. A eliminação dos fatores etiológicos constitui-se no maior objetivo do tratamento e prevenção dessa doença (ALMEIDA et al, 2006; LINDHE, LANG, KARRING, 2010; CARRANZA et al, 2011).

Diversas abordagens têm sido propostas para o tratamento da doença periodontal, a maioria delas voltada para a eliminação do biofilme e do cálculo dentais. Portanto, o tratamento da periodontite consiste no controle do biofilme dental, na curetagem e no aplainamento da superfície radicular, no debridamento do tecido de granulação e na remoção de fatores adicionais de retenção de placa (YAMADA Jr, HAYEK, RIBEIRO, 2004).

A terapia mecânica não-cirúrgica – raspagem e alisamento radicular – muitas vezes mostra-se insuficiente para a eliminação dos microrganismos periodontopatogênicos, uma vez que alguns deles penetram profundamente nos tecidos, tornando-se inacessíveis aos instrumentos mecânicos (ALMEIDA et al, 2006). Neste contexto, é cada vez mais frequente a busca por tratamentos coadjuvantes à terapia mecânica, dentre os quais o uso da terapia fotodinâmica (TFD) merece destaque. A técnica consiste na utilização de um corante, que quando fotoativado reage com determinadas moléculas celulares, levando a produção de oxigênio singlete e outras espécies reativas de oxigênio (EROs), causando assim a morte bacteriana (ALMEIDA et al, 2006; PERES, SOUZA, LOPES, 2009).

Frente ao exposto, o presente trabalho pretende revisar as aplicações e os efeitos da TFD como coadjuvante no tratamento da doença periodontal.

## 2 MÉTODO

Trata-se de uma revisão narrativa que objetiva discutir a utilização da terapia fotodinâmica como método coadjuvante em periodontia. Tal revisão está fundamentada em livros, artigos científicos publicados em periódicos, *sites* e outras fontes relevantes. A busca foi realizada nas bases de dados LILACS, BIREME e SciELO, utilizando-se

as palavras-chave: terapia fotodinâmica e doença periodontal. Foram selecionadas vinte e três fontes, publicadas entre 2003 e 2015, as quais embasam o presente trabalho.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A terapia periodontal consiste numa série de procedimentos que visam diminuir a quantidade de microrganismos patogênicos e minimizar a consequente perda óssea. Tais procedimentos incluem técnicas cirúrgicas e não-cirúrgicas. Dentre as técnicas não-cirúrgicas, a mais comum delas é a raspagem e alisamento radicular, com significativa eficiência no controle do biofilme e cálculo dentais (LINDHE, LANG, KARRING, 2010; CARRANZA et al, 2011). Entretanto, alguns microrganismos conseguem penetrar profundamente nos tecidos periodontais, tornando-se inacessíveis à instrumentação mecânica (ORELLANA et al, 2012). Dessa forma, tratamentos coadjuvantes foram propostos para tentar reduzir o número de patógenos periodontais. Um exemplo é a terapia antimicrobiana com o uso de antibióticos sistêmicos, sendo que esta terapia é bastante discutida, em razão da possibilidade de favorecer a seleção de cepas resistentes (QUERIDO, CORTELLI, 2003; SEKIGUCHI et al, 2007).

Uma alternativa à antibioticoterapia sistêmica seria a terapia local, com aplicação de antimicrobianos diretamente na bolsa periodontal, os quais possuem conhecidos benefícios: maior concentração do medicamento, redução de efeitos sistêmicos, diminuição do risco de resistência em outros locais do organismo e inegavelmente uma alternativa para os pacientes não cooperadores à terapia sistêmica. Entretanto, também esta abordagem pode gerar resistência bacteriana, se utilizada por um período prolongado (YAMADA Jr; HAYEK, RIBEIRO, 2004). Além disso, a eficácia do antimicrobiano local é dependente do tempo de contato entre o medicamento e o microrganismo alvo e da concentração adequada presente na bolsa periodontal. Em contrapartida à terapia com antibióticos, tem sido utilizada a TFD, que associa uma fonte de luz – como os lasers de baixa potência – a um corante.

Descrita originalmente em 1900, por Von Tappeiner e Raab, e descoberta de forma acidental quando esses estudiosos observaram a morte de culturas celulares em acridina quando expostas à luz solar, a TFD se apresenta como

uma alternativa ao tratamento convencional com antimicrobianos. Tem sido utilizada também no tratamento de neoplasias malignas, com resultados promissores (ALMEIDA et al, 2006). Atualmente, a TFD consiste basicamente no uso de corantes fotoativados com laser.

Em odontologia, é amplo o uso dos lasers de baixa potência, pelo baixo custo e significativos resultados, com efeitos analgésico, anti-inflamatório, cicatrizante e biomodulador, estendendo-se desde o tratamento da hipersensibilidade dentinária, passando pela cicatrização pós-operatória, até as infecções virais, como é o caso do herpes simples. Os lasers de baixa intensidade não provocam aumento de temperatura e, quando associados a corantes, geralmente exógenos, podem produzir morte microbiana (ZANIN et al 2003; LENHARO et al, 2006; EDUARDO et al, 2015).

De acordo com Almeida et al (2006, p. 200), o advento do laser terapêutico proporcionou uma evolução significativa da TFD, *“pois possibilitou a utilização de uma fonte de luz intensa, coerente, colimada, monocromática, tendo ainda o efeito biomodulador sobre tecidos”*. Esses autores acrescentam ainda que a interação do laser com drogas fotossensibilizadoras (p. 201) *“promoverá um maior efeito fotobiológico, podendo inclusive, promover a ação letal sobre células e microrganismos”*.

A TFD é uma modalidade de terapia onde atuam três fatores concomitantemente: o fotossensibilizador, uma fonte de luz e o oxigênio tecidual (MARCANTONIO, PERUSSI, PERUSSI, 2011). O mecanismo proposto para destruição dos microrganismos é a formação de EROs, sabidamente nocivas às estruturas celulares, principalmente membranas e DNA. O corante fotoativado inicia uma série de reações químicas com formação dessas EROs, e mais comumente do oxigênio singleto – que mesmo não sendo uma ERO, é uma molécula altamente reativa –, principal mediador responsável pelo dano fotoquímico aos microrganismos proporcionado pelos agentes fotossensibilizadores (COSTA, BERNAL, PERUSSI, 2007; EDUARDO et al, 2015).

Diversos corantes são utilizados, com concentrações variadas – o azul de toluidina, o cristal de violeta e o azul de metileno, entre outros. Alguns estudos demonstraram efetividade da TFD em cepas resistentes a antibióticos convencionais. Os efeitos dessa terapia dependem de diversos fatores, tais como a quantidade de energia absorvida pelo tecido, o tempo de aplicação, o pH, o número celular, o conteúdo de água e a intensidade do

fluido sulcular, além do tipo de laser utilizado e seu comprimento de onda (PERES, SOUZA, LOPES, 2009).

Os lasers mais utilizados e estudados são os de diodo (GaAlAs ou GaAs), com comprimento de onda de 660 a 909 nm e os de Hélio-Neônio (He-Ne), com comprimento de onda de 632nm, e ainda os de argônio, dentre outros, com diferentes potências e tempos de aplicação (LENHARO et al, 2006).

Uma grande variedade de pesquisas em torno da TFD está sendo conduzida. Entretanto, os parâmetros de tratamento e os protocolos utilizados são igualmente diversos, o que dificulta uma avaliação precisa dos resultados encontrados (EDUARDO et al, 2015). Conforme Balata et al (2010), ainda que não haja um consenso quanto à eficácia da TFD e um protocolo fechado quanto à sua técnica, a maioria dos estudos demonstram que uma fonte de luz fotoativada empregada sobre os tecidos acometidos tem ação bactericida comprovada.

Adicionalmente, Marcantonio; Perussi; Perussi (2011) afirmam que a TFD possui ação altamente seletiva para microrganismos e tecidos doentes, Orellana et al (2012) reforçam que o corante não causa lesão nem inflamação nos tecidos orais e Bringel, Freitas, Pereira (2013) mencionam que por ter caráter localizado e não invasivo, não acarreta em efeitos colaterais comumente associados aos antimicrobianos utilizados para combater a doença periodontal.

Almeida et al (2008), verificaram a influência da TFD na perda óssea de ratos com periodontite induzida experimentalmente. Os autores dividiram as cobaias em quatro grupos: controle (sem tratamento); azul de metileno (apenas azul de metileno tópico); laser (apenas laser de baixa intensidade); e TFD (azul de metileno tópico seguido de laser de baixa intensidade). O estudo concluiu que a TFD promoveu uma alteração positiva na evolução da doença periodontal induzida em ratos, principalmente nos períodos iniciais, com menor perda óssea, quando comparado aos demais grupos. Complementando, em estudo anterior (2007), com metodologia semelhante, os autores supracitados avaliaram histológica e radiograficamente o efeito da TFD na progressão da doença periodontal experimentalmente induzida em ratos e concluíram que a TFD reduz transitoriamente a destruição dos tecidos periodontais.

Braham et al (2009) acreditam que a TFD, além de inativar bactérias, pode eliminar também fatores do hospedeiro que contribuem para a doença. Esses autores demonstraram *in vitro* que a TFD pode simultaneamente eliminar *P. gingivalis* e inativar fatores de virulência bacterianos (proteases) e citocinas do hospedeiro que são responsáveis pela progressão da doença periodontal, como o fator de necrose tumoral alfa (TNF- $\alpha$ ) e interleucina 1 beta (IL-1 $\beta$ ), incrementando a cicatrização periodontal. Adicionalmente, Carvalho et al (2010) comenta que a TFD possibilita uma melhor desinfecção da superfície radicular, quando comparada ao tratamento convencional.

Alguns estudos compararam a TFD ao tratamento convencional de raspagem e alisamento radicular. Rühling et al (2010), não encontraram diferenças significativas entre os dois métodos – na terapia de manutenção de bolsas persistentes – quanto à redução da profundidade de sondagem e contagem bacteriana. Christodoulides et al (2008), encontraram resultados semelhantes quando compararam o tratamento convencional isoladamente com a TFD como tratamento adjuvante ao tratamento convencional, ou seja, não foram verificadas diferenças significativas entre essas duas terapias, após três e seis meses, quando levados em consideração profundidade de sondagem, nível de inserção clínica, índice de placa e contagem microbiana, tendo sido encontrada diferença significativa apenas no índice de sangramento.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A efetividade do tratamento periodontal depende da aplicação de múltiplas abordagens, quer sejam mecânicas, físicas e químicas, visando a descontaminação da superfície radicular, com redução da inflamação local e consequente melhora do quadro. Para além das terapias cirúrgicas e não-cirúrgicas que objetivam a remoção do biofilme e do cálculo dentais, são utilizados, como adjuvantes no tratamento da doença periodontal, a antibioticoterapia sistêmica e os antimicrobianos locais e, mais recentemente, a TFD como auxiliar ao tratamento mecânico e alternativa a antibioticoterapia.

Ainda não estão totalmente definidos os parâmetros de utilização da TFD em periodontia. O laser de baixa potência associado a corantes

tem mostrado eficácia em alguns casos na redução bacteriana em bolsas periodontais. Todavia, outros estudos não têm verificado tal associação, embora também não tenham observado prejuízos quando do uso desse tipo de terapia.

A TFD pode ser um novo caminho, pois é uma técnica eficaz, que não promove resistência microbiana, de baixo custo, indolor, que reduz os patógenos periodontais, a inflamação, além de não causar lesão local e nem apresentar efeitos sistêmicos. No entanto, faz-se necessário o estabelecimento de um protocolo de uso dessa terapia, pois os estudos utilizam parâmetros bastante diversos, o que dificulta uma análise precisa dos resultados encontrados, para uma utilização segura da técnica. Sendo assim, o uso da TFD deve continuar sendo pesquisado como coadjuvante da terapia periodontal, embora não substitua o tratamento convencional.

## 5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. M. et al. Terapia fotodinâmica: uma opção na Terapia Periodontal. **Arquivos em Odontologia**, Belo Horizonte, v.42, n.3,161-256, jul./set. 2006.

ALMEIDA, J. M. et al. Influence of Photodynamic Therapy on the Development of Ligature-Induced Periodontitis in Rats. **Journal of Periodontology**, v. 78, n. 3, p. 566-75, 2007.

ALMEIDA, J. M. et al. In Vivo Effect of Photodynamic Therapy on Periodontal Bone Loss in Dental Furcations. **Journal of Periodontology**, v. 79, n. 6, p.1081-88, 2008.

BALATA, M. L. et al. Terapia fotodinâmica como adjuvante ao tratamento periodontal não cirúrgico. **Revista Periodontia**, v.20, n.2, jun., 2010.

BRAHAM, P. et al. Antimicrobial Photodynamic Therapy May Promote Periodontal Healing Through Multiple Mechanisms. **Journal of Periodontology**, v. 80, n. 11, p. 1790-98, 2009.

BRINGEL, A. C. C.; FREITAS, S.A.A., PEREIRA, A. F. V. Terapia fotodinâmica como coadjuvante ao tratamento periodontal não-cirúrgico. **Rev Pesq Saúde**, v.14, n. 3, p. 179-183, set-dez., 2013.

CARRANZA, F. A. et al. **Periodontia clínica**. 11.ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.

CARVALHO, V. F. et al. Terapia fotodinâmica em periodontia clínica. **Revista Periodontia**, v. 20, n. 3, set., 2010.

COSTA, D. L. B.; BERNAL, C.; PERUSSI, J. R. Estudo da eficiência fotodinâmica de corantes xantenos com aplicação em inativação de microrganismos. **Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Química**, 30. FT-013, jun., 2007.

CHRISTODOULIDES, N. et al. Photodynamic Therapy as an Adjunct to Non-Surgical Periodontal Treatment: A Randomized, Controlled Clinical Trial. **Journal of Periodontology** v. 79, n. 9, p. 1638-44, 2008.

EDUARDO, C. P. et al A terapia fotodinâmica como benefício complementar na clínica odontológica. **Rev Assoc Paul Cir Dent**. v. 69, n. 3, p. 226-35, 2015.

LENHARO, C. P. et al. Atuação dos lasers terapêuticos em periodontia. Revisão de literatura. **Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo**, v. 18, n.3, p. 281-6, set-dez., 2006.

LINDHE, J., LANG, N. P., KARRING, T. **Tratado de Periodontia Clínica e Implantologia Oral**. 5 ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2010. 1013p.

MARCANTONIO, R. A. C.; PERUSSI, J. R.; PERUSSI, L. R. Terapia fotodinâmica como tratamento auxiliar da periodontite. **Braz J Periodontol**, v. 21, n. 4, p. 14-16, dez., 2011.

ORELLANA, C. M. et al. Terapia fotodinâmica como coadjuvante ao tratamento não cirúrgico da periodontite crônica: comparação clínica entre dois métodos. estudo piloto. **Rev. Odontol. Univ. Cid. São Paulo**, v. 24, n. 1, p. 35-41, jan.-abr., 2012.

PERES, F. S.; SOUZA, R. M.; LOPES, C. B. Tratamento clínico periodontal associado ao laser: revisão da literatura. **Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, 13 e Encontro Latino Americano de Pós-Graduação**, 9 – Universidade do Vale do Paraíba, p. 1-5, 2009.

QUERIDO, S. M. R.; CORTELLI, J. R. Antimicrobianos locais como adjuntos à terapia periodontal. **Revista biociências**, Taubaté, v. 9, n. 2, p. 27-34, abr.-jun., 2003.

RÜHLING, A. et al. Photodynamic therapy of persistent pockets in maintenance patients – a clinical study. **Clinical oral investigations**, v. 14, n. 6, p. 637-44, dez., 2010.

SEKIGUCHI, R. T. et al. Alerta à resistência antibiótica em periodontia. **Revista de Odontologia da UNESP**, v. 36, n. 4, p. 299-304, 2007.

YAMADA Jr, A. M., HAYEK, R. R. A., RIBEIRO, M. S. O emprego da terapia fotodinâmica (PDT) na redução bacteriana em periodontia e implantodontia. **RGO**, v. 52, n. 3, p. 207-10, jul.-ago.-set., 2004.

ZANIN, I. C. J. Terapia Fotodinâmica na odontologia. **RGO**, n. 51, v. 3, p. 179-182, jul.-ago.-set., 2003.

# TRIBUTAÇÃO, CIDADANIA E JUSTIÇA SOCIAL NO BRASIL

*Lenice Silveira Moreira de Moura*<sup>1</sup>

## RESUMO

Busca-se refletir sobre a relação entre Tributação, Cidadania e Justiça Social no Brasil. Analisa-se em que medida a Tributação se apresenta como um instrumento para a concretização dos atributos próprios ao exercício da cidadania ou, pode representar um instrumento de sua limitação ou negação por parte do Estado. Por outro lado, procura-se verificar, a luz do princípio constitucional da capacidade contributiva e da proporcionalidade em matéria tributária, se a Tributação no Brasil, tem sido um instrumento para a efetivação da Justiça Social, como consequência da aplicação do preceito fundamental concernente à solidariedade. Nesse sentido, analisamos se o Sistema Tributário Brasileiro, em sua aplicação concreta, promove Justiça Social, ou torna-se instrumento de maior concentração de riqueza e renda. Parte-se do pressuposto de que pagar tributos é um ato de cidadania. Um país com cidadania ampliada é aquele que, no dimensionamento e no planejamento de sua carga tributária, leva em consideração, efetivamente, a capacidade contributiva, o princípio da solidariedade social e da igualdade. Nesse contexto, o presente estudo propõe investigar aplicação dos referidos princípios que revelam a dimensão social da dignidade humana na realidade concreta da tributação no Brasil. Para isso, realizou-se uma pesquisa documental e analítica, utilizando-se o método de abordagem comparado, já que o estudo teve como foco principal a análise comparativa da carga tributária brasileira, seu sistema regressivo de incidência e sua relação com o Índice de Retorno ao Bem Estar da Sociedade em relação a outros países da América Latina, Caribe e países membros da OCDE. Como método de procedimento, optou-se pela análise estatística dos dados sobre a tributação brasileira, conforme índices divulgados pela Receita Federal e por centros de pesquisa em matéria tributária, sobretudo o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

**Palavras-chave:** Tributação e cidadania. Solidariedade Social. Sistema Regressivo de Tributação. Capacidade Contributiva.

---

1 Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestrado em Integração Latino-Americana pela Universidade Federal de Santa Maria - Professora do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN) e da Faculdade Estácio de Natal-RN. Tem experiência na área de Direito Tributário, Direito Processual Civil. Ciências Sociais, Metodologia Científica e Direito Empresarial. Email: leniceray@gmail.com. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5731826761804965>.

### ABSTRACT

This paper aims at reflecting on the relationship between taxation, citizenship and social justice in Brazil. It analyzes to what extent taxation is an instrument for realizing the attributes proper to exercising citizenship, or whether it represents an instrument of its limitation or denial by the State. It also seeks to verify, in the light of the constitutional principle of tax capacity and proportionality in tax matters, whether taxation in Brazil has been an instrument for the enforcement of social justice, as a consequence of applying the fundamental precept of solidarity. In this sense, we analyze whether the Brazilian tax system, in its actual application, promotes social justice or becomes an instrument of greater concentration of wealth and income. It is assumed that paying taxes is an act of citizenship. A country with an extended citizenry is one that, in sizing and planning its tax burden, effectively takes into account contributory capacity, and the principles of social solidarity and equality. In this context, this study proposes to investigate the application of the aforementioned principles that reveal the social dimension of human dignity within the concrete reality of taxation in Brazil. Documentary and analytical research was carried out to achieve this, using the comparative approach method, since the main focus of the study was the comparative analysis of the Brazilian tax burden, its regressive nature, and its relation with the Return to Wellbeing of Society Index in relation to other countries of Latin America, the Caribbean, and member countries of the OECD. As a method of procedure, we opted for the statistical analysis of data on Brazilian taxation, according to the indices published by the Federal Revenue Service and by tax research centers, especially the Brazilian Institute of Planning and Taxation (IBPT in its Portuguese acronym) and the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD).

**Keywords:** Taxation and citizenship. Social Solidarity. Regressive Taxation System. Tax capacity.

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo científico apresenta resultados de uma pesquisa exploratória de cunho documental e analítico, na qual se utiliza o método comparado de abordagem, já que o estudo tem, como objeto principal, a análise comparativa da carga tributária brasileira, seu sistema regressivo e progressivo de incidência, bem como a reflexão sobre o Índice de Retorno ao Bem-estar à Sociedade em relação a outros países da América Latina, Caribe e países membros da OCDE. Como método de procedimento, optou-se pela análise estatística dos dados sobre a tributação brasileira, conforme índices divulgados pela Receita Federal e por centros de pesquisa em matéria tributária, sobretudo o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Assim, busca-se refletir sobre os diversos aspectos da Relação entre Tributação, Cidadania e Justiça Social no Brasil, partindo-se das seguintes questões investigativas: A tributação no Brasil apresenta-se como um instrumento de afirmação da cidadania ou de sua negação? A luz dos princípios da solidariedade, da capacidade contributiva, da proporcionalidade e da igualdade, a Tributação tem sido um instrumento para a efetivação da Justiça fiscal? O Sistema Tributário Brasileiro, em sua aplicação concreta, promove Justiça Social, ou é instrumento de promoção de maior concentração de riqueza e renda?

A pesquisa ora apresentada parte do pressuposto de que pagar tributos é um ato de cidadania. Um país com cidadania ampliada é aquele que, no dimensionamento e no planejamento de sua carga tributária, leva em consideração, de forma efetiva, a Dimensão Social do Princípio da Dignidade Humana, que é concretizado em matéria tributária pela observância da capacidade contributiva, do princípio da solidariedade, da proporcionalidade e da igualdade.

Inicialmente, propõe-se uma reflexão a respeito da carga tributária brasileira no contexto mundial e local logo, com o escopo de verificar a relação da tributação no Brasil com o exercício da cidadania e da justiça social. Nesse contexto, faz-se uma análise qualitativa e quantitativa do sistema tributário nacional, apresentando-se uma síntese das espécies tributárias, buscando-se enumerar, de forma aproximada e analítica, os impostos, as

taxas, as contribuições de melhoria, as contribuições especiais e os empréstimos compulsórios em vigor no Brasil. Ademais, trazemos a lume o percentual referente ao pagamento de tributos no custo final de algumas mercadorias, produtos e serviços, com o intuito de se verificar o quantitativo da tributação sobre o custo das mercadorias que consumimos na vida diária. Nessa sessão também se busca perfazer um breve estudo sobre as obrigações tributárias instrumentais e seus impactos no orçamento do cidadão contribuinte brasileiro.

Em seguida, propõe-se a análise do índice de retorno de bem-estar à Sociedade – IRBES, em relação a outros países através do cruzamento entre a carga tributária e Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil (IDH). Nessa abordagem inclui-se um breve estudo a respeito dos dados sobre a corrupção e a sonegação fiscal no Brasil, bem como sua relação causal com o baixíssimo índice de retorno ao bem-estar da sociedade brasileira no que se refere à adequada aplicação da receita tributária na prestação de serviços públicos.

Dando continuidade ao estudo, faz-se uma abordagem acerca do fundamento ético constitucional da atividade tributária do Estado e sua relação com a implementação de políticas públicas voltadas para a realização da Justiça Social. Com o objetivo de analisar concretamente se a carga tributária brasileira atende aos desígnios constitucionais pertinentes à justiça social, com base no artigo 3º da Constituição Federal, incluiu-se, nessa sessão do artigo, uma análise crítica a respeito da distribuição do “peso” da carga tributária brasileira e sua observância ao princípio da igualdade. Nesse contexto, dedica-se um tópico ao estudo da regressividade da tributação no Brasil e a aplicação do princípio da capacidade contributiva às avessas, onde constata-se que a imposição tributária sobre o consumo no Brasil faz recair o maior peso da tributação sobre o cidadão mais pobre e sobre a classe média. Ademais, acrescenta-se, à tal abordagem, a análise a respeito da desigualdade na distribuição dos recursos tributários entre os entes federativos.

Para finalizar o debate, faz-se uma incursão teórica sobre as relações entre cidadania e os princípios da solidariedade social, da capacidade contributiva e igualdade em matéria tributária, buscando-se analisar os dados estatísticos sobre a tributação no Brasil a luz dos objetivos da República Federativa do Brasil, de modo a perquirir se o sistema tributário brasileiro está de acordo com os fundamentos éticos e constitucionais do Estado Democrático de Direito.

## 2 CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA

Segundo dados divulgados pela da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil ostenta a maior carga tributária registrada na América Latina, encontrando-se num patamar compatível com a tributação de países desenvolvidos. Para se ter uma ideia, estudos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), informam que Carga Tributária nos **Países da América Latina e Caribe**, em **média**, é de **21,6%**; sendo que no **Brasil é 33%,4**; na Venezuela, 14%; na Argentina 30%. Na região, a menor carga é da Guatemala que arrecada 12,6% do PIB dos contribuintes.

<b>Carga Tributária nos Países da América Latina</b>
1º) Brasil - 33,4%
2º) Argentina - 30%
3º) Bolívia - 27,6%
4º) Uruguai - 27%
5º) Chile - 20,2%
6º) Colômbia - 20,1%
7º) Equador - 19,03%
8º) Peru - 18,3%
9º) Paraguai - 16,4%
10º) Venezuela - 14,2%
<b>Média na América Latina - 21,6%</b>

**Fonte:** VASCONCELLOS; JULIÃO, 2017.

Proporcionalmente, comparando a carga tributária do Brasil com os demais países da América Latina, o montante é mais de 50% superior à média da região. Apesar de liderar a incidência de impostos, a cobrança é desigual. Enquanto o Brasil está no grupo dos que têm menos impostos sobre a renda e lucro, é um dos que mais cobra sobre a seguridade social (2).

2 Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-maior-carga-tributaria-da-america-latina--diz-ocde,10000021608>.

Essa “cosmovisão” apresentada a respeito do sistema tributário brasileiro, não apenas demonstra que a carga tributária brasileira é alta comparada aos demais países da América Latina e Caribe, mas também demonstra a sua complexidade, a qual se estende por toda a cadeia econômica. Assim, os impostos, taxas, contribuições e empréstimos compulsórios alcançam a produção, o investimento, o trabalho, a importação, a exportação, a renda, a propriedade, bem como os serviços em geral.

Conforme analisado acima, o Brasil tem a maior carga tributária entre países da América Latina e Caribe. No ranking mundial, entretanto, segundo dados da OCDE, o Brasil ocupa a 20ª posição entre os países que mais tributam no Mundo, estando a frente do Canadá (32%), da Austrália (30,8%) da Suíça (29%), do Japão (28%), dos Estados Unidos (26,5%) e da China (20%), quando o assunto é carga tributária.

<b>Carga Tributária no Mundo</b>
1º) Dinamarca - 50,9%
2º) Suécia - 47,9%
3º) Bélgica - 46,8%
3º) Cuba - 44,8%
4º) França - 44,6%
5º) Finlândia - 43,6%
6º) Áustria - 43,4%
7º) Itália - 42,0%
8º) Bósnia - 41,0%
7º) Alemanha - 40,06%
8º) Islândia - 40,03%
9º) Países Baixos - 39,08%
9º) Suazilândia - 39,8%
10º) Chipre - 39,02%
11º) Hungria - 39,01%
12º) Portugal - 37,00%
13º) Rússia - 36,01%
14º) Israel - 36,8%
15º) Luxemburgo - 36,5%
16º) República Tcheca - 36,3%
17º) Bulgária - 35,4%
18º) Nova Zelândia - 33,37%
19º) Reino Unido - 33,57%
<b>20º) Brasil - 33,4%</b>

**Fonte:** Lista de países por carga tributária. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_pa%C3%ADses\\_por\\_carga\\_tribut%C3%A1ria](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_por_carga_tribut%C3%A1ria). Acesso em: 25 nov. 2017.

O referido estudo demonstra que o Brasil tem uma carga tributária comparável a dos países ricos da OCDE - grupo das 34 economias mais desenvolvidas do mundo - onde a média de impostos equivale a 34,4% do PIB. Nesse grupo, o México tem a menor carga com o equivalente a 19,5% do PIB. Por outro lado, a Dinamarca arrecada o equivalente a 50,9%. No comparativo com países da OCDE, o Brasil aparece ao lado do Reino Unido (33,57%) e Nova Zelândia (33,37%) [3].

Conforme constatado, o Brasil ostenta a carga tributária de, aproximadamente, 33% do Produto Interno Bruto (PIB), elevando, significativamente, o custo dos produtos e serviços nele produzidos. Na recente história do Brasil, os governos têm adotado medidas que elevaram a carga tributária (4). De acordo com pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), o trabalhador brasileiro, dos 365 dias do ano, trabalhou, efetivamente, 149 dias em 2015, exclusivamente, para pagar tributos, ou seja, dos 12 meses do ano, 5 meses foram trabalhados para sustentar o “peso” do Estado brasileiro. O “impostômetro” tem registrado, constantemente, crescimento na arrecadação tributária anual. Em 2015, os brasileiros pagaram R\$ 1 trilhão e 700 bilhões de reais em tributos. Em 2016, a cifra chegou à R\$ 2,04 trilhões de reais. Em 2017, até meados do mês de novembro, o “Impostômetro” registrou a arrecadação de R\$ 1 trilhão e 900 bilhões em tributos pagos pelo brasileiro (OLENIKE, 2016).

<b>Evolução da Carga Tributária no Brasil: 1964 a 2015</b>	
Regime Militar (1964 a 1985)	17,0 % a 24,0 % do PIB
Nova República (1986 a 1994)	26,2 % a 29,8% do PIB
Governo FHC (1995 a 2002)	29,4 % a 35,6% do PIB
Governo Lula (2003 a 2010)	34,9 % a 33,5% do PIB
Governo Dilma (2011 a 2015)	35,3 % a 32,7 % do PIB

**Fonte:** Essa tabela foi construída a partir de dados sobre a Carga Tributária brasileira extraídos das seguintes fontes (5)

3 Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-maior-carga-tributaria-da-america-latina-diz-ocde,10000021608>. Acesso em 14/11/2017.

4 Disponível em: <http://www.politize.com.br/carga-tributaria-brasileira-e-alta/>; acesso em 15/11/2017)

5 RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Carga Tributária no Brasil. Brasília, dezembro de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016. Disponível em: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/>. Acesso em: 23 nov. 2017; VASCONCELLOS, Fábio. JULIÃO, Luiz Guilherme. A carga tributária no Brasil e em outros países da OCDE e América Latina. *Jornal o Globo*. 08/08/2017, disponível em: [oglobo.globo.com/na-base-dos-dados/post/graficos-carga-tributaria-no-brasil-e-em-outros-paises-da-ocde-e-america-latina.html](http://oglobo.globo.com/na-base-dos-dados/post/graficos-carga-tributaria-no-brasil-e-em-outros-paises-da-ocde-e-america-latina.html); LIMA, Emanuel Marcos, REZENDE Amaury José. Um Estudo sobre a Evolução da Carga Tributária no Brasil, Encontro de Administração Pública e Governança, 2006, disponível em [www.anpad.org.br/admin/pdf/ENAPG330](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ENAPG330). Carga Tributária Brasileira: estimação e análise dos determinantes da evolução recente - 2002-2012. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA 2013, disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2031/1/TD\\_1875.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2031/1/TD_1875.pdf). Acesso em 15 nov. 2017.

## 2.1 SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL: UMA BREVE ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA

Em estudos realizados pelo IBPT sobre o quantitativo de normas tributárias em vigor no Brasil; bem como o número de obrigações acessórias estabelecidas pela legislação tributária (preenchimento de guias e formulários) e número total de tributos presentes no sistema tributário conforme levantamento realizado em 2015, chegou-se a números espantosos: Existem 300 mil normas tributárias em vigor no Brasil, incluindo normas constitucionais, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias, resoluções, decretos, regulamentos, portarias, instruções normativas etc. Por seu turno, a referida legislação tributária estabelece 140 obrigações acessórias, que o contribuinte brasileiro tem que cumprir, sob pena de pagamento de multa por inadimplemento. Existem, aproximadamente, 82 tributos que hoje são cobrados no Brasil. O aludido número é aproximado, na medida em que as taxas e contribuições de melhoria podem ser criadas por cada ente federativo, conforme sua autonomia político-financeira, nos limites de sua competência tributária constitucional. Considerando todo esse quantitativo descrito e a complexidade decorrente da aplicação desse emaranhado de normas tributárias, estima-se que cerca de R\$ 40 bilhões de reais foram despendidos em 2015 a título de gerenciamento de tal burocracia, exatamente para garantir o cumprimento do contingente gigantesco de obrigações tributárias principais e acessórias (OLENIKE, 2016).

Nesse contexto, torna-se mister perfazer uma macro síntese a respeito do Sistema Tributário Nacional delineado pela Constituição Federal de 1988 (arts. 145 a 162 da CF/88) e pelo Código Tributário Nacional, bem como estabelecido pela legislação tributária em vigor. Podemos afirmar, conforme corrente majoritária, que a Constituição Federal de 1988 adotou a classificação que abrange cinco espécies tributárias: **1) Impostos; 2) Taxas; 3) Contribuições de Melhoria; 4) Contribuições Especiais; 5) Empréstimos Compulsórios.**

São tributos dos mais diversos, desde os conhecidos pela maior parte da população, como o Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores

(IPVA), Imposto sobre a Propriedade predial e Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre a importação de produtos estrangeiros (II), entre outros, até alguns bem menos conhecidos, como Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), Imposto sobre Transmissões Causa Mortis e Doações de Qualquer Bem ou Direito (ITCMD), Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens e Imóveis e de direitos reais a eles relativos (ITBI), etc. No total, a Constituição autoriza a cobrança de 13 impostos, referente à competência privativa de cada um dos entes federativos.

Ademais, em matéria de **impostos**, a União ainda pode exercer a competência tributária residual que lhe permite criar novos impostos, desde que por lei complementar, sejam não cumulativos e não tenham fato gerador e base de cálculo idênticos aos previstos no âmbito da competência privativa já fixada pela constituição, conforme previsto no art. 154 I, da CF/88. Além da competência residual, a CF/88, confere à União o Poder de estabelecer, em caso de guerra ou sua iminência, o Imposto Extraordinário de Guerra, que pode ser instituído por lei ou medida provisória, com o mesmo fato gerador ou base de cálculo de outros impostos já contemplados pela competência privativa. Trata-se da competência extraordinária da União, prevista no art. 154, II da CF/88.

No campo das **taxas**, caracterizadas como tributos vinculados ou contra prestacionais, podemos identificar as Taxas de Serviço, cobradas em razão da prestação de serviço público essencial, específico e divisível, tais como Taxa de Coleta de Lixo, Taxa de Esgoto; além das Taxas de Polícia, que podem ser cobradas em razão do exercício do poder de polícia estatal, tal como Taxa de Emissão de Documentos, Taxa de Licenciamento Anual de Veículo, Taxa de Licenciamento Ambiental, Taxa de localização e funcionamento de estabelecimento etc. Para a cobrança de taxas e contribuição de melhoria, a CF e o CTN estabelecem a competência concorrente da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, podendo cada um dos entes federativos, no contexto de sua autonomia político-administrativa, instituir e cobrar taxas e contribuição de melhoria, observando as limitações ao poder de tributar previstas no art. 150 da CF/88.

Quanto às **contribuições de melhoria**, está previsto no 81 do CTN, que os entes federativos, poderão instituí-las e cobrá-las na hipótese de va-

lorização imobiliária decorrente de construção de obra pública. Nesse caso, o referido tributo será cobrado, não sobre o valor total do imóvel, mas sobre o acréscimo de valor decorrente da referida valorização imobiliária gerada como consequência da obra pública.

Ademais, Constituição, em seu art. 149, autoriza a cobrança de **Contribuições Especiais**, que são classificadas como **Contribuições Sociais**, cobradas com o intuito de custear a manutenção da atividade social do Estado, como o financiamento da Seguridade Social, custeado, por exemplo, pela Contribuição para o INSS, PIS, COFINS, CSSL. Ainda no campo das contribuições especiais, a Constituição estabelece às **Contribuições das Categorias Profissionais e Econômicas**, a exemplo da Contribuição para o CRM, CREA, CRC etc...; e as **Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico**, com acentuado caráter extrafiscal, a exemplo da CIDE-Combustíveis.

A Constituição também preconiza a criação de **empréstimos compulsórios**, instituídos por ocasião de guerra externa ou de sua iminência; (Constituição Federal, art. 148) ou em razão de calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis. Por outro lado, a CF, art. 148, II, prevê a possibilidade de criação de Empréstimo compulsório instituído no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.

Assim, se fizermos um levantamento aproximado da quantidade de **tributos** existentes em nosso país atualmente, podendo ser cobrados licitamente pelo governo, chegamos a um número em torno **82 tributos**, conforme listagem a seguir, elencada em 9 nov. 2017:

<b>Lista de tributos (impostos, contribuições, taxas, contribuições de melhoria) existentes no Brasil</b>	
1.	Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM - <a href="#">Lei 10.893/2004</a>
2.	Contribuição à Direção de Portos e Costas (DPC) - <a href="#">Lei 5.461/1968</a>
3.	Contribuição à Comissão Coordenadora da Criação do Cavalão Nacional - CCCCN - art. 11 da <a href="#">Lei 7.291/1984</a>
4.	Contribuição ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT - <a href="#">Lei 10.168/2000</a>
5.	Contribuição ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), também chamado “Salário Educação” - <a href="#">Decreto 6.003/2006</a>
6.	Contribuição ao Funrural - <a href="#">Lei 8.540/1992</a>
7.	Contribuição ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - Lei 2.613/1955

8.	Contribuição ao Seguro Acidente de Trabalho (SAT), atualmente com a denominação de Contribuição do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho ( <a href="#">GUIL-RAT</a> )
9.	Contribuição ao Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena Empresa (Sebrae) - Lei 8.029/1990
10.	Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizado Comercial (SENAC) - <a href="#">Decreto-Lei 8.621/1946</a>
11.	Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizado dos Transportes (SENAT) - Lei 8.706/1993
12.	Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (SENAI) - Lei 4.048/1942
13.	Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizado Rural (SENAR) - Lei 8.315/1991
14.	Contribuição ao Serviço Social da Indústria (SESI) - Lei 9.403/1946
15.	Contribuição ao Serviço Social do Comércio (SESC) - Lei 9.853/1946
16.	Contribuição ao Serviço Social do Cooperativismo (SESCOOP) - art. 9, I, da <a href="#">MP 1.715-2/1998</a>
17.	Contribuição ao Serviço Social dos Transportes (SEST) - Lei 8.706/1993
18.	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE Combustíveis - <a href="#">Lei 10.336/2001</a>
19.	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE Remessas Exterior - <a href="#">Lei 10.168/2000</a>
20.	Contribuição para a Assistência Social e Educacional aos Atletas Profissionais - FAAP - <a href="#">Decreto 6.297/2007</a>
21.	Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - <a href="#">Emenda Constitucional 39/2002</a>
22.	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE - art. 32 da <a href="#">Medida Provisória 2228-1/2001</a> e <a href="#">Lei 10.454/2002</a>
23.	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - art. 32 da Lei 11.652/2008
24.	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) - art. 8º da <a href="#">Lei 12.546/2011</a>
25.	Contribuição Social Adicional para Reposição das Perdas Inflacionárias do FGTS - <a href="#">Lei Complementar 110/2001</a>
26.	<a href="#">Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)</a>
27.	<a href="#">Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)</a>
28.	<a href="#">Contribuições aos Órgãos de Fiscalização Profissional</a> (CRC, CREA, CRECI, CORE, etc.)
29.	Contribuições de Melhoria: asfalto, calçamento, esgoto, rede de água, rede de esgoto, etc.
30.	Fundo Aeroviário (FAER) - Decreto Lei 1.305/1974
31.	<a href="#">Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)</a>
32.	<a href="#">Imposto sobre a Exportação (IE)</a>
33.	Imposto sobre a Importação (II)
34.	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)
35.	<a href="#">Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)</a>
36.	<a href="#">Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)</a>
37.	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR - pessoa física e <a href="#">jurídica</a> )
38.	<a href="#">Imposto sobre Operações de Crédito (IOF)</a>
39.	<a href="#">Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)</a>
40.	<a href="#">Imposto sobre Transmissão Bens Inter-Vivos (ITBI)</a>
41.	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação ( <a href="#">ITCMD</a> )
42.	INSS Autônomos e Empresários
43.	INSS Empregados

44. INSS Patronal (sobre a Folha de Pagamento e sobre a <a href="#">Receita Bruta - Substitutiva</a> )
45. <a href="#">IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados)</a>
46. <a href="#">Programa de Integração Social (PIS)</a> e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP)
47. Taxa de Autorização do Trabalho Estrangeiro
48. Taxa de Avaliação “in loco” das Instituições de Educação e Cursos de Graduação - <a href="#">Lei 10.870/2004</a>
49. Taxa de Avaliação da Conformidade - <a href="#">Lei 12.545/2011</a> - art. 13
50. Taxa de Classificação, Inspeção e Fiscalização de produtos animais e vegetais ou de consumo nas atividades agropecuárias - <a href="#">Decreto-Lei 1.899/1981</a>
51. Taxa de Coleta de Lixo
52. Taxa de Combate a Incêndios
53. Taxa de Conservação e Limpeza Pública
54. Taxa de Controle Administrativo de Incentivos Fiscais - TCIF - <a href="#">Lei 13.451/2017</a>
55. Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA - <a href="#">Lei 10.165/2000</a>
56. Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - <a href="#">Lei 10.357/2001</a> , art. 16
57. Taxa de Emissão de Documentos (níveis municipais, estaduais e federais)
58. Taxa de Fiscalização da Aviação Civil - TFAC - <a href="#">Lei 11.292/2006</a>
59. Taxa de Fiscalização da Agência Nacional de Águas - ANA - art. 13 e 14 da <a href="#">MP 437/2008</a>
60. Taxa de Fiscalização CVM (Comissão de Valores Mobiliários) - <a href="#">Lei 7.940/1989</a>
61. Taxa de Fiscalização de Sorteios, Brindes ou Concursos - art. 50 da <a href="#">MP 2.158-35/2001</a>
62. Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária <a href="#">Lei 9.782/1999</a> , art. 23
63. Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro - TFPC - <a href="#">Lei 10.834/2003</a>
64. Taxa de Fiscalização dos Mercados de Seguro e Resseguro, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta - art. 48 a 59 da <a href="#">Lei 12.249/2010</a>
65. Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar - TAFIC - Entidades Fechadas de Previdência Complementar - art. 12 da <a href="#">Lei 12.154/2009</a>
66. Taxa de Licenciamento Anual de Veículo - art. 130 da <a href="#">Lei 9.503/1997</a>
67. Taxa de Licenciamento, Controle e Fiscalização de Materiais Nucleares e Radioativos e suas instalações - <a href="#">Lei 9.765/1998</a>
68. Taxa de Licenciamento para Funcionamento e Alvará Municipal
69. Taxa de Pesquisa Mineral DNPM - Portaria Ministerial 503/1999
70. Taxa de Serviços - TS - Zona Franca de Manaus - <a href="#">Lei 13.451/2017</a>
71. Taxa de Serviços Meteorológicos - art. 11 da <a href="#">Lei 9.933/1999</a>
72. Taxa de Utilização de Selo de Controle - art. 13 da <a href="#">Lei 12.995/2014</a>
73. Taxas ao Conselho Nacional de Petróleo (CNP)
74. Taxa de Outorga e Fiscalização - Energia Elétrica - art. 11, inciso I, e artigos 12 e 13, da <a href="#">Lei 9.427/1996</a>
75. Taxa de Outorga - Rádios Comunitárias - art. 24 da <a href="#">Lei 9.612/1998</a> e nos art. 7 e 42 do <a href="#">Decreto 2.615/1998</a>
76. Taxa de Outorga - Serviços de Transportes Terrestres e Aquaviários - art. 77, incisos II e III, a art. 97, IV, da <a href="#">Lei 10.233/2001</a>
77. Taxas de Saúde Suplementar - ANS - <a href="#">Lei 9.961/2000</a> , art. 18

78. Taxa de Utilização do SISCOMEX - art. 13 da <a href="#">IN 680/2006</a>
79. Taxa de Utilização do MERCANTE - <a href="#">Decreto 5.324/2004</a>
80. Taxas do Registro do Comércio (Juntas Comerciais)
81. <a href="#">Taxas Judiciárias</a>
82. Taxas Processuais do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE - <a href="#">art. 23 da Lei 12.529/2011</a>

**Fonte:** Lista de Tributos no Brasil. Disponível em: [www.portaltributario.com.br](http://www.portaltributario.com.br).

Acesso em: 25 nov. 2017

Após atentarmos para uma visão panorâmica do Sistema Tributário Nacional, seu quantitativo e sua complexidade, trazemos a lume o percentual referente ao pagamento de tributos no custo final, de algumas mercadorias, produtos e serviços, com o intuito de se verificar o impacto da tributação sobre o custo das mercadorias e insumos que consumimos na vida diária. Assim, a tabela apresentada abaixo visa exemplificar o sobrepeso tributário ao consumo direto, que afeta a todos os brasileiros, independentemente de sua renda.

<b>Produtos de consumo diversos - Carga Tributária</b>
Árvore de Natal 39,23%
Bicicleta 45,93%
Casa popular 48,30%
Cigarro 80,42%
Diesel 40,50%
Enfeites árvore Natal 48,02%
Fogos de artifício 61,56%
Gasolina 53,03%
Jogos de videogame 72,18%
Livros 15,52%
Patins 52,78%
Terço de plástico 41,25%
<b>Roupas/Acessórios/Perfumes/Calçados</b>
Batom 51%
Calça jeans 38,53%
Casaco de pele Vison 81,86%
Jóias 50,44%
Óculos de sol 44,18%
Perfume importado 78,43%
Perfume nacional 69,13%
Roupas 34,67%
Sapatos 36,17%
Tênis importado 58,59%

<b>Produtos alimentícios - Carga Tributária</b>
Adoçante 37,19%
Açúcar 32,33%
Arroz 15,34%
Bacalhau 43,78%
Biscoito 37,30%
Chocolate 38,60%
Carne Bovina 17,47%
Farinha de trigo 17,34%
Feijão 15,34%
Frango 16,80%
Frutas 21,78%
Iogurte 33,06%
Leite 12,55%
Leite em pó 28,17%
Paçoca 36,54%
Panetone 34,63%
Pão francês 16,86%
Peixes 34,48%
Peru / Chester / Pernil 29,32%
<b>Produtos de limpeza e higiene pessoal - Carga tributária</b>
Absorvente higiênico 34,48%
Água sanitária 26,05%
Amaciante 34,30%
Condicionadores (banho) 37,37%
Fralda descartável 54,75%
Sabão em pó 40,80%
Sabonete 37,09%
Shampoo 44,20%
<b>Material escolar - Carga tributária</b>
Borracha 43,19%
Caderno universitário 34,99%
Caneta 47,78%
Mochilas 39,62%
<b>Bebidas - Carga tributária</b>
Água 37,88%
Água mineral 43,91%
Cachaça 81,87%
Café 19,98%
Caipirinha 76,66%
Cerveja 54,80%

Champagne 59,49%
Refrigerante 45,80%
Whisky 61,22%
Vinho 54,73%
<b>Eletrônicos – Carga Tributária</b>
Ipod 49,45%
Computador acima 32,81%
Micro-ondas (forno) 59,37
Notebook 31,61%
Telefone celular 39,80%
Telefonia 46,17%
Televisor 44,94%
<b>Veículos – Carga Tributária</b>
Veículo Toyota Corolla 40,74%
Barco 28,31%
Trator 31,78%
Moto (acima de 250 CC) 64,65%
<b>Serviços essenciais – Carga Tributária</b>
Conta de telefone 46,12%
Conta de celular 47,87%
Energia elétrica 48,28%
Escola particular e curso de inglês 26,32%
Passagem aérea 22,32%
<b>Medicamentos/Farmácia – Carga Tributária</b>
Medicamentos de uso humano 33,87%
Seringa 29,92%
Xarope para tosse 34,80%

**Fonte:** IBPT - Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, 2011 (6).

Segundo previsto na Constituição Federal, os impostos incidentes sobre o consumo devem ter suas alíquotas dimensionadas em conformidade a seletividade em função da essencialidade das mercadorias. Assim, quanto mais essencial for mercadoria ou o produto, menor deve ser a tributação. A Constituição Federal estabelece a observância do princípio da seletividade em dois impostos sobre o consumo de forma expressa: o IPI (art. 153, §3º, I) e o ICMS (art. 155, §2º, III).

6 IBPT - Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário ( ), com base na carga tributária do Estado de São Paulo em 2011. Podem apresentar alterações devido a eventuais mudanças da política tributária federal, bem como distintas tributações praticadas por Estados, Municípios e Distrito Federal. Disponível em <http://www.quantocustaobrasil.com.br>; Acesso em: 15 nov. 2017.

Dito de outro modo, a seletividade em matéria tributária trata-se de uma técnica empregada pelo legislador constituinte, levando-se em consideração a proporcionalidade e a observância à capacidade contributiva. Concretamente, como consequência da aplicação desse princípio, determinadas categorias de bens de maior utilidade social (tais como medicamentos e alimentos) deverão ser tributados com uma alíquota reduzida em relação a outros bens que não possuem essa característica (como bebidas alcoólicas, cigarros e artigos de luxo). Portanto, a seletividade em matéria tributária destaca-se como um instrumento de extra fiscalidade, de modo a selecionar quais bens cujo consumo é mais ou menos essencial.

Analisando a tabela em epígrafe, observa-se o alto impacto da tributação sobre o consumo no Brasil. O que mais chama a atenção é que, inúmeras vezes, mercadorias ou serviços essenciais, que deveriam ter uma tributação reduzida, apresentam-se com um alto custo tributário. Ressalte-se, por exemplo, a conta de luz, que acumula a incidência de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), COFINS (Contribuição sobre o Financiamento da Seguridade Social), PIS (Programa de Integração Social) e COSIP (Contribuição para o Serviço de Iluminação Pública). Somando-se essas quatro incidências chega-se a uma tributação de quase 50% (48,28%), ou seja, se não fosse o custo do Estado brasileiro, a conta de energia seria reduzida pela metade.

Observe-se que sobre o preço da gasolina o impacto da tributação é ainda maior: 53%. Assim, mais da metade do custo da gasolina não se refere à produção, beneficiamento, ou transporte do combustível, mas ao custo do Estado brasileiro. Imagina o quanto o custo da produção e da comercialização em geral dos produtos e mercadorias é impactado pela alta tributação da energia elétrica e dos combustíveis? Considerando que energia elétrica e combustíveis são mercadorias essenciais para toda a atividade produtiva, a luz do critério da seletividade, não deveriam ter uma incidência tributária menor? Claro que sim! Tal incidência excessiva certamente prejudica a economia nacional, além de ser socialmente injusta, na medida em que o rico e o pobre pagam o mesmo percentual do tributo sobre o combustível e sobre outros bens de consumo, em total dissonância com o primado da justiça fiscal e social.

Ademais, constata-se uma pesada tributação sobre diversos produtos fundamentais para o acesso ao mínimo de dignidade pelo cidadão brasileiro, tais como medicamentos (33,87%), material escolar (40%, em média), vestuário (35%, em média), produtos da cesta básica (20%, em média). Compare, por exemplo, a diferença da tributação sobre a motocicleta e o barco. Será que a motocicleta é taxada em um patamar de tributação altíssimo porque é o principal veículo de transporte dos pobres no Brasil? Por outro lado, porque a incidência tributária sobre o barco é menos da metade do que aquela que incide sobre a motocicleta? Será que é porque apenas os mais abastados é que compram barcos no Brasil? Isso demonstra que, muitas vezes, o princípio da capacidade contributiva é aplicado às avessas, o que acentua a desigualdade social e a concentração de renda, revelando critérios de injustiça social que permeiam diversos aspectos da tributação no Brasil.

### **3 O CRUZAMENTO ENTRE A CARGA TRIBUTÁRIA E O IDH NO BRASIL: O PIOR ÍNDICE DE RETORNO DE BEM ESTAR À SOCIEDADE – IRBES, EM COMPARAÇÃO COM OUTROS PAÍSES**

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação – IBPT, o Brasil é o País que proporciona pior retorno em serviços públicos à sociedade. Esse índice é ostentado pelo sexto ano consecutivo, e revela que o Brasil é o país com pior retorno à população nas esferas federal, estadual e municipal, quando comparado aos 30 países que possuem as maiores cargas tributárias do mundo, em relação às áreas de saúde, educação e segurança (OLENIKE, 2016).

O referido índice é calculado pelo IBPT, anualmente, e leva em consideração o cruzamento dos seguintes dados: *Carga Tributária/PIB x IDH*, o que resulta no *Cálculo do Índice de Retorno de Bem Estar à Sociedade – IRBES*, medido a partir da análise da carga tributária em relação ao PIB, ou seja, toda a riqueza produzida no País, e o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que mede a qualidade de vida da população. Para chegar a esse ranking mundial, o IBPT considerou as 30 maiores cargas tributárias mundiais.

<b>Raking do IRBES - Índice de Retorno de Bem Estar à Sociedade</b>
1. Austrália
2. Coreia do Sul
3. Estados Unidos
4. Suíça
5. Irlanda
6. Japão
7. Canadá
8. Nova Zelândia
9. Israel
10. Reino Unido
<b>11. Uruguai</b>
12. Eslováquia
13. Espanha
14. Islândia
15. Alemanha
16. Grécia
17. República Tcheca
18. Noroega
<b>19. Argentina</b>
20. Eslovênia
21. Luxemburgo
22. Suécia
23. Austria
24. França
25. Bélgica
26. Itália
27. Hungria
28. Dinamarca
29. Finlândia
<b>30. Brasil</b>

**Fonte:** IBPT - Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (?).

7 IBPT - Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (). Disponível em: <https://ibpt.com.br/noticia/2595/CNPL-Brasil-e-o-Pais-que-proporciona-pior-retorno-em-servicos-publicos-a-sociedade>. Ranking 2016. Acesso em 15 nov. 2017.

Ao analisarmos os referidos dados, podemos constatar que o Brasil, apesar de ostentar uma carga tributária elevada, compatível com os países de economia desenvolvida, mesmo superando, sucessivamente, as metas de arrecadação estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 165 da CF/88), continua oferecendo um péssimo retorno aos contribuintes. De fato, os indicativos sociais que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), referentes às condições adequadas para o desenvolvimento da sociedade como, qualidade do ensino, atendimento de saúde pública, segurança, saneamento básico, entre outros serviços, demonstram a estagnação do Brasil por seis anos consecutivos na última posição, ou seja, 30ª posição, considerando as nações com maiores cargas tributárias do mundo.

Ressalte-se, por outro lado, que a Austrália, a qual apresentou o melhor IRBES dentre os países pesquisados, tem uma carga tributária menor do que a brasileira. Enquanto a carga tributária alcançou 33,4% do PIB no Brasil, a carga tributária da Austrália chegou à 30,08%. O Brasil, com uma carga tributária maior, retornou à sociedade brasileira proporcionalmente ao arrecadado, tão pouco, que ficou na última posição do IRBES. Já a Austrália, com uma carga tributária menor, retornou à sociedade australiana o suficiente para ter o melhor índice mundial do IRBES. Isso demonstra que arrecadar muito não significa arrecadar de forma justa, muito menos representa a adequada aplicação dos recursos públicos. Fica evidente, que, no Brasil, a aplicação do montante arrecadado em tributos em benefício da sociedade que financia o Estado, encontra-se em um patamar absolutamente vergonhoso, mantendo o Brasil, por seis anos consecutivos, com o pior índice de retorno ao bem-estar social<sup>(8)</sup>.

Se comparado com os países da América Latina, cuja tributação, em média, é de 21% do PIB, o Brasil, mesmo com arrecadação altíssima (35% do PIB, em 2014 e 33,4%, em 2016), apresenta o IRBES pior do que o Uruguai, com carga tributária em 27% do PIB, e a Argentina, com carga tributária de 30%. Aliás, o Uruguai ostenta a 11ª posição, entre os melhores IRBES, ao passo que a Argentina apresenta a 19ª posição. Nesse contexto, é vexatório que o Brasil, considerando o seu potencial econômico, como 9ª economia mundial, se comparado ao Uruguai (81ª economia mundial) e a Argentina (22ª economia mundial), ocupe a posição 30ª no IRBES.

---

8 (Lista de países por carga tributária. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_pa%C3%ADses\\_por\\_carga\\_tribut%C3%A1ria](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_por_carga_tribut%C3%A1ria). Acesso em: 3 nov. 2017)

### As dez maiores economia mundiais

Posição	País	PIB (em dólares)
1º	Estados Unidos da América	18,03 trilhões
2º	China	11 trilhões
3º	Japão	4,38 trilhões
4º	Alemanha	3.36 trilhões
5º	Reino Unido	2.86 trilhões
6º	França	2,42 trilhões
7º	Índia	2,09 trilhões
8º	Itália	1,82 trilhão
<b>9º</b>	<b>Brasil</b>	<b>1,77 trilhão</b>
10º	Canadá	1,55 trilhão

Fonte: Banco Mundial (9).

### 3.1 DADOS SOBRE A CORRUPÇÃO NO BRASIL SUA RELAÇÃO COM O IRBES: BREVÍSSIMA SÍNTESE

Nos últimos anos, as operações desenvolvidas pela Polícia Federal no Brasil, têm demonstrado a presença de práticas de corrupção institucionalizada e sistêmica por parte das autoridades representativas, tanto do legislativo, quanto do executivo, como também envolvendo autoridades do judiciário. As funções próprias dos Poderes da República têm sido desviadas, estando desalinhadas com o interesse público, e o propósito da promoção do bem-comum, mas, ao contrário, apresentam-se voltadas para o atendimento de interesses de grupos privados, os quais têm se apropriado ilicitamente, dos recursos públicos.

De acordo com dados levantados pela ONU (Organização das Nações Unidas), o Brasil perde cerca de 200 bilhões de reais anuais com a corrupção, o que corresponde a aproximadamente 3% do PIB nominal. Este montante equivale a 7 vezes o que é gasto anualmente com o Programa Bolsa Família. Outra comparação: são gastos, anualmente pela União, R\$ 110,2 bilhões com saúde e R\$ 62,5 bilhões com educação. Ou seja, a corrupção toma “de nossos bolsos” um valor mais alto do que a soma dos investimentos em nossas escolas, universidades e hospitais juntos! (FALCÃO, 2017)

9 Banco Mundial (Base de Dados dos Indicadores do Desenvolvimento Mundial - publicado em 1 de fevereiro de 2017). Disponível em [https://www.suapesquisa.com/economia/maiores\\_economias\\_mundo.htm](https://www.suapesquisa.com/economia/maiores_economias_mundo.htm). Acesso em 21 nov. 2017.

Portanto, considerando que, segundo dados do “impostômetro” analisados anteriormente, a arrecadação tributária brasileira em 2016 foi um pouco mais de 2 trilhões de reais, pode-se afirmar que a corrupção registrada no mesmo período atingiu 10% de toda a tributação. Isso é assustador! R\$ 200 bilhões de tributos que foram pagos pelos contribuintes brasileiros, foram desviados com esquemas de corrupção. Esse montante estrondoso é maior do que todo o investimento feito em educação e saúde no orçamento de 2016. É maior do que sete vezes o valor aplicado no Programa Bolsa Família. A corrupção, certamente, apresenta-se como uma das principais razões pelas quais o Brasil ostenta o pior IRBES do mundo, dentre as nações com maior carga tributária no ranking mundial.

Somente no caso da Petrobras, os desvios de recursos de forma ilegal envolvem entre R\$ 30 bilhões e R\$ 40 bilhões [...]. Somente no caso Geddel, a Polícia Federal apreendeu mais R\$ 51 milhões em dinheiro em um apartamento na Bahia que, segundo as investigações, era usado pelo ex-ministro Geddel Viera Lima. Considerando o valor atual do salário mínimo, que está em R\$ 937, seria possível pagar 54.429 salários com o montante encontrado nas malas e nas caixas. Aplicado na poupança, o valor ainda renderia cerca de R\$ 290 mil por mês para o cliente. O valor bancaria 600 mil brasileiros que dependem do Bolsa Família por um mês ou pagava pouco mais de 22 mil professores de ensino médio que recebem o piso estipulado pelo governo, que está na casa dos R\$ 2,3 mil. O valor também compraria 994 viaturas policiais ou construiria 1.020 casas populares no país <sup>(10)</sup>.

Casos de corrupção, ainda sob investigação, apontam para:

- a) **R\$ 14,2 bilhões** foram desviados da saúde em Minas Gerais, por **Aécio Neves** e **Antonio Anastasia** entre 2003 e 2012 nos governos dos tucanos ( <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,acao-diz-que-aecio-e-anastasia-nao-repassaram-r-14-bi-a-saude>)
- b) **R\$ 385.356.743,66 milhões** desviados pelo ex-governador Sérgio Cabral (PMDB) em seus dois mandatos como governador de 2007 a 2014. (<https://www.metrojornal.com.br/foco/2017/09/25/sergio-cabral-desvios-levantamento-metro-rio.html>)

10 (<https://ocaminho.org.br/brasil-perde-por-ano-cerca-de-200-bilhoes-de-reais-em-corrupcao.html>)

c)	<b>R\$ 300 milhões</b> de propina ao PT, avalizada por LULA, segundo depoimento de Pallocci ( <a href="http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/09/1916384-lula-ordenou-propina-de-r-300-milhoes-da-odebrecht-ao-pt-diz-palocci.shtml">http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/09/1916384-lula-ordenou-propina-de-r-300-milhoes-da-odebrecht-ao-pt-diz-palocci.shtml</a> ) e <b>R\$ 30 milhões</b> , desviados por LULA, entre 2011 e 2014, de empreiteiras investigadas no esquema de corrupção na Petrobras. ( <a href="https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/03/04/lula-e-seu-instituto-receberam-valores-expressivos-de-empresas.htm">https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/03/04/lula-e-seu-instituto-receberam-valores-expressivos-de-empresas.htm</a> )
d)	<b>R\$ 270 milhões</b> de desvios no caso da ALERJ, envolvendo os Deputados Estaduais Picciani, Paulo Melo, e Albertassi ( <a href="https://oglobo.globo.com/brasil/justica-determina-bloqueio-de-270-milhoes-de-picciani-melo-albertassi-22082027#ixzz4z5i5TDxL">https://oglobo.globo.com/brasil/justica-determina-bloqueio-de-270-milhoes-de-picciani-melo-albertassi-22082027#ixzz4z5i5TDxL</a> )
e)	<b>R\$ 250 milhões</b> em esquema de corrupção com Caixa Econômica Federal, envolvendo Temer, Cunha e Henrique Alves ( <a href="http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/temer-cunha-e-henrique-alves-receberam-r-250-milhoes-em-propina-na-caixa-diz-funaro">http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/temer-cunha-e-henrique-alves-receberam-r-250-milhoes-em-propina-na-caixa-diz-funaro</a> )
f)	<b>R\$ 70 milhões</b> desviados em contratos da estatal para o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), o senador Romero Jucá (PMDB-RR), e o ex-senador José Sarney (PMDB-AP), entre outros líderes do PMDB. Leia mais: <a href="https://oglobo.globo.com/brasil/machado-diz-que-pagou-mais-de-70-milhoes-renan-juca-sarney-19440263#ixzz4z5nyVqRk">https://oglobo.globo.com/brasil/machado-diz-que-pagou-mais-de-70-milhoes-renan-juca-sarney-19440263#ixzz4z5nyVqRk</a>
g)	<b>R\$ 61 milhões</b> , desviados por Robson Faria e Fábio Faria, em esquema com JBS ( <a href="https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/delator-afirma-que-robinson-e-fabio-faria-receberam-r-61-milhoes-da-jbs.ghtml">https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/delator-afirma-que-robinson-e-fabio-faria-receberam-r-61-milhoes-da-jbs.ghtml</a> )

Em todos os escândalos de corrupção acima descritos, os quais ainda estão sob investigação, as inúmeras autoridades políticas investigadas negam, com veemência, o envolvimento nos ilícitos [...]. Todos alegam serem vítimas de “perseguição”. Será?

A corrupção sistêmica apresentada na atual realidade política brasileira, revela o grave comprometimento institucional do Estado de Direito e da República, desequilibrando profundamente as finanças públicas e deslegitimando o processo democrático. Nesse contexto, o exercício da cidadania no Brasil, torna-se mero instrumento de demagogia.

Como dimensionar as profundas lesões aos direitos fundamentais que garantem o exercício da cidadania, perpetradas contra o cidadão brasileiro diante desse quadro de calamidade institucional, deflagrado pela corrupção sistêmica? Como dimensionar o número de brasileiros que foram mortos por falta de segurança e saúde pública, exatamente pelo desvio de 200 bilhões de reais ao ano no Brasil? Como quantificar e qualificar toda a Dignidade negada ao povo brasileiro em razão do exercício, criminoso e genocida, da corrupção pelas autoridades constituídas?

### 3.2 DADOS SOBRE A SONEGAÇÃO FISCAL NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM O IRBES E ACIDADANIA FISCAL

Pesquisas realizadas pelo Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional – SINPROFAZ revelam que a sonegação dos tributos que têm maior relevância para a arrecadação (ICMS, Imposto de Renda e Contribuições Previdenciárias), chega ao alarmante índice de 27,6% da arrecadação (o mesmo do indicador de sonegação em países da América Latina que foi de 27,6%). Na prática, segundo referido estudo, isso representa uma perda de arrecadação de R\$ 571,5 bilhões, considerando-se o PIB do ano de 2016. Por outro lado, o estudo revelou que, considerando o indicador de sonegação de 27,6% sobre ICMS, IR e Contribuições Sociais, “poder-se-ia afirmar que se não houvesse evasão, o peso da carga tributária poderia ser reduzido em quase 30%, mantendo o nível de arrecadação. Os R\$ 571,5 bilhões estimados de sonegação equivalem, aproximadamente, a 90% do que foi arrecadado pelos estados e municípios, estimados em R\$ 638,0 bilhões para o exercício de 2016 (SINPROFAZ, 2017).

Observa-se que corrupção e sonegação são aspectos de uma mesma problemática, qual seja, a absoluta deficiência da educação para a cidadania no Brasil. Na realidade, se a evasão tributária fosse efetivamente combatida e eliminada, a arrecadação tributária brasileira poderia se expandir em torno 23,2%, cujo indicador médio apresentado na pesquisa gira em torno de 7,6% do PIB<sup>(11)</sup>.

### 4 TRIBUTAÇÃO E JUSTIÇA SOCIAL: REFLEXÕES ACERCA DO FUNDAMENTO ÉTICO CONSTITUCIONAL DA ATIVIDADE TRIBUTÁRIA DO ESTADO

No presente estudo, partimos da premissa de que o fundamento ético constitucional da tributação é o Princípio da Solidariedade Social, na medida que a tributação é o principal meio de financiamento dos direitos fundamentais, a serem implementados pelo Poder Público por meio de políticas públicas que visam à sua concretização. Nesse contexto, a atividade tributante do Estado não pode ser compreendida como mera expressão do poder soberano estatal, mas sim como instrumento para a realização de direitos humanos fundamentais, norteado pelos princípios e valores constitucionais.

11 (<http://www.quantocustaobrasil.com.br/artigos/sonegacao-no-brasil%E2%80%933uma-estimativa-do-desvio-da-arrecadacao-do-exercicio-de-2016>)

Nessa esteira de pensamento, observa-se que a instituição e cobrança de tributos tem, entre seus fundamentos, o ideário de justiça fiscal e distribuição de rendas. E tem, como escopo primordial, a realização dos princípios da igualdade, da liberdade e da dignidade da pessoa humana, intrínsecos à noção de justiça social.

Tendo-se como fundamento ético constitucional da tributação, a ideia de solidariedade social, essencial ao Estado Democrático de Direito, o pagamento de tributos, na medida da capacidade contributiva de cada indivíduo, pode ser compreendido como um dever fundamental, refletindo o pleno exercício da cidadania em uma sociedade democrática.

Com base em tais premissas ético constitucionais, Ricardo Lobo Torres apresenta um conceito constitucional de tributo, como:

O dever fundamental, consistente em prestação pecuniária, que, limitado pelas liberdades fundamentais, sob a diretiva dos princípios constitucionais da capacidade contributiva, do custo/benefício ou da solidariedade social e com a finalidade principal ou acessória de obtenção de receita para as necessidades públicas ou para atividades protegidas pelo Estado, é exigido de quem tenha realizado o fato descrito em lei elaborada de acordo com a competência específica outorgada pela Constituição (TORRES, 2005, p. 107).

Assim, a luz da concepção constitucional a tributação, não se pode restringir a atividade tributante como mera expressão do poder estatal. Para além disso, é preciso compreendê-la como meio para concretização dos valores constitucionalmente previstos. Nesse sentido, Paulo Caliendo pondera: “[...] a tributação significa o modo de financiamento dos direitos fundamentais e da busca dos recursos necessários à realização dos valores da liberdade e da igualdade” (CALIENDO, 2009, p. 83).

#### 4.1 DESIGUALDADE NO QUE SE REFERE À DISTRIBUIÇÃO DO “PESO” DA CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA

Não obstante o Brasil ter a maior carga tributária da América Latina e Caribe, isso não garante a aplicação efetiva do princípio da solidariedade social no sentido de proporcionar justiça social através da atividade tributante,

tanto no aspecto da arrecadação, quanto no aspecto da aplicação equitativa dos referidos recursos de modo a promover políticas públicas tendentes a concretizar direitos fundamentais.

Constata-se, na verdade, uma profunda desigualdade, tanto na arrecadação, quanto na aplicação dos recursos oriundos da tributação. O fato é que o Brasil é o segundo país que menos obtém arrecadação com a renda e o lucro. Em 2014, 20,7% da arrecadação brasileira veio por essa fonte à frente apenas da Argentina (18,9%). Na média da região, a renda e lucro geram 27,8% dos impostos e a proporção chega a 33,8% na OCDE (12). Na prática, a tributação sobre o lucro e a renda, é aquela que aplica, de forma efetiva, os princípios da capacidade contributiva, da justiça fiscal e da solidariedade social, na medida em que, nessa forma de tributação, leva-se em consideração, de maneira proporcional, a capacidade econômica do cidadão contribuinte. Em outras palavras, no sistema de tributação sobre o lucro e renda, quanto maior o ganho, a vantagem, a margem de lucro, maior a contribuição do sujeito no financiamento das atividades do Estado. Por outro lado, quanto maior a condição de hipossuficiência do cidadão contribuinte, quanto menor a sua renda, menor é sua parcela de tributação. Assim, nesse sistema, temos aplicado, de forma efetiva, os princípios da Justiça Fiscal e da Solidariedade Social, os quais são promotores de justiça social.

No caso da **tributação sobre renda, lucro e ganhos de capital**, o Brasil registra um dos menores percentuais entre os países listados pela OCDE e Receita Federal, o que reflete um sistema tributário que pouco considera, na prática, os princípios da Solidariedade Social e da Justiça Fiscal, como capazes de promover justiça social e isonomia tributária. Observando-se a tabela a seguir, verifica-se que o lucro e ganhos de capital é tributado no Brasil no módico percentual de **5,81%**, enquanto que os países que compõem a OCDE tributam, **em média, 15%**, ou seja, três vezes mais que no Brasil, aproximadamente.

---

12 (BRASIL tem maior carga tributária da América Latina, diz OCDE. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-maior-carga-tributaria-da-america-latina--diz-ocde,10000021608>. Acesso em 18 nov. 2017).

<b>Tributação sobre lucro e ganhos de capital</b>	
1.	Dinamarca 33,2%
2.	Islândia 18%
3.	Nova Zelândia 16,93%
4.	Noruega 16,93%
5.	Bélgica 16,05 %
6.	Finlândia 15,34%
7.	Suécia 14,81%
8.	Canadá 14,67%
9.	Itália 14,24%
10.	Luxemburgo 13,14%
11.	Áustria 12,66%
12.	EUA 12,54%
13.	Suíça 12,29%
14.	Irlanda 12,08%
15.	Reino Unido 11,41%
16.	Alemanha 11,03%
17.	Portugal 10,72%
18.	França 10,47%
19.	Israel 9,71%
20.	Espanha 9,64%
21.	Grécia 8,66%
22.	Estônia 7,57%
23.	Coreia do Sul 7,16%
24.	República Tcheca 6,54%
25.	Eslovênia 6,5%
26.	Hungria 6,48%
27.	Eslováquia 6,29%
28.	Turquia 6,07%
<b>29.</b>	<b>Brasil 5,81%</b>

Fonte: VASCONCELLOS; JULIÃO, 2017 (13).

13 A carga tributária no Brasil e em outros países da OCDE e América Latina. VASCONCELLOS, Fábio. JULIÃO, Luiz Guilherme. *Jornal o Globo*. 08/08/2017. Disponível em: [o.globo.com/na-base-dos-dados/post/graficos-carga-tributaria-no-brasil-e-em-outros-paises-da-ocde-e-america-latina.html](http://o.globo.com/na-base-dos-dados/post/graficos-carga-tributaria-no-brasil-e-em-outros-paises-da-ocde-e-america-latina.html). Baseado nos dados publicados em [receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/ctb-2016.pdf](http://receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/ctb-2016.pdf). Disponível em 23 nov. 2017.

Enquanto obtém proporcionalmente menos com a renda e lucro, o Brasil é o país que mais arrecada com contribuições sobre a seguridade social. Por essa fonte, o governo brasileiro consegue **26,2%** da arrecadação, bem acima da média de **16, 9%** da região ou os 11% do Peru.

A OCDE explica que países como o Brasil, Paraguai e Uruguai têm elevada arrecadação com taxas sobre a seguridade social por terem grandes sistemas públicos de Previdência Social. “Em países como a Colômbia e Peru, onde os programas públicos e privados competem, as contribuições representam níveis entre 11% e 13% (menos da metade do Brasil)”, cita o documento (14).

#### 4.2 REGRESSIVIDADE DA TRIBUTAÇÃO NO BRASIL: SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO QUE APLICA A CAPACIDADE TRIBUTÁRIA ÀS AVESSAS, QUANTO MAIS POBRE O CIDADÃO, MAIOR É O PESO DOS TRIBUTOS SOBRE ELE

Contrariando todo o fundamento ético constitucional da tributação, segundo valores centrados na concretização da dignidade humana, e na realização de direitos fundamentais, em nosso modelo tributário atual, os pobres e a classe média contribuem com uma porcentagem muito maior de seu salário do que os ricos. Tal injustiça ocorre justamente porque no Brasil os tributos incidem majoritariamente sobre o consumo, e não sobre a renda, o lucro e o patrimônio. Dessa forma, o Estado estabelece tributos fixos sobre os produtos e serviços, tais como ICMS, IPI, ISS, COFINS/PIS e, consumindo-os, o cidadão brasileiro transfere automaticamente significativa parcela de sua renda para o Estado.

Um exemplo dessa realidade vivenciada no Brasil: Imagine que os magnatas, Eike Batista e Joesley Batista, consomem pão francês, tanto quanto o mendigo, que, com as esmolas que apanha, adquire o referido alimento. O ICMS pago, em torno de 20%, pelos magnatas e pelo mendigo, é o mesmo. Joesley Batista e o mendigo, nessa operação, contribuem com o mesmo valor para o financiamento das atividades do Estado. Nesse caso, é óbvio, que o “peso” do tributo nessa operação de consumo é muito maior sobre a “renda” do mendigo, do que sobre a fonte multimilionária de renda

14 O BRASIL tem maior carga tributária da América Latina, diz OCDE. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-maior-carga-tributaria-da-america-latina--diz-ocde,10000021608>. Acesso em 18 nov. 2017

de Joesley Batista! Esse simples exemplo revela de forma avassaladora o grau de injustiça do nosso sistema tributário. No texto constitucional, o sistema tributário brasileiro deve ser fundado sobre os pilares da capacidade contributiva, da solidariedade social e da dignidade humana. No entanto, na incidência tributária diária sobre a vida dos brasileiros, observa-se exatamente o contrário disso, revelando o quanto nosso sistema tributário é promotor de desigualdade e injustiça social, na medida em que proporciona a constante transferência de renda dos contribuintes mais pobre para o Estado, em uma dimensão muito maior do que os mais ricos.

Em países cujos sistema tributário é efetivamente planejado para proporcionar maior justiça fiscal, acontece exatamente o oposto disso. A maior parcela de tributação recai, com maior intensidade, sobre aqueles que detêm maior capital e renda, ao passo que os mais pobres suportam uma carga tributária mais suave, compatível com sua condição social de hipossuficiência.

Tributação regressiva é aquela que, quanto mais pobre você é, maior é a porcentagem de tributação, em relação à sua renda, com que você deve contribuir. Impostos fixos sobre bens e serviços são indubitavelmente regressivos, observe o exemplo: **João** recebe 1 mil reais por mês, e **Maria** recebe 10 mil; ambos têm a necessidade de comprar arroz, feijão e carne. Considerando-se que eles irão ao mesmo supermercado e comprarão a mesma quantidade destes produtos, no montante final o preço ficou em 60 reais, sendo destes 25 reais de **tributos** e 35 reais de **preço de custo + lucro**. Sendo assim, João acaba pagando em tributos 2,5% de seu salário, já Maria pagará apenas 0,25%. Desta forma, Maria, que ganha 10x mais que João, contribui com a mesma quantia em impostos absolutos que ele, porém, para ela, este valor é insignificante, enquanto para ele, faz uma grande diferença. Imagine agora este mesmo exemplo na realização de uma compra do mês, na compra de eletrodomésticos ou na compra de um automóvel. No fim do mês, esta proporção acaba ficando desequilibrada, pois João gasta muito mais do que 32% de seu salário com tributos, e Maria, muito menos <sup>(15)</sup>.

---

15 A CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL É ALTA COMPARADA À DE OUTROS PAÍSES? Publicado em 27 de junho de 2017. Disponível em: <http://www.pollitize.com.br/carga-tributaria-brasileira-e-alta/>. Acesso em: 20 nov. 2017.

Diferentemente, ocorre nos países desenvolvidos, com IDH alto, e com um sistema tributário voltado, efetivamente, para concretização da justiça fiscal e social. Em tais países, os tributos incidem de forma muito mais ampla e incisiva sobre a renda, lucro e patrimônio, do que sobre o consumo. Ademais, tal tributação sobre a renda e capital nesses países ocorre de forma progressiva, ou seja, quem é mais rico contribui com mais, e quem é mais pobre contribui com menos. Assim, dando continuidade a situação descrita no exemplo supramencionado, imagine que João e Maria se mudam para algum desses países, sejam cobrados, suponhamos, 25% de tributos diretamente do salário de João, por este necessitar de grande parte de sua renda para comprar insumos básicos, como comida, papel higiênico, água, aluguel, entre outros. Já sobre o salário de Maria, a tributação seria de 35%, pois considera-se que seu salário é suficiente não só para que ela adquira insumos básicos, como os de João, mas também lhe sobrem reservas para formar poupança e investir. Nesse caso, ela tem condições de contribuir com uma porcentagem maior que João. Além disso, imagine que nesse país também viva **Joana**, uma empresária bem-sucedida que lucra 100 mil reais ao mês. Assim, considerando a capacidade econômica de Joana, que é superior a de Maria e João, dela seriam tributados, então, 45% de sua renda, partindo-se dos mesmos pressupostos já explicados acima. Em tal situação descrita, verifica-se que a média de tributos deste país é de 35%, porém, Joana contribui com uma porcentagem muito maior que a de João, pois considera-se que ela tem plenas condições de fazê-lo e que, ainda assim, lhe sobrarão grande parte da renda para aplicar em locais onde João, com seu salário, nunca conseguirá <sup>(16)</sup>.

De acordo com a OCDE, os impostos sobre o consumo no Chile equivalem a cerca de 52% da arrecadação; no Japão, 18%; no México, 54%, e nos Estados Unidos, cerca de 17%. Na Dinamarca, por exemplo, a taxa sobre a renda é a maior entre os países pesquisados e chega a aproximadamente 63%. (DUARTE, 2016)

De fato, tal incidência tributária excessiva sobre o **consumo** aponta para uma política fiscal que promove desigualdade social. Ocorre que os tributos embutidos no consumo de cada produto ensejam injustiça fiscal, já que são pagos igualmente por quem ganha R\$ 50 mil ou um salário mínimo. No caso brasileiro, a participação dos impostos sobre consumo na arrecadação

---

16 A CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL É ALTA COMPARADA À DE OUTROS PAÍSES? Publicado em 27 de junho de 2017. Disponível em: <http://www.pollitize.com.br/carga-tributaria-brasileira-e-alta/>. Acesso em: 20 nov. 2017.

tributária, é de, aproximadamente, 70%. Nesse caso, a média mundial de tributação sobre o consumo é em torno de 35%, segundo a OCDE. Nos Estados Unidos e Japão, por exemplo, ela é abaixo de 20%, na hipótese de serem excluídas do cálculo as contribuições sociais.

Veja a seguir um comparativo da tributação sobre o consumo e renda entre alguns países, em relação ao Brasil:

<b>Tributação s/ o Consumo</b>	<b>Tributação s/ Renda Propriedade e Capital</b>
<b>Brasil</b> 72%	28%
Argentina 73%	27%
<b>EUA</b> 31%	69%
<b>Canadá</b> 30%	70%
França 60%	40%
Inglaterra 49%	51%

**Fonte:** Desigualdade Social e Tributo sobre o Consumo <sup>(17)</sup>.

Os referidos dados a respeito da tributação sobre o consumo e a renda no Brasil e suas distorções quanto à capacidade contributiva, demonstram que carga tributária brasileira é uma das mais injustas do planeta, pesando demais a população mais pobre, enquanto alivia para quem tem maior riqueza. Esse modelo precisa ser reformulado para que haja efetivo enfrentamento das desigualdades sociais no país. Destaca-se, nesse contexto, que os países que têm um modelo de tributação mais justo, como os países europeus, com a cobrança de tributos voltada, mais intensamente, sobre a renda do capital, a proporção é de 67% sobre a renda do capital e 33% sobre o consumo e a renda do trabalho. Enquanto isso, no Brasil, o percentual é inverso - 72% da arrecadação de tributos se dá sobre o consumo e a renda do trabalho, e apenas 28% sobre a renda do capital e a riqueza.

Nesse aspecto, Carlos André, ex-presidente do Sindicato de Auditores da Receita Federal, e Ítalo Aragão, Auditor Fiscal da Receita Federal, são enfáticos ao denunciar a profunda injustiça do regressivo sistema de tributação brasileiro em artigo publicado no *Le Monde Diplomatique*:

17 Desigualdade Social e Tributo sobre o Consumo. Disponível em: <http://direito.folha.uol.com.br/blog/imposto-sobre-consumo-x-imposto-sobre-renda>. Publicado em 03/06/2013. Acesso em: 14 nov. 2017. Adaptado pela autora. Obs.: Na tributação incidente sobre o consumo incluiu-se as contribuições sociais, tais como COFINS/PIS. No Brasil, a tributação sobre o consumo refere-se ao IPI, ICMS, ISS, bem como PIS/COFINS.

A desigualdade na distribuição da carga tributária carece de legitimidade constitucional e deveria ser o ponto central de qualquer debate sério acerca de reforma tributária. Mas, lamentavelmente, o foco do debate tem sido desvirtuado. Como a bandeira política da reforma tributária foi assumida pela elite econômica, centrou-se a discussão na simples redução da carga, com vistas à redução do Estado e do alcance das políticas públicas. [...] A manutenção desse modelo de tributação regressiva transfere renda do andar de baixo para a cobertura, em desavergonhada afronta aos ditames sociais preconizados pela Constituição Cidadã. A submissão da classe trabalhadora mais pobre às desigualdades e a marginalização de parcelas significativas da população mostram que ainda não há uma consciência plena da relação que deveria ser estabelecida entre o povo e o Estado (ANDRÉ; ARAGÃO, 2010).

De fato, a distribuição desigual da carga tributária no seio da sociedade, impingindo uma sobrecarga maior aos contribuintes com menor capacidade contributiva, afronta, gravemente, a estrutura do Estado Republicano e Democrático, na medida em que, injustamente, obriga aos mais pobres e à classe média a suportar o maior custo gerado pelo financiamento do Estado, poupando, desproporcionalmente, aqueles que estão no topo da pirâmide social, os quais deveriam contribuir em patamares mais altos, na proporção da sua renda e acúmulo de capital.

Sobre a relação entre cidadania e a questão tributária no contexto do Estado Republicano e Democrático de Direito, os Auditores da Receita Federal, Carlos André e Ítalo Aragão observam que:

A relação do povo com o Estado republicano e democrático não pode ser de vassalagem ou de submissão, mas de cidadania, com dignidade, pautada por direitos e obrigações. A constatação de que a carga tributária brasileira é regressiva faz nascer a demanda pela sua urgente redistribuição. A verificação de que os gastos governamentais privilegiam a elite econômica faz surgir o legítimo anseio pelo redirecionamento destes para promover a redução das desigualdades. Os trabalhadores já deveriam estar nas ruas brandindo a Constituição e reivindicando uma reforma tributária. Uma reforma tributária que redirecione parte da carga indireta sobre o consumo para o patrimônio e a renda dos mais abastados. Uma reforma tributária que respeite a capacidade contributiva e cumpra o

papel constitucional de distribuir renda ao invés de concentrar. A classe trabalhadora deve se organizar para debater como os recursos fornecidos ao Estado estão sendo gastos, com vistas a exigir as mudanças necessárias capazes de potencializar a erradicação da pobreza, de reduzir a desigualdade e de promover o desenvolvimento com dignidade para todos (ANDRÉ & ARAGÃO, 2010).

A respeito da desigualdade no Brasil, ressalte-se que seis brasileiros concentram, juntos, a mesma riqueza dos 100 milhões mais pobres do país, ou seja, a metade da população brasileira (207,7 milhões). Somente em 2017, o Brasil despencou 19 posições no ranking da desigualdade social da ONU, e foi inserido na lista dos 10 países mais desiguais do mundo. No contexto da América Latina, somente Colômbia e Honduras apresentam maiores índices de desigualdade que o Brasil. A Argentina, o Uruguai e o Chile, por exemplo, mesmo com carga tributária e PIB significativamente menores que o Brasil, apresentam indicadores sociais melhores. Para alcançar o nível da Argentina, por exemplo, o Brasil, levaria 31 anos, 35 para alcançar o do Uruguai [...] (MAIA, 2017).

No mesmo sentido, grupo de pesquisa coordenado por Thomas Piketty, com base nas informações contidas nas declarações de imposto de renda e outras análises estatísticas, aponta que os 10% mais ricos da população ficam com mais da metade da renda no Brasil. Com base em tais análises, observa-se que, apesar de alguns avanços nos últimos anos, o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo, com grau de desigualdade semelhante à África do Sul e aos países do Oriente Médio (PIKETTY, 2017).

A questão referente à necessidade de uma tributação sobre o patrimônio e a renda, realizável de forma proporcional à riqueza, tem sido alvo de intensos debates, sobretudo com a publicação da obra “O capital no

A partir da análise de dados tributários e sociais da realidade empírica em diversos países, o autor demonstra que houve um aumento vertiginoso na desigualdade da renda nas principais economias do mundo. No contexto de inúmeros debates que Piketty (2014), propõe, destaca-se a análise de tributação sobre o capital e renda como um dos fatores centrais para a própria sobrevivência do capitalismo.

Para que haja crescimento econômico sustentável e permanente, de modo a gerar emprego e renda de forma proporcional ao crescimento populacional, é preciso combater as desigualdades sociais extremas, já que para manter o crescimento do PIB é necessário manter e aumentar o mercado consumidor e, para manter o mercado aquecido, é fundamental que haja renda circulando nas diversas camadas sociais.

Assim, a excessiva concentração de riqueza nas mãos de alguns gera estagnação econômica e, com o tempo, depressão econômica, pois se o maior contingente populacional está com a capacidade de consumo reduzida, por causa da concentração da renda nas mãos de poucos, certamente, isso gerará retração econômica. Nesse sentido, a tributação assume um papel central de distribuição de riqueza. Com a riqueza distribuída, amplia-se o mercado consumidor e, como consequência, há crescimento econômico e ampliação de recursos para o Estado promover políticas públicas de interesse social, em um verdadeiro círculo virtuoso. Ao contrário, se a tributação promove mais concentração de renda, e empobrecimento de grande parte da população, como tem ocorrido no Brasil ao longo dos anos, a capacidade de consumo geral decresce juntamente com a produção, gerando depressão econômica, com queda de arrecadação tributária pelo Estado, em um círculo vicioso. Logo, o crescimento econômico sustentável e permanente requer combate às desigualdades sociais e à concentração de renda, apresentando-se o sistema de tributação, como um forte instrumento de promoção de desenvolvimento econômico e social, ou meio de obstrução e estagnação do crescimento, tanto social, quanto econômico.

Segundo Piketty (2017), o Brasil não voltará a crescer de forma sustentável enquanto não reduzir a desigualdade social e a extrema concentração da renda no topo da pirâmide social. Nesse sentido, como instrumento para combater a desigualdade social, a tributação se apresenta de forma eficaz, desde que os impostos cobrados sobre a renda e o patrimônio dos mais ricos sejam progressivos e a tributação sobre o consumo seja minimizada.

Perfazendo-se uma análise geral, percebe-se que o sistema tributário no Brasil é mais regressivo do que progressivo. Constata-se a presença de isenções de imposto para renda de capital, como os dividendos pagos pelas empresas e seus acionistas, enquanto pessoas que ganham R\$ 1.903,99 pagam 7,5% de imposto de renda... Impostos sobre as rendas mais altas e heranças têm alíquotas

muito baixas no Brasil, se comparadas com as que se vê em países mais avançados. No entanto, ao contrário do Brasil, muitos países desenvolvidos adotam a política de tributação progressiva a mais de um século, o que contribuiu para reduzir a concentração de riquezas e promover desenvolvimento econômico. Nos EUA, Alemanha, França e Japão, a alíquota máxima do imposto de renda está entre 35 e 50%. No Brasil, a alíquota máxima é de 27,5%. É preciso um sistema tributário mais justo e eficiente para garantir crescimento econômico e social, provendo os recursos necessários para melhorar as condições de vida dos brasileiros, especialmente no sentido de viabilizar investimentos em infraestrutura e educação (PIKETTY, 2017).

Nesse sentido, constata-se a total necessidade de elevar-se a questão da distribuição mundial de renda ao centro da solução da crise do capitalismo que vive a população mundial atualmente. Segundo Thomas Piketty (2017), a concentração progressiva de riquezas no século XXI poderá levar a humanidade a uma crise generalizada a ponto de comprometer todo o avanço nos últimos 300 anos. Nesse sentido, o referido autor aponta o caminho da tributação sobre a renda e o capital como meio para redistribuir a riqueza de tal forma que o retorno do investimento no capital especulatório não ultrapassasse a taxa de crescimento da produção de modo a, não apenas inibir a concentração de renda, mas promover a sua redistribuição, evitando que venhamos a passar por um período de guerras para que a riqueza possa ser redistribuída no contexto de uma concepção humanitária das relações econômicas, sociais e tributárias.

## **5 RELAÇÕES ENTRE CIDADANIA E OS PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE SOCIAL, DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E IGUALDADE EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: O SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO NO BRASIL ESTÁ DE ACORDO COM OS FUNDAMENTOS ÉTICOS E CONSTITUCIONAIS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO?**

A acepção linguística da palavra cidadania nos remete ao vocábulo latino “civitas”, o qual significa cidade. Historicamente, a palavra cidadania já era utilizada na Grécia antiga e em Roma. Para os romanos, a palavra cidadania indicava a situação política de uma pessoa, bem como os direitos que a mesma podia exercer. Para os gregos, na antiguidade clássica, cidadão

era aquele que havia nascido em terras gregas, relacionando-se cidadania à ideia de nacionalidade.

Embora a concepção de cidadania esteja presente desde à antiguidade clássica, foram os ideais iluministas, no alvorecer da modernidade, que fomentaram o desenvolvimento da concepção de cidadania que temos hoje. O pensamento de John Locke, Voltaire e Jean-Jacques Rousseau, filósofos iluministas, responsáveis pela construção contratualista da formação do Estado moderno, foi determinante para o entendimento do que seja cidadania no mundo contemporâneo. De fato, os referidos filósofos construíram as bases conceituais para a compreensão moderna e contemporânea da relação entre Estado e indivíduos, compreendendo o ser humano como um indivíduo dotado de razão e de direitos naturais intrínsecos à natureza humana, tais como o direito à vida, à liberdade e à propriedade. Assim, os ideais iluministas estabeleceram a base teórica para a construção do Estado de Direito e sua relação com a cidadania (REALI; ANTISERI, 2004).

No mundo contemporâneo, a compreensão da cidadania vai muito além do mero exercício dos direitos políticos e de nacionalidade, alcançando a ideia de efetivo exercício dos direitos e deveres civis, sociais e humanos. De que vale, por exemplo, votar e poder ser votado democraticamente se o cidadão brasileiro está sujeito a morrer indignamente em uma fila de hospital, porque os recursos públicos da saúde foram desviados pela corrupção, apesar daquele mesmo cidadão ter suportado o alto peso da carga tributária? Desta forma, a análise da historicidade da cidadania encontra-se inserida no âmago da história da luta pelos direitos humanos e pela eficácia social dos direitos fundamentais.

Na realidade, ser cidadão insere a concepção de tornar-se parte ativa da vida em sociedade, tendo uma participação no que diz respeito aos problemas da comunidade. Nesse sentido, Dalmo de Abreu Dallari nos ensina que: “A cidadania expressa um conjunto de direitos que conferem à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo” (DALLARI, 2016). Nesse contexto, cidadania deve ser compreendida, como uma construção histórica coletiva voltada para a concretização de Direitos Humanos fundamentais, considerando-se os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Na relação entre tributação e cidadania, tendo como base a análise dos princípios da solidariedade social, da capacidade contributiva e da igualdade em matéria tributária, é fundamental perfazer a abordagem a respeito do pacto constitucional estabelecido pelos artigos 1º e 3º da Constituição Cidadã, os quais tratam dos fundamentos do Estado Democrático de Direito e dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, respectivamente:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a **cidadania**;

III - a **dignidade da pessoa humana**;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma **sociedade livre, justa e solidária**;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - **erradicar a pobreza** e a marginalização e **reduzir as desigualdades sociais** e regionais;

IV - **promover o bem de todos**, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Se a **cidadania** (art. 1º, II da CF/88), e a **dignidade da pessoa humana** (art. 1º, III da CF/88), são fundamentos do Estado Brasileiro e, por outro lado, a construção de uma **sociedade livre, justa e solidária** (art. 3º, I da CF/88), voltada para a **redução das desigualdades sociais**, para **erradicação da pobreza** (art. 3º, III da CF/88), e para a **promoção do bem de todos** (art. 3º, I da CF/88), constituem objetivos fundamentais da República, logo, a atividade tributária do Estado, com atividade meio para exercer os fins do Estado, deve ser exercida tendo como norte os referidos fundamentos e objetivos da República.

Assim, pode-se afirmar, no contexto dos fundamentos do Estado de Direito e dos objetivos da República, que a tributação assume seu escopo constitucional quando financia a efetivação dos direitos fundamentais insculpidos na Constituição Federal de 1988, que abrangem, não apenas direitos individuais, mas, sobretudo, direitos coletivos e sociais. Logo, a tributação é o instrumento

pelo qual é possível proporcionar o acesso aos direitos fundamentais básicos, no sentido de concretizar dar efetividade à dignidade humana constitucionalmente prevista como fundamento de todo o Estado. Portanto, em última análise, o fundamento ético-constitucional da tributação no Brasil, é o Princípio da Dignidade Humana, em sua dimensão social.

Não obstante a Constituição Cidadã preconize que a busca por uma sociedade livre, justa e solidária seja objetivo fundamental da República, a realidade social brasileira demonstra que somos um país que, embora tenhamos o 9º maior PIB do planeta, maior do que o PIB do Canadá, por exemplo, ostentamos indicadores sociais que demonstram que somos, na verdade, campeões em desigualdade e a exclusão social. Estamos entre as 10 nações mais ricas do mundo. Tributamos de forma equiparada às nações mais desenvolvidas. No entanto, a desigualdade social e a concentração de renda no Brasil nos coloca em condições semelhantes à dos países africanos. Um novo relatório da ONG britânica Oxfam a respeito da desigualdade social no Brasil mostra que os seis brasileiros mais ricos concentram a mesma riqueza que os 100 milhões de brasileiros mais pobres. Vejamos a síntese dessa pesquisa publicada pela Revista Carta Capital, em 25 set. 2017:

Os dados estão no relatório *A Distância Que Nos Une*, lançado nesta segunda-feira 25 pela Oxfam Brasil. A conclusão tem origem em um cálculo feito pela própria ONG, que compara os dados do informe *Global Wealth Databook 2016*, elaborado pelo banco suíço Credit Suisse, e a lista das pessoas mais ricas do mundo produzida pela revista *Forbe*. Segundo a *Forbes*, Jorge Paulo Lemann (AB Inbev), Joseph Safra (Banco Safra), Marcel Hermmann Telles (AB Inbev), Carlos Alberto Sicupira (AB Inbev), Eduardo Saverin (Facebook) e Ermirio Pereira de Moraes (Grupo Votorantim) têm, juntos, uma fortuna acumulada de 88,8 bilhões de dólares, equivalente a 277 bilhões de reais atualmente. A Oxfam lembra em seu relatório que, ao longo das últimas décadas, o Brasil conseguiu elevar a base da pirâmide social, retirando milhões da pobreza, mas que os níveis de desigualdade ainda são alarmantes. Apesar de avanços, nosso país não conseguiu sair da lista dos países mais desiguais do mundo. O ritmo tem sido muito lento e mais de 16 milhões de brasileiros ainda vivem abaixo da linha da pobreza. Seis brasileiros têm a mesma riqueza que os 100 milhões mais pobres. Relatório da Oxfam também mostrou que

os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95% da população. Segundo o estudo da ONG, entre 2000 e 2016, o número de bilionários brasileiros aumentou de aproximadamente 10 para 31. Em conjunto, eles possuem um patrimônio de mais de 135 bilhões de dólares. Mais da metade dos bilionários (52%) herdou patrimônio da família, o que revela a incapacidade do Estado brasileiro de desconcentrar a riqueza – algo que sistemas tributários mais progressivos, como visto em países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), podem ajudar a fazer. Na outra ponta, estimativas para os próximos anos são ruins para o Brasil a respeito da pobreza. Segundo o Banco Mundial, só em 2017 até 3,6 milhões de pessoas devem cair outra vez na pobreza. Para a diretora da Oxfam Brasil, essa situação é inadmissível e precisa ser enfrentada por todos para que realmente seja solucionada. Existe uma distância absurda entre a maior parte da população brasileira e o 1% mais rico, não apenas em relação à renda e riqueza, mas também em relação ao acesso a serviços básicos como saúde e educação. Atacar essa questão é responsabilidade de todos (MAIA, 2017).

Diante desse quadro de grave desigualdade social no Brasil, ganha relevância o estudo da tributação como meio de promoção de políticas sociais e fiscais e busquem enfrentar essa questão, até porque entende-se, segundo estudos divulgados pela equipe de pesquisadores de Thomas Piketty (2017), que o enfretamento da desigualdade social e da concentração de renda entre os brasileiros é uma pré-condição para o crescimento econômico sustentável no Brasil, conforme analisou-se no tópico.

Aprofundando-se o argumento pertinente à necessidade da observância do fundamento ético constitucional para a atividade tributante por parte do Estado, preleciona Ricardo Lobo Torres:

Com a reaproximação entre ética e direito, procura-se ancorar a capacidade contributiva nas ideias de solidariedade ou fraternidade. A solidariedade entre os cidadãos deve fazer com que a carga tributária recaia sobre os mais ricos, aliviando-se a incidência sobre os mais pobres e dela dispensando os que estão abaixo do nível mínimo de sobrevivência. É um valor moral juridicizável que fundamenta a capacidade contributiva e que sinaliza para a necessidade da correlação entre direitos e deveres fiscais (TORRES, 2005, p. 145).

Considera-se a capacidade contributiva como um princípio fundamental do direito tributário que viabiliza a aferição da legitimidade da imposição tributária, na medida em que informa que somente deve sujeitar-se à tributação, o cidadão que possui disponibilidade patrimonial e de renda para tanto. Na literatura a respeito do tema, verifica-se que o princípio da capacidade contributiva ou da proporcionalidade em matéria tributária é defendido como medida de justiça, inclusive, pelos autores de pensamento liberal. Adam Smith, na sua célebre obra *Riqueza das Nações*, em 1776 já tratava desse tema com acuidade:

Os súditos de todos os Estados devem contribuir para a manutenção do Governo, tanto quanto possível, em proporção das respectivas capacidades, isto é, na proporção do crédito que respectivamente usufruem sob a proteção do Estado... Na observância ou não dessa máxima consiste o que se chama a igualdade ou desigualdade de tributação (SMITH, 2015, p. 376).

O Princípio da Solidariedade Social está inserido no texto constitucional, conforme analisado anteriormente, de forma expressa no art. 3º, I, da CF/88. Dentre os princípios constitucionais tributários, não encontramos expressamente, nenhum preceito constitucional que contemple a solidariedade social especificamente em matéria tributária. No entanto, doutrinariamente tal princípio é mencionado como um desdobramento do princípio da capacidade contributiva. De fato, o princípio tributário da capacidade contributiva traz em seu núcleo valorativo a solidariedade social. Nesse sentido, Helenilson Cunha Pontes perfaz uma reflexão que relaciona a solidariedade, a capacidade contributiva e a justiça social como um bloco que princípios interdependentes, senão vejamos:

[...] a solidariedade é o valor nuclear do princípio da capacidade contributiva e permite conceber a tributação não como um fim em si mesmo, ou como um mero ônus que recai sobre a propriedade, mas como um meio que se justifica como instrumento na busca de um fim maior, que é a justiça social (PONTES, 2000, p.109).

Por outro lado, para que a capacidade contributiva seja de fato observada, como um meio para a busca da justiça social através da implementação

de uma tributação proporcional, torna-se mister que seja aplicado um sistema progressivo de incidência tributária. Nesse sentido entende-se que a progressividade trata-se de critério que comporta variação positiva da alíquota à medida que há aumento da base de cálculo. Assim, tem-se progressividade quando há diversas alíquotas graduadas de forma crescente em razão do aumento da base de cálculo (PALSEN, 2008).

Constata-se que a progressividade tributária pode estar fundamentada na observância da capacidade contributiva, ou, em uma concepção mais ampla, pode sustentar-se no ideário de formação do Estado Social de Direito. Seja como for, é de se concluir que os tributos com alíquotas progressivas inserem na sua dinâmica de incidência um critério determinante de realização da solidariedade social. Mais precisamente, o que se torna “particularmente visível quando esses impostos, atendendo ao seu peso no conjunto das receitas fiscais, não contribuem apenas para atenuar ou eliminar a regressividade de outros impostos do sistema, antes, acabem por conduzir a uma certa progressividade do próprio sistema fiscal” (NABAIS, 2005).

Refletindo-se sobre a questão do direito à igualdade e sua negação no contexto brasileiro, é possível identificar-se dois grandes eixos promotores da desigualdade e da exclusão: O eixo sócio-econômico da desigualdade e o eixo cultural, civilizacional da exclusão/segregação. A desigualdade entre o capital e o trabalho; a propagação do trabalho escravo; o imperialismo - e a sua mais recente manifestação, a globalização neoliberal; bem como a desigualdade tributária, constituem-se expressões do eixo sócio-econômico de desigualdade. Por outro lado, a guerra das civilizações no oriente médio; o racismo; o sexismo; o genocídio dos povos e comunidades indígenas são expressões do eixo cultural de exclusão (MOURA, 2008).

Para Streck & Moraes (2004), no Brasil, o intervencionismo estatal, que deveria estar voltado para a realização dos direitos sociais, na busca da construção do Estado de Bem-Estar Social, tem servido, especialmente, para acumulação de capital e renda para as elites brasileiras, tornando-se instrumento de preservação da sociedade capitalista, o que representa uma distorção em sua missão de promover a diminuição das desigualdades socio-econômicas. Nesse sentido, a tributação no Brasil, ao impor uma maior carga à população mais pobre, não somente viola o mais elementar senso de justiça e toda a principiologia constitucional, como também revela total

desvio de finalidade por parte do Estado brasileiro, ao transferir recursos da população mais pobre em benefício daqueles que realmente tem acesso aos “favores” do Estado.

Assim, pode-se considerar que na sociedade brasileira há duas espécies de pessoas: o “sobreintegrado” ou “sobrecidadão”, que dispõe do sistema, mas a ele não se subordina, e o “subintegrado” ou “subcidadão”, que depende do sistema, mas a ele não tem acesso (NEVES, 1996, p. 110). Na categoria de “sobrecidadão” poderíamos incluir a classe política, as autoridades constituídas dos poderes da República, com seus privilégios e mordomias imorais, que são sustentadas, em última análise, pela classe de brasileiros que ostenta maior pobreza. Nesse contexto, é revoltante constatar que o maior peso do custo de um parlamentar, aproximadamente, 2 milhões por ano, recai sobre a classe mais pobre da população brasileira, exatamente porque a tributação no Brasil é predominantemente regressiva.

Na qualidade de “sobrecidadão” podemos elencar os **deputados federais**, que, somados o salário e os inúmeros benefícios, recebem, aproximadamente, **R\$ 168,6 mil por mês**. Com salário de R\$ 33.763, auxílio-moradia de R\$ 4.253 ou apartamento de graça para morar, verba de R\$ 92 mil para contratar até 25 funcionários, de R\$ 30.416,80 a R\$ 45.240,67 por mês para gastar com alimentação, aluguel de veículo e escritório, divulgação do mandato, entre outras despesas. Dois salários no primeiro e no último mês da legislatura como ajuda de custo, ressarcimento de gastos com médicos. Os 513 deputados federais custam, em média, **R\$ 86 milhões** ao cidadão contribuinte brasileiro todo mês, chegando a **R\$ 1 bilhão por ano**. Os dados são de levantamento do **Congresso em Foco** com base nos valores atualizados dos benefícios dos parlamentares na Câmara (CONGRESSO EM FOCO, 2017).

Em 2016, os gastos da Câmara dos Deputados somaram **R\$ 5,2 bilhões**. A assessoria da casa não soube informar quanto deste valor foi gasto especificamente com os deputados, mas no detalhamento do orçamento é possível ver o quanto algumas cifras específicas consumiram. A ajuda de custo para moradia de agentes públicos, por exemplo, custou R\$ 9.236.112,07. Com reforma de imóveis funcionais, a Câmara despendeu mais R\$44,3 mil, embora estivessem previstos inicialmente R\$ 500mi<sup>(18)</sup>.

18 Disponível em: ([https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/01/23/interna\\_politica,841629/deputado-pode-custar-ate-r-2-milhoes-por-ano-aos-brasileiros.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/01/23/interna_politica,841629/deputado-pode-custar-ate-r-2-milhoes-por-ano-aos-brasileiros.shtml))

Segundo pesquisa realizada pela Organização não Governamental (ONG) Contas Abertas, o Poder Legislativo custa R\$ 1,16 milhão por hora. Os 513 deputados federais custam, em média, R\$ 86 milhões ao mês e um custo anual de R\$ 1 bilhão. O custo inclui fins de semana, recessos parlamentares e as segundas e sextas-feiras, quando os parlamentares deixam a capital federal e retornam para suas bases eleitorais (BRANCO, 2017).

Para o fundador e secretário-geral da ONG, Gil Castello Branco:

O levantamento dá ao cidadão a dimensão exata de quanto custa nossa representação. A democracia não tem preço, mas o nosso Congresso tem custos extremamente elevados. Ele tem uma péssima imagem junto à população e pode, sim, reduzir seus custos. Cada parlamentar pode ter 25 assessores, um senador pode ter 50, 60, inclusive no seu próprio escritório de representação. Há privilégios e mordomias que podem ser contidos. Os abusos, verificáveis em todos os Poderes, têm o aval do presidente Michel Temer: O dado do orçamento deles está na Lei Orçamentária Anual [LOA], sancionada pelo presidente da república. Temos criticado os 60 dias de férias de membros do Judiciário, auxílios a magistrados, os benefícios fiscais, que precisam ser revistos. Quando se tem um **déficit de R\$ 139 bilhões** e o orçamento da **saúde é de R\$ 125 bilhões**, o natural é que se tente reduzir essas despesas em todos os Poderes. Deveria partir dos próprios titulares dos Poderes a tentativa de reduzir [esses gastos] (BRANCO, 2017).

Na base da pirâmide social no Brasil, sustentando os “sobre cidadãos” supramencionados, é fácil identificar o “subcidadão” ou “subintegrado”: Ele está, por exemplo, nas filas dos hospitais públicos “esperando a morte chegar”[...] Está excluído do sistema, embora seja quem mais contribua, proporcionalmente a sua diminuta renda, para o custeio do sistema tributário desigual, o qual contraria, em todos os aspectos o texto constitucional e a própria razão de existir do Estado de Direito, qual seja, realizar o bem comum, concretizar a dignidade humana nas dimensões individual, coletiva e social.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do Estado de Direito no Brasil, na sua dimensão fiscal, tem demonstrado que a tributação é a principal fonte de financiamento dos

direitos fundamentais, os quais devem ser efetivados pelo Poder Público através da implementação de políticas públicas voltadas para realização do bem comum. Nessa perspectiva, a tributação deve ser considerada, não como mera expressão de poder estatal, mas como instrumento para a realização de direitos e princípios constitucionalmente previstos.

Tendo-se como fundamento ético constitucional da tributação, a ideia de solidariedade social, essencial ao Estado Democrático de Direito, o pagamento de tributos, na medida da capacidade contributiva de cada indivíduo, pode ser compreendido como um dever fundamental, refletindo o pleno exercício da cidadania em uma sociedade democrática.

Entretanto, para que na prática tal sistemática adequada e proporcional, torna-se imperioso que haja o controle da eficiência na obtenção dos recursos públicos, inclusive no que tange ao planejamento e fixação de uma carga tributária razoável ao contribuinte, bem como na sua aplicação em políticas públicas que resultem em benefícios concretos para a sociedade.

Segundo dados divulgados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil ostenta a maior carga tributária registrada na América Latina, encontrando-se num patamar compatível com a tributação de países desenvolvidos. Para se ter uma ideia, estudos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), informam que Carga Tributária nos Países da América Latina e Caribe, em média, é de 21,6%; sendo que no Brasil é 33,4%; na Venezuela, 14%; na Argentina 30%. Na região, a menor carga é da Guatemala que arrecada 12,6% do PIB dos contribuintes.

No ranking mundial, entretanto, segundo dados da OCDE, o Brasil ocupa a 20ª posição entre os países que mais tributam no Mundo, estando a frente do Canadá (32%), da Austrália (30,8%), da Suíça (29%), do Japão (28%), dos Estados Unidos (26,5%), e da China (20%), quando o assunto é carga tributária. O referido estudo demonstra que o Brasil tem uma carga tributária comparável a dos países ricos da OCDE - grupo das 34 economias mais desenvolvidas do mundo - onde a média de impostos equivale a 34,4% do PIB. Nesse grupo, o México tem a menor carga com o equivalente a 19,5% do PIB. Por outro lado, a Dinamarca arrecada o equivalente a 50,9%. No comparativo com países da OCDE, o Brasil aparece ao lado do Reino Unido (33,57%), e Nova Zelândia (33,37%).

No entanto, embora o Brasil se destaque entre as maiores cargas tributárias mundiais, o Brasil é o País que proporciona pior retorno em serviços públicos à sociedade. Esse índice é ostentado pelo sexto ano consecutivo, e revela que o Brasil é o país com pior retorno à população nas esferas federal, estadual e municipal, quando comparado aos 30 países que possuem as maiores cargas tributárias do mundo, em relação às áreas de saúde, educação e segurança. O IRBES - Índice de Retorno em Bem-estar a Sociedade - é calculado pelo IBPT - Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação - anualmente, e leva em consideração o cruzamento dos seguintes dados: *Carga Tributária/PIB x IDH*, medido a partir da análise da carga tributária em relação ao PIB, ou seja, toda a riqueza produzida no País, e o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, que mede a qualidade de vida da população. Para chegar a esse ranking mundial, o IBPT considerou as 30 maiores cargas tributárias mundiais.

Ressalte-se, que a Austrália, a qual apresentou o melhor IRBES dentre os países pesquisados, tem uma carga tributária menor do que a brasileira. Enquanto a carga tributária alcançou 33,4% do PIB no Brasil, a carga tributária da Austrália chegou à 30,08%. O Brasil, com uma carga tributária maior, retornou à sociedade brasileira proporcionalmente ao arrecadado, tão pouco, que ficou na última posição do IRBES. Já a Austrália, com uma carga tributária menor, retornou à sociedade australiana o suficiente para ter o melhor índice mundial do IRBES. Isso demonstra que arrecadar muito não significa arrecadar de forma justa, muito menos representa a adequada aplicação dos recursos públicos. Fica evidente, que, no Brasil, a aplicação do montante arrecadado em tributos para o benefício da sociedade que financia o Estado, encontra-se em um patamar absolutamente vergonhoso, mantendo o Brasil, por seis anos consecutivos, com o pior índice de retorno ao bem-estar social.

Se comparado com os países da América Latina, cuja tributação, em média, é de 21% do PIB, o Brasil, mesmo com arrecadação altíssima (35% do PIB, em 2014 e 33,4%, em 2016), apresenta o IRBES pior do que o Uruguai, com carga tributária em 27% do PIB, e a Argentina, com carga tributária de 30%. Aliás, o Uruguai ostenta a 11ª posição, entre os melhores IRBES, ao passo que a Argentina apresenta a 19ª posição. Nesse contexto, é vexatório que o Brasil, considerando o seu potencial econômico, como 9ª

economia mundial, se comparado ao Uruguai (81ª economia mundial), e a Argentina (22ª economia mundial), ocupe a posição 30ª no IRBES.

Não obstante o Brasil ter a maior carga tributária da América Latina e Caribe, isso não garante a aplicação efetiva do princípio da solidariedade social no sentido de proporcionar justiça social através da atividade tributante, tanto no aspecto da arrecadação, quanto no aspecto da aplicação equitativa dos referidos recursos de modo a promover políticas públicas tendentes a concretizar direitos fundamentais.

Constata-se, na verdade, uma profunda desigualdade, tanto na arrecadação, quanto na aplicação dos recursos oriundos da tributação. O fato é que o Brasil é o segundo país que menos obtém arrecadação com a renda e o lucro. Em 2014, 20,7% da arrecadação brasileira veio por essa fonte à frente apenas da Argentina (18,9%). Na média da região, a renda e lucro geram 27,8% dos impostos e a proporção chega a 33,8% na OCDE. Na prática, a tributação sobre o lucro e a renda, é aquela que aplica, de forma efetiva, os princípios da capacidade contributiva, da justiça fiscal e da solidariedade social, na medida em que, nessa forma de tributação, leva-se em consideração, de maneira proporcional, a capacidade econômica do cidadão contribuinte. Em outras palavras, no sistema de tributação sobre o lucro e renda, quanto maior o ganho, a vantagem, a margem de lucro, maior a contribuição do sujeito no financiamento das atividades do Estado. Por outro lado, quanto maior a condição de hipossuficiência do cidadão contribuinte, quanto menor a sua renda, menor é sua parcela de tributação. Assim, nesse sistema, temos aplicado, de forma efetiva, os princípios da Justiça Fiscal e da Solidariedade Social, os quais são promotores de justiça social.

No caso da tributação sobre renda, lucro e ganhos de capital, o Brasil registra um dos menores percentuais entre os países listados pela OCDE e Receita Federal, o que reflete um sistema tributário que pouco considera, na prática, os princípios da Solidariedade Social e da Justiça Fiscal, como capazes de promover justiça social e isonomia tributária. Observando-se a tabela a seguir, verifica-se que o lucro e ganhos de capital é tributado no Brasil no módico percentual de 5,81%, enquanto que os países que compõem a OCDE tributam, em média, 15%, ou seja, três vezes mais que no Brasil, aproximadamente.

Em países cujos sistema tributário é efetivamente planejado para proporcionar maior justiça fiscal, acontece exatamente o oposto disso. A maior parcela de tributação recai, com maior intensidade, sobre aqueles que detém maior capital e renda, ao passo que os mais pobres suportam uma carga tributária mais suave, compatível com sua condição social de hipossuficiência.

Contrariando todo o fundamento ético constitucional da tributação, segundo valores centrados na concretização da dignidade humana, e na realização de direitos fundamentais, em nosso modelo tributário atual, os pobres e a classe média contribuem com uma porcentagem muito maior de seu salário do que os ricos. Tal injustiça ocorre justamente porque no Brasil os tributos incidem majoritariamente sobre o consumo, e não sobre a renda, o lucro e o patrimônio. Dessa forma, o Estado estabelece tributos fixos sobre os produtos e serviços, tais como ICMS, IPI, ISS, COFINS/PIS e, consumindo-os, o cidadão brasileiro transfere automaticamente significativa parcela de sua renda dinheiro para o Estado.

De fato, tal incidência tributária excessiva sobre o consumo aponta para uma política fiscal que promove desigualdade social. Ocorre que os tributos embutidos no consumo de cada produto ensejam injustiça fiscal, já que são pagos igualmente por quem ganha R\$ 50 mil ou um salário mínimo. No caso Brasileiro, a participação dos impostos sobre consumo na arrecadação tributária, é de, aproximadamente, 70%. Nesse caso, a média mundial de tributação sobre o consumo é em torno de 35%, segundo a OCDE. Nos Estados Unidos e Japão, por exemplo, ela é abaixo de 20%, na hipótese de serem excluídas do cálculo as contribuições sociais.

Conforme constatado na presente pesquisa, essa espécie de incidência indireta sobre o consumo resulta na aplicação da tributação regressiva, a qual se constitui a via mais fácil para o Estado de aumentar de forma maciça sua arrecadação, sem ter que elaborar planejamento estratégico voltado para justiça fiscal. Três são os principais efeitos indesejáveis da excessiva tributação sobre o consumo. Primeiro, inflaciona fortemente os custos de produção e comercialização de bens e serviços, onerando o preço das mercadorias, muitas vezes, de forma desproporcional a renda dos consumidores. Segundo, considerando sua incidência indireta, esse sistema é pouco transparente, já que o cidadão contribuinte não tem a percepção clara, do montante “invisível” de tributo que compõe o preço da mercadoria. Quem

imagina, por exemplo, que o preço final de uma Motocicleta no Brasil pode corresponder à 64% de tributo?

O terceiro efeito da tributação regressiva, presente nos tributos indiretos que correspondem 70% de toda a tributação no Brasil, é a desigualdade na distribuição do “peso” da carga tributária. Basta dizer que nesse sistema o “magnata” e o “mendigo”, por exemplo, pagam o mesmo valor do tributo sobre a compra de qualquer mercadoria. Ocorre que a incidência tributária sobre o consumo não mede a capacidade contributiva do consumidor contribuinte. Logo, a parcela mais pobre da população brasileira é quem sofre o maior peso do financiamento do Estado, o que contribui para o aumento da concentração de renda, pois retira mais de quem tem menos.

Observa-se que, concretamente, a aplicação do princípio da progressividade, o qual deveria predominar no Brasil, inter-relaciona-se com os princípios da capacidade contributiva, da igualdade, de tal sorte que a carga tributária deva ser mais pesada sobre os contribuintes que revelam maior riqueza. A tributação é tanto mais justa, quanto maior é a possibilidade de incidência progressiva dos tributos. Na contramão disso, está a tributação regressiva, conforme praticado de forma predominante no Brasil. Assim, pode-se concluir, a luz do fundamento ético constitucional da tributação, que tributos regressivos são inconstitucionais, pois resultam na violação da solidariedade social, da capacidade contributiva e da própria concepção de cidadania fiscal.

Nesse aspecto, a desigualdade na distribuição da carga tributária carece de legitimidade constitucional, de modo que tal questão precisa tornar-se o epicentro de qualquer debate sério acerca de reforma tributária. No entanto, constata-se certo desvirtuamento quanto ao centro desse debate. Ocorre que a causa da reforma tributária tem sido divulgada nos veículos de disseminação da cultura nacional, muito mais sob o enfoque liberal, que se limita à simples redução da tributação, do que sobre a questão central pertinente a distribuição do peso da tributação de forma proporcional à riqueza produzida pelo cidadão contribuinte.

A manutenção desse modelo de tributação regressiva, o qual transfere renda do andar de baixo para a cobertura, em total afronta aos ditames sociais preconizados pela Constituição Cidadã demonstra as profundas distorções nas estruturas de Poder no interior do Estado de Direito Brasileiro. A resignada sujeição da classe trabalhadora mais pobre às desigualdades e

à marginalização resultante do sistema de tributação injusto e o arbítrio desavergonhado do sistema de exercício do poder de tributar demonstra que entre os brasileiros ainda não há uma consciência plena da cidadania e da relação equilibrada e justa que deveria ser estabelecida entre o povo e o Estado.

De fato, a distribuição desigual da carga tributária no seio da sociedade, impingindo uma sobrecarga maior aos contribuintes com menor capacidade contributiva, afronta, gravemente, a estrutura do Estado Republicano e Democrático, na medida em que, injustamente, obriga aos mais pobres e à classe média a suportar o maior custo gerado pelo financiamento do Estado, poupando, desproporcionalmente, aqueles que estão no topo da pirâmide social, os quais deveriam contribuir em patamares mais altos, na proporção da sua renda e acúmulo de capital.

Não se pode olvidar que a relação do povo com o Estado republicano não deve ser de arbítrio e submissão, mas de cidadania, de equilíbrio entre o exercício dos direitos e das obrigações do contribuinte, como forma de garantir a dignidade plena do povo brasileiro. A constatação de que a carga tributária brasileira é regressiva e concentradora de riqueza e renda precisa gerar iniciativas políticas reformadoras que resultem em sua urgente redistribuição. A comprovação de que as despesas públicas privilegiam os “sobrecidadãos” que compõem a elite econômica e política desse país, em detrimento daqueles que efetivamente suportam o custo do Estado mediante pagamento dos tributos, precisa gerar legítima indignação e iniciativas concretas a favor redirecionamento destes recursos para promover a redução das desigualdades. Os cidadãos pagadores de tributos deveriam ocupar as ruas desse país, exigindo uma reforma tributária que corrija tais desvios de finalidade da própria atividade estatal, a qual deveria estar a serviço da cidadania e não a serviço da acumulação de capital pelos “sobrecidadãos”, como de fato encontra-se nesse momento da história do povo brasileiro.

Nesse contexto, urge uma reforma tributária que redirecione parcela significativa da tributação indireta sobre o consumo para o patrimônio, a renda e a acumulação de capital dos mais afortunados. Uma reforma tributária que respeite a capacidade contributiva e cumpra o papel constitucional de distribuir renda ao invés de concentrar riqueza. Os cidadãos brasileiros que sustentam o Estado com o pagamento dos altos tributos precisam exigir mudanças tributárias efetivas, que sejam capazes de cumprir os objetivos

fundamentais da República, insculpidos no artigo 3º da CF/88, pertinentes à erradicação da pobreza, redução da desigualdade e promoção do desenvolvimento com dignidade para todos.

Tais medidas tributárias reformadoras se justificam, não apenas em função do imperativo constitucional da igualdade, solidariedade e justiça social, mas, sobretudo, porque reduzir a desigualdade é condição para a eficiência e crescimento da economia. Nesse aspecto, concordamos com os sólidos argumentos desenvolvidos pelo economista Thomas Piketty, na obra “O capital no século XXI”, no sentido de que o grau de desigualdade extrema que encontramos no Brasil é prejudicial para o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável. Indubitavelmente, para que haja crescimento econômico sustentável e permanente, de modo a gerar emprego e renda de forma proporcional ao crescimento populacional, é preciso combater as desigualdades sociais extremas, já que para manter o crescimento do PIB é necessário manter e aumentar o mercado consumidor e, para manter o mercado aquecido, é fundamental que haja renda circulando nas diversas camadas sociais.

Assim, a excessiva concentração de riqueza nas mãos de alguns gera estagnação econômica e, com o tempo, depressão econômica, pois se o maior contingente populacional está com a capacidade de consumo reduzida, por causa da concentração da renda nas mãos de poucos, certamente, isso gerará retração econômica. Nesse sentido, a tributação assume um papel central de distribuição de riqueza. Com a riqueza distribuída, amplia-se o mercado consumidor e, como consequência, há crescimento econômico e ampliação de recursos para o Estado promover políticas públicas de interesse social, em um verdadeiro círculo virtuoso. Ao contrário, se a tributação promove mais concentração de renda, e empobrecimento de grande parte da população, como tem ocorrido no Brasil ao longo dos anos, a capacidade de consumo geral decresce juntamente com a produção, gerando depressão econômica, com queda de arrecadação tributária pelo Estado, em um círculo vicioso. Logo, o crescimento econômico sustentável e permanente requer combate às desigualdades sociais e à concentração de renda, apresentando-se, o sistema de tributação, como um forte instrumento de promoção de desenvolvimento econômico e social, ou meio de obstrução e estagnação do crescimento, tanto social, quanto econômico.

Logo, se no sistema tributário brasileiro o pobre e a classe média sustentam amplamente o maior peso dos tributos, fazendo com que os que detêm maior riqueza e renda sejam tributados de forma extremamente suave, a tributação no Brasil não tem observado os fundamentos do Estado Democrático de Direito (art. 1º da CF/88), e tem negado, flagrantemente, o cumprimento dos objetivos fundamentais da República (art. 3º da CF/88).

Nesse sentido, se a tributação tem gerado mais concentração de riqueza e renda, aos transferir recursos da base da pirâmide social para aqueles que estão no topo da pirâmide, como protagonistas dessa desigualdade, é sinal evidente que a concepção contemporânea de cidadania, no sentido de realização da dignidade humana em todas as dimensões, especialmente em sua dimensão social, não tem sido observada, já que o art. 1º, incisos II e III, bem como o art.3º, do I ao IV, da CF/88 tem sido objeto de constante transgressão pelo Estado brasileiro no exercício de sua atividade tributária diária, conforme dados estatísticos concretos analisados ao longo desse estudo

De fato, na medida da proporção da tributação entre o consumo, de um lado, e o acúmulo de capital, renda e patrimônio, de outro, estamos diante de 72% do total da carga tributária brasileira como fruto da receita da tributação indireta sobre o consumo (ICMS, IPI, COFINS, PIS, ISS, etc), e 28% resultante da tributação sobre o lucro, o capital, a renda e o patrimônio (IR, IPTU, ITR, ITCMD, IPVA etc).

Na relação entre tributação, cidadania e justiça social, as questões pertinentes à solidariedade social, à capacidade contributiva e à igualdade, tornam-se relevantes na medida em que foi constatado, na presente pesquisa, que o sistema regressivo de tributação no Brasil, resultado de uma imposição tributária amplamente predominante sobre o consumo e, proporcionalmente, reduzida em relação ao lucro, ao capital, à renda e ao patrimônio, tem contribuído para o agravamento da desigualdade social e da concentração de renda, o que se torna um obstáculo para crescimento econômico sustentável e permanente do Brasil.

Portanto, diante do enfrentamento da questão investigativa proposta inicialmente na presente pesquisa, conclui-se que a tributação no Brasil atualmente tem comprometido o exercício da cidadania, já que inibe as potencialidades da cidadania plena, na medida em que desrespeita o primado da igualdade social, da solidariedade e da justiça fiscal. Com base nos dados

estatísticos analisados nesse estudo e nos argumentos tributários e constitucionais debatidos, observa-se, com pesar, que o Sistema Tributário Brasileiro, em sua aplicação concreta, tem contribuído, muito mais, para a concentração de riqueza e renda, do que para a promoção da Justiça Social no Brasil.

## 7 REFERÊNCIAS

AMARAL, G.L; OLENIKE, J. E.; AMARAL, L. M. F. (IBPT) **Carga Tributária Brasileira** 2014, 2015, 2016.

ANDRÉ, Carlos, ARAGÃO, Ítalo. Impostos e cidadania. **Le Monde Diplomatique**. Publicado em Outubro de 2010, Edição 39, Disponível em : <https://diplomatie.org.br/impostos-e-cidadania/>. Acesso em: 27 nov. 2017.

BRANCO, Castello. Publicado em 10 jul. 2017. Poder Legislativo custa R\$ 1,16 milhão por hora. Disponível em <http://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2017/07/poder-legislativo-custa-r-116-milhao-por-hora-diz-ong.html>. Acesso em: 30 nov.2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL **perde por ano cerca de 200 bilhões de reais em corrupção**. Disponível em: <https://ocaminho.org.br/brasil-perde-por-ano-cerca-de-200-bilhoes-de-reais-em-corrupcao.html>. Acesso em: 23 nov. 2017.

BRASIL **tem maior carga tributária da América Latina, diz OCDE**. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-maior-carga-tributaria-da-america-latina--diz-ocde,10000021608>. Acesso em: 18 nov. 2017.

CONGRESSO EM FOCO. **Deputados custam 1 bilhão por ano**. Publicado em: 01 mar. 2016. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/lista-todos-os-salarios-e-beneficios-de-um-deputado/>. Acesso em: 30 nov.2017

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 23 ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

CORRÊA, Samantha. **Fundamentos Éticos da Tributação**. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=9728&revista\\_caderno=26](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9728&revista_caderno=26). Acesso em: 21 nov. 2017.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da Teoria Geral do Estado**. Saraiva: São Paulo, 2016.

DUARTE, Cláudia. **Estudo da OCDE revela que países mais ricos focam impostos na renda e no patrimônio**. Publicado em 27/06/16. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/capa/economia/na-contram%C3%A3o-do-mundo-brasil-tributa-mais-o-consumo-1.1329469>

FALCÃO, Paulo Roberto. **Carga Tributária no Brasil é alta comparada a outros países?** Publicado em: 27 jun. 2017. Disponível em: <http://www.politize.com.br/carga-tributaria-brasileira-e-alta/>. Acesso em: 15 nov. 2017.

GODOI, Marciano Seabra de. Tributo e Solidariedade Social. In: GRECO, Marco Aurélio; GODOI, Marciano Seabra de (Org). **Solidariedade Social e Tributação**. São Paulo: Ed. Dialética, 2005.

LISTA de países por carga tributária. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_pa%C3%ADses\\_por\\_carga\\_tribut%C3%A1ria](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_por_carga_tribut%C3%A1ria). Acesso em: 30 nov. 2017.

MAIA, Kátia. **Seis brasileiros concentram a mesma riqueza que a metade da população mais pobre**. Brasil. El País. Publicado em 22/09/2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/22/politica/1506096531\\_079176.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/22/politica/1506096531_079176.html). Acesso em 27/11/2017, bem como Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/seis-brasileiros-tem-a-mesma-riqueza-que-os-100-milhoes-mais-pobres>. Acesso em: 28 nov. 2017.

MELO, José Eduardo Soares; PAULSEN, Leandro; **Impostos Federais, Estaduais e Municipais**. Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado, 2008.

MOURA. Lenice Silveira Moreira de. **Sobre a dignidade humana**: prelúdio para uma abertura das ciências jurídicas. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orientadora, Profa. Dra. Maria da Conceição Xavier de Almeida. 2008.

\_\_\_ A Dimensão Social do Princípio da Dignidade Humana: reflexões a luz da epistemologia da complexidade. **Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais**. Fortaleza: ano 9, n. 11, p. 449-486, Nov. 2010. Diretor Paulo Bonavides.

NABAIS, José Casalta. Solidariedade Social, Cidadania e Direito Fiscal. In: GRECO, Marco Aurélio; GODOI, Marciano Seabra de (Org). **Solidariedade Social e Tributação**. São Paulo: Dialética, 2005.

OLENIKE, J. E.; AMARAL, G.L; AMARAL, L. M. F; STEINBRUCH, F. (IBPT) **Estudos sobre a Carga Tributária/PIB x IDH**. Janeiro de 2017.

\_\_\_\_. Carga Tributária pode chegar a 37% do PIB em 2016. **Tribuna do Norte**, 05 abr. 2016. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/carga-tributa-ria-pode-chegar-a-37-do-pib-em-2016>. Acesso em: 21 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Estudo sobre Sonegação Fiscal das Empresas Brasileiras** (IBPT). março de 2016.

PAULSEN, Leandro. Impostos Federais. In: PAULSEN, Leandro; MELO, José Eduardo Soares de. **Impostos Federais, Estaduais e Municipais**. Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado, 2008.

PICKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

\_\_\_\_\_. O Brasil não cresce se não reduzir desigualdade social. **Folha Digital**, 28 set. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/09/1922435-brasil-nao-cresce-se-nao-reduzir-sua-desigualdade-diz-thomas-piketty.shtml>. Acesso em: 27 nov. 2017.

PONTES, Henilsson Cunha. **O Princípio da proporcionalidade e o Direito Tributário**. São Paulo: Dialética. 2000.

REALI, Giovani; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**. São Paulo: Ed. Paulus, 2004. v.1, 2,3.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Carga Tributária no Brasil**. Brasília, dez. 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016. Disponível em: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/>. Acesso em: 23 nov. 2017.

SALVADOR, Evilasio. O regressivo sistema tributário brasileiro. **Carta Capital**, 04 abr. 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/o-regressivo-sistema-tributario-brasileiro>. Acesso em: 24 nov. 2017.

SINPROFAZ, Sindicato do Procuradores da Fazenda. **Sonegação no Brasil: Uma estimativa do desvio da arrecadação no exercício de 2016**. Disponível em: <http://www.quantocustaobrasil.com.br/artigos/sonegacao-no-brasil%E2%80%93uma-estimativa-do-desvio-da-arrecadacao-do-exercicio-de-2016>. Acesso em: 23/11/2017.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Saraiva, 2015.

SANTOS, Lucas Siqueira dos. **O princípio da solidariedade social**. Investidura Portal Jurídico. 2010. Disponível em: <http://investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/direito-tributario/189610-principio-da-solidariedade>. Acesso em: 28 nov. 2017.

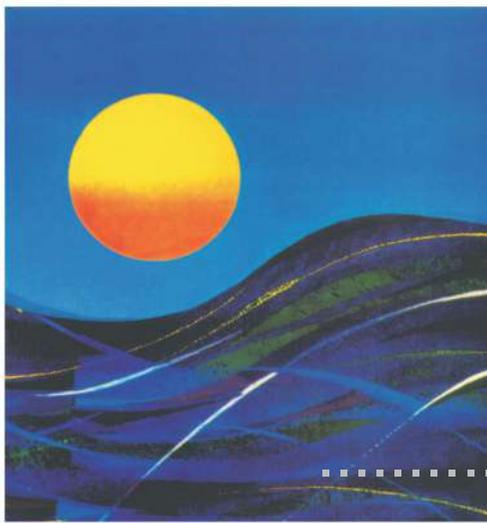
TORRES, Ricardo Lobo. O mínimo existencial, os direitos sociais e os desafios de natureza orçamentária. In:

SARLET, Ingo Wolfgang. **Direitos Fundamentais: orçamento e reserva do possível**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008, p. 69-86.

\_\_\_\_\_. TORRES, Ricardo Lobo. O Conceito Constitucional de Tributo. In: TORRES, Heleno (Coor.). **Teoria Geral da Obrigação Tributária**. Estudos em homenagem ao Professor José Souto Maior Borges. São Paulo: Malheiros, 2005.

TORRES, Ricardo Lobo. **Tratado de Direito Constitucional, Financeiro e Tributário**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

VASCONCELLOS, Fábio. JULIÃO, Luis Guilherme. **Gráficos: Carga Tributária no Brasil e em outros países da OCDE e América Latina**. Publicado em 08.08.2017. Disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos-dados/post/graficos-carga-tributaria-no-brasil-e-em-outros-paises-da-ocde-e-america-latina.html>. Acesso em: 25 nov. 2017.



## **ESTUDO DE CASO**

---

# ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO PARA ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

*Camilla Ferreira de Brito<sup>1</sup>  
Karina de Oliveira Costa Bezerra<sup>2</sup>*

## RESUMO

O modelo estruturado de gestão administrativa para um escritório de advocacia é fundamental para o desenvolvimento e planejamento de todos os processos existentes na organização. Permite que sejam divididos em etapas, proporcionando a viabilização das atividades desempenhadas, com foco numa organização lucrativa, fonte de prazer pessoal e realização profissional. A técnica para a realização da pesquisa foi construída a partir de um Estudo de Caso em um escritório de advocacia de pequeno porte, situado na região leste de Natal/RN, com o objetivo principal de verificar a relação do modelo de gestão e a eficiência dos processos administrativos, complementado por entrevistas, estruturada focada, observação participante e pesquisa documental, tendo, como método de análise de conteúdo, as categorias técnicas de Bardin para tratamento e análise dos dados do atual modelo de gestão do escritório e identificação dos perfis dos advogados, principalmente, o desempenho destes como gestores. Para a análise de conteúdo, a categorização temática abordará a adoção de boas práticas de gestão para um escritório de advocacia, visando a busca de informações e a elucidação dos fatores que influenciam na gestão administrativa do escritório. Os cinco advogados concederam entrevistas estruturadas e focalizadas, fonte de informações e de maior conhecimento com relação ao tempo de atuação, gestão e desempenho das atividades de cada um no escritório de advocacia, o que possibilitou a constatação de que a maioria atua com conhecimento e propriedade para os diversos assuntos relacionados às áreas do Direito; quanto às questões relacionadas aos diversos tipos de gestão, constatou-se que os mesmos só possuem as informações do que são as suas vivências e tão somente por atuarem no cotidiano do escritório. A partir dos depoimentos é possível perceber que os profissionais entrevistados compartilham com algumas ideias sobre modelos de gestão, tais como cumprimento de metas, organização, controle e divisão de responsabilidades. Outras características não foram enfatizadas pela maioria, traçando assim o novo perfil do modelo de gestão e do ambiente no qual estão inseridos. De acordo com todos os dados analisados, observa-se que o Escritório de Advocacia, necessita reorganizar-se, reinventar-se, adequar-se ao mercado e às expectativas de seus clientes, implementando um modelo de gestão que vise o planejamento e o controle das atividades desempenhadas, a fim de garantir uma maior visibilidade no mercado para a atração de novos clientes.

**Palavras-Chave:** Gestão Administrativa. Planejamento. Ferramentas de Gestão. Modelo de Gestão.

---

1 Discente do Curso de Administração do Centro Universitário do Rio Grande do Norte - UNI-RN. Email: camilla0923@gmail.com.  
2 Docente/Orientadora do Curso de Administração Msc. do Centro Universitário do Rio Grande do Norte - UNI - RN. Email: Karina@unirn.edu.br. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4348459165021163>.

## ADOPTION OF GOOD MANAGEMENT PRACTICES FOR LAW FIRMS

### ABSTRACT

The structured model of administrative management in a law firm is essential to the development and planning of all the processes involved in the organization. It makes it possible for them to be divided into steps, making the activities performed feasible, focusing on profitable organization, a source of personal satisfaction and professional achievement. The technique for the research was constructed from a case study in a small law firm, located in the eastern region of Natal/RN, with the main purpose of verifying the relationship between the management model and the efficiency of administrative procedures. Also used were the interview technique, structured and focused, participant observation and documentary research, using Bardin's technical categories of data processing and analysis as a way of analyzing the content, the current office management model, and the profiles of the lawyers as managers. The thematic categorization will address the adoption of good management practices for a law firm, seeking information and elucidation of the factors that influence the administrative management of the office. The five lawyers granted structured and focused interviews, a source of information and of greater knowledge regarding each person's time in performing each of the activities in the law firm, which made it possible to verify that they mostly act knowledgeably and adequately in the various matters related to the areas of Law. As for issues related to different types of management, it was found that the only information they possess stems from their experiences in the daily office routine. From the testimonies it becomes evident that the professionals interviewed share some ideas regarding management models, such as reaching goals, organization, control and division of responsibilities. Other characteristics were not emphasized by the majority, which traces the new management model profile and work environment they are inserted into. According to all the data analyzed, it can be concluded that the law firm needs to reorganize and reinvent itself, adapting to the market and to its clients' expectations, implementing a management model aimed at planning and controlling the activities carried out, in order to ensure greater visibility in the market and thus attract new customers.

**Keywords:** Administrative management. Planning and Management Tools. Management model.

## 1 INTRODUÇÃO

O modelo de gestão para escritório de advocacia parte do pressuposto de que o advogado, como profissional indispensável à administração da justiça, presta serviço público e exerce função social, contribuindo na postulação dos direitos da clientela para o aprimoramento da justiça e do direito.

Considerando a forte presença da ética no exercício profissional, a relação de negócio entre o advogado e sua clientela visa a satisfação desta sem contudo transgredir a ordem jurídica.

Nesse contexto é que se deve construir um modelo de gestão para o escritório, em que a atividade profissional não é de resultado, por se constituir numa ferramenta meio para a obtenção de um determinado bem ou interesse jurídico.

É fundamental também o desenvolvimento de um planejamento, dividindo-se todo o processo em etapas, para proporcionar a viabilização das atividades, com o objetivo de torná-lo uma organização lucrativa, que seja fonte de prazer pessoal e realização profissional.

Dessa forma, esse estudo tem por objeto elaborar um modelo de gestão que auxilie o advogado na estruturação administrativa e financeira de um escritório, consolidando sua solidez institucional. Por isso, o problema central visa responder a seguinte questão: como estruturar um modelo de gestão eficiente, dentro do atual contexto de trabalho de um escritório de advocacia?

O escritório de advocacia, objeto desse estudo, iniciou suas atividades no ano de 1996, cujo titular substituiu a estabilidade no emprego que mantinha junto a uma empresa estatal no intuito de poder investir no exercício profissional da advocacia.

A fase inicial foi bastante difícil, sem receitas correntes; o escritório não cobria nem suas despesas de manutenção, sobretudo aluguel e acessórios.

Em 1998, contratado por uma instituição sindical, começou a segmentar sua área de atuação.

Nesse mesmo ano, surgiu também uma oportunidade de atuação na área de cobrança financeira, sobretudo contratos de financiamento de veículos, inclusive *leasing* e consórcio, por meio de associação com outro escritório de advocacia de estado vizinho.

Com maior atuação nessa área de cobrança, o escritório cresceu em faturamento e pessoal, mediante a contratação de estagiários, secretária e equipe de cobrança, inclusive para atuar na localização dos bens que seriam objeto de busca e apreensão judicial.

O faturamento do escritório de advocacia a partir dessas cobranças logo despertou o interesse de empresas especializadas em cobrança que passaram a buscar esse nicho de mercado diretamente com as instituições financeiras, mediante a contratação de advogados como empregados.

Com a terceirização da cobrança para empresas especializadas, o escritório foi paulatinamente perdendo participação nessas ações com rápida redução no faturamento, até abandonar totalmente essa atividade.

Em 2001, logo após deixar de atuar nas cobranças das financeiras, houve uma queda considerável no faturamento do escritório, tendo este que reduzir pessoal, mantendo-se apenas um estagiário e uma secretária.

Esse cenário não inviabilizou a atuação do escritório, uma vez que já dispunha de um número considerável de clientes. E, com uma atuação bem mais consolidada, passou a atuar basicamente em dois segmentos: administrativo – licitações e contratos; e econômico – crédito de fomento, sobretudo na área rural.

Na época em que funcionou a cobrança das financeiras no escritório, foi instalado todo um aparato logístico de controle de processos para o atendimento das exigências dessas financeiras, sobretudo quanto à emissão de relatórios semanais. No entanto, a perda da assessoria de cobrança das financeiras e a não obrigatoriedade de emissão regular de relatórios de controle de processos fez todo esse aparato logístico perder importância e uso cotidiano, gerando hoje uma grande dificuldade de se identificar o volume de clientes e de processos do escritório.

Diante disso, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: Como estruturar um modelo de gestão eficiente, dentro do atual contexto de trabalho do escritório de advocacia?

Para atingir esse resultado, alguns objetivos específicos foram traçados e este trabalho visa dar relevância a cada um deles, dentre os quais se destacam os seguintes: caracterizar os principais problemas administrativos enfrentados pelo escritório de advocacia; realizar o mapeamento dos procedimentos e de seus respectivos titulares, para orientar a implantação

do sistema de gestão mais adequado e conveniente com a demanda; e diagnosticar e propor as oportunidades de melhorias no sentido da melhor eficiência e eficácia do negócio.

O escritório de advocacia encontra-se localizado na região leste da cidade de Natal/RN e não possui um modelo de gestão que fortaleça o negócio e que proporcione eficiência e eficácia nos processos internos e externos, o que inviabiliza o retorno financeiro e a agilidade na resolução das pendências.

No entanto, segundo dados estatísticos da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Rio Grande do Norte (OAB/RN), houve um crescimento no segmento da advocacia, cuja expansão proporciona uma maior competição em relação às demandas judiciais para o profissional de direito.

Diante desse cenário, a pesquisa se justifica pela pretensão de servir como um referencial de gestão e administração para um escritório de advocacia modelo, possibilitando atender aos interesses de acadêmicos, iniciantes das práticas administrativa e/ou jurídica, e respectivos profissionais.

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

Para compreender a importância da adesão do modelo de gestão ao negócio, torna-se indispensável analisar a evolução da gestão administrativa ao longo do tempo e seus embates na relação negócio e sustentabilidade.

Por isso, o respectivo trabalho faz uma contextualização dos principais papéis da Administração, como também à luz da percepção de autores sobre os modelos de gestão que podem ser adotados numa organização.

### **2.1 ADMINISTRAÇÃO**

Como ciência, é um ramo de humanas e sociais que trata dos agrupamentos humanos, mas com uma peculiaridade que é o olhar holístico que busca a sinergia entre as pessoas, estrutura e recursos.

Segundo Montana (2010), administrar é o ato de trabalhar só ou por intermédio de outras pessoas a fim de alcançar os objetivos traçados pelas organizações e seus membros.

Para Chiavenato (2013, p.6):

Administrar é muito mais do que uma função de supervisão de pessoas, de recursos ou de atividades. Não se trata apenas de planejar, organizar, dirigir e controlar, mas, principalmente, de conduzir uma organização inteira ao rumo do sucesso através da competitividade e da sustentabilidade do seu negócio.

A administração é uma atividade essencial na sociedade contemporânea e a tarefa básica desta ciência é fazer as coisas por meio das pessoas e focando os melhores resultados. Sabe-se que qualquer tipo de organização busca alcançar os objetivos com eficiência e eficácia<sup>3</sup> e por isso, a administração se constitui como o fator chave para a melhoria dos processos e, conseqüentemente, favorecer a perenidade do negócio.

De acordo com Masiero (2012), não importa o tamanho da empresa, quanto mais hábil e competente for o administrador melhor será o seu desempenho. Sobre o perfil do administrador o autor tipifica três:

- administradores estratégicos: executivos responsáveis pelo desenvolvimento dos objetivos e planos da empresa a longo prazo, além da sobrevivência, do crescimento e da eficácia. Envolvidos primordialmente nos relacionamentos da organização com seu ambiente externo;
- administradores táticos: chamados frequentemente de gerentes, têm como missão traduzir em menor tempo os objetivos gerais e os planos da organização em atividades específicas, alocando sempre os recursos;
- administradores operacionais: pertencem aos níveis inferiores e têm a responsabilidade de supervisionar as operações da organização, estando envolvidos no dia-a-dia do trabalho da empresa, cumprindo os planos estabelecidos, tomando decisões, gerenciando e avaliando os resultados.

Cabe destacar que os processos de melhorias devem ser geridos de forma sistêmica, e o administrador necessita estar atento aos princípios administrativos, que são: planejamento, organização, direção e controle.

---

3 Eficiência significa fazer bem corretamente. O trabalho eficiente é bem executado. Eficácia significa atingir objetivos e resultados. Um trabalho eficaz é proveitoso e bem-sucedido.

### 2.1.1 Modelo de prestação de Serviços Advocatícios

A prestação de serviços possui uma grande representatividade na economia brasileira e tem sido fator propulsor do desenvolvimento econômico do país.

De acordo com Heskett (apud CORRÊA, 2008, p. 75), conceito de serviço é:

Uma ferramenta importante de unificação das pessoas envolvidas na tomada de decisão em geral e no atendimento a clientes em particular, dentro da organização de serviço, em torno de como a organização gostaria de ter seus serviços percebidos por seus clientes, funcionários e acionistas.

Segundo Fitzsmmons; Fitzsmmons (2005), o setor de serviços vem crescendo significativamente nos últimos 50 anos, sendo uma área onde os níveis de empregabilidade crescem rapidamente e com ênfase no setor de serviços (por exemplo, saúde, educação, serviços profissionais). Todavia, serviços profissionais como consultorias de advocacia apresentam problemas de gestão, uma vez que o profissional é treinado para desempenhar sua função específica, mas não em administração de negócios.

Para focar em um recorte deste setor, o respectivo trabalho centrará seu estudo nos escritórios de advocacia.

### 2.1.2 Escritórios de Advocacia

Os escritórios de advocacia se enquadram no modelo de negócio de prestação de serviços, cuja atuação se concentra em atividades jurídicas em prol das pessoas físicas, empresas ou governo.

Neste sentido, os serviços prestados por um escritório de advocacia vão desde a assessoria e consultoria até o contencioso administrativo e judicial.

Sobre a regulamentação desse serviço, a Lei nº 6.839 de 30 de outubro de 1980, salienta em seu Artigo 1º:

O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.

Para ser o titular de um escritório jurídico, **pessoa física ou jurídica**, assim como para atuar como contratado ou autônomo, o advogado deve ter sido aprovado no exame da Ordem e regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

As atividades desenvolvidas por um escritório de advocacia são amplas e variadas, porém seu desempenho depende primordialmente da gestão do escritório, que deve ser realizada de forma a permitir a oferta de serviços adequados às necessidades dos clientes.

Para não se interromper o fluxo de trabalho ou se evitar o retrabalho, os advogados e escritórios necessitam urgentemente se adequarem à nova realidade do mercado, tomando as melhores decisões, desde a abertura do escritório. Logo, ultrapassado o momento da decisão de abrir um escritório, o advogado deve estudar como o administrar em face de suas atividades, sem perder o foco principal, que é a advocacia.

Nesta perspectiva, o presente trabalho foi desenvolvido, buscando informar e facilitar as atividades de planejamento e gestão do escritório de advocacia.

## 2.2 FERRAMENTAS E MODELOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Os escritórios de advocacia funcionam como empresas que interagem com clientes, funcionários, sócios e instituições do Direito e precisam analisar as suas fontes de receitas e despesas, bem como as possibilidades de investimento para o crescimento do negócio .

Por se tratar de um mercado de alta competitividade, é um desafio conseguir manter um escritório de advocacia com níveis satisfatórios de retorno. Para tanto, é necessária uma tomada de decisão que contemple a melhoria da gestão.

Para isso, Gracioso (2010), considera imprescindível a compreensão de: Quem faz parte do negócio? Como gerenciar o aspecto financeiro? Como precificar os serviços? Como controlar o faturamento e os custos? Qual tipo de relatório é relevante extrair? É necessário *software* jurídico?

Sobre gestão empresarial, Oliveira (2005, p. 30), destaca que “como padrão, a estratégia é orientativa para as ações que devem ser desenvolvidas pela empresa. Como oposição, a estratégia deve interligar os aspectos

externos – não controláveis – da empresa, consolidando uma situação de operacionalização da estratégia”. O planejamento estratégico permite projetar de maneira segura as ações do escritório.

Para Chiavenato (2014, p. 406),

existem três níveis de objetivos estratégicos que são: estratégicos, táticos e operacionais que quando utilizados contribuem para a organização como um todo: [...] podem facilitar o alcance de outros, provocando o efeito de sinergia, como também podem dificultar e ou impedir o alcance de outros.

Nas palavras de Oliveira (2012, p. 377), planejamento estratégico é: “a metodologia administrativa que permite estabelecer a direção a ser seguida pela organização, e que visa ao maior grau de interação com o ambiente, onde estão os fatores não controláveis pela organização”.

Alega Gracioso (2010, p. 219), que “gerenciar, estrategicamente, na sua essência, consiste em tomar decisões operacionais (praticamente no dia a dia dos negócios) levando em conta nossos objetivos e condicionantes estratégicos”.

Por sua vez, Marshall (2005, p. 85), ressalta que “o gerenciamento da melhoria é de responsabilidade da alta administração e tem como objetivos a sobrevivência e o crescimento do negócio, situando-se ao nível estratégico”.

Acrescenta Masiero (2012), que a estratégia empresarial é a definição das competências centrais de uma organização. Para isso, cabe à alta administração criar e manter uma organização competitiva, estabelecendo estratégias adequadas, direção e visão de futuro para poder guiar as decisões, como também plano estratégico e mecanismos de implementação do plano.

Segundo o autor, para decidir as estratégias de uma empresa é necessário utilizar algumas ferramentas de gestão que servirão de base para a tomada de decisão dentro da empresa como: a teoria das Cinco Forças de Porter, o Benchmarking e o PDCA de Daming.

Ainda para Masiero (2012), o modelo desenvolvido por Porter faz uma análise competitiva aprofundada das empresas, orientado para a formulação de estratégias de sobrevivência na atual situação da empresa, avaliando as possibilidades de expansão para outros setores ou serviços.

Acerca do parágrafo anterior, Lobato et al (2009, p.111), considera:

O modelo desenvolvido por Porter apresenta uma metodologia analítica visando auxiliar a organização a: analisar o setor como um todo e prever sua evolução; compreender a concorrência e a sua própria posição no setor, dois entendimentos que norteiam o saber onde competir; formar uma estratégia competitiva para o ramo do negócio.

Salienta Masiero (2012), que o benchmarking tem como objetivo desenvolver uma atividade através do planejamento e implementação de estratégias de uma ação. Consiste numa pesquisa que possibilita administrar e realizar comparações dos processos e práticas de empresas distintas, a fim de identificar o melhor deles e estabelecer como meta a ser alcançada e superada.

Afirma o autor que antes de se fazer um benchmarking é fundamental conhecer a própria empresa, buscando sempre destacar os pontos negativos e positivos, definir os líderes de mercado como também os motivos para seu melhor desempenho.

Sobre o PDCA, Masiero (2012), o define como ferramenta de qualidade para o controle do processo e a solução dos problemas, sendo composto de quatro fases:

- 1<sup>a</sup> - O P de planejar - que é a seleção de um processo, atividade ou máquina que necessite de melhoria, com medidas claras para obtenção de resultados.
- 2<sup>a</sup> - O D de fazer - que é a implementação do plano elaborado e o acompanhamento de seu progresso.
- 3<sup>a</sup> - O C de verificar - que é a análise dos resultados obtidos na execução do plano e se necessário, avaliação do plano.
- 4<sup>a</sup> - O A de agir - que caso tenha obtido sucesso, o novo processo é documentado e se transforma em um novo de padrão.

Além dessas ferramentas de gestão, Corrêa (2008), acrescenta que a análise estratégica no processo de formação do preço de serviços (PRICING) é uma das mais importantes e complicadas decisões que o gestor realiza, salientando ainda:

A estratégia de preços define padrões que orientam as decisões relacionadas com a fixação de preços. As estratégias possíveis serão decorrentes da combinação de três aspectos: os custos de produção, a atuação da concorrência e as preferências e prioridades do cliente (CORRÊA, 2008, p.140).

De acordo com Toniniet al (2007), a análise SWOT<sup>4</sup> deve ser realizada periodicamente, com a escolha das variáveis que melhor traduzam os fatores favoráveis e desfavoráveis da organização, tanto internamente quanto externamente. Uma vez identificadas as variáveis, são formulados e iniciados os planos de ação para maximizar as variáveis favoráveis e minimizar ou extinguir as desfavoráveis, com as suas respectivas prioridades.

O Balanced Scorecard (BSC) é também uma ferramenta de gestão, bastante utilizada num ambiente muito competitivo e complexo, cuja definição, segundo Lobato (2009, p.160):

É um sistema de integração da gestão estratégica a curto, médio e longo prazos que visa o aprendizado e ao crescimento organizacional. Contempla as demais ferramentas existentes na organização e assegura à organização a implantação da estratégia, permitindo a correção dos rumos quando necessário.

Para o autor, alguns estrategistas o adotam pelas seguintes razões: possibilita clareza e consenso sobre as estratégias do negócio; proporciona foco ao negócio; desenvolve a liderança de alta direção; educa a organização; alinha programas e investimentos; torna a estratégia clara para toda a organização; direciona o processo de alocação de recursos e capital; e promove o aperfeiçoamento.

De acordo com Chiavenato (2013), o BSC é uma ferramenta de gestão que foca no equilíbrio organizacional, baseando-se em quatro perspectivas: finanças, clientes, processos internos e aprendizagem ou crescimento organizacional. Considera ainda que a utilização dessas quatro perspectivas garante à organização retorno sobre os investimentos e valor agregado, participação no mercado e aquisição e retenção de clientes, qualidade dos processos, inovação, otimização dos fluxos, bem como sucesso e solidez para o futuro das organizações.

---

4 Com foco no micro e macro ambiente, pela análise de SWOT o administrador encontra os fatores críticos e amplia os conhecimentos acerca do negócio.

### 2.3.1 Gestão Estratégica Competitiva na Eficiência em Serviços

A gestão estratégica competitiva envolve a organização como um todo, a fim de alcançar os objetivos organizacionais em longo prazo. Para Chiavenato (2014, p.407), a estratégia organizacional deve ser implementada conforme o seguinte:

Escolhidos e fixados os objetivos organizacionais, isto é, os objetivos globais da empresa a serem alcançados, o próximo passo é saber como alcançá-los, ou seja, estabelecer estratégia empresarial a ser utilizada para alcançar de forma eficiente aqueles objetivos e escolher as táticas e operações que melhor implementem a estratégia adotada.

Schermerhorn (2014, p.193), articula que “a essência da gestão estratégica é olhar para frente, entender o ambiente e a organização, posicionar a organização de modo eficaz para a obtenção de vantagem competitiva em tempos de mudanças”.

Já Lobato (2009), destaca que, para se alcançar a eficiência e a eficácia dentro de uma organização, o resultado se dá mediante a convergência de cinco componentes: raciocínio sistêmico, domínio pessoal, conscientização dos modelos mentais, definição de um objetivo em comum e aprendizado em grupo.

## 3 METODOLOGIA

A metodologia é uma etapa para a coleta e o tratamento de dados científicos e tem como finalidade a obtenção de conhecimento, bem como a utilização de técnicas científicas que possam contribuir na elaboração e na resolução de uma problemática, a partir de determinados princípios.

### 3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Pesquisar é uma maneira de procurar informações e respostas para questionamentos, visando a solução de problemas. Considerando os diversos tipos de pesquisa, a utilizada para o desenvolvimento desse trabalho foi a científica, que tem como proposta analisar o **modelo de gestão, dentro**

**do atual contexto de um escritório de advocacia**, utilizando-se as normas metodológicas como meio de resposta para a problemática sugerida.

Em relação aos objetivos, a pesquisa define-se como exploratória e descritiva. Para Marconi; Lakatos (2015), as investigações exploratórias-descritivas, quando combinadas, têm como finalidade descrever completamente tal fenômeno, proporcionando maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito e possibilitando uma visão geral, com o objetivo de esclarecer e modificar conceitos e ideias em relação a um determinado fato, assim como o estudo de casos para os quais são realizadas análises empíricas e teóricas.

Neste caso, a exploratória se faz por meio do uso de material bibliográfico, permitindo o embasamento e formulação de novas concepções do ambiente estudado, através de uma comparação entre os conceitos estudados com a realidade encontrada no âmbito de um Escritório de Advocacia. A descritiva possibilita a análise e a identificação dos perfis dos advogados, principalmente, o desempenho destes como gestores que, na pesquisa, representam a população de interesse, permitindo assim uma melhor interpretação dos prováveis fatores complicadores das atividades desempenhadas no tocante a atendimentos, prazos e rotinas a serem cumpridas.

A técnica para a realização da pesquisa foi construída a partir de um estudo de caso realizado em um escritório de advocacia de pequeno porte, situado na região leste da cidade de Natal/RN, com o objetivo principal de verificar a relação do modelo de gestão e a eficiência dos processos administrativos.

O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados (GIL, 2010, p.37).

### 3.2 DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO-ALVO DO ESTUDO

Esta, por sua vez, apresenta um conjunto de características em comum, a qual, especificamente, nesse estudo de caso, não demandou a extração de uma amostra devido ao fato desta corresponder aos advogados no escritório de advocacia.

O estudo foi realizado no âmbito do escritório, por uma pesquisa de caráter censitária, na qual apenas a população-alvo representativa participou e de onde foram extraídas as informações necessárias para se compreender o contexto organizacional, através de entrevistas com os advogados.

O escritório de advocacia conta com o quadro de cinco advogados, cujas áreas de formação e atuação podem ser assim caracterizadas:

1. um advogado/gestor, de formação econômica e jurídica e atribuições administrativa e financeira, com atuação preponderante no direito constitucional e administrativo, permeando o cível e trabalhista;
2. duas sociedades de advogados integrada por 4 dos colaboradores, todos com atuação preponderante nos direitos de família e trabalhista, este com incursão no previdenciário, cível e empresarial.

### 3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

Para Marconi; Lakatos (2010, p.149), o instrumento de coleta é a “etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos”.

Logo, como o trabalho objetiva fazer uma relação entre modelo de gestão e eficiência dos processos administrativos, o instrumento escolhido para a coleta de dados foi a técnica de entrevista padronizada ou focalizada estruturada que permitiu maior interação e correlação das informações colhidas e observadas.

Para Gil (2014, p. 109), a entrevista pode ser definida como:

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como uma fonte de informação.

Acerca da observação estruturada, acentua Vergara (2012, p. 76), que: “A observação estruturada tem a capacidade de ajudar a clarificar comportamentos em termos de frequência, duração, forma, sequenciamento de ocorrências, na medida em que o observador decodifique o que está observando”.

Logo, o material da entrevista, como texto, áudio ou visual, tem como propósito facilitar a identificação e quantificar o surgimento de informações e/ou comportamentos “chaves”, objetivando uma futura comparação e possível conclusão para o diagnóstico na organização.

De acordo com Gil (2014, p.110), a utilização da entrevista em um trabalho de pesquisa tem suas vantagens e limitações devido certas circunstâncias que podem influenciar na quantidade de informações prestadas, conforme a seguir:

- a) a entrevista possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social;
- b) a entrevista é uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano;
- c) os dados obtidos são suscetíveis de classificação e de quantificação.

No entanto, para que o sucesso desta técnica aconteça é necessário haver um planejamento e principalmente um bom nível de relação e cordialidade entre entrevistador e entrevistado.

#### 3.4 CRONOGRAMA DESENVOLVIDO E COMENTÁRIOS SOBRE O PROCESSO DE COLETA DE DADOS

Fundamentadas nas premissas apresentadas, as entrevistas com os advogados foram realizadas na sede do Escritório de Advocacia, sendo utilizado o método de gravação sem qualquer constrangimento. Todo o processo de entrevistas teve duração de aproximadamente 30 dias para serem concluídas, porém sem prejuízos para a qualidade das informações prestadas.

No dia 25 de agosto de 2016 foi dado início às entrevistas, com o advogado especialista nas áreas administrativa, financeira e empresarial, o que gerencia as despesas do escritório; no dia 26, teve a participação da advogada especialista em causas de família e previdenciárias; e no dia 31, com os demais advogados especializados nas áreas cível, trabalhista e previdenciária.

Quanto à caracterização e identificação dos advogados no decorrer do estudo, foram mantidas a discrição, sendo estabelecidos os seguintes códigos:

### Quadro 1 – Codificação dos advogados/gestores do escritório de advocacia

Advogados	Área de atuação	Código
GSFS	Administrativa, financeira e empresarial.	Respondente 1 (R1)
EMMNM	Família e previdenciário	Respondente 2 (R2)
RM	Cível e trabalhista	Respondente 3 (R3)
ISCS	Previdenciário, cível e trabalhista	Respondente 4 (R4)
RRP	Cível	Respondente 5 (R5)

Fonte: Dados da pesquisa, agosto de 2016.

Posteriormente, foram transcritos os áudios das entrevistas, utilizando a técnica de análise de conteúdo, que tem como finalidade avaliar de maneira sistemática texto, áudio e/ou visual, a fim identificar e quantificar o surgimento de informações “chaves”, para uma futura comparação e possível conclusão do problema em questão.

Segundo Bardin (2009), a análise de conteúdo organiza-se em torno de fases essenciais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, sendo caracterizada como um conjunto de técnicas de análise através da comunicação. Acerca do tema, destaca-se o seguinte excerto:

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análises das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será o único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas de adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (BARDIN, 2009, p. 33).

Dentre os tipos de análise de conteúdo, a categorização temática explorará o tema central do trabalho, visando a busca de informações para elucidar os fatores que influenciam na gestão administrativa do escritório.

Com relação ao tipo de abordagem, caracteriza-se por ser quantitativa e qualitativa. Na análise quantitativa, verifica-se na informação a frequência com que certas características foram apresentadas. A qualitativa foi utilizada para o tratamento dos dados, possibilitando uma maior influência e liberdade por parte do entrevistador para tratar das informações com mais flexibilidade.

Logo após a realização das entrevistas, iniciou-se a seleção das categorias de maior frequência e que de forma sequenciada foram agrupadas, conforme Bardin (2009, p.145): “a categorização é uma operação de classificação de elementos construtivos de um conjunto por diferenciação,

e seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos”.

O processo de categorização une os dados em comum, podendo seguir critérios pré-estabelecidos, de forma a sintetizar o processo de informações.

As inferências e fatos extraídos das informações expressadas e representadas pelos entrevistados permitiram a criação das categorias (temas), as subcategorias (especificação do tema) e os indicadores (ideias resumidas transmitidas a partir do todo da entrevista), bem como a elaboração do quadro abaixo:

**Quadro 3** – Categorias e Subcategorias Temáticas para a análise dos resultados

Especificação das Categorias e Subcategorias Temáticas	
Categorias	Subcategorias
Identificar o modelo gestão (MG)	Perfil da estrutura hierárquica (PEH)
	Perfil profissional dos advogados (PPA)
Analisar o desempenho dos advogados/gestores (DAG)	Desempenho da gestão quanto fatores de qualificação (DGQ)
	Desempenho da gestão de forma autoavaliativa (DGA)
Avaliar a influência de fatores condicionantes como atendimentos, clientes, mapear processos e prazos, rotinas administrativas e seus cumprimentos (ACPRC)	Influência de fatores positivos (IFP)
	Influência de fatores negativos (IFN)
	Análise das variáveis quanto à eficiência (IFVE)
Distinguir as causas de surtos de gargalos administrativos (GA)	Gargalos administrativos quanto ao desempenho dos advogados (GADA)
	Gargalos administrativos quanto ao gerenciamento (GAG)
	Gargalos administrativos quanto à captação de clientes (GACC)

Fonte: Dados da pesquisa, agosto de 2016.

## 4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A descrição e análise dos resultados têm como finalidade relatar as informações originadas dos dados adquiridos, emitindo um diagnóstico dos fatores estudados com suas características, para um maior conhecimento da situação.

### 4.1 DADOS INFORMATIVOS: CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS RESPONDENTES

Os cinco advogados entrevistados, caracterizados no quadro 1, prestaram informações por meio de entrevistas que serviram de fonte para um maior conhecimento em relação ao tempo de atuação e gestão. Pelo desempenho das atividades de cada um no escritório de advocacia, constatou-se

que a maioria atua no escritório com conhecimento e propriedade para diversos assuntos nas áreas do direito, porém, quanto às questões relacionadas aos diversos tipos de gestão, identificou-se que os mesmos só possuem informações do que é modelo de gestão pela vivência e sobretudo pela atuação cotidiana no escritório.

**Quadro 2** – Dados Informativos dos Entrevistados

Respondente	Idade	Sexo	Tempo de Gestão
R1	48	Masculino	20 anos
R2	43	Feminino	5 anos
R3	44	Masculino	13 anos
R4	31	Masculino	4 anos
R5	49	Masculino	12 anos

Fonte: Dados da pesquisa, agosto de 2016.

A primeira categoria a ser analisada tem como objetivo a identificação do Perfil da Estrutura do Modelo de Gestão (MGE), ou seja, o atual modelo de gestão do escritório onde os advogados exercem suas funções, bem como sua análise de acordo com os relatos dos entrevistados previamente identificados.

Na caracterização desse perfil, inicialmente procurou-se tomar conhecimento sobre a visão de cada advogado quanto ao tempo e área de atuação, rotinas e principais atribuições desempenhadas no escritório, com intuito de obter o maior número de informações sobre o atual modelo de gestão organizacional, levando-se em consideração os pontos positivos e negativos ali existentes.

No primeiro momento, para contextualizar o assunto e traçar o perfil dos advogados, foi perguntado sobre o que entendem por modelos de gestão administrativas e se há algum aplicado ao escritório.

R1: Eu não entendo de modelo de gestão administrativa. Na verdade, o que faz acontecer às coisas no escritório é o cumprimento dos prazos, temos prazos a cumprir, temos clientes e cada cliente tem seu prazo para cumprir, então vamos cumprir todos os prazos. Essa é a meta.

R3: Bem, nossa administração posso dizer que é simples, não é nada complexo. É meramente administrar a entrada de receitas e reduzir as despesas, tentando superar essas despesas.

R5: Normalmente o modelo que eu acho mais interessante é a colegiada, aonde há uma divisão de responsabilidades em tudo. Tanto na fase de gerenciamento de processos, como também em custos, porém esse modelo não se aplica aqui.

A partir dos depoimentos, é possível perceber que os profissionais entrevistados compartilham com algumas ideias sobre modelos de gestão, pela citação de ideias como cumprimento de meta, organização, controle e divisão de responsabilidades.

Este cenário tipifica bem o modelo de gestão que o escritório possui hoje, uma realidade diferente dos conceitos de Chiavenato (2013), quando afirma que administrar não é apenas planejar, organizar, dirigir e controlar os processos na organização, mas também gerenciar com maior eficiência, fazendo com que haja maior interação entre as pessoas da própria organização e clientes, atendendo suas expectativas e obtendo sucesso, competitividade e sustentabilidade no negócio.

## 4.2 DADOS AVALIATIVOS

Muitas questões abordadas pelos advogados se relacionam com os conceitos de diversos autores abordados nesta pesquisa, sendo esmiuçados de acordo com as categorias temáticas e subcategorias pré-definidas, pois as unidades de registro foram extraídas dos diálogos. O quadro abaixo identifica os itens explorados:

**Quadro 3 – Categorias, Subcategorias e Unidades de registro**

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Unidades de registro</b>
<b>4.1 (MG)</b>	<b>4.1.1 (MGE)</b>	Mudanças na estrutura do sistema gestão
		Melhorias a serem obtidas na estrutura do sistema de gestão
		Comprometimento e qualificação com um diferencial
	<b>4.1.2 (MGP)</b>	Flexibilidade dos advogados/gestores
		Rotatividade na gestão
		Profissionais proativos
<b>4.2 (DGA)</b>	<b>4.2.1 (DGQ)</b>	Motivação como fomentadora da responsabilização para alcanças as metas
		Desenvolvimento da técnica de qualificação
		Comunicação como falha do processo
	<b>4.2.2 (DGA)</b>	Falha de comunicação entre os advogados
		Otimização dos processos e prestação de serviços
		Descentralização, interação e engajamento
<b>4.3 (ACPRC)</b>	<b>4.3.1 (IFP)</b>	Profissionais qualificados e engajados para solucionar as questões processuais
		Localização do escritório de advocacia.
	<b>4.3.2 (IFN)</b>	Falta de definição de um modelo de gestão
		Necessidade de uma ferramenta de controle
	<b>4.3.3 (IFVE)</b>	Influências de variáveis com relação à eficiência
		Falta de pessoal e infraestrutura
<b>4.4 (GA)</b>	<b>4.4.1 (DA)</b>	Fator Financeiro X Entradas e Saídas
		Busca por resultados
	<b>4.4.2 (GAG)</b>	Planejamento estratégico
		Importância de reuniões periódicas e apresentação de resultado: Contexto envolvido.
	<b>4.4.3 (GACC)</b>	Networking deficiente
		Maior engajamento dos advogados.

Fonte: Dados da pesquisa, agosto de 2016.

Para verificar o Desempenho da Estrutura de Gestão (DG), a primeira categoria a ser analisada tem como objetivo identificar o perfil da estrutura do modelo de gestão dos advogados e se fundamenta na análise das falas dos advogados entrevistados e previamente identificados.

Para caracterizar esse perfil, procurou-se de início tomar conhecimento sobre a visão de cada advogado quanto à estrutura do modelo de gestão atual do escritório de advocacia e suas rotinas, com a finalidade de se obter maiores informações da estrutura organizacional, observados seus pontos positivos e negativos.

O modelo de estrutura de gestão permite se trabalhar as atividades de forma planejada, intencional, organizada e estratégica com os seus colaboradores, clientes e fornecedores. Porém, algumas características não foram enfatizadas pela maioria dos advogados entrevistados, sendo traçado o novo perfil do modelo de gestão a partir do ambiente no qual estão inseridos. Convém salientar a fala de R1 ao dizer que não entende de modelo de gestão administrativa e que, na verdade, o que faz acontecer as coisas no escritório é o cumprimento dos prazos, sendo essa a meta. De acordo com R3 administração é simples, não há nada complexo. É meramente administrar a entrada de receitas com redução das despesas. Nota-se também que há outras características do perfil da estrutura da gestão e suas funções administrativas pelo relato de R4: “A gente trabalha a princípio com organização, uma vez que qualquer área tem de trabalhar dessa maneira. Então, a organização parte do controle de prazos, agendamentos, intimações e é nesse sentido que se pauta o trabalho”.

Nesse contexto, para acontecer o desempenho eficiente dessa gestão, faz-se necessário articular planejamento estratégico e administração eficaz num só processo, o que permitirá aos advogados projetar de maneira segura as ações do escritório.

Ao refletir sobre o passado e o futuro da gestão administrativa, R2 define bem como a mudança vem acontecendo:

Bom, antes de eu vim trabalhar aqui eu trabalhei em outro escritório e a forma de gestão desse escritório era diferenciada. Aqui a gente funciona com muitas salas alugadas e uma advocacia independente. No outro escritório no qual eu tive a oportunidade de trabalhar, existia um trabalho em equipe, ou seja, havia uma integração de todos os advogados.

Então, vários advogados tinham especializações somente em uma área, o escritório todo recebia o cliente, fazia uma análise do problema que ele trazia e a partir disso era encaminhada para algum dos advogados.

Diante dessa análise, a qual se constatou a forma de gestão exercida no escritório pelos advogados, determinada a despertar uma administração estratégica, pautada na gestão de recursos e processos, é também imprescindível avaliar como os gestores enxergam seu próprio trabalho e como este é percebido e reconhecido pelos clientes e empresas e quais mudanças são necessárias em termos do atual modelo de gestão do escritório. Para isso, o Desempenho da Gestão de forma Autoavaliativa (DGA) é de extrema importância, uma vez que possibilita reconhecer as possíveis falhas e necessidades que devem ser superadas e/ou identificar as possíveis medidas a serem tomadas, efeitos causados e otimização destes.

Dentre os fatores que se destacam nessa auto-avaliação, alguns já foram citados nos tópicos anteriores, reforçando a relevância deles, tal como a falha na interação e comunicação no escritório, como se pode observar na fala de R1:

O que eu mudaria é a forma centralizada que cada um trabalha, ou seja, o “escritório” ele não reúne para conversar seus problemas, nem durante o mês, nem durante a semana. Eu acho importante que houvesse mais troca de experiências entre as pessoas que estão atuando ali, para que um cliente de um determinado advogado pudesse ser cliente de outro advogado também, dependendo da área que cada advogado é mais atuante.

Essa falha também é verificada por R2 que, ao reconhecê-la, propõe algumas iniciativas que poderão servir como ações preventivas a esse tipo de problema:

Se houvesse uma participação mais integrada de todos os advogados, por meio do compartilhamento de informações, conhecimentos, no levantamento das demandas para o escritório o trabalho, as discussões se tornaria mais enriquecedora pra gente enquanto advogados e o escritório como um todo ganharia bem mais.

Outro ponto de destaque é a dificuldade em reconhecer possíveis falhas e erros de gestão, bem como atentar para as mudanças e a visão que os clientes têm do trabalho desenvolvido pelo escritório. Pode-se verificar tal afirmativa na fala de R3: “Bem, olhando de fora, fica complicado fazer essa auto-avaliação do modelo de gestão do escritório e responder uma questão desta. Mas, acredito que desempenho bem o meu papel como advogado”.

Já R4 assevera para alguns aspectos típicos de uma organização e que surgem como implicadores no desempenho das atividades, tal como a forma estrutural e funcional de se trabalhar ao enfatizar que: “A estrutura poderia melhorar um pouco mais, no sentido de secretárias, atendimentos; é na questão mais funcional do escritório e não na parte dos advogados, a questão como um todo, como o corpo administrativo”.

#### 4.3 INFLUÊNCIAS DE FATORES CONDICIONANTES PARA O MODELO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA NO ESCRITÓRIO: ATENDIMENTOS, CLIENTES, PRAZOS, ROTINAS E CUMPRIMENTOS (ACPRC)

As influências de fatores condicionantes para o modelo de gestão administrativa aplicada no escritório estão relacionadas com as variáveis de atendimentos, clientes, prazos, rotinas e cumprimentos (ACPRC), que norteiam e regem toda a rotina do Escritório de Advocacia, assim como também permitem avaliar as práticas de gestão que são realizadas, a qualidade e eficiência dos serviços desempenhados, demonstrando o que deve e pode ser alterado de forma a se conduzir eficientemente por todas as fases do processo administrativo e se chegar ao resultado esperado. Por isso que a fase do planejamento de uma organização é tão relevante; no escritório não é diferente.

Considerando o cenário atual do Escritório de advocacia, acerca da Influência de Fatores Positivos (IFP), e a Influência de Fatores Negativos (IFN), constata-se ao mesmo tempo uma carência na forma de gestão e administração do negócio e fatores bastante positivos quanto à qualificação, ao comprometimento e ao engajamento dos profissionais para as resoluções dos processos em que atuam nas diversas áreas do direito, além do local onde o mesmo se situa.

A adoção de boas práticas de gestão e a utilização de algumas ferramentas de gestão, com intuito de flexibilizar e controlar os procedimentos, é de extrema necessidade para um gerenciamento efetivo das entradas, despesas,

controle de clientes, atendimentos realizados, atribuições, dentre outros. Tal situação não é ainda uma realidade para o escritório, como explica R2:

Eu acho que uma das coisas mais importantes de uma gestão estruturada é a organização financeira, uma vez que esta possibilita ter a exata noção de quanto podemos gastar e investir no escritório e de como nós poderíamos crescer financeiramente com a entrada de novos clientes.

Essa falta de controle e comunicação interfere na atuação da gestão, como bem destacado por R1:

A forma de gestão deveria ser mais coordenada, no sentido que, cada um dos profissionais que aqui trabalham soubesse quais atividades são desempenhadas e qual tipo de serviço é prestado no escritório de forma geral para quando no âmbito de seu atendimento quando não puder fazer por si próprio, indicar quem esteja ali no escritório para servir.

Quanto aos mecanismos de ferramentas de controle utilizados para o faturamento e os custos, a maioria dos entrevistados concorda que é um ponto bastante negativo para o escritório, uma vez que não há um fluxo de caixa para cobrir eventuais despesas. R1 e R2 demonstram a mesma opinião, de acordo com R5: É basicamente aquela contabilidade meio simplista, entrou dinheiro, no final do mês divide as despesas e se vê o que é possível pagar (risos). Essa falta de acompanhamento e visão empresarial influencia no gerenciamento das receitas e despesas, comprometendo a eficiência e eficácia da gestão e dos processos.

Ao se estudar o atual cenário no qual o escritório está inserido, foi analisado também as Influências das Variáveis em relação à eficiência (IFVE). Estas criam expectativas quanto ao presente e ao futuro, dentro do que se deseja e do que se pode mudar para desempenhar com eficiência e eficácia as atividades. Os gestores fazem referência quanto à implementação de ferramentas tecnológicas para a melhoria no gerenciamento, bem como na qualificação e no treinamento, visando uma maior colaboração do pessoal para a melhoria na estrutura do escritório, uma vez que as duas colaboradoras que desempenham a função de secretária poderiam ser melhor aproveitadas.

Um transtorno causado por falta de implementação de uma ferramenta tecnológica está relacionado com a não utilização de um software jurídico para acompanhamento dos processos e da gestão financeira.

R2, quando abordado sobre tal deficiência, destacou: “Eu recebo apenas publicação através do Advise que é um sistema disponibilizado pela OAB aos advogados, através de e-mail.” Neste sentido, os demais R1, R3, R4 e R5 compartilharam da mesma opinião do R2.

Quando perguntados se a empresa se preocupa em treinar, formar e qualificar seus colaboradores, as respostas foram enfáticas e diretas em uma única palavra: “Não”. R2 ressalta ainda:

Os colaboradores da gente se resumem as meninas que dão o suporte de recepção, que tanto poderia fazer a parte de leitura de publicações, arquivo e várias outras situações que termina deixando um pouco a desejar, pois nunca foi passada a necessidade disso para elas, se elas fizessem seriam mais rico pra gente e pra elas também. Acredito que, elas desempenham um papel que poderia ser mais aproveitados.

R1 destaca, contudo, preocupação em treinar, formar e qualificar suas colaboradoras:

Aí é que está. Não temos essa preocupação. O nosso escritório não funciona como uma empresa. Funciona como se fosse um escritório de prestação de serviço profissional liberal, não existe assim, aquela ideia empresarial no escritório ainda. Muito embora, os escritórios mais modernos todos tem essa visão empresarial, mas o nosso escritório é aquela visão de profissional liberal, de prestação de serviço, de atendimento as demandas tanto de empresas como de pessoas em determinadas causas.

Compreende-se, portanto, quão é relevante atentar para as mudanças no mercado, pois um colaborador qualificado e treinado e comprometido, favorece, ou pelo menos, ameniza os problemas acima relatados. A fala de R3 afirma a de R2: Isso é importante, pois quem trabalha aqui nessa área tem que está sempre atualizado, buscando se reciclar a cada dia.

#### 4.4 GARGALOS ADMINISTRATIVOS (GA)

Ao se analisar toda a conjuntura do Escritório de Advocacia, foram obtidas algumas prévias das dificuldades enfrentadas pela gestão, onde foram distinguidas as causas de surgimentos dos gargalos, mais especifi-

camente os que atingem o desempenho dos advogados, para se buscar as resoluções no modelo de gestão e de expectativas na prestação de serviços.

Ao se procurar respostas para as possíveis interferências quanto ao desempenho dos advogados (GA), identificou-se como uma das causas o fator financeiro (fluxo de caixa), e a necessidade de comunicação e interação dos advogados que são questões bem recorrentes e debatidas na empresa. Sem dúvidas, quando há uma ferramenta de gestão aplicada na empresa, há um direcionamento no processo de alocação de recursos e capital. R3 e R5 convergiram com as mesmas opiniões, como se pode também inferir nas falas de R1 e R2, principalmente quando o primeiro remete ao grande obstáculo de desempenho, o relativo ao controle dos processos existentes no escritório e a forma de precificação dos serviços prestados em função do tempo que é gasto no ato do atendimento.

R1: Se nós tivéssemos um programa de controle de processos de atuação para cada advogado atua seria fundamental, até para sabermos quanto tempo se perde em cada atuação, para saber onde você gasta mais tempo para determinadas assistências que você está realizando.

R2: Uma das coisas mais importantes seria a integração de todos os advogados. A partir do momento em que há essa integração eu acho que a gente se tornaria mais forte se todos tivessem um pensamento único de tentar conseguir clientes, de tentar trabalhar com eles fazendo com que todos crescessem juntos. O que a gente vê muito, são salas independentes, onde cada um fica trabalhando com o seu cliente, com a sua problemática e agente não consegue interagir como um todo.

Outro ponto abordado sobre os possíveis transtornos causados no desempenho das atividades está relacionado com a falta de iniciativa dos gestores e na acomodação segundo R2, gerando uma falsa impressão de que tudo está bem. É fácil notar esse ponto na fala de R4: “Eu não consigo visualizar outro modelo de gestão, o modelo de gestão atual, nós conseguimos atender nossas necessidades e ter uma efetividade no serviço”.

No que se refere aos gargalos Administrativos no Gerenciamento (GAG), as possíveis variáveis e transtornos causados no gerenciamento do escritório estão mais uma vez vinculados à falta de interação e comunica-

ção entre os gestores; de visão; de planejamento; e de ferramentas para uma gestão estratégica. Isso impede o crescimento e a solidez do escritório como empresa. R2 vê a necessidade e já idealiza a presença de um profissional da área administrativa atuando no escritório:

Acredito se no escritório existisse uma pessoa que adotasse essas ferramentas de gestão com certeza melhoraria bastante a gestão. Agora, o que se limita muito hoje é a questão “custo”, devido à situação econômica do país que é muito difícil. Então isso, determina que você tenha que tolher alguns gastos excessivos e talvez a gente não pudesse hoje ter essa pessoa participando dentro da estrutura do nosso escritório.

R2, R3, e R5 ressaltam ainda a dificuldade encontrada em relação à questão estrutural do escritório. De acordo com a fala de R4: Só essa questão de melhorar a estrutura. Eu não vejo algo mais que impossibilite o nosso trabalho. Com relação à questão das entradas e saídas, ou melhor, do controle de receitas e despesas, os próprios gestores notam falha nesse processo, principalmente porque não é realizado nenhum tipo de relatório financeiro a não ser uma divisão igual de todas as despesas no final do mês para todos os advogados. Porém, não há uma estratégia de organização focada no balanceamento financeiro do escritório. Tal problemática é aludida na fala de R2:

O que existe é o seguinte... Sempre quando se faz alguma compra para o escritório o “fulano de tal”, faz questão de passar por e-mail um relatório com todos os gastos referentes tais despesas do que foi pago, em seguida é feito um rateio entre os advogados.

Quanto ao relatório, R1 é enfático: “Nenhum (risos)”. Porém, quando questionados se individualmente os mesmos fazem seu relatório financeiro pessoal do que ganham exercendo a profissão as respostas foram as seguintes: R3: “Sim, existe um livro de registro e balanço”. R4: “Não. Só utilizo planilhas mesmo, calculo as receitas, despesas, para dar o custo efetivo total”. R5: “Isso é realizado por uma contadora por meio da prestação de serviços sempre mostrando quais são os impostos que estão sendo pagos”.

Em referência aos gargalos administrativos na captação de clientes (GACC), a falha na clareza e aperfeiçoamento das estratégias para aquisição e retenção de clientes é mais um problema de superação para

o escritório, o que requer dos advogados um maior engajamento para ampliação do networking e/ou da rede de contatos individual e da empresa. Ao se utilizar das ferramentas de gestão estratégica de forma eficiente, o escritório poderá passar a atuar em um ambiente mais competitivo em todos os níveis, buscando sempre se alinhar por meio de correções quando necessárias.

Destacando-se a importância da percepção e do reconhecimento dos clientes com os quais se relacionam, R1, R2, R3 e R4 tiveram a mesma opinião de como mantém sua rede de relacionamentos com a clientela, conforme fala de R5: “Para o advogado é muito complicado, já que por uma questão de ética não podemos fazer publicidade dos nossos serviços. Logo, o nosso networking é feito pelo famoso boca a boca ou indicação de amigos”.

O comprometimento e o engajamento do advogado na gestão e no fazer o que se propõe, por meio de atividades planejadas, intencionais e estratégicas dentro do escritório, possibilitam uma maior capacidade de integração interna ao ambiente externo como salienta Oliveira (2005).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo buscou, como objetivo principal, desenvolver uma proposta de adoção de boas práticas de gestão para estruturação e organização da gestão administrativa para o escritório. Para se atingir esse objetivo geral, foram propostos três objetivos específicos: caracterizar os principais problemas administrativos enfrentados pelo escritório de advocacia; realizar o mapeamento dos processos administrativos e de seus respectivos titulares para orientar a implantação do sistema de gestão mais adequado e conveniente com a demanda; diagnosticar e propor as oportunidades de melhorias no sentido da eficiência e eficácia do negócio.

Na atualidade, as empresas, independentemente do porte, têm adotado ferramentas de gestão para aprimorar o negócio e gerir com maior eficiência as oportunidades de melhorias e a rentabilidade.

Por isso, não é sem motivo que o presente estudo teve como referência um escritório de advocacia, uma vez que é crescente os serviços na área jurídica nos modelos de gestão de escritório, em especial, neste cenário no

qual se impregna o empreendedorismo e se eleva o número de empresas optantes pelo simples.

De acordo com as entrevistas realizadas, foi feito um diagnóstico constatando que os advogados que atuam no escritório têm noção do conceito de administrar no sentido amplo, tais como: planejar, controlar, gerir metas e acompanhar os trâmites burocráticos de cada caso. Cabe sinalizar ainda que cada profissional coloca a sua característica pessoal no desenvolvimento da atividade, não existindo nenhum nivelamento gerencial para o desenvolvimento dos serviços, de modo que se faz necessária a adoção de um planejamento e de uma gestão definida para se obter o crescimento nos negócios.

Outros aspectos apontados que impactam na sustentabilidade são: a falta de uma comunicação estratégica (desde a entrada do processo até a resolução) e a inexistência de um controle financeiro de modo profissional (software específico e a adoção do planejamento estratégico), pois o escritório gera apenas entradas e saídas sem fazer nenhum estudo de viabilidade do negócio (PDCA, por exemplo) e dos tangíveis a receber.

Ao se procurar respostas para as possíveis interferências quanto ao desempenho dos advogados, identificou-se, dentre as causas, o fator financeiro (fluxo de caixa), a necessidade de comunicação e de interação dos advogados, questões recorrentes e debatidas na empresa. Sem dúvidas, quando há uma ferramenta de gestão aplicada na empresa, há um direcionamento no processo de alocação de recursos e capital.

Por isso, a primeira tarefa deste trabalho foi de identificar aquela causa central que agregará valor à organização e às partes interessadas (clientes, sócios, fornecedores, colaboradores, comunidade, etc.), por meio do conhecimento da realidade, como também dos gargalos do negócio.

Por meio das análises e pesquisas realizadas, verifica-se que, para atingir seus objetivos, a empresa precisa estar respaldada em um planejamento estratégico. Vale reforçar que a empresa deve ser entendida como um sistema, formado e integrado por um conjunto de elementos interativos que recebe entradas do ambiente interno e emite seu reflexo/posicionamento para o ambiente externo.

Nesse sentido, conclui-se que o presente trabalho se constitui como um instrumento de grande oportunidade, ao se oferecer subsídios para a elaboração de um planejamento estratégico que se adeque à realidade do negócio.

Espera-se que este material sirva de referência para o escritório jurídico e também para a comunidade acadêmica, no sentido de identificar as oportunidades que estão presentes ao se adotar um modelo de gestão.

## 6 REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 70 ed. Lisboa: Prol, 2009. (n. 281, p. 33 -145).

CORRÊA, Henrique L.; CAON, Mauro. **Gestão de serviços: lucratividade por meio de operações e de satisfação dos clientes**. São Paulo: Atlas, 2008. (n. 479, p.75 -140).

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria geral da Administração: abordagens prescritivas e normativas**. 7. ed. Barueri: Monole, 2014. (v.1, n. 436, p. 406 - 407, 2014).

\_\_\_\_\_. **Princípios da administração: o essencial em teoria geral da administração**. 2. ed. Barueri: Monole, 2013 (n. 442, p. 6, 2013).

FITZSIMMONS, J.; FITZSIMMONS, M. **Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014. (n. 216, p. 109 - 110).

\_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010 (n. 220, p. 37).

GRACIOSO, Francisco. **Marketing estratégico: planejamento estratégico orientado para o mercado**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. ( n.320, p. 219).

LOBATO, David Menezes et al. **Estratégias de empresas**. 9. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009. (n. 208, p. 111 – 160).

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. (n. 320, p. 149).

\_\_\_\_\_. **Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARSHALL JUNIOR, Isnard et al. **Gestão da qualidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. (n.164, p. 85).

MASIERO, Gilmar. **Administração de empresas: teoria e funções com o exercício e casos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MONTANA, Patrick J.; BRUCE, Charnov H. **Administração**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

OAB – ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **Exames / estatísticas**. Disponível em: <<http://oab-rn.org.br/2013/p/exames-estatisticas>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Teoria geral da Administração: uma abordagem prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. (n. 464. p. 377).

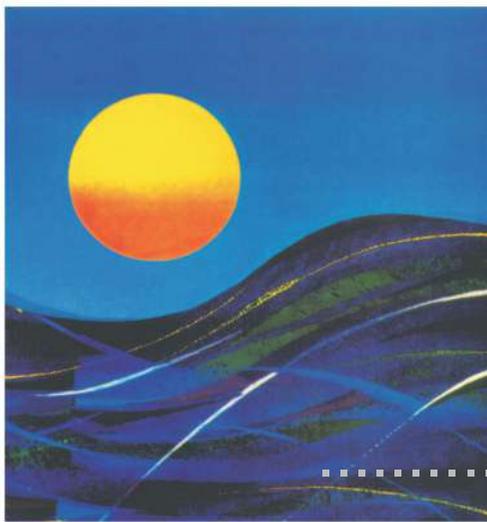
\_\_\_\_\_. **Estratégia empresarial e vantagem competitiva: como estabelecer, implementar e avaliar**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005. ( n. 450. p. 30).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei 6.839/1980 (Lei Ordinária), 30 nov.1980. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6839.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6839.htm)> Acesso em: 27 abr. 2016.

SCHERMERHORN, JR., John R. **Administração**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014. ( n. 608, p. 193).

TONINI, Antonio Carlos, SPÍNOLA, Mauro de Mesquita, LAURINDO, Fernando José Barbin (2007). **A Análise SWOT**: Uma nova perspectiva para aplicação dos seis sigmas no desenvolvimento de software. XXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção -ENEGEP. Foz do Iguaçu, PR, Brasil. 09 a 11 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2014/expocom/EX43-0756-1.pdf>>. Acesso em 16 mai. 2016.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de coleta de dados no campo**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. (n. 112, p. 76).



# RELATÓRIO TÉCNICO

# IMPLANTAÇÃO DA FERRAMENTA ZABBIX PARA MONITORAMENTO DE ATIVOS E SISTEMAS EM UMA COOPERATIVA MÉDICO-ODONTOLÓGICA

*Jefferson Fragoso Gomes<sup>1</sup>*

*Werneck Bezerra Costa<sup>2</sup>*

## RESUMO

Estuda-se a implementação da ferramenta Zabbix no ambiente não monitorado, em uma cooperativa no ramo de plano odontológico que fica situada em Natal, Rio Grande do Norte. Percorre-se e mostram-se as fases de implantação e acompanhamento dos dados coletados para percepção e resolução de problemas no parque computacional dentro da cooperativa, e a identificação dos serviços para recuperação dos mesmos.

**Palavras-chave:** Monitoramento ativo. Infraestrutura.

## IMPLEMENTATION OF THE ZABBIX TOOL FOR ASSET AND SYSTEMS MONITORING IN A MEDICAL-DENTAL COOPERATIVE

## ABSTRACT

This paper analyzes the implementation of the Zabbix tool in an unmonitored environment of a dental cooperative located in Natal, Rio Grande do Norte. The document shows the phases of implementation and monitoring of the data collected for the perception and resolution of problems in the IT facilities within the cooperative, and identifies the services required for their recovery.

**Keywords:** Monitoring assets. Infrastructure.

## 1 INTRODUÇÃO

- 
- 1 Discente do Curso de Pós-Graduação em Rede de Computadores do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). E-mail: jefferson.thebest@hotmail.com.
  - 2 Docente/Orientador do Curso de Especialização em Redes de Computadores do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). E-mail: werneckcosta@gmail.com.

A cooperativa atua no ramo odontológico com especializações de Endodontia, Periodontia, Prótese e etc., com cooperados (dentista) e beneficiários (clientes).

Na cooperativa, como em qualquer empresa moderna, existe um parque computacional. Este é fragmentado por setores e causa dependência nas atividades da empresa.

A cooperativa possui um servidor com o sistema Windows Server 2012, que virtualiza um Windows server 2008. Nesse Windows server 2008, é executado um sistema de aprovação de consultas e procedimentos que precisa estar disponível 24 horas por dia para ser acessado por uma grande quantidade de cooperados, nacionalmente, para possibilitar essas aprovações.

Como podemos verificar esses ativos e seus serviços sem uma ferramenta que nos auxilie nesse monitoramento?

Segundo Fachinie Vieira (2010):

[...] portanto, o monitoramento da infraestrutura, torna-se uma atividade que contribui decisivamente para o funcionamento contínuo dos serviços oferecidos, garantindo que a qualidade destes mantenha-se em níveis satisfatórios pelo maior tempo possível.

Existem várias ferramentas de monitoramento nesse escopo computacional, uma delas é o Zabbix, ferramenta utilizada na implementação desse artigo.

O Zabbix é uma das ferramentas disponíveis no mercado que dispõe de inúmeros recursos, um deles é capacidade de reagir aos resultados coletados, e sanar/solucionar as possíveis falhas detectadas através da execução de scripts pelo servidor Zabbix, no agente (do lado monitorado). Outra é que ele tem uma interface web muito amigável por onde são feitas todas as suas configurações. Os dados coletados são gravados em um banco de dados relacional, sendo mais populares o Mysqle PostegreSql. Estes dados armazenados Zabbix geram informações para consulta, em forma de relatórios, gráficos e outros formatos visuais.

A ferramenta é capaz de coletar dados de todos os ativos contidos na rede, capturando os itens previamente configurados no servidor em busca de informações nos hosts.

Assim, a ferramenta de monitoramento coleta informações para alertarem tempo hábil, sobre os problemas detectados ou problemas ainda não ocorridos, mas que, através de uma séria de coletas, podem ser percebidos antes de causarem grande estrago. Estes alertas podem vir em forma de e-mails, avisos sonoros, SMS e etc., para que sejam tomadas as devidas providencias corretivas ou mesmo preventivas.

Com essas informações o operador pode rapidamente elucidar o problema identificado, pois as informações extraídas mostram exatamente qual ativo está sendo afetado diretamente, ou gerando problemas na extensão da rede.

O objetivo desse artigo é mostrar o quão se faz necessário o uso de uma ferramenta deste tipo no ambiente computacional, para elucidar adversidades sem um maior gasto de tempo.

Nesse artigo, será mostrado o monitoramento de ativos e serviços em um ambiente não monitorado e disperso. Utilizando a ferramenta Zabbix com banco de dados e triggers de finas para disparar a determinados eventos.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

As redes de computadores foram concebidas, inicialmente, como um meio de compartilhar informações com dispositivos periféricos, impressoras, modems e etc., existindo apenas em ambientes acadêmicos, governamentais e em grandes indústrias.

Com o avanço da tecnologia e sua rápida evolução na área de redes, e com a grande redução de custos, viabilizou os recursos computacionais para todos os seguimentos da sociedade.

Com o grande crescimento das redes e sua integração com organizações, a rede passou a ser uma ferramenta que oferece recursos e serviços que permitem uma maior interação e tem como consequência um aumento de produtividade.

Segundo Maurício (2002):

Além disso, ocorreu uma grande mudança nos serviços oferecidos, pois além do compartilhamento de recursos, novos serviços, tais como correio eletrônico, transferência de arquivos, Internet, aplicações multimídia, dentre outras, foram acrescentadas, aumentando a complexidade das redes.

Não bastassem esses fatos, o mundo da interconexão de sistemas de computadores ainda tem que conviver com a grande heterogeneidade dos padrões de redes, sistemas operacionais, equipamentos, etc.

Independentemente do tamanho de uma rede de computadores e de sua complexidade, torna-se necessário ter gerenciamento, para garantir aos usuários qualidade e disponibilidade de serviços além de um nível de desempenho aceitável. Por isso é importante para uma equipe de Tecnologia da Informação (TI) conhecer informações sobre os componentes de sua rede, tais como: seus ativos de rede (switch, repetidores, roteadores, etc.), especificação de hardware e software dos seus servidores e estações, e os serviços oferecidos e disponíveis aos seus usuários.

Segundo Rigney (1996): “O gerenciamento de rede é o procedimento que consiste em controlar todos os componentes de hardware e software da rede”.

Devido ao grande progresso das redes de computadores e sua propagação em todas as organizações como uma ferramenta necessária ao crescimento das mesmas, torna-se indispensável o gerenciamento desse ambiente computacional, a fim de mantê-lo funcionando corretamente. Para isso surge a necessidade de buscar técnicas e ferramentas que possam dar o auxílio necessário para tal gerenciamento, visando manter toda a estrutura da rede em pleno funcionamento, de forma a atender as necessidades de seus usuários e as expectativas de seus administradores.

### **3 A FERRAMENTA ZABBIX**

O Zabbix foi criado por Alexei Vladishev, e atualmente é desenvolvido e suportado ativamente pela ZabbixLLC. O Zabbix é uma ferramenta de monitoramento de rede, servidores e serviços, pensada para monitorar a disponibilidade e a qualidade destes.

É uma ferramenta open source sem nenhum custo e considerado por muitos, o melhor software de monitoramento a nível empresarial.

A ferramenta de monitoramento de redes Zabbix oferece uma interface 100% Web para administração e exibição de dados. Com isso ela garante o acompanhamento de todo seu parque computacional a partir de qualquer local.

Zabbix utiliza uma flexível configuração ao usuário com vários meios de comunicação como SMS, e-mail e aplicativos como whats app e telegram, para notificação de eventos. Isso permite uma reação rápida a problemas na

extensão da rede. O sistema permite ainda que ações automáticas como, por exemplo, restart de serviços sejam executados a partir de eventos.

Zabbix oferece vários relatórios baseados nas informações coletadas e armazenadas, tornando uma ferramenta ideal para planejamento de capacidade.

O Zabbix permite monitoramento agentless (sem agentes) para diversos protocolos e conta com funções de auto-discovery (descoberta automática de ativos, serviços e servidores) e lowlevel discovery (descoberta de itens repetitivos em um host).

A solução Zabbix é composta pelos seguintes componentes:

### **Servidor**

O servidor Zabbix é a central de processamento de informações coletadas. O servidor gerencia o repositório central de configuração, estatísticas e armazenamento de dados operacionais, é ele quem irá alertar os administradores de TI quando os incidentes ocorrerem. Ele é o principal componente para o qual os agentes e Proxies enviam dados sobre a disponibilidade, performance e integridade dos sistemas e serviços monitorados.

Apenas o servidor Zabbix é obrigatoriamente instalado em sistemas Unix ou Linux.

### **Zabbixproxy**

O Zabbixproxy coleta as informações de um ou mais dispositivos monitorados e repassa para o Zabbix server. É um item essencial para uma arquitetura de monitoramento distribuído. O Zabbixproxy é muito útil para:

- Coleta assíncrona em redes distintas, onde não é possível a manutenção de regras de roteamento e firewall para cada host monitorado;
- Trabalhar como ponto de resiliência nos casos de instabilidade nos links entre redes distintas(WAN);
- Diminuir a carga do Zabbix server.

### **Zabbixagente**

O agente Zabbix é instalado nos hosts e permite coletar métricas comuns - específicas de um sistema operacional, como CPU e memória. Além disso, o agente Zabbix permite a coleta de métricas personalizadas

com uso de scripts ou programas externos permitindo a coleta de métricas complexas e até tomada de ações diretamente no próprio agente Zabbix. O agente guarda as informações coletadas para posterior ser enviada ao servidor ou proxyZabbix.

Há agentes Zabbix disponíveis para Linux, Solaris, HP-UX, AIX, FreeBSD, OpenBSD, OS X, Tru64/OSF1, Windows NT, Windows Server, Windows XP e Windows Vista.

### **Banco de dados**

Todas as configurações e informações coletadas pelo Zabbix são armazenados em banco de dados (SGBD).

### **Interface Web**

Interface web que pode ser acessada utilizando qualquer Browser padrão.

## **3.1 FUNCIONALIDADES DO ZABBIX**

Zabbix é uma solução de monitoramento integrada, que provê diversos recursos de monitoração em um único pacote.

### **A coleta de dados**

- Verificações de disponibilidade e desempenho.
- Suporta SNMP (tanto “trapping” quanto “polling”), IPMI, JMX, Monitoração VMware.
- Verificações personalizadas.
- Coleta de dados com intervalos personalizados, inclusive com agendamento exato de momento da coleta (ex. 11:23 de uma segunda-feira).
- A coleta pode ser executada pelo servidor, proxy ou pelos agentes.

### **Definição de limites flexíveis**

Podem-se definir limites flexíveis, chamados de triggers, referenciando valores do banco de dados da monitoração.

### **Alertas configuráveis**

- O envio de notificações pode ser configurado por tipo de mídia, com ou sem escalonamento de destinatários.
- Notificações podem utilizar-se de valores definidos em macros.
- Podem incluir comandos remotos automáticos.

### **Gráficos sob demanda (em tempo real)**

Qualquer item numérico armazenado pode gerar gráficos sob demanda, sem planejamento anterior necessário.

### **Recursos de monitoramento da web**

Zabbix pode executar uma sequência de passos simulados em um site, verificando sua funcionalidade e tempo de resposta.

### **Diversas opções de visualização**

- Capacidade de definir gráficos personalizados combinando vários itens em uma única apresentação.
- Mapas de rede.
- Telas customizadas e apresentações de slides para uma visualização em padrão de painel de controle.
- Relatórios.
- Visão de alto nível (negócio) dos recursos monitorados.

### **Histórico e armazenamento de dados**

- Os dados são armazenados em banco de dados.
- O histórico é configurável.
- Processo interno de limpeza de dados antigos.

### **Configuração simplificada**

- Todo elemento monitorado é um host.
- Hosts são monitorados assim que inseridos no banco de monitoração.
- É possível utilizar perfis de monitoração (templates) aos dispositivos monitorados (hosts).

### **Uso de templates**

- Agrupamento de verificações em templates.
- Os templates podem herdar propriedades de outros templates.

### **Descoberta de rede**

- Descoberta automática de dispositivos na rede.
- Autorregistro dos agentes.
- Autodescoberta de sistema de arquivos, interfaces de rede e OID SNMP.

### **Interface web ágil**

- A interface web é escrita em PHP.
- Acessível a partir de qualquer local.
- Pode-se clicar no caminho percorrido pela interface.
- Log de auditoria.

### **API Zabbix**

A API Zabbix fornece interface programável para atualizações em massa, integração com ferramentas de terceiros e outros recursos.

### **Sistema de permissões**

- Autenticação segura dos usuários.
- Determinados usuários podem ser limitados a visualizar subconjuntos de funções e de hosts monitorados.

### **Arquitetura de agente totalmente expansível**

- Instalado nos dispositivos alvo da monitoração (servidores).
- Pode ser instalado tanto em Windows quanto em Linux.

### **Binários da solução (Daemons)**

- Escritos em C, para alto desempenho e baixo custo de memória.
- Facilmente portáveis.

### **Pronto para ambientes complexos**

- Monitoração remota é feita facilmente com o apoio de um Proxy Zabbix.

## 4 PRÉ-REQUISITOS DE HARDWARE

### Memória e HD

Segundo a documentação do zabbix, para instalar o Zabbixé preciso no mínimo 128MB de memória RAM e 256 MB disponíveis em disco. Entretanto essa quantidade de memória e espaço em disco dependerá muito do tamanho da rede que se quer monitorar.

### CPU

O Zabbix Server e especialmente seu banco de dados, podem exigir quantidade significativa de recursos da CPU dependendo da quantidade de parâmetros monitorados e do gerenciador de banco de dados.

Exemplos de configuração de hardware.

**Tabela 1-** Provê diversos exemplos de configuração de hardware

Nome	Plataforma	CPU/Memória	SGDB	Hosts Monitorados
<i>Small</i>	CentOS	Virtual Appliance	MySQLInnoDB	100
<i>Medium</i>	CentOS	2 CPU cores/2GB	MySQLInnoDB	500
<i>Large</i>	RedHat Enterprise Linux	4 CPU cores/8GB	RAID10 MySQLInnoDB ou PostgreSQL	>1000
<i>Verylarge</i>	RedHat Enterprise Linux	8 CPU cores/16GB	RAID10 rápido MySQLInnoDB ou PostgreSQL	>10000

Fonte: Zabbix... (2017).

## 5 INSTALAÇÃO

Como existe uma gama diversificada de material na internet relacionando a instalação (na forma de how-to), não será demonstrado neste artigo.

## 6 IMPLANTAÇÃO

Na cooperativa no ramo de planos odontológicos tem-se um ambiente bem homogêneo com sistemas operacionais da mesma plataforma.

A cooperativa é dividida em setores, que no seu total são 8 com 36 computadores, dentre eles, 3 são servidores de rede. Além disso, existem 4 *Switches* com 24 portas cada.

Na implantação não se teve muita dificuldade, pois se tinha equipamentos reserva para tal fim.

A instalação do servidor Zabbix foi feita em uma máquina com 2 GB de memória RAM e 500 GB de HD, a princípio para teste e observação do comportamento com as coletas de informações dos hosts feitas através de SNMP.

O envio das informações para o gerente (servidor Zabbix) está sendo feito via SNMP, pois o mesmo já vem embarcado na plataforma Windows como recurso, basta apenas ativá-lo.

A cooperativa trabalha com aprovação de procedimentos odontológicos. Sendo assim, seu principal sistema é o de aprovação eletrônica. Apesar da abrangência da ferramenta e de sua aplicação para monitoramento de toda a rede descrita aqui, o foco será o monitoramento da máquina virtual onde o sistema está implantado, certificando que a mesma sempre esteja ativa e em seu perfeito funcionamento.

A máquina virtual que hospeda o sistema é um Windows Server 2008 com 4 GB de RAM e 500 GB de HD. Ela possui o serviço WEB, baseado no ISS (internet Information Service) ativo, com uma página web de acesso ao sistema de aprovação eletrônica.

## **7 ITENS MONITORADOS**

Pela responsabilidade atribuída ao sistema de Aprovações Eletrônicas, (que precisa está no ar 24 horas), este será o principal alvo de monitoramento. Para demonstrar os elementos essenciais ao monitoramento deste sistema, a tabela 2 indica os principais pontos que necessitam de atenção.

**Tabela 2** – Principais itens de monitoramento do servidor onde se encontra o sistema de aprovação.

ITENS MONITORADOS	
Itens	Abordagem de monitoramento
Servidor on-line	Checar se a máquina está ligada e com rede, para que o sistema esteja on-line.
HD	Verificar o espaço em disco, para que tenha disponibilidade de espaço para salvar as requisições do sistema. Exemplo: Salvar imagens de procedimentos.
Rede	Verificar o consumo de rede, checando os picos de acesso ao sistema.
Memória	Verificar a disponibilidade da memória quanto aos processos executados no servidor, assim garantindo um desempenho aceitável para o sistema.
Processador	Verificar a pilha de processos, para com isso o servidor não venha a travar.

**Fonte:** Autoria própria (2017)

Com o ambiente analisado e suas necessidades de monitoramento mapeadas na tabela 3, partiremos para a implementação da ferramenta de monitoramento Zabbix.

Na tabela 3 será mostrada a criação dos principais itens de monitoramento, todos os itens são de templates que o próprio Zabbix oferece:

**Tabela 3** – Criação de itens

Sistema on-line	Imagem 2
HD	Imagem 3
Rede	Imagem 4
Memória	Imagem 5
Processador	Imagem 6

**Fonte:** Autoria própria (2017)

**Imagem 1** – Item para monitoramento de estado via ICMP (ping) (Servidor on-line)

Itens herdados: [Template ICMP Ping](#)

Nome:

Tipo:

Chave:

Interface do host:

Nome do usuário:

Senha:

Tipo de informação:

Tipo de dados:

Unidades:

Usar multiplicador customizado:

Intervalo atualização (em seg):

Intervalo customizado

Tipo	Intervalo	Período	Ação
<input type="text" value="Flexível"/>	<input type="text" value="Agendamento"/>	<input type="text" value="60"/>	<input type="text" value="17:00:00-17:00"/>

[Adicionar](#)

Período de retenção do histórico (em dias):

Período de retenção das estatísticas (em dias):

Armazenar valor:

Fonte: Autoria própria (2017)

**Imagem 2** – Item para monitoramento do tamanho alocado do HD

Descoberto por: [Disk partitions](#)

Nome:

Tipo:

Chave:

Interface do host:

SNMP OID:

Comunidade SNMP:

Porta:

Tipo de informação:

Tipo de dados:

Unidades:

Usar multiplicador customizado:

Intervalo atualização (em seg):

Intervalo customizado

Tipo	Intervalo	Período
<input type="text" value="Flexível"/>	<input type="text" value="Agendamento"/>	<input type="text" value="60"/>

Período de retenção do histórico (em dias):

Período de retenção das estatísticas (em dias):

Armazenar valor:

Fonte: Autoria própria (2017)

### Imagem 3 – Item para monitoramento do tráfego de rede

Descoberto por: Network.Interfaces

Nome: Incoming traffic on interface \$1

Tipo: Agente SNMPv2

Chave: ifInOctets[InI(R) PRO/100 MT Network Connection]

Interface do host: 192.168.0.61 : 161

SNMP OID: IF-MIB::ifInOctets.11

Comunidade SNMP: (SNMP\_COMMUNITY)

Porta: [ ]

Tipo de informação: Numérico (inteiro sem sinal)

Tipo de dados: Decimal

Unidades: bps

Usar multiplicador customizado:  1

Intervalo atualização (em seg): 60

Intervalo customizado

Tipo	Intervalo	Período
Fixo	Ajustar automaticamente	60

Período de retenção do histórico (em dias): 7

Período de retenção das estatísticas (em dias): 365

Armazenar valor: Delta (alterações/seg)

Fonte: Autoria própria (2017)

### Imagem 4 – Item para monitoramento da memória utilizada

Descoberto por: Disk.partitions

Nome: Used disk space on \$1 in units

Tipo: Agente SNMPv2

Chave: hrStorageUsed[Physical Memory]

Interface do host: 192.168.0.61 : 161

SNMP OID: HOST-RESOURCES-MIB::hrStorageUsed.5

Comunidade SNMP: (SNMP\_COMMUNITY)

Porta: [ ]

Tipo de informação: Numérico (inteiro sem sinal)

Tipo de dados: Decimal

Unidades: units

Usar multiplicador customizado:  1

Intervalo atualização (em seg): 60

Intervalo customizado

Tipo	Intervalo	Período
Fixo	Ajustar automaticamente	60

Período de retenção do histórico (em dias): 7

Período de retenção das estatísticas (em dias): 365

Armazenar valor: Sem alterar

Fonte: Autoria própria (2017)

### Imagem 5 – Item para monitoramento do processador

Descoberto por: **Processador**

Nome: **Utilization of processador #8.1**

Tipo: **Agente SNMPv2**

Chave: **hrProcessorLoad[1]**

Interface do host: **192.168.0.61 : 151**

SNMP OID: **HOST-RESOURCES-MIB::hrProcessorLoad.1**

Comunidade SNMP: **{SNMP\_COMMUNITY}**

Porta:

Tipo de informação: **Númerico (inteiro sem sinal)**

Tipo de dados: **Decimal**

Unidades: **%**

Usar multiplicador customizado:  **1**

Intervalo atualização (em seg): **60**

Intervalo customizado

Tipo	Intervalo	Período
<input checked="" type="radio"/> Fixo		50
<input type="radio"/> Adicionalmente		1-7 00:00-24:00

Período de retenção do histórico (em dias): **7**

Período de retenção das estatísticas (em dias): **365**

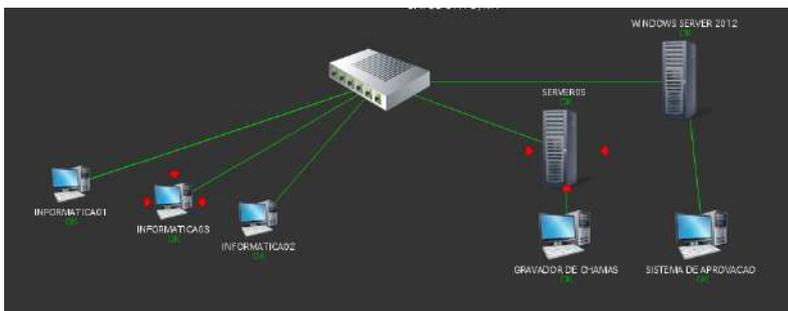
Armazenar valor: **Sem alterar**

Fonte: Autoria própria (2017)

## 7.1 MAPA DE MONITORAMENTO

Imagem do mapa de monitoramento do servidor da cooperativa mais algumas maquinas na imagem 6.

Imagem 6 – Print da tela do mapa da cooperativa.

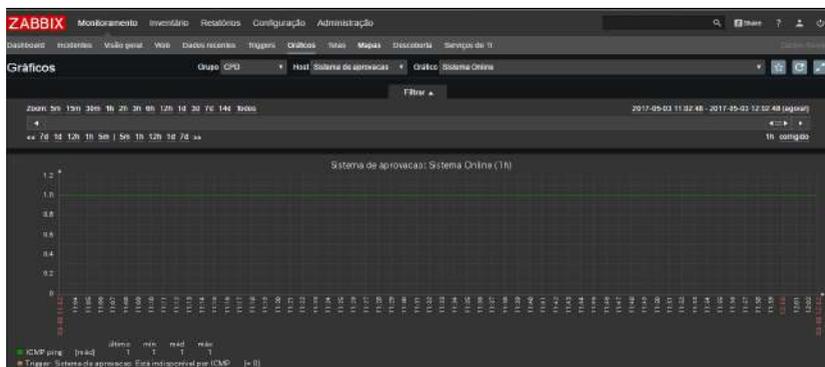


Fonte: Autoria própria (2017)

## 7.2 GRÁFICOS

São mostrados nessas imagens os gráficos dos itens monitorados, sendo eles: Ping (imagem 8), HD (imagem 9), rede (imagem 10), memória (imagem 11) e processador (imagem 12).

**Imagem 7** – Gráfico que mostra a máquina online



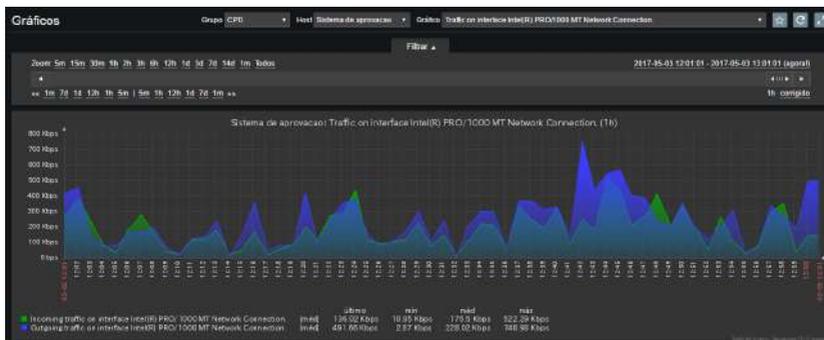
Fonte: Autoria própria (2017)

**Imagem 8** – Gráfico do tamanho do HD e seu espaço utilizado



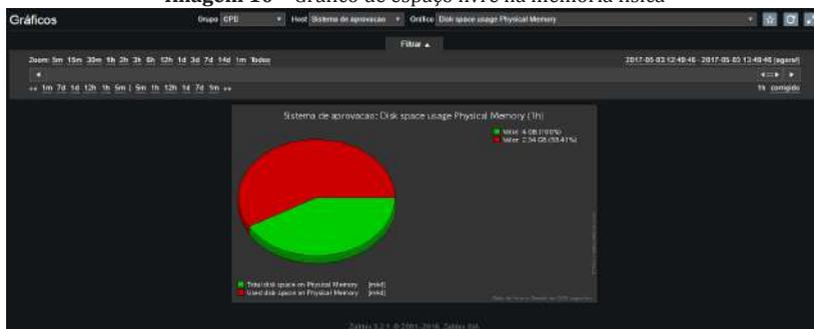
Fonte: Autoria própria (2017)

**Imagem 9 – Gráfico que mostra o consumo de rede**



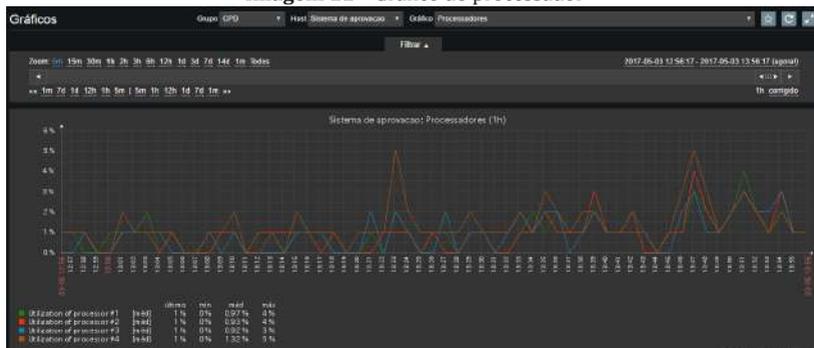
**Fonte:** Autoria própria (2017)

**Imagem 10 – Gráfico de espaço livre na memória física**



**Fonte:** Autoria própria (2017)

**Imagem 11 – Gráfico do processador**



**Fonte:** Autoria própria (2017)

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar desta afirmação não ser nova, este trabalho deixa ainda mais evidente a necessidade de toda empresa possuir uma ferramenta de gerenciamento e monitoramento de ativos de rede, que possa dar o auxílio necessário à equipe de TI, na tomada de decisão, seja de forma corretiva ou preventiva.

A cooperativa não possuía nenhuma ferramenta para auxiliar a equipe de TI, apesar do objetivo desta equipe ser a manutenção da atividade do sistema de aprovações, em sua disponibilidade e integridade, aos cooperados (Dentistas) e singulares (Cooperativas).

O trabalho deixa explícito que o sistema de aprovações é o principal motivador da busca por uma ferramenta de monitoramento, pois precisa está online 24 horas por dia, para possibilitar o acesso às funções essenciais dos serviços prestados pela cooperativa.

Para atender às principais demandas levantadas, a ferramenta Zabbix foi aplicada pela equipe de TI, atuando diretamente na elucidação de problemas que, aparentemente, não apresentavam causa, nem apresentavam sua real extensão. Com a aplicação da ferramenta, foi possível agir mais rapidamente na correção, bem como subsidiar o planejamento de ações, de médio ou longo prazos, sejam problemas ou aplicação de melhorias.

O Zabbix pode fornecer informações de todos os componentes de uma rede, ajudando o administrador desta a tomar decisões mais assertivas. Por ser tão abrangente e ainda contar com licenciamento Open Source, torna-se uma alternativa viável para qualquer tipo e tamanho de empresa. Apesar de ter uma curva de aprendizado um pouco acentuada, é possível contar com uma wiki oficial completa, trazendo facilidade de implantação e configuração. Aliando o ambiente em português e interface intuitiva, faz dele um software excepcional para aquilo que se propõe.

## 9 REFERÊNCIAS

LINUX: Open Software Specialists. O que é Zabbix. 2013. Disponível em: <<https://www.4linux.com.br/o-que-e-Zabbix>>. Acesso em: 6 jul. 2017.

FACHINI, Thiago; VIEIRA, Alexandre Timm. **Implementação da ferramenta Zabbix para monitoramento reativo**. Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Canoas, 2010.

FONSECA JÚNIOR, Edilmar Rodrigues. **Monitoramento de ambiente de redes utilizando o Zabbix**. Disponível em: <[http://Zabbixbrasil.org/files/Monitoramento\\_Ambiente\\_Rede\\_Utilizando\\_Zabbix-Edilmar\\_Junior.pdf](http://Zabbixbrasil.org/files/Monitoramento_Ambiente_Rede_Utilizando_Zabbix-Edilmar_Junior.pdf)>. Acesso em: 19 jul. 2017.

MAURÍCIO, José. **Gerenciamento de Redes de Computadores**: versão 2.0. ago. 2002. Disponível em: <<http://www.allnetcom.com.br/upload/GerenciamentodeRedes.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

O QUE É O ZABBIX. Disponível em: <<http://www.Zabbix.com/product>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

RIGNEY, Steve. **Planejamento e gerenciamento de redes**. São Paulo: Campus, 1996.

SOUZA, Edilson Rodrigues de. **Instalação do Zabbix 3.2, sobre a versão do Ubuntu server 16.04**. 16 set 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6x4x9V9Evco>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

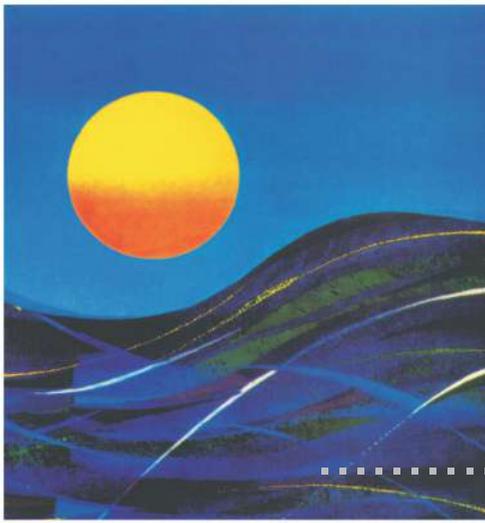
VISÃO GERAL ZABBIX. Disponível em: <<https://www.Zabbix.com/documentation/3.2/pt/manual/introduction/overview>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

WEIRICH, Matheus Frizzo; LEITHARDT, Valderi Reis Quietinho. **Estudo sobre Monitoramento de Redes de Computadores**: utilizando a ferramenta zabbix. Passo Fundo, 2014. Disponível em: <<http://www.lbd.dcc.ufmg.br/colecoes/erad-rs/2014/0020.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

ZABBIX CARACTERÍSTICAS E FUNCIONALIDADES. Disponível em: <<https://www.Zabbix.com/documentation/3.2/pt/manual/introduction/features>>. Acessado em: 28 jun. 2017a.

ZABBIX DOCUMENTAÇÃO. Disponível em: <<https://www.Zabbix.com/documentation/3.2/manual/introduction/about>>. Acesso em: 07 mar. 2017b.

ZABBIX REQUERIMENTOS. Disponível em: <<https://www.Zabbix.com/documentation/3.2/pt/manual/installation/requirements>>. Acesso em: 13 abr. 2017c.



**RESUMO**

SANTOS, RONALDO ALENCAR DOS. **NATUREZA, ALIENAÇÃO E CAPITALISMO EM MARX: UMA CRÍTICA DA SUSTENTABILIDADE**. 2015. 258f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN. Orientadora: Professora Doutora Vânia de Vasconcelos Gico.

**RESUMO**

Entende-se, a partir de uma pesquisa de cunho teórico, que a degradação ambiental produzida pelo homem na atualidade, está indissociavelmente ligada a uma forma de organização social específica: o modo de produção capitalista. A partir da compreensão da sociedade capitalista, ou seja, uma forma de sociedade cuja organização das relações sociais ocorre a partir do modo de produção capitalista, e na perspectiva da relação de apropriação e mercadorização da natureza, deve-se buscar a explicação para a destruição ambiental, nosso objetivo com este trabalho. Sob tal ponto, questiona-se: é possível explicar, através do materialismo histórico dialético, o modo como, dentro de sua necessária apropriação da natureza, a produção capitalista se torna produtora da degradação ambiental? Até que ponto a destruição ambiental poderia ser considerada uma condição inerente ao desenvolvimento do próprio sistema capitalista? Para alcançar tais respostas, utilizamos como instrumentos teóricos de análise os conceitos de *metabolismo social* e *alienação*, retirados da teoria marxista, propondo ao final uma abordagem conceitual como forma de contribuição à compreensão dialética sobre os atuais problemas ambientais. Defende-se a hipótese da existência de uma estrutura de alienação, decorrente da relação do homem com a natureza, produzida no interior da produção capitalista, que terá como consequência a implicação desta relação numa separação, num nível ontológico, entre o homem e a consciência de sua espécie. No interior deste sistema, o homem encontra-se alienado do meio natural onde vive, e de sua própria natureza. Em consequência deste distanciamento estrutural, o traço peculiar da alienação capitalista vem a tona, manifesto no fato de que o homem somente reconhecerá o meio ambiente através de sua exteriorização na forma de mercadoria inserida dentro da lógica do consumo.

**Palavras-chave:** Sociologia Ecológica. Capitalismo. Alienação.

**SANTOS, RONALDO ALENCAR DOS. NATURE, ALIENATION AND CAPITALISM IN MARX: A CRITICISM OF SUSTAINABILITY.** 2015. 258f. Thesis (Doctorate in Social Sciences) Postgraduate Program in Social Sciences, Federal University of Rio Grande do Norte, Natal, RN. Advisor: Professor Vânia de Vasconcelos Gico, PhD.

### **ABSTRACT**

From a theoretical research stance, it is understood that the environmental degradation produced by man today is inextricably linked to a specific form of social organization: the capitalist mode of production. From an understanding of capitalist society as a form of society whose organization of social relations is based on the capitalist mode of production, and in view of the appropriation and marketing of nature by this society, this paper seeks an explanation for this environmental destruction. In seeking this explanation, we have used the transfer of concepts taken from the Marxist theory as a theoretical instrument of analysis, finally proposing a conceptual map as a contribution to the dialectic understanding of environmental problems. The following question arises from this perspective: Is it possible, using dialectical historical materialism, to explain how the capitalist mode of production becomes a producer of environmental degradation through its necessary appropriation of nature? To what extent can this “environmental destruction” be considered a condition inherent to the development of the capitalist system itself? This study defends the hypothesis of the existence of a structure of alienation in man’s relationship with nature produced by the historical system of the capitalist mode of production, which will lead to the implication of this relationship in a separation, at an ontological level, between man and his awareness of his species. In the midst of this system, man becomes alienated from the natural environment in which he lives, and from his own nature. As a result of structural distancing, the peculiar feature of this capitalist alienation emerges, manifest in the fact that man will only recognize the environment through its manifestation in the form of merchandise inserted within the logic of consumption.

**Keywords:** Ecology. Capitalism. Alienation.